

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE  
EMPRESAS**

**PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ECONOMIA  
SOLIDÁRIA: UM ESTUDO BASEADO NO INTERACIONISMO  
INTERPRETATIVO**

**EDILENE DE OLIVEIRA PEREIRA GARCIA**

**SÃO PAULO  
2014**

**EDILENE DE OIVEIRA PEREIRA GARCIA**

**PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA  
ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO BASEADO NO  
INTERACIONISMO INTERPRETATIVO**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Administração da Universidade  
Presbiteriana Mackenzie como requisito para  
obtenção do título de Doutora em Administração.**

**Orientadora: Profa. Dra. Arilda Schmidt Godoy**

**SÃO PAULO  
2014**

G216p Garcia, Edilene de Oliveira Pereira

Processos de aprendizagem no contexto da economia solidária: um estudo baseado no interacionismo interpretativo / Edilene de Oliveira Pereira Garcia - 2014.

220f.: 30 cm

Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Arilda Schmidt Godoy

Bibliografia: f. 212-215

1. Aprendizagem organizacional. 2. Teoria da aprendizagem social. 3. Interacionismo interpretativo. 4. Aprendizagem no contexto da economia solidária. 5. Pesquisa qualitativa crítica. I. Título.

CDD 658.4012

**Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Professor Dr. Benedito Aguiar Guimarães Neto**

**Decano de Pesquisa e Pós-Graduação  
Professor Dr. Moisés Ari Zilber**

**Diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas  
Professor Dr. Sérgio Lex**

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração de  
Empresas  
Professor Dr. Walter Bataglia**

*Tudo posso naquele que me fortalece.*  
Filipenses 4.13

*Ao Paulo Roberto, meu primeiro e único amor.*

*À Victória, fruto desse amor.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por cuidar de mim nos mínimos detalhes desta caminhada.

Aos meus pais, Valdo e Neide, pelo exemplo de vida e por me sustentarem com suas orações.

Ao meu marido, Paulo Roberto, pelo incentivo, paciência, proteção e companheirismo constante e incondicional e pela revisão da tese.

À minha filha, Victória, pelo interesse em acompanhar de perto a trajetória da mamãe rumo ao doutoramento.

Aos meus sogros Nilton – que acompanhou da terra os dois primeiros anos do meu doutorado e que agora acompanha do céu – e Ivani, pelas orações e palavras de incentivo.

À Profa. Dra. Arilda Schmidt Godoy, que iluminou os meus pensamentos para que eu chegasse a esta tese e com quem aprendi como se realiza o trabalho de uma orientadora exemplar.

À Profa. Dra. Janette Brunstein, ao Prof. Dr. Diógenes de Souza Bido, à Profa. Dra. Andreia Leite Rodrigues, pelas contribuições apresentadas nos seminários de pesquisa e na qualificação.

Aos colegas Prof. Me. Marco Aurélio Bernardes e Noé Cazetta, por terem me apresentado à Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema (AAAPD).

Às artesãs da AAAPD, pela generosidade demonstrada ao compartilharem comigo suas histórias de vida e pelos momentos tão agradáveis que vivi com elas na feira de artesanato de Diadema nas várias vezes em que lá estive.

Aos meus colegas de trabalho da Universidade Metodista de São Paulo, pelas palavras de incentivo ao longo do desenvolvimento desta tese.

À Renata Aparecida de Oliveira, por me ajudar a lidar com as dificuldades e as conquistas que o desafio do processo de doutoramento colocou diante de mim até aqui.

Às tias que protagonizaram várias das mais doces lembranças da minha infância, Loíse, Janete, Maria das Graças, Denise e, *in memoriam*, Célia, Celina e Nair, que emprestaram seus nomes às participantes desta pesquisa no texto da tese.

## RESUMO

Este trabalho propõe estudar processos de aprendizagem no contexto da economia solidária, tendo como participantes empreendedores pertencentes à Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema-SP. A pergunta de pesquisa é: “como se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica de empreendedores da economia solidária pertencentes a uma associação de artesãos para atuarem nessa outra economia?”. O objetivo geral é identificar, descrever e analisar o modo pelo qual se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica por esses empreendedores. Como objetivos específicos, identificar quem são os sujeitos de aprendizagem da economia solidária (como são definidos e onde se localizam), por que eles aprendem (que motivos os levam a aprender), o que aprendem (quais conteúdos aprendem e quais são os desfechos disso) e como aprendem (quais são as ações-chave dos processos de aprendizagem). Trata-se de um estudo qualitativo e interpretativo crítico cujo arcabouço teórico é integrado por duas abordagens: o interacionismo interpretativo (Denzin, 2001) e a teoria da aprendizagem social (Elkjaer, 2003). Essas abordagens são convergentes e colocam as experiências vividas pelas pessoas no seu cotidiano como pontos de partida para a compreensão dos fenômenos sociais. O campo de pesquisa foi contextualizado a partir dos conceitos e marcos históricos apresentados por Singer (2002), França-Filho (2007), Lechat (2002), Gaiger (2003) e Silva (2011) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2012). O interacionismo interpretativo também é utilizado para orientar os procedimentos metodológicos. A organização escolhida para realização da pesquisa foi a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema-SP (AAAPD). Pesquisar aprendizagem junto a uma associação de artesãos representou a oportunidade de adentrar num campo que hoje é pouco explorado no âmbito dos estudos de aprendizagem em organizações. Para a captura do fenômeno foram realizadas oito entrevistas, das quais sete com artesãos e uma com a AAAPD. Os materiais gravados e transcritos originaram as histórias de vida de descrição densa. A análise das características recorrentes das histórias de vida levou ao reconhecimento de *cinco instâncias de aprendizagem* nas quais se localizam as experiências de interação – e também as epifanias – que, de forma direta ou indireta, conduzem à aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica. Essas instâncias são: a família, o próprio indivíduo, o outro, a entidade de economia solidária e o poder público local. Os processos de aprendizagem tal como foram identificados e analisados neste estudo consideram a influência de poder operando no contexto. Nesse sentido, verificou-se que, no âmbito da AAAPD, os processos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária se mantêm atrelados às iniciativas e estratégias de governo do poder público local, com quem a entidade mantém forte relação de dependência, que, por sua vez, constitui a principal dificuldade na condução de suas atividades e na disseminação, vivência e manifestação coletiva desses princípios. Este estudo possibilita ampliar o conhecimento sobre aprendizagem em contextos organizacionais diferentes daqueles da economia privada tradicional e o impacto dos ambientes sociais nesses processos. Ele também serve como referência para a utilização do interacionismo interpretativo como abordagem teórico-metodológica em estudos no campo da aprendizagem organizacional.

**Palavras-chave:** Aprendizagem organizacional; Teoria da aprendizagem social; Interacionismo interpretativo; Aprendizagem no contexto da economia solidária; Pesquisa qualitativa crítica.



## ABSTRACT

This study aims to understand the processes of learning in the context of the solidarity economy. The participants are entrepreneurs belonging to the Association of Craftsman and Artists of Diadema (Sao Paulo - Brazil). The research question is "how the learning processes of cooperation, self-management, solidarity and economic action are developed by entrepreneurs of solidarity economy belonging to an association of craftsmen in order to act in this type of economy? ". The overall objective is to identify, describe and analyze how they develop the learning processes of cooperation, self-management, solidarity and economic action. Specific aims are to identify who are the subjects of learning (how they are defined and where they are located), why they learn (the reasons that lead to learning), what they learn (what are the contents and what are the outcomes of learning) and how they learn (what are the key actions of the learning processes). This is a critical qualitative and interpretative study which theoretical framework is composed of two approaches: interpretive interactionism (Denzin, 2001) and social learning theory (Elkjaer, 2003). These approaches converge and put the experiences undergone by people in their everyday life as starting points for understanding social phenomena. The field research is contextualized from the concepts and landmarks presented by Singer (2002), França-Filho (2007), Lechat (2002), Gaiger (2003) and Silva (2011) and the Ministry of Labor and Employment of Brazil (BRAZIL, 2012). Interpretive interactionism is also used to guide the methodological procedures. The organization chosen to carry out the research was the Association of Craftsman and Artists of Diadema (São Paulo – Brazil). It represents an opportunity to enter a field that today is little explored in studies of organizational learning. To capture the phenomenon eight interviews were conducted with seven craftswoman and with the president of the Association. The recorded material and transcripts originated life histories of thick description. The analysis of recurring features of life histories led to the recognition of five instances where there are the learning experiences of interaction - and the epiphanies – which directly or indirectly lead to the learning of cooperation, self-management, solidarity and economic action. These instances are: the family, the individual, the other, the entity of social economy and local government. Learning processes as identified and analyzed in this study considers the influence of power operating in the context. In this sense, it was found that, under the AAAPD, the learning processes of the basic elements of solidarity economy remains tied to local government initiatives and strategies. The entity maintains strong dependency relationship with local government what constitutes the main difficulty in conducting its activities and disseminating, experiencing and manifesting collectively the principles of solidarity economy. This study helps to increase knowledge about learning in different organizational contexts from those of traditional private economy and the impact of social environments in these processes. It also serves as a reference for the use of interpretive interactionism as a theoretical-methodological approach in studies in the field of organizational learning.

**Keywords:** Organizational learning, Social learning theory, Interpretive interactionism; Learning in the context of solidarity economy; Critical qualitative research.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE ESTUDO: ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	18
2.1	Economia solidária: o que é e como funciona essa “outra economia” .....	20
2.2	Primórdios da economia solidária na Europa: alguns destaques a título de contextualização do campo .....	27
2.3	Economia solidária no Brasil: propulsores, estrutura organizativa e perspectivas .....	31
2.3.1	Empreendimentos econômicos solidários .....	34
2.3.2	Entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária .....	35
2.3.3	Fóruns, redes e outros espaços de articulação da economia solidária .....	35
2.3.4	Instâncias de políticas públicas de economia solidária .....	37
<b>3</b>	<b>APRESENTANDO O ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO QUE FUNDAMENTA O ESTUDO</b> .....	41
3.1	<b>O interacionismo interpretativo</b> .....	41
3.1.1	O lugar do interacionismo interpretativo na trajetória histórica da pesquisa qualitativa: uma síntese .....	42
3.1.2	Das lacunas na pesquisa qualitativa interpretativa que o interacionismo interpretativo pretende preencher .....	44
3.1.3	Sobre convergências do interacionismo interpretativo com o sétimo momento da pesquisa qualitativa na visão de Denzin .....	45
3.1.4	O interacionismo interpretativo por ele mesmo na visão de Denzin .....	49
3.1.5	O pesquisador interacionista e suas intenções ao utilizar o interacionismo interpretativo como método .....	50
3.1.6	O método interacionista .....	54
3.1.7	Caracterizando a escrita interacionista: o texto performático e a descrição densa .....	59
3.2	<b>Desconstruindo o fenômeno a partir da teoria da aprendizagem social: ideias fundamentais e articulações com o arcabouço teórico-metodológico e com o contexto do estudo</b> .....	61
3.2.1	Aspectos fundamentais da teoria da aprendizagem social.....	62
3.2.2	Da relação entre ambiente, atividade e aprendizagem.....	63
3.2.3	Da relação entre ambiente, experiência e aprendizagem.....	64
3.2.4	Sobre ação, interação social e aprendizagem.....	66
3.2.5	Sobre relações de poder e aprendizagem.....	67
<b>4.</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS: APLICANDO O MÉTODO INTERACIONISTA NO ESTUDO DE PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	70
4.1	Formulação da pergunta de pesquisa .....	70
4.2	Desconstrução das concepções prévias do fenômeno .....	72
4.3	Captura do fenômeno .....	72
4.4	<i>Bracketing</i> .....	77
4.5	Construção .....	77

4.6	Contextualização .....	77
<b>5.</b>	<b>ADENTRANDO OS MICROUNIVERSOS DA INTERAÇÃO EM BUSCA DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DA COOPERAÇÃO, DA AUTOGESTÃO, DA SOLIDARIEDADE E DA AÇÃO ECONÔMICA .....</b>	<b>79</b>
5.1	<b>A história da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema .....</b>	<b>79</b>
5.2	<b>Histórias de vida .....</b>	<b>89</b>
5.2.1	A história de Celina .....	89
5.2.2	A história de Maria das Graças .....	96
5.2.3	A história de Denise .....	103
5.2.4	A história de Nair .....	114
5.2.5	A história de Janete .....	119
5.2.6	A história de Célia .....	126
5.2.7	A história de Loíse .....	133
5.3	<b>Bracketing: confrontando o fenômeno em seus próprios termos.....</b>	<b>140</b>
5.3.1	A origem familiar .....	142
5.3.2	Rumo à cidade de Diadema .....	143
5.3.3	As experiências de trabalho antes do artesanato .....	144
5.3.4	Enfrentando percalços na trajetória de trabalho .....	145
5.3.5	De funcionária à dona do próprio negócio .....	146
5.3.6	O encontro com o artesanato como trabalho .....	148
5.3.7	A aprendizagem do artesanato .....	150
5.3.8	Entrando para a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema .....	152
5.3.9	Para mim economia solidária é .....	154
5.3.10	É assim que eu aprendo, vivo e manifesto a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a ação econômica .....	156
	Cooperação .....	156
	Autogestão .....	160
	Solidariedade .....	163
	Ação econômica .....	166
5.3.11	Cinco instâncias de aprendizagem recorrentes nas histórias dos artesãos.....	170
5.3.12	Localizando na história da Associação as experiências de interação que influenciam nos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica .....	172
	A criação da feira de artesanato .....	172
	A criação da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema .....	173
	Cooperação .....	173
	Ação econômica .....	173
	Solidariedade .....	174
	Autogestão .....	174
	A chegada de um novo governo municipal .....	175
	Autogestão .....	177
	Solidariedade .....	178
	Cooperação .....	178
	Ação econômica .....	180
5.4	<b>Construção do fenômeno: juntando as partes e relacionando-as .....</b>	<b>181</b>

<b>5.5</b>	<b>Contextualização: ajustando para uma perspectiva mais ampla do mundo social aquilo que se aprendeu sobre o fenômeno</b> .....	188
	O percurso entre a aprendizagem do artesanato e a entrada do artesão para a Associação: um campo minado .....	189
	Processo seletivo versus inclusão social .....	190
	Processo seletivo versus autogestão .....	192
	O “velho mundo novo” da economia solidária .....	192
	O elefante só fica preso às correntes porque não sabe a força que tem e ninguém fez questão de lhe contar isso .....	196
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	201
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	212
	<b>APÊNDICE A</b> – Roteiro para entrevistas individuais de história de vida .....	216
	<b>APÊNDICE B</b> – Roteiro para entrevista semi-estruturada com a Associação de Artesãos .....	218
	<b>APÊNDICE C</b> – Termo de consentimento livre e esclarecido .....	220

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características da heterogestão e da autogestão de acordo com Singer.....	26
Quadro 2	Estrutura organizativa da economia solidária no Brasil segundo França-Filho.....	32
Quadro 3	Segmentos da economia solidária no Brasil segundo o MTE.....	33
Quadro 4	Empreendimentos Econômicos Solidários segundo o MTE.....	34
Quadro 5	Os oito momentos da pesquisa qualitativa.....	42
Quadro 6	Competências e comportamentos do pesquisador interpretativo crítico ao assumir sua posição em relação à vida.....	47
Quadro 7	Seis pressupostos que caracterizam o interacionismo interpretativo como abordagem pós-positivista e crítica em comparação com o positivismo lógico e a sociologia histórica.....	50
Quadro 8	Breve caracterização dos participantes da pesquisa .....	76
Quadro 9	Elementos que compõem a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a ação econômica.....	141
Quadro 10	<i>Bracketing</i> : Frases-chave que representam os elementos que compõem as histórias de vida dos participantes da pesquisa.....	142

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Abordagens para o estudo da economia solidária.....	19
Figura 2	Princípios norteadores da economia solidária de acordo com a SENAES.....	22
Figura 3	Articulação das redes e fóruns com os demais segmentos organizativos da economia solidária no Brasil.....	36
Figura 4	As seis etapas do processo interacionista.....	55
Figura 5	Feira de artesanato de Diadema-SP.....	73
Figura 6	Instâncias de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica na perspectiva das participantes da pesquisa.....	171
Figura 7	Relação entre a Associação e o poder público local quanto aos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica.....	181
Figura 8	Esquema para a construção do fenômeno.....	181

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AO	Aprendizagem Organizacional
AAAPD	Associação dos Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EAF	Entidade de Apoio e Fomento
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
ECOSOL	Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia
IPEPS	Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UNICAFES	União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISOL	União e Solidariedade de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social

## 1. INTRODUÇÃO

A aprendizagem organizacional (AO) tem motivado diferentes tipos de debates no campo dos estudos organizacionais. Nas décadas de 1950 e 1960 eles são caracterizados pelo foco concentrado no estabelecimento de prescrições capazes de orientar as empresas sobre como agir para promover a aprendizagem que leva a um desempenho superior ao da concorrência (COELHO; GODOY, 2011). Nos anos de 1990 a visão é ampliada e a AO passa a ser compreendida como um processo construído socialmente pelas interações entre os indivíduos no ambiente de trabalho (ELKJAER, 2003). Essa perspectiva leva à realização de pesquisas em AO que visam compreender ‘o que’ e ‘como’ as pessoas aprendem ao participarem dos diversos processos que compõem o dia-a-dia delas nas organizações. A partir daí a pesquisa em AO registra um crescimento exponencial e evidencia seu caráter multifacetado e multidisciplinar (GODOY; ANTONELLO, 2011).

Este estudo de pesquisa encontra justificativa em lacunas evidenciadas no panorama dos estudos brasileiros sobre AO. Godoy e Antonello (2011) apontam que no Brasil as pesquisas em AO giram em torno de nove focos investigativos. Os que concentram a maior quantidade de pesquisas são aqueles relacionados aos fatores ou variáveis que interferem na aprendizagem nas organizações, à aprendizagem gerencial e à confirmação da eficiência de modelos de gestão da aprendizagem ou à proposta de novos. Depois desses aparecem os estudos com foco no estado da arte e métodos de pesquisa em AO e na aprendizagem envolvendo redes e cooperação. Os menos abordados envolvem temáticas relacionadas ao treinamento e desenvolvimento, à aprendizagem grupal e comunidades de prática, à aprendizagem e competências tecnológicas e à aprendizagem organizacional como perspectiva para a compreensão de outros fenômenos organizacionais.

As autoras apontam a inexistência de um foco investigativo que traga para a agenda de discussões em AO no Brasil um tipo de questionamento que permita avançar em relação à perspectiva dos anos de 1990. Em vez de indagar sobre ‘o que’ e ‘como’ as pessoas aprendem na organização, deve-se perguntar ‘o que’ e ‘como’ os ambientes sociais e as formas de participação influenciam nas práticas particulares de atividade e de conhecimento (ANTONELLO; GODOY, 2011a). “Clarificar como o processo de aprendizagem dos atores organizacionais está imbricado nos ambientes sociais pode ser uma importante trilha a ser aberta pelos pesquisadores brasileiros” (ANTONELLO, GODOY, 2011a, p. 588).

Este trabalho está situado nesse novo foco proposto por Antonello e Godoy (2011a). Além disso, atende a uma necessidade da agenda de pesquisa de AO no Brasil que diz respeito



a contemplar estudos em segmentos de organizações diferentes dos tradicionais. Propõe estudar os processos de aprendizagem no contexto da economia solidária a partir dos quatro princípios norteadores definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego: a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a ação econômica (SIES, 2007). A **questão de pesquisa** que orienta o estudo é: *como se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica de empreendedores da economia solidária pertencentes a uma associação de artesãos para atuarem nessa outra economia?* Responder a essa questão implica em desdobrá-la nos objetivos a seguir.

O **objetivo geral** é: *identificar, descrever e analisar como se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos artesãos em questão.* Os **objetivos específicos** são: *identificar quem são os sujeitos de aprendizagem da economia solidária (como são definidos e onde se localizam), por que eles aprendem (que motivos os levam a aprender), o que aprendem (quais conteúdos eles aprendem e quais são os desfechos disso), como aprendem (quais são as ações-chave dos processos de aprendizagem).* Além dos apontamentos de Antonello e Godoy (2011a, 2011b, 2011c) já mencionados, o objetivo é inspirado em Engeström (2001) para quem qualquer teoria da aprendizagem deve responder pelo menos a essas quatro questões centrais.

Esses objetivos se relacionam a uma lacuna apontada por Godoy e Antonello (2011) que identifica escassez de estudos em AO realizados sob a ótica de abordagens sociais. Segundo as autoras, nos estudos brasileiros há predominância das abordagens psicológica e da Ciência da Administração, com grande incidência de investigações sobre processos cognitivos e sobre a relação entre aprendizagem, mudança e desempenho organizacional.

Dessa forma, a proposta deste estudo é articular um arcabouço teórico fundamentado numa perspectiva paradigmática interpretativa e construcionista para as ciências humanas e sociais (GEPHART, 1999) e que integra duas abordagens: o interacionismo interpretativo (DENZIN, 2001) e a teoria da aprendizagem social (ELKJAER, 2003). Trata-se de abordagens convergentes que colocam as experiências vividas pelas pessoas no seu cotidiano como pontos de partida para a compreensão dos fenômenos sociais. É importante esclarecer que o interacionismo interpretativo é apresentado por Denzin (2001) e utilizado neste estudo como um paradigma de pesquisa fértil para as disciplinas do campo das ciências sociais aplicadas e como arcabouço teórico que ajuda a entender as experiências de vida que alteram e moldam o significado que as pessoas dão para si mesmas e para as próprias vivências. Adicionalmente, a teoria da aprendizagem social desenvolvida por Elkjaer (2003) é tomada como referência por acreditar-se que é uma vertente de estudo da AO que, por ser convergente com o

interacionismo interpretativo, pode ajudar a refletir sobre os dados empíricos do estudo aqui relatado.

Além de trazer um conjunto de reflexões que permitem ampliar o conhecimento sobre aprendizagem em contextos organizacionais diferentes daqueles da economia privada tradicional, o estudo ainda apresenta uma análise de como o interacionismo interpretativo pode contribuir como abordagem teórico-metodológica para a compreensão dos processos de aprendizagem no âmbito da economia solidária.

Este trabalho é relevante porque permite preencher as lacunas no campo da aprendizagem organizacional que aqui foram citadas. Além disso, possibilita utilizar o interacionismo interpretativo como referencial teórico, além de metodológico, numa pesquisa no campo dos estudos organizacionais e da aprendizagem, o que é algo singular. A cartografia elaborada por Godoy e Antonello (2011) indica que a abordagem interacionista interpretativa, conforme preconiza Denzin (2001), não tem sido utilizada nas pesquisas em AO no Brasil.

Além deste capítulo de introdução, o estudo está organizado em mais cinco capítulos. O segundo cumpre a função de elencar aspectos conceituais e históricos da economia solidária em grau de profundidade suficiente para contextualizar o campo de pesquisa e permitir caminhar na direção do tema central do estudo que são os processos de aprendizagem dos princípios norteadores dessa outra economia.

O terceiro capítulo é destinado a apresentar o interacionismo interpretativo (DENZIN, 2011) e a teoria da aprendizagem social (ELKJAER, 2003) como arcabouço teórico e metodológico que fundamenta o estudo apresentado. O quarto tem a finalidade de esclarecer os procedimentos metodológicos utilizados para a aplicação da perspectiva interacionista interpretativa na pesquisa e as escolhas inerentes a esse processo. O quinto capítulo identifica, descreve e analisa como se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos artesãos em questão, e o sexto volta-se às considerações finais do trabalho.

## **2. CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE ESTUDO: ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Quem assistiu à cerimônia de abertura dos jogos olímpicos de Londres, ocorrida em julho de 2012, acompanhou, em forma de espetáculo teatral, a transformação histórica da sociedade rural para a industrial. De forma grandiosa e bela de se ver, o espetáculo privilegiou a referência à Revolução Industrial e à Grã-Bretanha como o começo e o berço, respectivamente, de uma história de conquistas e progresso para a humanidade que se perpetua desde o século XIX até os dias de hoje. As cenas mostraram o nascedouro da economia capitalista, que, àquela época, teve como traços marcantes a ascensão das máquinas sobre o trabalho artesanal e a transformação de camponeses em proletariado.

Diante da beleza artística daquela apresentação e do apelo ao desenvolvimento por ela evocado é compreensível se muitos espectadores tiverem se esquecido, mesmo que temporariamente, do lado feio e ruim dessa história. O modo de produção capitalista, desde sua concepção, traz consigo a desigualdade social, ao dividir as pessoas em dois grupos básicos: os que detêm o capital e os que não o detêm. O primeiro grupo é conhecido como o dos “proprietários” e no segundo ficam os “empregados”, aqueles que por não serem possuidores de capital vendem sua força de trabalho aos primeiros e a eles se submetem. Tal desigualdade levou ao quadro que se retrata do período inicial do capitalismo como uma época de grande exploração do empregado pelo proprietário. Conta-se que as jornadas de trabalho eram de 12 a 15 horas diárias, que crianças eram admitidas para trabalhar como se fossem adultos, que as condições de trabalho nas fábricas eram insalubres e que a fadiga e a debilidade física dos empregados eram evidentes. Um breve levantamento que qualquer pessoa pode fazer na Internet nos dias de hoje revelará não só relatos dessas condições como também fotografias e vídeos que registram algumas delas.

O que muitos dos que assistiram ao belo espetáculo inaugural do evento olímpico naquela tarde de sexta-feira talvez não saibam é que pouco tempo após o nascimento do capitalismo industrial, no século XIX, mais especificamente na Grã-Bretanha, surgiu a economia solidária como reação ao empobrecimento que o modo capitalista de produção provocou sobre os artesãos. Examinar um pouco dessa história é o objetivo da primeira parte deste estudo.

França-Filho (2007) apresenta cinco abordagens por meio das quais a economia solidária pode ser estudada:

a) Discussão conceitual: implica em refletir sobre o agir econômico em sociedade sob diferentes perspectivas: economicista, antropológica etc. A consequência desse tipo de discussão deve ser o fortalecimento da compreensão teórica acerca da economia solidária;

b) Discussão contextual: a economia solidária se coloca como um fenômeno investigativo e o objetivo é analisar como ela se apresenta na relação com contextos sociais contemporâneos importantes como a exclusão social, o combate à pobreza, a crise do trabalho, a desigualdade social, o desenvolvimento local sustentável etc;

c) Estudo de caso: a economia solidária também pode ser analisada como um estudo de caso com o objetivo de investigar detalhadamente suas práticas organizativas e experiências concretas;

d) Metodologia de intervenção: na abordagem intervencionista, a economia solidária será examinada como uma tecnologia social que possibilita geração de trabalho e renda em locais com alto grau de vulnerabilidade e exclusão social. Aqui ela é vista como uma ferramenta de intervenção para promover transformações sociais;

e) Política pública: implica em discutir a economia solidária como um novo gênero de política pública que deve produzir efeitos e alcançar resultados. Essa é a mais recente forma de abordar o tema, segundo o autor.

Graficamente, o panorama de tratamento da economia solidária como temática pode ser representado pela Figura 1.

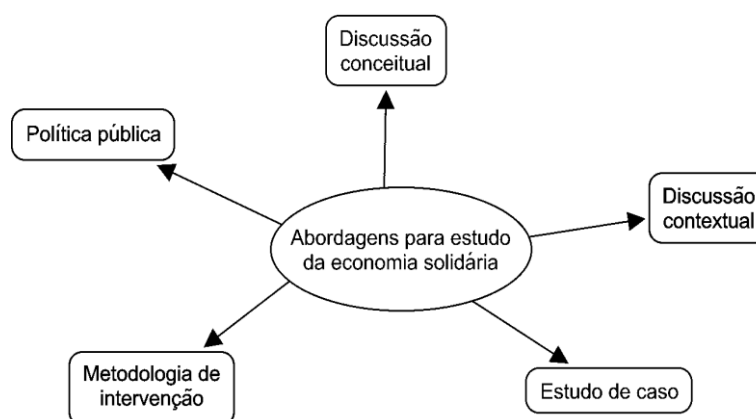


Figura 1: Abordagens para o estudo da economia solidária  
Fonte: elaborado pela autora com base em França-Filho (2007).

Como se observa, a economia solidária pode ser tratada de modo abrangente. Uma forma não exclui a outra e o pesquisador pode optar por tratar o tema em dimensões múltiplas.

Esta parte do estudo é destinada a olhar para a temática nas perspectivas conceitual e contextual. Ela está organizada em três seções que procurarão responder às seguintes questões:

- 1) O que é e como funciona a economia solidária?
- 2) Por que e como surgiu a economia solidária?
- 3) Como a economia solidária se apresenta no Brasil?

Cumpra-se aqui a função de apresentar aspectos conceituais e históricos da economia solidária em grau de profundidade suficiente para contextualizar o campo de pesquisa e permitir caminhar na direção do tema central do estudo que são os processos de aprendizagem dos princípios norteadores desse tipo de economia.

### **2.1. Economia solidária: o que é e como funciona essa “outra economia”**

A economia solidária, como o capitalismo, é um modo de produção (SINGER, 2002). É uma forma possível de se fazer economia (FRANÇA-FILHO, 2007). É um conjunto de atividades econômicas que não estão centradas em torno do acúmulo de capital, da economia de mercado, da competição e do alcance de interesses individuais, como no sistema capitalista, mas que se organizam a partir de fatores humanos, da reciprocidade e dos laços sociais (LECHAT, 2002). É uma forma social solidária de produção (GAIGER, 2003). Enquanto o princípio norteador do capitalismo é o direito à propriedade individual aplicada ao capital, a economia solidária se baseia no princípio da propriedade coletiva ou associativa do capital. França-Filho (2007, p. 160) define a economia solidária como

iniciativas de natureza associativa ou cooperativa que envolvem moradores que, num determinado contexto territorial, buscam a solução de problemas públicos concretos, relacionados à sua condição cotidiana de vida, através do fomento à criação de atividades socioeconômicas.

O autor explica que essas atividades são oriundas de necessidades reais dos moradores de um local e que por isso estimulam ali uma lógica de rede envolvendo produtores, prestadores de serviços e consumidores. Trata-se de um tipo de economia em que oferta e demanda não são autorreguladas pelo mercado, como na economia capitalista. Diferente disso, a economia solidária estimula a livre associação entre produtores e consumidores e quem regula o que será ou não produzido e oferecido são os próprios moradores, que discutem isso democraticamente tendo como referência para as decisões as necessidades da comunidade local. Daí advém uma das principais características dessa ‘outra economia’, qual seja, a construção conjunta de oferta e demanda, posto que articula dimensões socioeconômicas e

sociopolíticas na forma de ação pública em que moradores debatem politicamente as problemáticas da comunidade e tomam decisões sobre seu destino.

Como forma social e solidária de produção, os empreendimentos de economia solidária são singulares. A autogestão e a cooperação, conceitos que serão examinados adiante, modificam o princípio e a extração do trabalho, especialmente do excedente (GAIGER, 2003). Assim, nesses empreendimentos:

a) predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada a sua apropriação individual ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade. (GAIGER, 2003, p. 191)

Silva (2011, p. 54) considera a economia solidária como “um modo de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo, que privilegia o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade”. Nesse modelo as relações sociais de produção são democratizadas, o que devolve ao trabalho a característica da emancipação ao considerar o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica (SILVA, 2011; GAIGER, 2003).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil define a economia solidária como “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem” (BRASIL, 2012). O MTE considera e trata a economia solidária não só como uma alternativa para gerar trabalho e renda, mas como um modo de promover a inclusão social que admite múltiplas formas: cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionadas e redes de cooperação, dentre outras.

São quatro os princípios norteadores da economia solidária declarados pelo MTE: cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade. Considera-se que se complementam e não funcionam isoladamente, mas podem ser observados e compreendidos como categorias de análise do tema (SIES, 2007).

Entende-se por cooperação:

Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades. (SIES, 2007, p. 17)

Por autogestão:

Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesse. (SIES, 2007, p. 17)

Por ação econômica:

Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. (SIES, 2007, p. 17)

Por solidariedade:

Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores. (SIES, 2007, p. 17)

A Figura 2 é utilizada pela SENAES para ilustrar a complementaridade e a inseparabilidade dos princípios norteadores da economia solidária conforme já se mencionou.

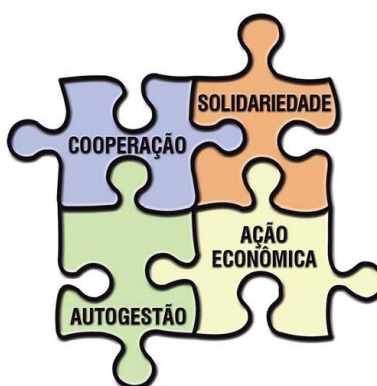


Figura 2: Princípios norteadores da economia solidária de acordo com a SENAES  
Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil (SIES, 2007, p. 17)

Os trechos a seguir abordam alguns aspectos relacionados a esses princípios: competição *versus* solidariedade e autogestão *versus* heterogestão.

### **Competição *versus* solidariedade**

No capitalismo, a competição é um fator preponderante que, segundo Singer (2002), produz vantagens e desvantagens para o consumidor e para as próprias empresas. Ela possibilita ao consumidor escolher o produto que o satisfaz ao menor preço que está disposto a pagar e às empresas o estímulo para que a melhor vença. Vencer, na lógica da competição, significa vender mais, obter mais lucro e crescer. Perder significa vender menos, obter prejuízo, não conseguir mais clientes e, conseqüentemente, fechar as portas. Vencerá aquela empresa que melhor atender aos consumidores. Aqui é importante abrir um parêntesis para dizer que essa lógica só obtém sucesso se necessariamente os consumidores possuírem dinheiro. A possibilidade de escolha é usufruída somente por aqueles com poder aquisitivo. Pobres meramente conseguem consumir o que lhes é necessário para a sobrevivência.

Um fator de absoluta relevância a respeito da competição, dados os efeitos sociais que provoca, é que “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (SINGER, 2002, p. 8). É por isso que empresários falidos dificilmente conseguem novos financiamentos bancários, pessoas que ficam muito tempo desempregadas têm dificuldade em arranjar emprego e outros exemplos. Por sua vez, aqueles que descendem de outros que acumularam capital e prestígio profissional possuem grande vantagem ao entrarem na competição econômica em comparação com os que herdaram ruína, empobrecimento e exclusão social, enfatiza o autor. A economia competitiva, característica do modo de produção capitalista, produz uma sociedade de desiguais com grande polarização entre ganhadores e perdedores.

Singer (2002, p. 9) entende que “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”. A lógica, nesse caso, é a da solidariedade, da cooperação e não da competição. A base da solidariedade está na combinação harmoniosa de pessoas organizadas igualitariamente que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar em benefício do atendimento de necessidades humanas. “A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 9).

A esse respeito o MTE considera que

o caráter da solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (BRASIL, 2012)

Singer (2002) aponta a cooperativa de produção como o protótipo da empresa solidária. Os sócios têm a mesma parcela do capital e o mesmo direito de voto nas decisões. Tanto o lucro quanto o prejuízo e os esforços para saldar dívidas assumidas são divididos igualmente entre eles. Os princípios da economia solidária citados por Singer (2002) têm a propriedade de unir “todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica” (p. 10). Ainda sobre essas diferenças Gaiger (2003, p. 193) afirma:

as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital.



Outra dimensão que diferencia sobremaneira a empresa capitalista da solidária, segundo Singer (2002), diz respeito à forma como os ganhos são repartidos. É comum nas empresas capitalistas que os funcionários recebam salários desiguais, regidos por tabelas que precificam cada tipo de trabalho. Tanto os empregados são livres para mudar para empresas que paguem melhor, quanto as empresas o são para dispensá-los e procurar por outros que produzam mais e melhor. A lei da oferta e procura de trabalho e trabalhadores provoca o escalonamento não só na remuneração como também nos demais elementos que fazem parte da compensação que o trabalhador recebe por seu trabalho: benefícios, bônus, prêmios etc, além de aspectos ligados a expectativas de carreiras.

Na empresa solidária, em vez de receber ‘salários’ os sócios fazem ‘retiradas’ que podem ser iguais ou diferenciadas, a depender de decisão tomada coletivamente por eles em assembleia. Sobre isso, Singer (2002) esclarece que, embora na empresa solidária os montantes que as pessoas obtêm por seu trabalho também possam ser diferenciados, a lógica que rege essa prática é que a difere daquela do modelo capitalista. Não se está diante de uma mera mudança de nomenclatura.

Na empresa capitalista o escalonamento se dá tendo em vista a maximização do lucro, ou seja, é preciso garantir em primeiro lugar que a empresa mantenha uma taxa de lucro maior ou igual à média da concorrência. Quanto melhor esse resultado, maior será o montante a ser recebido pela alta administração como participação nos lucros. Existem, pois, interesses pessoais em jogo nessa lógica de repartição dos ganhos. Uma vez garantidos esses fatores se distribui o restante dos ganhos em forma de salários escalonados.

Quando a empresa solidária opta por trabalhar com regime de retiradas diferenciadas, algumas razões se colocam em questão. Pode haver uma herança cultural do modelo capitalista que faz com que os cooperados entendam e achem justo que certas tarefas e responsabilidades valham mais que outras. De fato, eles não conseguem se desvencilhar facilmente da noção de hierarquia que é comum nas empresas capitalistas.

Outra razão seria o medo de perder para as empresas capitalistas aqueles sócios mais qualificados que poderiam lá receber melhor remuneração. Essa segunda razão não deixa de estar ligada à primeira, na medida em que essas pessoas, de alguma forma, ainda estão presas à questão da hierarquia presente no modelo capitalista. Elas abrem mão daquilo que poderiam receber se trabalhassem para o capital desde que façam retiradas maiores que os demais sócios, especialmente os menos capacitados. Além disso, acrescenta Singer (2002), existem casos em que elas sofrem pressão de seus familiares, que nem sempre compartilham dos valores e ideais

da economia solidária. Ainda assim, a lógica que rege o modelo de diferenciação na repartição dos ganhos é outra.

Na economia solidária admite-se a diferenciação por se entender que “pagar melhor a técnicos e administradores permite à cooperativa alcançar ganhos maiores que beneficiam o conjunto de sócios, inclusive os que têm retiradas menores” (SINGER, 2002, p. 13). A esse respeito o filósofo Rawls (2000), citado por Singer (2002), admite que se possa tolerar alguma desigualdade quando ela servir para melhorar a situação em longo prazo da parcela menos afortunada da sociedade. Além disso, a diferenciação não fragiliza a cooperação típica da economia solidária. “O maior interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho, são fatos relacionados com a cooperação” (GAIGER, 2003, p. 193) que são perfeitamente mantidos e favorecem o rendimento da atividade associativa.

Como se vê, as decisões relativas ao capital são tomadas por pessoas diferentes e segundo lógicas diferentes em empresas capitalistas e solidárias. O poder e o interesse dos acionistas sempre prevalecerão na empresa capitalista e o dos sócios na de economia solidária. E qual é o interesse dos sócios?

[...] manter e reforçar a solidariedade entre eles. [...] promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modelo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas. (SINGER, 2000, p. 16)

### **Heterogestão *versus* autogestão**

Singer (2002) explica que a heterogestão é o modelo de administração da empresa capitalista e a autogestão corresponde ao da empresa solidária. Para o MTE (BRASIL, 2012) a autogestão implica em que os participantes do empreendimento solidário exercitem técnicas participativas para fazer a gestão dos diferentes processos de trabalho. Ainda que utilizem apoio externo de capacitação, técnicas etc, isso não deve ser impedimento para que exerçam o protagonismo da autogestão e sejam sujeitos de suas ações. O Quadro 1 organiza as características que Singer (2002) utiliza para descrever os dois modelos. Para torná-lo mais didático ele está estruturado em dez categorias de identificação.

Quadro 1

Características da heterogestão e da autogestão de acordo com Singer (2002)

Categories	Heterogestão	Autogestão
Tipo de empresa que utiliza	Empresa capitalista	Empresa solidária
Sistema de administração	Hierárquico	Democrático A depender do tamanho da empresa os sócios admitem certo nível de hierarquia como estratégia de gestão
Sistema de tomada de decisão	Por meio da autoridade conferida aos ocupantes dos níveis hierárquicos	Quando a empresa é pequena os sócios se reúnem em assembleia para decidir. Quando a empresa é grande os sócios elegem delegados por setor ou departamento, os quais se reúnem e deliberam em nome de todos Quando as decisões são de rotina quem decide são os encarregados ou gerentes escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios
Modo como as hierarquias são estabelecidas	Dos níveis mais altos para os mais baixos. A autoridade maior é a do nível mais alto	Os níveis mais altos são delegados pelos mais baixos. A autoridade maior é a da assembleia de todos os sócios
Modo como a comunicação flui	Informações e consultas fluem de baixo para cima. Ordens e instruções fluem de cima para baixo	Informações e consultas fluem de cima para baixo. Ordens e instruções fluem de baixo para cima
Grau de informação que os participantes devem ter sobre a empresa	Os níveis mais baixos sabem muito pouco da empresa, o suficiente para cumprir suas tarefas. À medida que sobem na hierarquia o conhecimento sobre a empresa se amplia. Os níveis mais altos devem (em tese) saber tudo sobre a empresa para poder tomar decisões estratégicas	É necessário que todos os sócios conheçam a empresa e saibam o que acontece nela, bem como as alternativas para solucionar cada problema
Relação com a competição interna	Setores e departamentos competem internamente por recursos para investimentos. O excesso de competição interna pode prejudicar a empresa se os membros sonegarem informações aos setores rivais com o intuito de enfraquecê-los	Como todos os participantes precisam saber o que acontece com a empresa e participar das decisões, mesmo que por intermédio de delegados, a competição interna não encontra terreno fértil. Não é necessário saber quem é melhor que quem
Relação com a cooperação	Em razão da competição interna, lida com a cooperação de forma contraditória. Cooperar com o colega pode significar fortalecer o concorrente interno. Por outro lado, não cooperar com ele pode levar a empresa inteira ao fracasso	O compartilhamento de informações como prática solidária leva à cooperação inteligente entre os sócios, sem que haja a necessidade de saber quem é o melhor de todos
Principal dificuldade	Coibir o excesso de competição sem coibir a competição sadia. Encontrar fórmulas que equilibrem competição e cooperação de forma que permita extrair o máximo de trabalho e eficiência do trabalhador	Lidar com o desinteresse dos sócios em se esforçar para além do trabalho de rotina e envolver-se pessoalmente com as decisões da empresa. Às vezes preferem delegar à direção para que ela decida no lugar deles
Principal mérito	A eficiência econômica	O desenvolvimento humano que proporciona aos participantes

Fonte: elaborado pela autora com base em Singer (2002).

Vistas essas características, cabe aqui destacar que na opinião de Singer (2002) tanto a heterogestão quanto a autogestão são modalidades de administração que não cabem ser avaliadas na perspectiva de se identificar qual delas é a melhor. Seria um esforço em vão tentar compará-las com essa finalidade posto que cada qual serve a fins diferentes. Para a empresa capitalista, cujos donos almejam torná-las cada vez mais competitivas e lucrativas, a heterogestão é o modelo certo. O campo no qual a autogestão é o modelo pertinente é o das empresas solidárias que, além de se tornarem economicamente produtivas, devem promover a democracia e a igualdade entre seus participantes. Acrescente-se a isso o fato de que a autogestão permite ao trabalhador retomar o controle da força produtiva, não ser mais um elemento descartável e não manter-se mais separado do produto de seu trabalho. Ao contrário, ele retoma as condições necessárias para uma experiência integral com o trabalho (GAIGER, 2003; SILVA, 2011).

A autogestão é outro diferencial da economia solidária, que assume concretude em um conjunto significativo de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, contribuindo para a emancipação do trabalho ao tornar cada pessoa associada consciente e corresponsável pelos interesses e objetivos, que são assumidos coletivamente. (SILVA, 2011, p. 61)

Os próximos trechos deste estudo trazem, de forma resumida, o contexto histórico que envolve o surgimento da economia solidária na Europa e no Brasil. Eles são úteis para elucidar as ideias e ideais de igualdade expressos até aqui.

## **2.2. Primórdios da economia solidária na Europa: alguns destaques a título de contextualização do campo**

Singer (2002) cita o britânico Robert Owen como precursor da economia solidária na forma de cooperativismo. Embora fosse um industrial, Owen, ao contrário de muitos de seus contemporâneos, mostrava-se preocupado com o bem estar das pessoas que trabalhavam para ele em suas indústrias têxteis. Lá a jornada de trabalho era limitada e não havia trabalho infantil. Para as crianças ele construiu escolas.

Esse modo de pensar e agir de Owen provocou mudanças na vida do proletariado, comparado ao padrão da época, impactando positivamente na produtividade. Os resultados das indústrias dele nesse quesito eram altos e despertaram grande interesse de outros proprietários por conhecer seu estilo de administração, especialmente como ele conseguia recuperar sob a forma de lucro o gasto com o bem estar dos empregados.

A ligação desse homem com a economia solidária começou com a ideia de se criarem as Aldeias Cooperativas como estratégia para superar os efeitos da crise econômica por que

passou a Grã-Bretanha com o fim das guerras lideradas por Napoleão Bonaparte na Europa. Como não havia mais demanda por armas, navios e demais artigos consumidos durante as guerras e cujos processos produtivos empregavam muitos britânicos, aumentou o desemprego, a pobreza e a capacidade das pessoas de consumir e, assim, alimentar a economia.

As Aldeias Cooperativas abrigariam em torno de 1.200 pessoas que produziriam o próprio sustento por meio do trabalho na terra e nas indústrias. “Os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados” (SINGER, 2002, p. 26). O governo deveria ajudar a criar essas aldeias e em pouco tempo receberia de volta o montante investido, já que seria possível a economia de recursos estatais, uma vez que não haveria mais pessoas desempregadas a serem sustentadas pelo Estado. Sem trabalho não há como obter expansão de riquezas numa sociedade.

Segundo Singer (2002) a ideia de implantação das Aldeias Cooperativas, de Owen, não foi bem recebida pelo governo britânico porque soou que se tratava do estabelecimento de um novo sistema econômico que não seria interessante para o capitalismo. Especialmente a classe mais alta da sociedade repudiou a iniciativa e influenciou a decisão do governo de não implementá-la. O autor escreve que Owen chegou a implantar uma dessas aldeias no ano de 1825, em New Harmony, estado de Indiana, nos Estados Unidos, para onde se dirigiu após a negativa do governo britânico. Essa aldeia durou cerca de nove anos, mas depois desse tempo acabou sucumbindo a forças econômicas e políticas. Foi quando Owen retornou à Inglaterra e lá verificou que os seguidores que havia deixado implantaram sua ideia e criaram várias sociedades cooperativas pelo país.

Singer (2002) enumera as primeiras iniciativas cooperativas, ao modelo de Owen, criadas na Inglaterra. A primeira delas foi conduzida por jornalistas e gráficos de Londres que decidiram viver em comunidade e partilhar os ganhos de suas atividades profissionais. Essa comunidade criou o primeiro jornal cooperativo, *The Economist*, publicado em 1821 e 1822.

Outras iniciativas foram a *London Co-operative Society*, o jornal *The Political Economist and Universal Philantropist* e a Comunidade de Orbiston, fundada em 1826. Esta última chegou a experimentar ações relacionadas à educação e também criou um sistema de repartição de renda baseada no mesmo valor pago por horas trabalhadas por qualquer pessoa da comunidade. Ela foi desfeita por questões relativas à herança familiar envolvendo o local onde estava estabelecida e que precisou ser vendido. Aliás, percebem-se na história desses primeiros empreendimentos alguns traços em comum, qual sejam, a curta duração e a extinção ocasionada por questões familiares envolvendo os fundadores.

A experiência da *Brighton Co-operative Trading Association*, um armazém cooperativo, e das demais cooperativas que se originaram a partir dele em outras localidades da Inglaterra, não foi diferente. Por outro lado, a história também revela o potencial de disseminação e de aceitação dessa forma de economia, mais solidária, pelas categorias não capitalistas. Afirma Singer (2002) que em 1828 o jornal *The Co-operator* registrava a existência de somente quatro cooperativas, na metade de 1829 o número havia subido para 70 e ao fim do mesmo ano fechou em 130. O último registro desse jornal ao encerrar sua veiculação foi em agosto de 1830 e contabilizou 300 cooperativas por toda a Inglaterra.

Concomitantemente ao aumento das iniciativas de cooperativismo no país, o movimento sindical também crescia incentivado por questões trabalhistas alcançando as indústrias e o proletariado. De fato, as lutas de classe serviram como fomento ao crescimento do número de cooperativas. Nos segmentos em que a produção não dependia muito das máquinas, os operários grevistas, em vez de ficarem ociosos, preferiam iniciar cooperativas como forma de concorrer com seus empregadores. “A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão” (SINGER, 2002, p. 29).

Muitas sociedades cooperativas surgiram desse movimento e ao lado delas estavam também aquelas originalmente chamadas por Owen de Aldeias Cooperativas. Estas se diferenciavam das cooperativas operárias por se preocuparem em integrar produção e consumo e por incentivarem a prática do escambo. Das aldeias *owenistas* surgiram os bazares ou bolsas de troca de produtos que incluíam também aqueles das cooperativas operárias. Singer (2002) cita que foi essa interação que viabilizou economicamente as cooperativas.

Por volta de 1833 as bolsas de troca passaram a operar com intermediação de uma moeda própria denominada Notas de Trabalho, cujas unidades eram horas de trabalho. Havia um sistema que calculava quanto valiam os produtos na moeda própria. Pela leitura desse trecho da história, percebe-se que a utilização das Notas de Trabalho fez abolir relativamente o princípio do escambo, pois em seu bojo havia a ideia de que determinado trabalho valia mais do que outro. Apesar de seu cálculo de equivalência não levar em conta a margem de lucro relativa ao capital investido, como na economia comercial, o que se observou de fato foi que ao longo de determinado tempo as bolsas de troca passaram a registrar lucros e até a fazer doações desses excedentes. De qualquer forma, essa iniciativa também foi de curta duração – apenas um ano.

O que se seguiu depois dessa época, considerada os primórdios da economia solidária, foram mais histórias de lutas de classe entre sindicatos e capitalistas, utilizando-se as

cooperativas operárias como armas para tirar-lhes o mercado. Singer (2002, p. 35) refere-se a esse período como “cooperativismo revolucionário” que “torna evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo”.

Para Singer (2002) é importante também mencionar a experiência francesa protagonizada por Charles Fourier, criador da organização social conhecida como falanstério. Nesse tipo de sociedade o trabalho deveria ser organizado de tal forma que se tornasse atraente para as pessoas. Estas escolheriam no que trabalhar segundo as próprias paixões, o que as levaria a serem mais produtivas e a se entregarem à atividade econômica com tal intensidade que pouco se importariam com remuneração.

Embora aparentemente trate-se de um sistema em que a coletividade estaria em destaque, Singer (2002, p. 36) aponta que

o falanstério não é coletivista como a Aldeia Cooperativa de Owen. Nele se preservam a propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária. O resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento. E ele concebe um engenhoso sistema de mercado que deve conciliar as preferências por diferentes tipos de produto dos membros enquanto consumidores e por diferentes tipos de trabalho dos mesmos enquanto produtores.

O sistema criado por Fourier possui dois dispositivos para redistribuir a renda e evitar a polarização de ricos e pobres: a) como todos são acionistas, quanto menos ações um indivíduo possui mais ela vale; b) todas as pessoas têm uma renda mínima, ainda que não trabalhem. Esses mecanismos também têm a função de proporcionar que ninguém dependa do trabalho para viver, por isso a necessidade de haver uma renda cidadã suficiente para se viver dignamente para que as pessoas possam estar livres para desenvolverem suas paixões pelo trabalho.

Essa abordagem obteve muitas adesões na França entre 1825 e 1848, mas as experiências práticas, relata Singer (2002), aconteceram nos Estados Unidos com a criação de associações que aplicavam os princípios de Fourier. Todavia, a exemplo daquelas iniciativas que seguiam o modelo de Owen, estas também duravam pouco – cinco ou seis anos.

Sobre esses primórdios da economia solidária na Europa, Lechat (2002) chama a atenção para o fato de que o surgimento de tais empreendimentos está sempre ligado a grandes crises econômicas do sistema capitalista configuradas por ondas de declínio e ascensão desse modo de produção.

Entre 1840 e 1850 a crise foi marcada, como já mencionado, pelo sentimento de revolta dos operários e dos artesãos – que se recusavam a tornarem-se proletários – em relação às péssimas condições de trabalho nas fábricas que culminavam em doenças, acidentes e mortes.

Essas pessoas transformavam-se, então, em concorrentes dos capitalistas criando sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção.

De 1873 a 1895 outra crise levou pequenos produtores na França a investirem em cooperativas agrícolas e de poupança. Essas associações chegaram a ser reconhecidas por lei em 1901.

De 1929 a 1932, a depressão econômica que se instalou em vários países da Europa, bem como nos Estados Unidos, obrigou os governos a instituírem políticas econômicas e sociais. Antecipadamente a tais medidas, conta a história que os próprios operários já haviam se organizado em cooperativas de consumo e de habitação.

De 1977 a 1984 uma nova e forte crise do sistema capitalista provocou o fechamento de muitas fábricas e aumentou o desemprego. Novamente, o cooperativismo foi a solução utilizada para salvar ou criar empregos. Especificamente, várias empresas passaram a funcionar no modelo de autogestão pelos próprios trabalhadores apoiados por sindicatos. O período compreendido entre 1980 e 1985 registrou aumento significativo da quantidade de cooperativas de trabalhadores na Europa.

### **2.3. Economia solidária no Brasil: propulsores, estrutura organizativa e perspectivas**

Se na Europa a economia solidária surgiu como forma de manifestação contra as condições de trabalho degradantes a que as pessoas eram submetidas nas indústrias do século XIX, no Brasil sua origem está ligada ao processo de exclusão social e desemprego estrutural que se instalaram no País em consequência da crise econômica mundial dos anos de 1980. Essa situação motivou pessoas a se organizarem em torno de alternativas para subsistência diante da escassez de empregos, o que incluiu a busca por modelos fora do sistema econômico predominante.

Fischer (2002) e Silva (2011) lembram que a Constituição de 1988 no Brasil e o processo de redemocratização do País viabilizaram a economia solidária aqui, uma vez que passaram a ser garantidos o direito à liberdade de associação e o uso dos espaços públicos para realização de atividades de geração de renda e os movimentos ampliaram sua capacidade de organização, reivindicação e proposição de alternativas aos modelos de economia hegemônicos. Nessa época, o apoio de instituições como universidades, igrejas e sindicatos a esses grupos foi de vital importância para o desenvolvimento das iniciativas de economia solidária.

De acordo com França-Filho (2007), atualmente o Brasil conta com uma estrutura organizativa da economia solidária formada por atores e instâncias constituídas de quatro



níveis principais. No primeiro nível encontram-se os empreendimentos econômicos solidários (EES), que são os principais modelos de constituição do campo e apresentam-se sob formas bastante heterogêneas. No segundo nível estão as entidades de apoio e fomento (EAF), que prestam assessoria aos EES relativamente aos aspectos de gestão e sustentabilidade, tornando-se corresponsáveis por eles temporariamente. Essas entidades cumprem também o papel de mediar as relações entre os EES e o universo institucional onde eles se inscrevem. O terceiro nível é constituído pelos fóruns e redes de economia solidária que se auto-organizam com o propósito fundamental de buscar o reconhecimento institucional da economia solidária como outra forma de prática econômica. O quarto nível é aquele formado pelas instâncias dos governos as quais atuam no sentido de construir políticas públicas de economia solidária nos municípios e estados da federação.

Os desdobramentos dessa estrutura podem ser evidenciados no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2

Estrutura organizativa da economia solidária no Brasil segundo França-Filho

Nível	Atores / Instâncias organizativas	Caracterização
Primeiro nível	Empreendimentos econômicos solidários (EES)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Podem ser classificados em grupos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>conforme a atuação:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>- finanças solidárias; comércio justo; economia sem dinheiro; cooperativismo popular; empresas autogeridas.</li> </ul> </li> <li>• <i>conforme o grau de institucionalidade:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>- práticas mais consolidadas; iniciativas de menor porte.</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>
Segundo nível	Entidades de apoio e fomento (EAF)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Podem ser:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>organizações não governamentais</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>- com tradição em assessoria de movimentos sociais e trabalho de organização popular; com expertise no trabalho de base social ou em alguma prática específica da economia solidária.</li> </ul> </li> <li>• <i>universidades</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>- centros de pesquisa; programas de extensão.</li> </ul> </li> <li>• <i>estruturas de coordenação de redes</i></li> </ul> </li> </ul>
Terceiro nível	Fóruns e redes de economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Redes</i> são formadas por EAF que compartilham regras e valores comuns entre si. Podem se organizar em nível local, regional, nacional e internacional. São independentes dos poderes públicos, mas com eles se relacionam para trocar experiências.</li> <li>• <i>Fóruns</i> são amplos espaços para reunião de atores em torno de discussões sobre economia solidária. Atuam no sentido de legitimar o campo. Têm o poder de interferir nas políticas públicas por meio da apresentação de proposições.</li> </ul>
Quarto nível	Instâncias políticas do Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Algumas delas são:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)</li> <li>• Rede brasileira de gestores de políticas públicas de economia solidária;</li> <li>• Secretarias municipais de trabalho e renda.</li> <li>• Programas de economia solidária dos municípios.</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora com base em França-Filho (2007).

Por sua vez, o MTE não organiza a estrutura em níveis, mas em ‘segmentos’. No Quadro 3, a seguir, eles são apresentados.

Quadro 3

Segmentos da economia solidária no Brasil segundo o MTE

Segmento	Descrição
Empreendimentos econômicos solidários (EES)	Organizações que realizam, de acordo com o conceito do SIES, as seguintes atividades: Trocas de produtos e serviços (clubes de trocas, redes solidárias etc). Produção (associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas etc). Comercialização ou organização para a comercialização (centrais de comercialização, lojas, feiras etc). Prestação de serviços (associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas etc). Poupança, crédito ou finanças solidárias (fundos solidários, cooperativas de crédito, bancos comunitários, bancos de trocas solidárias etc). Consumo ou uso coletivo de bens e/ou serviços (cooperativas, grupos ou núcleos de consumo, EES de beneficiamento, fundos de pacto etc).
Ligas ou Uniões de EES	São organizações de diferentes origens ou ramos da economia solidária que articulam e representam EES. Algumas dessas organizações assumem a representação de EES em espaços de articulação do movimento e deste com as instâncias governamentais. As organizações abaixo têm forte presença no campo da economia solidária: ANCOSOL, ANTEAG, CONCRAB/MST, UNICAFES, UNISOL Brasil.
Entidades de apoio e fomento	São entidades que desenvolvem ações de apoio em diversas modalidades (capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica, entre outras) diretamente aos EES. Essas organizações têm diversas origens e naturezas conforme descrito abaixo: Igrejas e pastorais sociais Incubadores universitários de economia solidária Organizações ligadas ao movimento social ONG’s e OSCIP’s, entre outras.
Instâncias de políticas públicas de economia solidária	São instâncias ligadas a órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal (direta e indireta) que desenvolvem ações, estudos ou programas com objetivo de promover o fortalecimento da economia solidária. No Governo Federal destaca-se a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego) que, além de desenvolver ações no âmbito da economia solidária como o SIES, busca promover e articular outras ações do Governo Federal no apoio à economia solidária.
Espaços de articulação da economia solidária	Diversos espaços foram criados com o intuito de fortalecer a articulação dos atores do campo da economia solidária tanto no âmbito da sociedade civil quanto do poder público. Alguns desses espaços são destacados abaixo: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Conselhos de Economia Solidária (Federal, Estaduais, Municipais) Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária Outros espaços de articulação: Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (Faces do Brasil), Frentes Parlamentares, Setoriais de Economia Solidária.

Fonte: Adaptado de Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005 a 2007 (SIES, 2007, p. 22-24)

Pela análise das estruturas percebe-se que os segmentos apresentados pelo MTE (SIES, 2007) englobam todos os níveis mencionados por França-Filho (2007) e consideram como

segmento à parte as Ligas ou Uniões de EES. Ambas, porém, denotam que na perspectiva do ambiente o tema da economia solidária pode ser discutido em amplitudes variadas, do micro ao macro. Do ponto de vista dos avanços organizativos, desde o final da década de 1990 as articulações ganharam impulso e têm se consolidado e conquistado apoio e reconhecimento do poder público (SILVA, 2011).

Os trechos a seguir destacam elementos importantes desses níveis ou segmentos.

### 2.3.1. Empreendimentos econômicos solidários

No Brasil o MTE considera empreendimentos solidários respeitando-se os quatro princípios que aqui já foram mencionados, os tipos de organizações citados no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4

#### Empreendimentos Econômicos Solidários segundo o MTE

Organizações
a) Coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
b) Cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades, assim como a alocação de resultados;
c) Permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
d) Com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e
e) Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Fonte: Adaptado de Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005 a 2007 (SIES, 2007, p. 18)

A SENAES, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), vem realizando mapeamento desses empreendimentos no Brasil. De acordo com informações provenientes do *site* da SENAES (BRASIL, 2012) esse compromisso foi assumido pelas duas instâncias em 2003. Em 20 de março de 2006 a portaria número 30 do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego (2012) instituiu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que tem por finalidade congregar os dados de identificação e caracterização dos empreendimentos de economia solidária e das entidades de fomento e apoio no Brasil.

Os resultados do mapeamento que hoje são informados no Atlas da Economia Solidária no Brasil podem ser consultados na página do SIES na *Internet*.

### **2.3.2. Entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária**

Conforme já mencionado, as entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária oferecem *expertise* aos EES em vários quesitos. A experiência em organização de movimentos populares, assessoria a movimentos sociais, tecnologia social e conhecimentos de gestão podem ser úteis como assessoria técnica para os EES. França-Filho (2007) acredita que organizações não governamentais, universidades, centros de pesquisa, programas de extensão e estruturas de coordenação de redes representam uma parcela da sociedade civil mais organizada e institucionalizada que ao oferecerem apoio e assessoria aos EES passam a ser corresponsáveis pelo movimento, temporariamente, com a possibilidade de contribuir para sua consolidação.

O MTE define as entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária como “organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento” (SIES, 2007, p. 18).

### **2.3.3. Fóruns, redes e outros espaços de articulação da economia solidária**

Redes e fóruns são considerados importantes formas de auto-organização política e de legitimação da economia solidária (FRANÇA-FILHO, 2007). As redes congregam organizações de fomento e apoio que apresentam em comum experiências concretas de economia solidária, além de valores e regras. Elas podem ser locais, regionais, nacionais ou internacionais. Não é característica da rede que as instituições participantes estabeleçam relações de hierarquia e interdependência entre si. A dependência que acontece em alguns casos diz respeito à criação de novos espaços de interlocução com os governos, como é o caso, por exemplo, da Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Os fóruns, por sua vez, são formas de organização mais amplas que as redes e necessariamente contam com a participação dos poderes públicos e com eles estabelecem relações de interdependência. A tarefa principal dos fóruns é a de intervir nas políticas públicas da economia solidária por meio da apresentação de proposições. Em geral fazem isso em interlocução direta com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) articula três segmentos do movimento economia solidária: os empreendimentos, as entidades de apoio e fomento e os gestores públicos. Ele congrega mais de 160 fóruns municipais, regionais e estaduais, três mil

EES, 500 EAF, doze governos estaduais e 200 municípios representados pela Rede de Gestores em Economia Solidária.

O FBES possui um *site* na Internet ([www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)) a partir da qual o cidadão pode ter acesso a variados tipos de informações sobre a entidade, tais como sua estrutura, princípios, ações já realizadas, agenda, notícias e outros conteúdos relativos à economia solidária tanto ao nível do Brasil como também no dos estados da federação. Numa das páginas do *site* o FBES apresenta a Figura 3, a seguir, que neste estudo é utilizada para demonstrar a articulação das redes e fóruns com os demais segmentos organizativos da economia solidária no Brasil, conforme apontamento do MTE anteriormente apresentado.



Figura 3: Articulação das redes e fóruns com os demais segmentos organizativos da economia solidária no Brasil

Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2012)

#### **2.3.4. Instâncias de políticas públicas de economia solidária**

O MTE compreende como políticas públicas de economia solidária “ações, estudos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta nas esferas municipal, estadual e federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária” (SIES, 2007, p. 19). No âmbito dessas ações encontram-se:

incubação, fomento e apoio; formação, qualificação e capacitação; assessoria e assistência técnica; finanças solidárias e acesso a crédito; apoio à organização de comercialização; acesso a pesquisa e a tecnologias sociais; marcos regulatórios apropriados à economia solidária (reconhecimento, formalização, tributação e acesso às políticas públicas); comunicação e campanhas; fortalecimento de fóruns e redes de economia solidária. (SIES, 2007, p. 19)

As políticas de economia solidária são institucionalizadas por meio de leis, decretos, portarias, programas e ações nos planos plurianuais federal, estadual e municipal. A existência de estrutura específica para desenvolver as ações de economia solidária nos governos executivos, bem como conselhos e outros espaços de articulação das políticas públicas de economia solidária são também formas de institucionalização dessas políticas (SIES, 2007).

De acordo com Silva (2011), a organização política da economia solidária se fortaleceu no Brasil a partir do final da década de 1990 com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária. A primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária foi realizada em 2002 e dela resultou a Plataforma Nacional de Economia Solidária. Em 2003 criou-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No mesmo ano foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e atualmente existem fóruns também de abrangências estaduais, regionais e municipais. As ligas e uniões de empreendimentos solidários também são importantes instâncias organizativas da economia solidária. Silva (2011) cita como exemplos a União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e a União e Solidariedade de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL).

Silva (2011) compreende que o poder público no Brasil vem crescentemente apoiando essas e outras organizações cujos enfoques giram em torno do desenvolvimento da economia solidária. O autor apresenta algumas dimensões em torno das quais organiza suas reflexões acerca do panorama das políticas públicas de economia solidária no Brasil.

**Na dimensão institucional**, Silva (2011) destaca uma série de avanços, dentre eles a conquista de espaços de participação e interlocução nos estados e municípios, que fomentam o diálogo com os governos e a sociedade civil, bem como a ampliação da preocupação com a economia solidária nas várias políticas setoriais brasileiras, como cultura, saúde mental, educação, a voltada para mulheres etc.

**Na perspectiva do fortalecimento financeiro** dos EES, o autor cita ações que visam facilitar e ampliar o acesso às linhas de crédito pelos empreendimentos. Apoio a Fundos Solidários e a Bancos Comunitários de Desenvolvimento; parceria com o Banco do Nordeste; criação do Programa de Apoio a Estudos Produtivos Solidários; criação do Estudo de Apoio a Bancos Comunitários; e parcerias na área de microcrédito; são exemplos de ações que têm sido estimuladas pelos governos. Todavia, Silva (2011) analisa que tais esforços ainda não são suficientes para garantir as necessidades dos EES relativas a acesso a crédito. O que falta não é dinheiro nem instituições de crédito, mas adequação às exigências burocráticas dessas instituições para lidarem com empreendimentos que não seguem o padrão do sistema financeiro tradicional.

**No quesito organização da comercialização**, foi criado e decretado pelo governo federal o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário que apoia estudos de melhoria da produção e organização da comercialização pelos EES. Seu foco de atuação são feiras, exposições, centrais de comercialização, lojas solidárias e ações de inserção dos EES no mercado interno, bem como proteção aos empreendimentos nas relações comerciais que estabelecem, qualificação, reconhecimento por meio de marcas e selos de garantia e outros.

**No âmbito das políticas de formação** em economia solidária, Silva (2011) considera que o aspecto da formação é bastante frágil para os EES no que diz respeito à construção de conhecimentos e estratégias de funcionamento. Trata-se, portanto, de um elemento central para o fortalecimento da economia solidária no Brasil e é, por essa razão, uma das principais demandas do movimento organizado da economia solidária. Ainda assim, o autor reconhece que várias ações de formação, incubação, assistência técnica e assessoramento aos EES foram implementadas no Brasil ao longo dos anos, beneficiando milhares de trabalhadores do segmento de artesanato, confecções, agroecologia, metalurgia, apicultura, fruticultura, piscicultura e coleta e reciclagem de resíduos sólidos urbanos. Silva (2011) compreende que as incubadoras são atores importantes no processo de desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais para os EES. Ainda nesse quesito, foram formados

gestores de políticas públicas dos três níveis de governo, educadores populares, gestores públicos e agentes comunitários.

**Na dimensão da Política Nacional de Assistência Técnica** aos EES, Silva (2011) destaca a realização de vários estudos de apoio e fortalecimento a núcleos de assistência técnica nos estados. São destaque nesse quesito as ações de apoio técnico a estudos de recuperação de empresas por trabalhadores em regime de autogestão. Nesses casos são oferecidas assessorias a fim de reconstruir as estratégias e os processos de trabalho, bem como as tecnologias e as diretrizes do sistema de cooperação.

Apesar das várias ações em andamento no campo das políticas públicas de economia solidária, Silva (2011) considera que o Brasil ainda carece conquistar e consolidar elementos fundamentais para o fortalecimento dos EES. Nesse sentido, a integração das políticas e a ampliação de sua abrangência são dois importantes desafios. Políticas segmentadas não favorecem o apoio que os governos precisam oferecer aos EES. O avanço que se consegue por meio de uma política pode esbarrar em limitações impostas por outras.

**No campo das perspectivas e diretrizes para ampliação e consolidação das políticas públicas**, Silva (2011) aponta duas direções principais:

a) A proposição de criação do Sistema Nacional de Economia Solidária a ser composto por conselhos, fundos, conferências e órgãos dos governos municipais, estaduais e federal, que terá a responsabilidade de “promover a intersetorialidade e a integração das várias políticas que dialogam com a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável” (SILVA, 2011, p. 71).

b) Uma proposta de Lei de Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária que inclui a obrigatoriedade do governo federal de fomentar o cooperativismo e o associativismo.

Por sua vez, o Conselho Nacional de Economia Solidária traçou diretrizes para o tema que, em resumo, devem levar os governos municipais, estaduais e federal a criar soluções para as dificuldades apontadas pelo mapeamento do SIES, as quais já foram aqui apontadas. Um destaque dessas diretrizes está na concepção metodológica de que quaisquer que sejam as soluções propostas para fomentar a economia solidária estas devem ser constituídas tendo como base a abordagem territorial do desenvolvimento. Isso significa que os processos de



intervenção devem ser multidimensionais, o que implica em levar em consideração as características do ambiente natural, dos potenciais econômicos e da cultura local da comunidade em questão e a participação dos membros da comunidade nas decisões.

O pressuposto para o planejamento territorial é a participação consciente e ativa dos diversos sujeitos políticos do território, valorizando a construção de mecanismos de coesão social e o fortalecimento de redes sociais como pilares de sustentação do desenvolvimento (SILVA, 2011, p. 74).

Em outras palavras, as prioridades de desenvolvimento locais deverão servir de orientação para as estratégias governamentais, na perspectiva do etnodesenvolvimento (SILVA, 2011).

Oferecido ao leitor este panorama que contextualiza o campo de estudo da economia solidária, o próximo capítulo é destinado a apresentar o interacionismo interpretativo e a teoria da aprendizagem social, que fazem parte do arcabouço teórico e metodológico que fundamenta este estudo.

### **3. APRESENTANDO O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO QUE FUNDAMENTA O ESTUDO**

Sabe-se que a AO tem sido estudada sob múltiplas abordagens: psicológica, sociológica, antropológica, da ciência política, histórica, da economia e da ciência da administração (ANTONELLO; GODOY, 2011c). Com o objetivo de estudar os processos de aprendizagem no contexto da economia solidária articula-se aqui um arcabouço teórico que integra duas abordagens: o interacionismo interpretativo (DENZIN, 2001), e a teoria da aprendizagem social (ELKJAER, 2003). Trata-se de abordagens convergentes que colocam as experiências vividas pelas pessoas no seu cotidiano como pontos de partida para a compreensão dos fenômenos sociais.

É importante esclarecer que o interacionismo interpretativo é apresentado por Denzin (2001) e utilizado neste estudo como um paradigma de pesquisa fértil para as disciplinas do campo das ciências sociais e como arcabouço teórico que ajuda a entender as experiências de vida que alteram e moldam o significado que as pessoas dão para si mesmas e para as próprias vivências. Adicionalmente, a teoria da aprendizagem social desenvolvida por Elkjaer (2003) é tomada como referência por acreditar-se que é uma vertente de estudo da AO que, por ser convergente com o interacionismo interpretativo, pode ajudar a refletir sobre os dados empíricos do estudo aqui relatado.

Os itens a seguir são destinados à apresentação do interacionismo interpretativo e à desconstrução do fenômeno em estudo a partir da teoria da aprendizagem social.

#### **3.1. O interacionismo interpretativo**

Este tópico está organizado da seguinte maneira: primeiramente situa-se o interacionismo interpretativo no campo dos estudos qualitativos a partir da trajetória histórica desse tipo de pesquisa; em seguida, apresentam-se as lacunas no campo da pesquisa qualitativa interpretativa que a abordagem pretende preencher; a terceira parte é dedicada a aspectos convergentes do interacionismo interpretativo com o sétimo momento da pesquisa qualitativa; por fim, apresentam-se as características específicas da abordagem e encerra-se com apreciações do autor acerca da função do interacionismo interpretativo como abordagem interpretativa crítica neste início do século XXI.

### 3.1.1. O lugar do interacionismo interpretativo na trajetória histórica da pesquisa qualitativa: uma síntese

Denzin (2001) localiza o interacionismo interpretativo em um dos oito momentos históricos que, na experiência americana, segmentam a existência da pesquisa qualitativa. Denzin e Lincoln (2000) descrevem esses momentos e explicam que, na prática, eles se sobrepõem e operam simultaneamente no presente. O Quadro 5 sintetiza as principais características dos períodos, bem como os nomes e obras de maior destaque em cada fase.

Quadro 5

#### Os oito momentos da pesquisa qualitativa

O momento e suas principais características	Obras e autores referenciados
<p><b>1º momento - O período tradicional (1900 a 1950)</b> É o período do mito do etnógrafo solitário - o cientista que partia para terras distantes a fim de pesquisar a cultura de outros povos. Os relatos procuram se aproximar de pressupostos do paradigma positivista no sentido de possibilitar interpretações válidas, fidedignas e objetivas das observações do pesquisador. A escrita segue as regras da etnografia clássica a partir de quatro pressupostos: a) compromisso com o objetivismo, b) cumplicidade com o imperialismo, c) crença no monumentalismo (descrever o cenário cultural de modo que pudesse ser representado e exposto em peças de museu ou arquivado para consultas) e d) crença na intemporalidade (a realidade estudada nunca mudaria).</p>	<p>Em 1967 Malinowski apresenta sua experiência de campo na Nova Guiné e nas ilhas Trobriand nos anos de 1914-15 e 1917-18. Outros nomes são: Radcliffe-Brown, Margaret Mead e Gregory Bateson.</p>
<p><b>2º momento - A modernidade (1950 a 1970)</b> É a chamada Era de Ouro da pesquisa qualitativa. Um período de grande crescimento desse tipo de estudo fundamentado no paradigma pós-positivista. Novas teorias interpretativas ganham espaço (etnometodologia, fenomenologia, teoria crítica e feminismo). Nesse momento há grande interesse entre os pesquisadores por dar voz às minorias. Por outro lado, ainda há grande preocupação em construir os relatos utilizando-se a linguagem e o discurso positivista e pós-positivista (padrões, hipóteses, probabilidade, frequência etc).</p>	<p>Em 1961 Becker e colaboradores apresentam o texto <i>Boys in White</i>. Em 1967 Glase e Strauss lançam a obra <i>The Discovery of Grounded Theory</i>. Outros nomes são: George e Louise Spindler, Jules Henry, Harry Wolcott, John Singleton, Emerson, Marx, Dewey, Gramsci e Martin Luther King Jr.</p>
<p><b>3º momento - A pluralidade de estilos (1970 a 1986)</b> Nesse momento a pesquisa qualitativa já é orientada por paradigmas, métodos e estratégias diversas. Do ponto de vista teórico, múltiplas abordagens orientam as pesquisas: interacionismo simbólico, construtivismo, naturalismo, positivismo, pós-positivismo, fenomenologia, etnometodologia, teoria crítica, neomarxismo, semiótica, estruturalismo e feminismo, dentre outras. Quanto às estratégias e formas de reportar resultados ganham espaço: <i>grounded theory</i>, estudo de caso, pesquisa histórica, biografia, etnografia, pesquisa-ação e pesquisa clínica. Várias formas de coletar e analisar dados também são utilizadas e softwares específicos para dados qualitativos são criados para auxiliar o processo analítico. O pesquisador é considerado um <i>bricoleur</i> aprendendo a “tomar emprestado” de várias disciplinas os elementos necessários ao seu trabalho. Os</p>	<p>Em 1973 Clifford Geertz publica <i>The Interpretation of Cultures</i>. Em 1983, <i>Local Knowledge</i>. No final dos anos de 1970 periódicos específicos para estudos qualitativos já estão presentes no mercado editorial: <i>Urban Life and Culture</i> (hoje <i>Journal of Contemporary Ethnography</i>), <i>Cultural Anthropology</i>, <i>Anthropology and Education Quarterly</i>, <i>Qualitative Sociology</i>, <i>Symbolic Interaction</i> e a série <i>Studies in Symbolic Interaction</i>. Outros autores são: Mailer, Catañeda, Lévi-Strauss, Barthes, Philips,</p>

<p>limites que separam as ciências sociais e as ciências humanas se tornam obscuros. O ensaio começa a ganhar um espaço que antes era ocupado pelo artigo científico.</p>	<p>Althusser, V. Turner, Derrida, Garfinkel, Wolcott, Frederick Erickson, Egon Cuba, Yvonna Lincoln, Robert Stake, Eliot Eisner.</p>
<p><b>4º momento - A crise da representação (1986 a 1990)</b>          Período marcado pela busca do pesquisador por se localizar, e aos temas de suas pesquisas, em relação ao texto reflexivo, o que promoveu um tipo de diáspora, um êxodo de duas vias envolvendo as ciências humanas e sociais. Nessa busca, os humanistas se deslocaram para as ciências sociais em busca de teorias que os fizessem compreender de forma diferente as culturas e etnografias. Por sua vez, os sociólogos se locomoveram até as ciências humanas para aprender a fazer leituras estruturais e pós-estruturais complexas de textos da sociologia.</p>	<p>Em 1986, Marcus e Fischer publicam <i>Anthropology as Cultural Critique</i>; Turner e Bruner, <i>The Anthropology of Experience</i>.          Em 1988, Geertz publica <i>Works and Lives</i> e Clifford lança <i>The Predicament of Culture</i>.          Outros nomes são: Rosaldo, Jackson, Stoller e Olkes, Clough.</p>
<p><b>5º momento - A pós-modernidade (1990 a 1995)</b>          É o tempo da exploração de novas formas de compor e redigir etnografia. As teorias podem ser lidas como histórias de campo. Os pesquisadores ainda fazem um grande esforço em relação às diferentes formas de representação do outro. Por outro lado, essa é uma preocupação que os une e que faz reemergir epistemologias que haviam sido silenciadas. A ideia do pesquisador que se mantém a distância é abandonada e formas mais interativas de pesquisa são adotadas. As grandes narrativas são substituídas por textos mais localizados em contextos, problemas e situações específicas.</p>	<p>Alguns nomes são: Ellis e Bochner, Fine, Weis, Wessen e Wong.</p>
<p><b>6º momento - A pesquisa pós-experimental (1995 a 2000)</b>          É um momento de grande entusiasmo dentre os pesquisadores com os periódicos qualitativos que apresentam novas e variadas formas de se expressar a experiência vivida por meio de diferentes tipos de textos (autobiografia, poética, novela, múltiplas vozes etc). Além disso, esses periódicos introduzem novos autores na comunidade interpretativa. Por outro lado, é também uma época marcada pela recusa em privilegiar qualquer método ou teoria.</p>	<p>A série <i>Ethnographic Alternatives</i>, organizada por Carolyn Ellis e Arthur Bochner.          Os periódicos <i>Qualitative Inquiry</i> e <i>Qualitative Research</i>.</p>
<p><b>7º momento - O presente metodologicamente contestado (2000 a 2004)</b>          O sucesso dos empreendimentos do período anterior deu origem ao sétimo momento. Agora os trabalhos críticos interpretativos são avaliados de acordo com critérios morais e éticos. Existe a compreensão de que conhecimento é poder e que nada está livre da influência dos valores. É um período de efervescência e explosão caracterizado por ruptura com o passado, foco em dar voz aos que antes eram silenciados, mudança para os textos performáticos, preocupação com o discurso moral envolvendo temas como democracia, questões de gênero, raça, classes, nação, liberdade, comunidade e outros. Existe preocupação em demonstrar como a pesquisa qualitativa pode contribuir para provocar mudanças positivas no mundo e em torná-la uma prática essencial à construção de uma sociedade democrática.</p>	<p>Alguns nomes são: Lincoln e Denzin, Angrosino e Mays de Pérez, Kincheloe e McLaren, Richardson, Tedlock, Frow e Morris, Ladson-Billings, Olesen, Gamson, Lincoln e Cuba, Stake, Beverley, Brady, Tierney, Kemmis e McTaggart, Gubrium e Holstein.</p>
<p><b>8º momento - O futuro fraturado (2005 em diante)</b>          Este é o período atual. As ciências humanas e sociais tornam-se o lugar das discussões críticas sobre democracia, raça, gênero, classe, globalização, liberdade e comunidade e outros. É o momento em que os estudiosos estão voltados para o confronto entre a liberdade metodológica herdada do sétimo momento e as práticas fundamentadas nas evidências. Neste período reconhece-se que todos os momentos anteriores ainda estão operando na forma de práticas que os pesquisadores seguem ou criticam. Qualquer estudo de pesquisa pode ser conectado a textos canônicos dos oito momentos da pesquisa qualitativa. Um emaranhado de possibilidades paradigmáticas, de estratégias de</p>	<p>Não mencionado.</p>

---

pesquisa e métodos de análise que se colocam para escolha do pesquisador caracteriza o campo da pesquisa qualitativa. É um momento de descoberta e redescoberta de novas formas de olhar, interpretar, questionar e escrever sobre os fenômenos. O presente é um espaço que traz em si uma carga política tal que nenhum pesquisador pode colocar-se diante da pesquisa qualitativa de forma neutra.

---

Fonte: elaborado pela autora com base em Denzin e Lincoln (2000) e Denzin (2001).

O interacionismo interpretativo está localizado a partir do sétimo momento histórico da pesquisa qualitativa, conforme sintetizado no Quadro 5. A abordagem brota com o lançamento da obra de Denzin, mas suas raízes se localizam duas décadas antes, no movimento que criticou a primazia da abordagem tradicional de pesquisa em ciências sociais e procurou incentivar outras epistemologias, como as dos paradigmas interpretacionista e crítico, em suas várias formas. Foi uma época, afirma Denzin (2001), que registrou avanços significativos nas pesquisas em comunicação, antropologia, sociologia, medicina, assistência social, publicidade, marketing e comportamento do consumidor como resultados desse movimento.

O autor reconhece que as transformações na pesquisa qualitativa continuam pelo século XXI e que nos dias de hoje poucos olham para isso com ceticismo. De fato, o que atualmente se observa é uma multiplicidade de estudos críticos no campo das ciências sociais e humanas envolvendo diferentes abordagens metodológicas e vários tipos de escrita. Em estudos etnográficos, por exemplo, é possível encontrar textos em formato de ficção, drama, textos performáticos – que revelam as performances e os rituais da vida cotidiana e que sugerem múltiplas interpretações a partir de quem os lê, o que os torna únicos a cada leitura – e poesia.

### **3.1.2 Das lacunas na pesquisa qualitativa interpretativa que o interacionismo interpretativo pretende preencher**

A primeira edição de *Interpretive Interactionism*, escrito por Denzin, data de 1989 e a segunda edição foi publicada em 2001. Segundo o autor, a pretensão com essa abordagem é a de preencher uma lacuna na literatura sobre pesquisa qualitativa que, àquela época, se caracterizava pela ausência de uma perspectiva interpretativa e, ao mesmo tempo, crítica para o estudo das questões existenciais da vida humana. O interacionismo interpretativo procura preencher esse espaço unindo elementos do interacionismo simbólico com a teoria crítica.

Essa lacuna a que Denzin se refere foi identificada no final dos anos de 1950 por C. Wright Mills. Em 1959 Mills publicou *The Sociological Imagination*, uma obra que, afirma Denzin (2001), lançou o desafio aos estudiosos das ciências humanas de desenvolver uma abordagem por meio da qual fosse possível examinar de que forma as problemáticas que acontecem no universo imediato das experiências de vida dos indivíduos estão conectadas às questões públicas e às soluções que o poder público oferece para lidar com tais problemas.

Esse desafio que Mills propôs aos pesquisadores de sua época está pautado no conceito de que o ser humano não vive em um mundo original, ou seja, ninguém tem acesso direto à realidade senão por intermédio de representações simbólicas, narrativas, estruturas televisivas e cinemáticas que se colocam entre a pessoa e aquilo que ela chama de mundo real. Não são somente as interações ou as ações sociais que influenciam na percepção que as pessoas têm do mundo. Comunicação, *design*, padrões e valores também contribuem para a formação dessa percepção. Assim sendo, o que se estuda são as representações do mundo, representações que as pessoas fazem de suas experiências para si mesmas e para os outros (DENZIN, 2001). De acordo com Denzin (2001), as representações das experiências humanas são encontradas nos rituais, nos mitos, nas histórias, nas performances, nos filmes, nas músicas, nas memórias e nas autobiografias. Elas aparecem na forma de problemas, rotinas, decisões, epifanias e momentos de mudança. Denzin (2001) entende que Mills queria produzir uma sociologia que fizesse diferença na vida das pessoas, que as desafiasse a tomar as rédeas da própria trajetória, ideia que não chegou a ser amplamente discutida. Essa, portanto, se constitui em outra lacuna que o interacionismo interpretativo pretende preencher.

### **3.1.3. Sobre convergências do interacionismo interpretativo com o sétimo momento da pesquisa qualitativa na visão de Denzin**

Uma vez mencionadas as características dos oito períodos históricos da pesquisa qualitativa, conforme se observa no quadro anterior, é oportuno examinar como o interacionismo interpretativo converge com o pensamento que dá forma ao sétimo momento.

O autor apresenta oito pressupostos do sétimo momento que o interacionismo interpretativo adota. Em sua descrição, é possível perceber que, de certo modo, eles são interdependentes, ou seja, o primeiro leva ao segundo e assim sucessivamente.

- a) *A pesquisa qualitativa crítica presume um posicionamento político, ético e estético. Nada está isento de valor. Conhecimento é poder e aqueles que o detêm é que definem o padrão do que é esteticamente belo e eticamente aceitável.*
- b) *A estética e seus padrões de julgamento estão baseados em pontos de vista particulares que nunca são objetivos nem moralmente neutros. Por exemplo: a importância que o feminismo africano atribui à verdade, ao conhecimento e à beleza negra é fruto das narrativas e da sabedoria popular que aquele povo experiencia e compartilha.*
- c) *Essa epistemologia e estética são dialógicas, ou seja, a visão, os padrões do grupo só são definidos mediante o intercâmbio contínuo de ideias entre a comunidade, o que convoca a todos a uma ética do cuidado, da responsabilidade comunitária e do empoderamento.*
- d) *Essa ética supõe uma comunidade moral que é ontologicamente anterior à pessoa e que declara que todos merecem uma vida digna e que o ser humano ocupa um lugar sagrado diante do mundo. Trata-se de uma “epistemologia existencial que situa as pessoas em um relacionamento não competitivo e não hierárquico em respeito ao universo moral maior” (DENZIN, 2001, p. 5). Governança compartilhada, vizinhança, amor, gentileza e bons costumes são valores dos quais a comunidade não abre mão.*
- e) *Essa estética capacita para a crítica social e a resistência porque permite que as pessoas imaginem não só que as coisas podem ser diferentes, como também que elas podem se transformar e se emancipar, seja por meio do diálogo ou de diferentes formas de desobediência civil não violenta.*
- f) *Para essa estética as forças circunstanciais do momento vivido pela comunidade é que ajustam os critérios morais dela. Ela demanda pesquisas dialógicas baseadas nos conceitos de cuidado e de governança compartilhada. O critério moral só será conhecido a partir do estudo da compreensão local que flui da situação específica vivida.*

- g) *Este tipo de pesquisa interpretativa pode ser vista como uma forma de pesquisa-ação* porque é cívica, participativa, colaborativa e permite o diálogo contínuo entre pesquisador e pesquisado.
- h) *Essa ética provoca a crítica social e também a ação social.* O pesquisador assume uma posição ética e moral fundamentada no discurso de uma comunidade. Seu texto tem que representar um chamado à ação social.

Como se pode observar, Denzin (2001) começa e finaliza sua apresentação dos oito pressupostos tendo como pano de fundo a mesma ideia: a irrevogável *necessidade de o pesquisador assumir sua posição* em relação à vida, de definir de que lado está. Essa condição é imprescindível se o que se pretende é fazer pesquisa qualitativa, interpretativa, crítica como é a proposta do interacionismo interpretativo.

[...] pesquisadores devem declarar antecipadamente suas interpretações prévias do fenômeno que pretendem investigar. A menos que esclareçam esses significados e valores, os efeitos da pesquisa sobre as interpretações subsequentes permanecerão nebulosos e podem até provocar mal-entendidos. (DENZIN, 2001, p.43; tradução nossa)

Todavia o autor adverte que assumir esse posicionamento não é uma tarefa fácil e envolve um processo que se desenrola em várias fases, apresentadas no Quadro 6, a seguir.

#### Quadro 6

##### Competências e comportamentos do pesquisador interpretativo crítico ao assumir sua posição em relação à vida

###### O pesquisador interpretativo crítico assume uma posição em relação à vida quando...

- ✓ conhece claramente os próprios valores e os fatos objetivos e ideologias que se vinculam a eles;
- ✓ consegue identificar e analisar valores e reivindicações em relação ao conhecimento objetivo que estrutura posicionamentos contrários aos seus;
- ✓ demonstra como esses apelos à ideologia e ao conhecimento objetivo refletem pontos de vista morais e históricos específicos;
- ✓ demonstra como esses pontos de vista prejudicam e desempoderam grupos específicos;
- ✓ incentiva a ética participativa, feminista e comunitária e considera que ela deve trazer novas concepções de cuidado, amor, beleza e empoderamento;
- ✓ aplica essa ética a casos concretos, demonstrando como ela poderia produzir melhorias sociais;
- ✓ realiza medidas concretas que produzirão mudanças no futuro, como: ensinar as pessoas a valorizar e dar sentido diferente às suas identidades, culturas e temas que são marginalizados e estigmatizados pela macrocultura, mostrar como definições e significados particulares afetam negativamente as vidas de grupos de pessoas e indicar como discursos específicos deturpam direta e indiretamente a forma como as pessoas são vistas e reproduzem preconceitos e estereótipos;
- ✓ está sempre em busca de novos padrões e novas ferramentas para avaliar as situações da vida.

Fonte: elaborado pela autora com base em Denzin (2001).



Além disso, investigar a partir das ideias contidas nesse sétimo momento da pesquisa qualitativa também implica em *abertura para experimentar novas formas de representação*. Nesse sentido, a abordagem apregoa uma forma de fazer pesquisa que é diferente do modelo tradicional envolvendo menos teoria e mais ação. Denzin afirma:

O interacionismo interpretativo não é para todos. Ele está baseado numa filosofia de pesquisa que é contrária a muitos aspectos da pesquisa científica tradicional nas ciências sociais. [...] Defendo uma abordagem que envolve o mínimo de teoria, que procura mostrar ou representar em vez de contar e que está baseada na ideia de que menos é mais. Os pesquisadores devem se mostrar abertamente nos textos que escrevem e explicitar claramente seus próprios valores. (DENZIN, 2001, p. 1; tradução nossa)

O interacionismo interpretativo incentiva o pesquisador a experimentar diferentes tipos de escrita. Ele deve considerar os fatos sobre os quais escreve como construções sociais que envolvem experiências que podem ser representadas em textos de vários gêneros. O texto literário e o jornalismo investigativo podem ser combinados com o romance realista, a confissão, o relato de viagem e a autobiografia, por exemplo. Assim também o autor recomenda “mostrar” mais do que “descrever” e por isso recursos cênicos podem ser utilizados no texto. Textos escritos na terceira pessoa também são aceitos. Quanto às estratégias de narrativa, elas são múltiplas e podem ser utilizadas para criar suspense, drama ou outra emoção que se queira evidenciar. *Flashbacks*, prenúncio, monólogos e enredos paralelos são alguns exemplos.

Outras características do texto da pesquisa que utiliza o interacionismo interpretativo como referência serão apresentadas em tópico adiante. Por enquanto é importante apenas mencionar que nenhum dos estilos é tratado de forma privilegiada pela abordagem, o que é outro pressuposto do sétimo momento. Considera-se que cada qual cumpre funções diferentes para o pesquisador e para a comunidade interpretativa e deve ser selecionada a partir dessa compreensão.

Como mencionado anteriormente, o sétimo momento é marcado por uma estética que capacita para a crítica social e para a resistência. O interacionismo interpretativo corrobora com esse pressuposto porque *incentiva a transformação cívica*. Dentre as razões apresentadas por Denzin (2001) para justificar tal transformação podem ser extraídas duas ideias principais: a abordagem dá voz pública às experiências biográficas e epifânicas das pessoas, que antes estariam confinadas apenas à comunidade local, e proporciona que o leitor conheça de perto as histórias das problemáticas vividas pelas pessoas, o que cria nele um tipo de compaixão

moral a qual o incentiva à ação democrática em suas várias formas de participação (voto consciente, reivindicações, apresentação de propostas ou apoio a elas, manifestações de rejeição ou apoio, mobilizações).

Em outras palavras, o interacionismo interpretativo é uma abordagem que “transforma cidadãos em leitores e leitores em pessoas que tomam ações democráticas no mundo” (DENZIN, 2001, p. 11). As múltiplas verdades que o pesquisador descobre a partir das histórias que as pessoas contam a respeito de coisas que realmente importam para elas levam-no a escrever um texto que estimula o discurso público crítico e que promove transformações nas esferas pública e privada da vida cotidiana.

#### **3.1.4. O interacionismo interpretativo por ele mesmo na visão de Denzin**

A obra de Denzin (2001) permite identificar as seguintes características do interacionismo interpretativo:

a) **É uma abordagem existencial, interacional e biográfica.** O interacionismo é ubíquo, ou seja, existe em todas as situações sociais vividas pelas pessoas; não há como escapar dele. Por essa razão a abordagem interacionista é considerada uma etnografia existencial. Está focada em trazer à tona leituras e interpretações que as pessoas fazem do mundo que se coloca diante delas, especialmente no que diz respeito aos significados que atribuem aos rituais do dia a dia e às coisas aparentemente óbvias que são inerentes ao processo de interação. Em outras palavras, o interacionismo interpretativo se preocupa em examinar especialmente os elementos que tornam as interações mais vulneráveis. Para isso a abordagem convida o pesquisador a adentrar os microuniversos da interação. A biografia, por exemplo, é uma estratégia que permite fazer isso.

b) **É uma abordagem idiográfica e êmica.** Idiográfica porque cada caso individual é único e formado na perspectiva de quem o vive. Êmica porque as experiências são examinadas intimamente, pelo seu interior. Do texto das pesquisas realizadas à luz do interacionismo interpretativo devem emanar as vozes e ações dos indivíduos que vivem as situações. Esse feito só se consegue mediante a utilização de estratégias como descrição densa, narrativas e relatos que capturem os significados e experiências de interação dos indivíduos em situações problemáticas de sua vida cotidiana.

c) **É uma abordagem cujo foco está na epifania.** A epifania é compreendida como a experiência que transforma a vida das pessoas. Acontece em momentos de crise de interação dos indivíduos. Representa uma ruptura com a estrutura da vida cotidiana. É o que faz com que um problema privado se transforme em preocupação pública. Há quatro tipos de epifania:

- *A epifania maior* é a experiência que é tão forte para quem vive que a partir dela a vida da pessoa nunca mais será a mesma.
- *A epifania acumulativa* é a que acontece em reação a uma série de experiências vividas pela pessoa ao longo da vida. Exemplo: uma mulher que após anos apanhando do marido o mata ou pede o divórcio.
- *A epifania menor* ou *iluminadora* diz respeito às coisas que são reveladas ao se viver uma situação difícil ou tensões no relacionamento.
- *A epifania revivida* é o momento de transformação da vida da pessoa que vez por outra ela revive. Exemplo: quando a pessoa vez por outra se refere à experiência de transformação nos diálogos com outras pessoas.

Epifanias são marcos existenciais ricos em significados tanto para quem os vive quanto para o pesquisador interacionista. Elas lançam luz sobre momentos de crise, possibilitando interpretá-los até mesmo sob a perspectiva histórica, institucional e cultural mais ampla. Dessa forma, é possível para o pesquisador contribuir para que aconteça a transcendência das problemáticas e das dificuldades do âmbito particular para a arena das questões sociais e públicas mais amplas.

d) **É uma abordagem que incentiva significativas descrições e interpretações de processos sociais.** Pode explicar o porquê da existência e persistência de certas condições que afligem as pessoas. Pode, também, fornecer respostas sobre como melhorar ou afastar essas situações ou problemas.

e) **É uma abordagem pós-positivista e crítica.** O interacionismo interpretativo lida com os processos sociais de forma epistemologicamente contrária ao paradigma positivista, que orienta as pesquisas sociológicas tradicionais. O Quadro 7 apresenta essas distinções.

## Quadro 7

Seis pressupostos que caracterizam o interacionismo interpretativo como abordagem pós-positivista e crítica em comparação com o positivismo lógico e a sociologia histórica

Positivismo lógico e sociologia histórica	Interacionismo interpretativo
<b>1. Sobre a forma como vê os fenômenos sociais:</b>	
A linguagem que se deve aplicar às ciências sociais é a mesma das ciências naturais. Para serem estudados, os fenômenos sociais precisam ser quantificáveis e observáveis a partir de variáveis cientificamente controladas. Considera superficialmente ou exclui a subjetividade, a intencionalidade e o sentido que o humano atribui aos fenômenos sociais.	Está fundamentado no estudo, na expressão e na interpretação subjetiva das experiências humanas. Acredita que cada experiência é um romance a ser interpretado. Compreende que as experiências e as situações que formam a vida cotidiana não se submetem a controles e manipulações estatísticas, experimentais e comparativas.
<b>2. Sobre o que busca ao estudar os fenômenos sociais:</b>	
Procura explicar as causas dos fenômenos e para isso utiliza uma linguagem que é analítica das variáveis observadas. Interessa-se por identificar os porquês e as trajetórias, cadeias e antecedentes causais dos fenômenos estudados.	Interessa-se por capturar o cerne dos significados e das contradições das experiências humanas. Rejeita modelos e métodos causais por considerá-los danosos à compreensão da experiência diretamente vivida pela pessoa.
<b>3. Sobre a pergunta básica que faz diante do fenômeno estudado:</b>	
A pergunta em questão é “por que os fenômenos acontecem?”.	A pergunta é “como a experiência social ou a sequência de interação social está organizada e é percebida pelos indivíduos que interagem?”.
<b>4. Sobre o que pretende identificar pelo estudo do fenômeno:</b>	
Procura identificar tipos ideais e, para isso, pressupõe um ponto de vista único a partir do qual uma visão final primordial do mundo é escrita. Utiliza um quadro conceitual que existe independentemente do mundo das pessoas que interagem.	Interessa-se por compreender de forma mais acurada as representações da realidade. Para isso utiliza diferentes óticas como, por exemplo, a feminista. A partir daí, mostra como os discursos reproduzidos estruturam a vida cotidiana.
<b>5. Sobre a posição do pesquisador em relação ao fenômeno estudado:</b>	
Mantém o pesquisador distante do fenômeno estudado. Ele é um observador a distância.	Acredita que o mundo possui a própria dialética e lógica interna, por isso, para descobrir seus significados o pesquisador deve se aproximar ao máximo do fenômeno a fim de compreendê-lo inteiramente.
<b>6. Sobre generalizações realizadas a partir do estudo do fenômeno:</b>	
Tem como traço primordial a formulação de proposições causais que possam ser generalizadas para populações que não fizeram parte da amostra analisada. Esta, por sua vez, tem a característica de ser aleatoriamente selecionada.	Rejeita a ideia de generalização como objetivo e de amostragem aleatória. Generalizações podem ser feitas naturalmente pelos leitores, a partir das relações que eles mesmos façam com as situações vividas por eles ou outros participantes. A amostragem é sempre intencional; os participantes devem estar intimamente conectados ao fenômeno pesquisado.

Fonte: elaborado pela autora com base em Denzin (2001).

Para Denzin (2001), a pós-modernidade, que, segundo ele, se vive desde o fim da Segunda Guerra Mundial, representa um campo fértil para as pesquisas sociais. A economia mundial interdependente e os efeitos que provoca sobre o mundo do trabalho, novas formas de comunicação via satélite, racismo e injustiça, famílias de pais separados, permanência das crianças nas creches, mães que trabalham fora de casa, ameaças nucleares, destruição do meio ambiente, grande consumo de drogas e bebidas alcoólicas, interferência da Internet e da mídia

televisiva na vida das pessoas, problemas sociais sendo amplamente abordados na mídia de massa e relações e experiências humanas sendo tratadas como mercadorias são apenas alguns exemplos de fatos que caracterizam a pós-modernidade. Aumentam essa lista sentimentos de nostalgia, egocentrismo, interesse por ganhos pessoais e pela ostentação de coisas materiais, crescimento dos casos patológicos de ansiedade e depressão e aumento do desassossego das pessoas com efeitos sobre sua vida pessoal, profissional, familiar e social.

Diante desse panorama, como não concordar com o autor em que a pós-modernidade recente representa um campo fértil para a pesquisa social interpretativa crítica? Nesse sentido, o interacionismo interpretativo propõe compreender como esse momento histórico se faz presente e se universaliza na vida das pessoas. A abordagem considera que cada indivíduo e a interação analisada são universos únicos e que é necessário desvendar como ele lida com a influência da mídia, a alienação, a economia, o novo modelo familiar e demais características da vida pós-moderna. Ela focaliza o estudo da relação entre o indivíduo e a sociedade e busca na biografia do sujeito os nexos que fazem com que as dificuldades individuais se tornem problemas de ordem pública. O objetivo do pesquisador interacionista é, portanto, publicizar essas circunstâncias tornando-as visíveis. E ele fará isso por meio das falas dos próprios participantes. Suas alegrias, angústias, momentos marcantes, vitórias, derrotas, medos, traumas, sonhos, fantasias, desejos etc são o tipo de elementos que o pesquisador buscará mostrar, especialmente, “quando estão ligados a circunstâncias que esses sujeitos não escolheram experimentar” (DENZIN, 2001, p. 155).

### **3.1.5. O pesquisador interacionista e suas intenções ao utilizar o interacionismo interpretativo como método**

O pesquisador interacionista é um estudioso que faz uma leitura política e culturalmente crítica do mundo e que tem um ideal de transformação das condições sociais que provocam a desigualdade, a alienação, a injustiça, o preconceito e outras situações não condizentes com uma sociedade democrática.

No interacionismo interpretativo o pesquisador é um intérprete das problemáticas vividas pelas pessoas envolvendo a interação simbólica entre elas. Dois elementos integram esse processo: primeiro, é necessário que o pesquisador observe atentamente as etapas preconizadas pelo método que o levarão à interpretação (processo que será apresentado mais

adiante); segundo, é necessário que o pesquisador tenha vivido ou testemunhado o fenômeno sobre o qual estuda. Sobre isso Denzin (2001) afirma:

A pesquisa interpretativa começa e termina com a biografia e o eu do pesquisador. Os eventos e problemáticas sobre as quais escreve são aquelas que ele ou ela experimentaram ou testemunharam em primeira mão. (DENZIN, 2001, p. 32; tradução nossa)

Os estudos desenvolvidos por pesquisadores interacionistas, preponderantemente, giram em torno de examinar a inter-relação entre interações problemáticas da vida privada e as respostas que o setor público oferece para lidar com esses problemas. Por exemplo: pelas descrições densas das histórias de meninos e meninas de rua o pesquisador pode contrastar tais experiências com as políticas públicas de enfrentamento dessa situação.

De forma mais específica, são intenções do pesquisador interacionista ao aplicar o método do interacionismo interpretativo, de acordo com Denzin (2001):

- a) Do ponto de vista avaliativo, identificar e contrastar diferentes perspectivas envolvendo interações problemáticas e programas públicos destinados a lidar com elas.
- b) Situar as pretensões que são sustentadas pelas partes envolvidas nas situações: quem vive os problemas, quem cria as políticas e os programas, quem faz a gestão desses programas, quem trabalha neles e quem é atendido por eles.
- c) Contribuir para o aprimoramento de programas por meio da identificação de pontos de intervenção estratégicos na situação social examinada.
- d) Mostrar novos pontos de vista morais por meio dos quais as interações problemáticas, as políticas e os programas podem ser interpretados.
- e) Expor os limites das técnicas e análises estatísticas, com uma proposta de pesquisa interpretativa crítica que utiliza a experiência individual como medida de efetividade de um dado programa.

No tópico que trata das justificativas para a escolha do interacionismo interpretativo como método é possível verificar as articulações entre essas perspectivas, o contexto e os objetivos desta pesquisa.

### **3.1.6. O método interacionista**

O interacionismo interpretativo, nas palavras de Denzin (2001), consiste em coletar, escrever e representar histórias pessoais densamente descritas as quais estão diretamente relacionadas a interações problemáticas entre indivíduos em suas experiências de vida. Documentos pessoais, estórias, relatos e narrativas que descrevem os momentos de transformação (epifanias) das vidas dos participantes da pesquisa são os tipos de materiais utilizados nesse método. Basicamente, o pesquisador ouve e registra as histórias que as pessoas contam para ele ou para outras pessoas. Todavia isso não é feito de forma aleatória.

O interacionismo interpretativo, além de ser uma abordagem, é um método de pesquisa (Denzin, 2001) e, como tal, possui elementos que o caracterizam e que devem ser observados. Assim, o trecho a seguir está organizado com o intuito de apresentar esses elementos e de servir como preâmbulo que auxilie na compreensão das estratégias metodológicas utilizadas neste estudo.

É importante destacar também o lugar das narrativas e estórias no contexto desta metodologia. Denzin (2001, p. 61-62 e glossário) usa o termo método biográfico interpretativo para referir-se às várias experiências biográficas que moldam a vida das pessoas que vivem os processos que estão sendo estudados; um método que utiliza as narrativas de experiências pessoais, autoestórias e histórias.

#### **As etapas do método interacionista**

São seis as etapas do método interacionista, conforme Denzin (2001). Elas estão representadas na Figura 4 que traz também uma breve descrição do que se ocupa o pesquisador em cada uma delas.

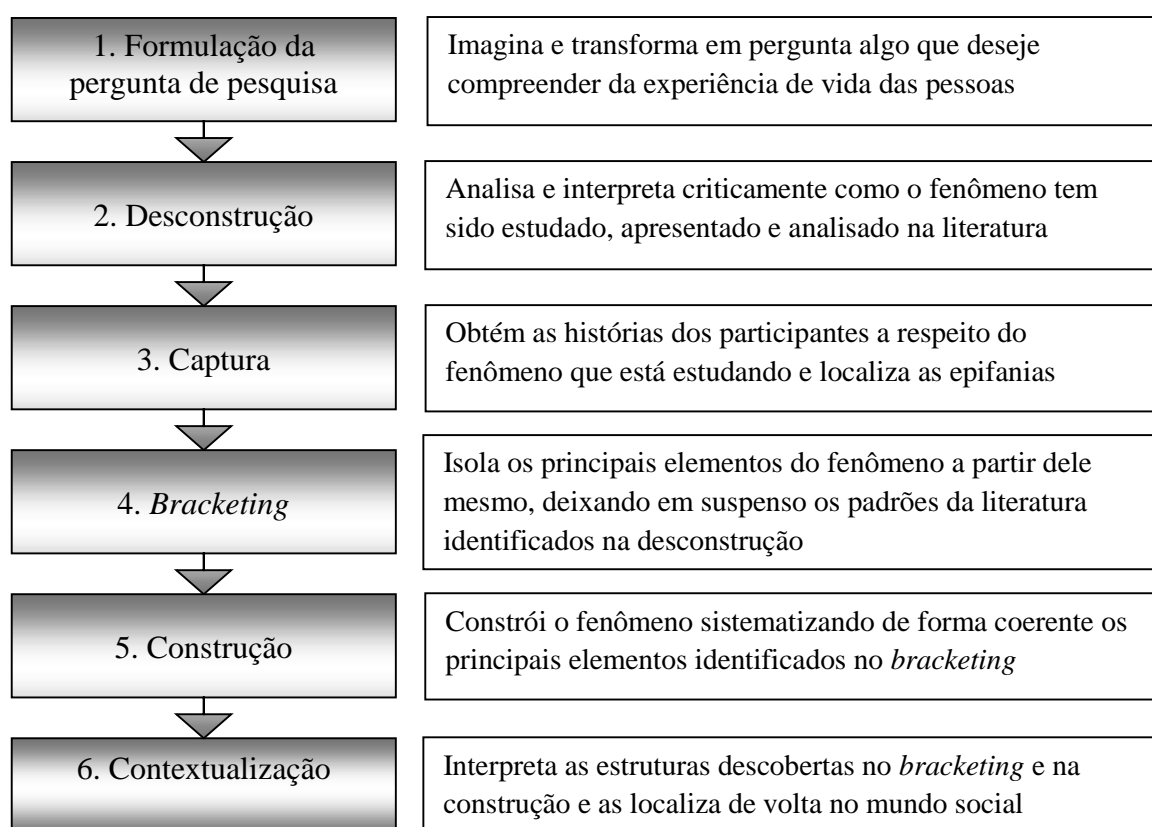


Figura 4: As seis etapas do processo interacionista  
 Fonte: elaborado pela autora com base em Denzin (2001).

Nos trechos a seguir as etapas e seus desdobramentos são apresentados de forma mais detalhada.

### 1ª etapa - A formulação da pergunta de pesquisa

No método interacionista a pergunta de pesquisa deve ser do tipo “como”, uma vez que o que o pesquisador busca é desvendar *de que maneira a problemática em questão participa da construção das pessoas nela envolvidas*. Isso significa examinar como as interações problemáticas que, em geral, são transformadoras dos indivíduos são organizadas, construídas e percebidas por eles, incluindo os sentidos que atribuem a elas.

Denzin (2001) apresenta cinco passos úteis para se definir adequadamente a pergunta de pesquisa no método interacionista:



- ✓ Identificar, no interior da própria história pessoal, a experiência biográfica problemática a ser estudada;
- ✓ Descobrir como esse problema está deixando de ser algo eminentemente privado para se tornar um problema de ordem pública que atinge várias pessoas, instituições e grupos sociais;
- ✓ Identificar instituições ou locais onde pessoas que vivem as mesmas situações atuem juntas;
- ✓ Perguntar “como” essas experiências problemáticas acontecem;
- ✓ Traduzir as questões de pesquisa em uma única pergunta.

O autor sugere, ainda, que sejam utilizadas múltiplas estratégias metodológicas para implementar a pergunta de pesquisa como, por exemplo, ir até o local onde os participantes interagem, trazê-los para um local neutro, examinar suas próprias experiências relativas ao tema estudado, examinar relatos científicos, biográficos, autobiográficos ou fictícios que as pessoas forneçam acerca da situação. Devem-se utilizar tantos quantos forem os meios possíveis para conhecer profundamente as histórias das pessoas que vivem os problemas. Além disso, as várias estratégias permitem ao pesquisador pensar de forma reflexiva, histórica, comparativa e biográfica, o que pode conferir maior substancialidade ao estudo.

## **2ª etapa - A desconstrução das concepções prévias do fenômeno**

A questão aqui é: *como o fenômeno foi tratado no passado?* A ideia principal é examinar criticamente como o fenômeno tem sido estudado e conceituado na literatura e identificar as teorias ou interesses que subjazem tais concepções.

São quatro os passos para se realizar a desconstrução:

- ✓ Verificar concepções prévias do fenômeno (como tem sido definido, observado e analisado);
- ✓ Interpretar criticamente essas concepções;
- ✓ Examinar criticamente o modelo teórico da ação humana que subjaz aos estudos anteriores do fenômeno;
- ✓ Apontar ideias preconcebidas e tendenciosas que possam estar interferindo na compreensão do fenômeno.

### **3ª etapa - A captura do fenômeno**

Nessa etapa a questão é: *como o pesquisador está lidando com o fenômeno no presente, em sua própria pesquisa?* A ideia é apresentar as experiências dos participantes conforme elas acontecem ou são contadas. Múltiplos casos e histórias são necessários para prover o pesquisador de material que possibilite fazer comparações entre histórias, identificar convergências, contrastes e demais elementos que contribuam para a compreensão mais ampla do fenômeno sob estudo.

A captura envolve três passos:

- ✓ Obter vários casos e histórias pessoais que incorporem o fenômeno estudado;
- ✓ Localizar as crises e epifanias das histórias das pessoas que estão sendo estudadas;
- ✓ Obter várias histórias de experiências pessoais e autohistórias de pessoas que tenham vivido as questões que estão sendo investigadas.

Denzin (2001) lembra que as histórias selecionadas devem atender a alguns critérios importantes para a interpretação de material biográfico. Em trecho mais adiante esses critérios serão apresentados.

### **4ª etapa - *Bracketing*: a dissecação do fenômeno**

Esta é a etapa em que o pesquisador *examina de forma pormenorizada os elementos do fenômeno em busca de identificar sua estrutura essencial*. Aquilo que ele descobriu sobre o fenômeno a partir de teorias anteriores – fase da desconstrução – é deixado em suspenso. Nenhum tipo de interpretação a partir da literatura existente sobre o fenômeno é feito nessa fase; ao contrário, o pesquisador deverá confrontar os elementos do fenômeno em seus próprios termos, sem compará-los a outros estudos.

Cinco passos são apontados pelo autor para a execução do *bracketing*:

- ✓ Identificar nas histórias de experiências pessoais e nas autoestórias termos-chave e declarações que estejam diretamente ligados ao que há de essencial no fenômeno em questão;
- ✓ Interpretar os sentidos que os termos-chaves parecem ter para o pesquisador;
- ✓ Obter a interpretação do próprio participante para esses termos-chave (se possível);
- ✓ Analisar o que esses sentidos revelam sobre a essência do fenômeno, especialmente em termos das características que aparecem de forma recorrente;
- ✓ Construir uma afirmativa ou definição conceitual provisória sobre o fenômeno com base nas características recorrentes identificadas.

### **5ª etapa - A construção do fenômeno**

Se na fase do *bracketing* o fenômeno foi dissecado, quebrado em partes, para ser melhor identificado, agora é a hora de colocar as partes juntas novamente de forma coerente. O objetivo do pesquisador aqui “*é reunir as experiências de vida que se relacionam ao fenômeno e o definem*” (DENZIN, 2001, p. 79). Isso se torna possível quando ele encontra os termos recorrentes nas várias experiências relatadas (condutas, experiências e significados).

A construção envolve quatro passos:

- ✓ Listar os elementos do fenômeno anteriormente identificados;
- ✓ Ordenar esses elementos de acordo com a maneira como eles ocorrem na experiência analisada;
- ✓ Indicar como cada elemento afeta e se relaciona com os demais;
- ✓ Estabelecer como as estruturas e partes do fenômeno aderem umas às outras para formar um todo coerente.

### **6ª etapa - A contextualização do fenômeno**

É a fase em que o pesquisador *ajustará para uma perspectiva mais ampla, do mundo social, aquilo que aprendeu sobre o fenômeno nas fases do bracketing e da construção*. Pela contextualização é possível mostrar como os significados que se atribuem às experiências vividas podem alterar e moldar o fenômeno.

Para realizar a contextualização devem-se observar quatro requisitos:

- ✓ Apresentar histórias detalhadas de experiências pessoais e autoestórias que incluam os elementos essenciais do fenômeno os quais foram identificados nas fases de *bracketing* e construção;
- ✓ Apresentar estórias contrastantes que possam ilustrar variações nas fases e formas do fenômeno estudado;
- ✓ Indicar de que forma as experiências vividas podem modificar e moldar os elementos essenciais do fenômeno;
- ✓ Comparar e sintetizar os temas principais dessas estórias de modo que suas diferenças possam ser reunidas e representadas em uma nova afirmativa sobre o fenômeno.

### 3.1.7. Caracterizando a escrita interacionista: o texto performático e a descrição densa

Embora algumas características da escrita decorrente da adoção de uma perspectiva interacionista interpretativa sejam coincidentes com as de outros métodos qualitativos, outras lhe são bem peculiares. Para Denzin (2001) o texto da pesquisa interacionista deve levar o leitor a formar uma consciência interpretativa crítica, sem, porém, expor os participantes a qualquer tipo de malefício. Por essa razão, as identidades deles devem ser sempre protegidas.

As narrativas devem ser eficientes para culminar em uma interpretação densa. Para isso, o texto deve ser profundo, rico em detalhes, abordar as emoções dos participantes, descrever bem todas as fases do processo estudado e ser coerente. Isso é o que Denzin (2001) chama de **eficiência interpretativa**. Além disso, o autor recomenda que o texto tenha **adequação representacional**, o que significa “ausência de estereótipos em relação à raça, classe social e gênero” (DENZIN, 2001, p. 11). Enfatiza, também, que deve haver **honestidade** por parte do escritor, ou seja, o texto precisa ser realista e concreto em relação aos participantes do estudo, ao cenário, à atmosfera e ao diálogo.

Para Denzin (2001) os textos interacionistas são performáticos, ou seja, ricos em detalhes que mostram as cenas do cotidiano, que permitem que o leitor construa em seu imaginário a cena, a situação e as emoções em questão. A fronteira entre o escritor, o leitor e a história em si se torna nebulosa, como acontece tipicamente quando se lê um romance, por exemplo. Para o autor, os textos performáticos podem se apresentar de várias formas simultaneamente: a) o *agitprop* (mistura abreviada de ‘agitação’ e ‘propaganda’), que visa a disseminação de ideias com a finalidade de formar opinião e mobilizar pessoas; b) o

*testemunho*, que consiste no relato de uma cena ou ação que aconteceu; c) o *confronto*, que traz para perto do leitor uma situação ou cenário que se não fosse por meio do texto estaria distante dele; d) a *utopia*, que cria uma versão idealizada da realidade; e e) a *tradição*, que reverencia crenças que são culturalmente compartilhadas.

Quanto ao estilo preferido pelo autor, Denzin (2001) aposta no texto performático que utiliza o **mínimo de teoria** e que mostra como as pessoas representam as experiências que elas vivem. Dessa forma, em seus textos ele simultaneamente apresenta e examina as atuações dos participantes da pesquisa procurando mostrar como lidam com os significados culturais no seu dia a dia. A ideia é “mostrar de que forma a biografia, o gênero, a raça, a etnia, a família e a história interagem e dão forma uns aos outros em situações sociais concretas” (DENZIN, 2001, p. 15). Tais textos podem ser escritos na primeira pessoa do singular, conter histórias que não necessariamente são apresentadas na sequência em que aconteceram e ser evocativos, reflexivos e de múltiplas vozes. Invariavelmente, permitem que a experiência se mantenha viva por meio das situações que são lembradas e representadas em diálogos, poemas e histórias.

Um tipo de texto performático muito característico da pesquisa interpretacionista é a **descrição densa**. “Descrição é a arte de dar conta de alguma coisa em palavras” (DENZIN, 2001, p. 98). No método interacionista interpretativo a descrição precisa ser sempre profunda, consistente e detalhada, ou seja, densa. É ela que permite que o escritor atinja seu principal objetivo, qual seja, o de fazer com que o leitor compartilhe intimamente da experiência descrita a ponto de colocar-se no lugar do outro. É a partir daí que o leitor poderá transpor o que lê para as próprias experiências e realizar o que Denzin (2001, p. 99) chama de “generalização naturalística”. Na descrição densa as vozes, sentimentos, ações e significados das interações dos indivíduos são apresentados de forma tão realista que podem provocar verossimilhança do leitor em relação à experiência. Em outras palavras, ele identifica a própria experiência na experiência do outro, ou porque já passou por situação semelhante ou porque considera que poderá ainda passar por ela.

Denzin (2001) classifica a descrição densa em doze diferentes tipos que não serão descritos aqui. Basta informar que a diferença entre eles está, basicamente, na ênfase que cada um atribui a aspectos biográficos, situacionais, históricos, relacionais e interacionais quando se descrevem as experiências dos participantes da pesquisa. O autor considera pertinente que múltiplos tipos sejam utilizados no mesmo estudo, porém destaca que os que retratam a

experiência de forma incompleta, glosada ou influenciada pela subjetividade do pesquisador devem ser evitados.

### **3.2. Desconstruindo o fenômeno: ideias fundamentais da teoria da aprendizagem social, articulações com o interacionismo interpretativo e com o contexto do estudo**

Neste estudo, o interacionismo interpretativo e a teoria da aprendizagem social são articulados de forma convergente, principalmente por colocarem as experiências vividas pelas pessoas no seu cotidiano como pontos de partida para a compreensão dos fenômenos sociais.

A associação dessas abordagens permite examinar intimamente as experiências humanas e capturar o cerne dos significados e das contradições nelas existentes. Particularmente, as experiências problemáticas e as epifanias abrem portas para se compreender a AO associada a situações de tensão e rupturas pelas quais as pessoas passam.

O interacionismo interpretativo e a teoria da aprendizagem social oferecem elementos para que o pesquisador interacionista perceba o que está em questão e as dimensões a serem abordadas na investigação dos processos de aprendizagem por meio das experiências vividas pelos participantes e as interfaces destas com os mundos sociais e os ambientes.

Nesse sentido, o interacionismo interpretativo, que é apresentado por Denzin (2001), é utilizado neste estudo como um paradigma de pesquisa fértil para as disciplinas do campo das ciências sociais aplicadas e como arcabouço teórico que ajuda a entender as experiências de vida que alteram e moldam o significado que as pessoas dão para si mesmas e para as próprias vivências.

Adicionalmente, a teoria da aprendizagem social desenvolvida por Elkjaer (2003) é tomada como referência por acreditar-se que é uma vertente de estudo da AO que, por ser convergente com o interacionismo interpretativo, compõe eficientemente a desconstrução do fenômeno. É sob essas lentes que os elementos do fenômeno estudado são vistos e compreendidos.

### 3.2.1. Aspectos fundamentais da teoria da aprendizagem social

A teoria da aprendizagem social tem sido referenciada na literatura sobre AO a partir de alguns termos: “aprendizagem situada”, “aprendizagem baseada em prática”, “aprendizagem como processo cultural” e “aprendizagem socioprática”. Elkjaer (2003), no entanto, prefere o termo “teoria da aprendizagem social” porque entende que ele deixa claro o campo social como lugar a partir do qual a aprendizagem é refletida.

Na perspectiva social, também chamada socioprática, aprendizagem extrapola o nível individual – de que se ocupa a abordagem psicológica (DeFILLIPPI; ORNSTEIN, 2003) – para se tornar algo que acontece e é reproduzido nas relações sociais entre as pessoas, no cotidiano vivido (SOUZA-SILVA e SCHOMMER, 2008; GHERARDI, 1999). Ela é “socialmente construída e fundamentada em situações concretas, nas quais as pessoas participam e interagem umas com as outras” (ANTONELLO e GODOY, 2011b, p. 35). Não deve ser entendida apenas como um processo cognitivo; é coletiva e inseparável do intercâmbio da experiência (SOUZA-SILVA e SCHOMMER, 2001).

Neste estudo, a identificação, descrição e análise dos processos de aprendizagem dos elementos norteadores da economia solidária se fundamenta na ideia central desta abordagem e do conjunto de autores que a compõem, que é a de que a aprendizagem é um processo social, ou seja, acontece na interação entre os indivíduos, na participação deles nos processos sociais, e não só nas suas mentes. “A aprendizagem é uma atividade relacional e não um processo individual de pensamento” (ELKJAER, 2003, p. 43). Aqui o lócus do processo de aprendizagem se desloca da mente do indivíduo para a participação dele como ator no ambiente em que está inserido e no qual a aprendizagem acontece.

Para melhor explicitar e aprofundar esta ideia, Elkjaer (2003) recorre ao pragmatismo americano – especialmente nos estudos do filósofo e educador John Dewey – e à corrente sociológica da Escola de Chicago, em especial ao conceito de ‘mundos sociais’ de Strauss (2008). A visão de mundos sociais de Strauss (2008) está assentada na ideia de que grupos de pessoas compartilham interesses e comprometimento com algum tipo de atividade, bem como ideologias sobre como as atividades sociais devem ser conduzidas, além de vários tipos de recursos para alcançarem seus objetivos relativamente a elas. Cada mundo social é reconhecido por pelo menos uma ‘atividade primária’, por exemplo, escalar montanhas, pesquisar ou colecionar objetos. Mundos sociais também presumem ‘locais e ambientes’ onde as atividades acontecem, além de ‘tecnologia’ (forma de realizar as atividades).

Para esse autor, os mundos sociais podem ainda apresentar propriedades relacionadas a tamanho, duração, origem, história, ritmo de mudança, tipo e quantidade de recursos, relação com a tecnologia e com o poder, classe, gênero, abrangência de atuação, estado de visibilidade de suas atividades, organização hierárquica e outras. Os mundos sociais interagem uns com os outros de forma tão forte que fica difícil encontrar e caracterizar suas fronteiras.

Strauss (2008) enfatiza a importância de se compreender que os processos que acontecem nos mundos sociais geram implicações e transversalidades uns nos outros. Esse pressuposto, associado à ideia de que a aprendizagem envolve a “contínua reorganização e reconstrução da experiência” (ELKJAER, 2001, p. 112), viabiliza pensar em questões a serem examinadas quando do estudo dos processos de aprendizagem, como por exemplo, as relações que esses processos estabelecem entre si culminando em novas experiências de aprendizagem.

Por sua vez, o pragmatismo americano preconiza que ação e reflexão, cognição e participação jamais podem ser vistas de forma isolada uma da outra, mas devem ser tomadas como ‘parceiras’ em relação à prática (ELKJAER, 2011). A mutualidade entre agir e pensar orienta o pensamento de Dewey (1936) para quem a vida e a aprendizagem são fenômenos sociais interligados. O intelecto é uma função da vida social que a pessoa só consegue desenvolver a partir das relações que estabelece com os ambientes. O encontro contínuo entre intelecto e experiências é que proporciona que estas sejam mudadas, reformuladas e renovadas. O caráter social da aprendizagem envolve considerar indivíduo e ambiente conjuntamente; tomados em separado, tornam-se meras abstrações.

### **3.2.2. Da relação entre ambiente, atividade e aprendizagem**

Dewey (1936) define o ambiente como sendo as “condições que desenvolvem ou embarçam, estimulam ou inibem a atividade característica de um ser vivo” (p. 31). Para ele, viver não é algo passivo, mas sim um modo de proceder e de agir. Assim sendo, “o ambiente ou meio significa aquilo que influi nessa atividade como condição para que se realize ou se iniba” (p. 32). Esse pensamento tem servido de suporte para alguns autores do campo da AO que buscam compreender a relação entre ambiente, atividade e aprendizagem.

Para Elkjaer (2003) toda atividade humana, seja ela específica, delimitada, intencional ou não, implica em aprendizagem. Nicolini e Meznar (1995) concordam com a



afirmativa ao analisarem que o processo de aprendizagem é contínuo e parte integrante da prática cotidiana da vida. Antonello e Godoy (2011c) explicam que aprendizagem deve levar o indivíduo a “saber como ser competente num ambiente” (p. 36). Para as autoras, essa competência não se aprende somente em ambientes formais, como salas de aula ou de treinamento, mas em todos aqueles em que as pessoas realizam atividades. Todas as atividades humanas são oportunidades de aprendizagem, não importam o lugar e a forma.

Para Dewey (1936) a atividade humana é social e associativa. Nenhuma atividade é um ato isolado, pois no mecanismo da vida social “o que” um indivíduo faz, pensa ou deseja de alguma forma terá implicações para o outro. Considerando essa relação, na atividade de um estão inevitavelmente imbricadas as atividades de outros. Muitas vezes são exatamente as atividades de outros que definem a realização das próprias atividades. Todas as peças do ‘jogo’ estão relacionadas em rede. Mexer em uma peça acaba implicando em mexer em todas. Dessa forma, não se pode conceber a atividade de um como ato isolado, nem mesmo o pensar e o sentir. “Pensar e sentir desde que tenham qualquer coisa a ver com ação associada a ação dos outros é modo de proceder tão social quanto a cooperação mais manifesta ou o ato mais hostil” (DEWEY, 1936, p. 32). Nesse sentido, a aprendizagem demanda participar de forma competente dos vários tipos de relacionamento que são estabelecidos entre pessoas e atividades (ELKJAER, 2003).

Dewey (1936) afirma ainda que o ambiente social é o lugar onde as atividades acontecem. Se a atividade gera aprendizagem, o ambiente social também é lugar de aprendizagem. Elkjaer (2003) defende que o conteúdo da aprendizagem é específico do contexto (ambiente) em que ela acontece. Isso faz com que o ambiente e as atividades mereçam atenção ao se pesquisarem os processos de aprendizagem de um grupo. Neste estudo os conceitos desses autores servem de base para a investigação não só das atividades que levam os empreendedores que atuam na economia solidária a aprender, mas também os desfechos, ou implicações geradas por elas.

### **3.2.3. Da relação entre ambiente, experiência e aprendizagem**

De acordo com Dewey (1978) a ‘experiência’ é definida como algo que acontece na interação entre um e outro e que geralmente culmina em algum tipo de modificação para uma das partes. A experiência é

um agir sobre outro corpo e sofrer de outro corpo uma reação. [...] atividade permanente de todos os corpos, uns com os outros. [...] uma forma de interação, pela qual os dois elementos que nela entram – situação e agente – são modificados. [...] a relação que se processa entre dois elementos do cosmos, alterando-lhes, até certo ponto, a realidade. (DEWEY, 1978, p. 13-14)

Partindo desse conceito, o autor cita três tipos fundamentais de experiências humanas. O primeiro é o das experiências que as pessoas têm, muitas vezes, sem saber que as têm como, por exemplo, o bebê que logo após nascer começa a sentir fome, sede, dor etc, sem saber exatamente do que se trata. O segundo é o das experiências que são refletidas e se transformam em conhecimento – existe aqui um movimento em que “a natureza ascende a um outro nível” (DEWEY, 1978, p. 15), uma vez que a pessoa desenvolve processos de análise, indagações, seleção de meios e fatores e torna-se capaz de reconstruir a realidade. O terceiro tipo é a dos anseios das pessoas por coisas que elas não sabem exatamente definir, mas que pressentem ou adivinham e que são fruto ou de falhas nas experiências que já tiveram ou de coisas que afloram, mas que estão além de suas experiências. É o tipo de experiência que causa a inquietação natural do ser humano que o leva ao empenho por continuamente mudar diferentes aspectos de sua vida e das coisas que realiza.

Dewey (1979) também afirma que toda experiência é social e envolve contato e comunicação. Ela não é algo que acontece exclusivamente dentro do corpo e da mente das pessoas. Fatores externos, do ambiente, também a fazem surgir. Tudo o que a espécie humana já fez e o que é transmitido de atividades anteriores atua como fonte para novas experiências. Elkjaer (2004, p. 3) sintetiza o pensamento do autor nas seguintes palavras: “Dewey compreende a experiência como a relação entre o indivíduo e o ambiente e a formação contínua e mútua de ambos. Experiência é, pois, tanto um processo quanto um produto”. Para a autora, experiências resultam do modo como as pessoas vivem e de suas associações com outras pessoas, o que vai depender das próprias características pessoais e de como elas se relacionam com os outros. Somente quando a pessoa é capaz de estabelecer a relação entre suas ações, as consequências que elas acarretam e suas experiências do presente é que a experiência gera aprendizagem. “Aprender pela experiência é fazer conexão para trás e para frente entre as coisas que fazemos e o que usufruímos ou sofremos em consequência disso” (DEWEY, 1936, p. 140).

Dewey (1936) lembra que o ambiente está repleto de incertezas que geram tensões e rupturas que primeiramente refletem na experiência do indivíduo na perspectiva emocional. Até aqui a experiência não gera mudança. Num segundo momento as tensões e incertezas

funcionam como alimento para o intelecto recriar significados capazes de fazer com que pensamentos e ações tradicionais do indivíduo sejam derrubados. Somente quando essa mudança acontece é que as bases para a nova experiência se estabelecem. Dessa forma, na perspectiva pragmática, aprender é “infundir as situações de incerteza emocional com significado, o que envolve definir a situação como problemática e, a partir disso, investigá-la” (ELKJAER, 2011, p. 3).

Essa teoria do autor coloca as experiências como ponto de partida para o estudo da aprendizagem na perspectiva social; não o indivíduo nem o ambiente. O que importa são os aspectos da situação. Pessoas, objetos, ação e agir fazem parte desses aspectos.

#### **3.2.4. Sobre ação, interação social e aprendizagem**

Elkjaer (2011) afirma que a ação, que é o momento decisivo da participação no mundo social na visão pragmática, implica em interação. Interação é “a ação, individual ou coletivamente, em relação a outros que não necessariamente têm consciência dessa ação” (STRAUSS, 2008, p. 22). O termo ‘outros’ abrange tanto pessoas presentes como ausentes, mortas, imaginárias e entes culturais tais como heróis, celebridades etc. A interação pressupõe reciprocidade de ação entre os indivíduos que interagem (desde que estejam vivos). Não é possível haver interação sem pessoas, grupos ou organizações atuando.

Tanto para a teoria da aprendizagem social quanto para o interacionismo interpretativo o fenômeno se dá a conhecer nas interações sociais entre as pessoas. É nas relações sociais, no cotidiano vivido, nas situações concretas que formam o dia a dia dos indivíduos que o fenômeno é construído e se manifesta para elas mesmas e para o mundo.

Elkjaer (2003) nota que é importante saber o que as pessoas aprendem, como aprendem e como o ambiente impacta essa aprendizagem por conta das relações que estabelecem nele e com ele. Dessa forma, investigar processos de aprendizagem sob a ótica do interacionismo interpretativo e da teoria da aprendizagem social implica em examinar as situações sociais que os participantes da pesquisa vivem, as interações que estabelecem com outros indivíduos, os elementos racionais, emocionais, culturais, ambientais etc presentes nessas interações e as representações que fazem dessas experiências.

### 3.2.5. Sobre relações de poder e aprendizagem

A economia solidária traz questões de poder em seu bojo, desde o surgimento até os dias de hoje. Sabe-se que o poder é algo que perpassa as diferentes relações que as organizações estabelecem com seu público de interesse. Além disso, no plano da teoria da aprendizagem social, quando o ponto focal da aprendizagem deixa de ser a mente do indivíduo e passa a incluir sua participação nos mundos sociais, entra-se necessariamente numa arena de conflitos e poder; o processo de aprendizagem passa a ter que lidar com essas variáveis. As possibilidades de aprendizagem são, dessa forma, definidas a partir da estrutura social da organização e das relações de poder ali presentes (ELKJAER, 2003a). Essa característica inspira que se olhe para possíveis interferências das relações de poder sobre os processos de aprendizagem no campo da administração. Embora não seja objetivo aqui apresentar um extenso mapeamento disso, traça-se a seguir um panorama introdutório ao tema, construído a partir do exame de alguns estudos de Elkjaer.

Discursos de poder são utilizados como forma de controle. Em pesquisa realizada com gestores para compreender a relação entre a educação formal e as práticas de sucesso em gestão, Elkjaer (2011) aborda o uso do poder como forma de controlar o comportamento dos funcionários. Ela explica, por exemplo, que nas organizações o discurso dos gestores sobre ‘profissionalismo’ define padrões de comportamentos que devem ser aprendidos por serem considerados ‘profissionais’. Semelhantemente, em outro de seus estudos a autora afirma que o poder molda a forma de as pessoas se relacionarem umas com as outras ao definir padrões de sociabilidade em qualquer contexto (ELKJAER; SIMPSON, 2006).

O mapeamento bibliográfico conduzido por Elkjaer, Hoyrup e Pedersen (2007) envolvendo pesquisas sobre aprendizagem no local de trabalho, todas realizadas nos países nórdicos, aponta que o tema ‘poder’ tem sido referenciado nesses estudos sob algumas perspectivas. Uma delas é a aprendizagem como forma de manter as estruturas de poder no local de trabalho. Outra diz respeito às relações entre poder e a motivação para participar de atividades de aprendizagem no local de trabalho. Muitas vezes o funcionário é levado a participar involuntariamente desse tipo de atividade mais por medo do que possa acontecer com ele se não participar do que por reconhecer os benefícios da participação. O estudo conclui que esse tipo de situação pode comprometer seriamente o resultado do processo de aprendizagem. Fazem parte do mapeamento também pesquisas que verificaram a relação entre aprendizagem e a prática do reconhecimento, que é outra manifestação de poder que a

organização exerce sobre o funcionário. Conclui-se que o reconhecimento pelo resultado da aprendizagem é muito importante para gerar uma relação mais positiva entre o funcionário e as atividades de aprendizagem no local de trabalho. Esses estudos também mostram que para melhorar essa relação é mais eficiente que a organização invista no debate sobre as atividades de aprendizagem do que exerça autoridade inquestionável. Nesse caso, o ‘empoderamento’ dos funcionários em relação às decisões sobre as atividades de aprendizagem é a melhor estratégia.

Ainda sobre empoderamento, o estudo de Elkjaer (2003b) também aponta que incumbir níveis mais baixos de funcionários de participar na solução de problemas, na análise e no planejamento de tarefas diminui a distância deles em relação aos níveis mais altos (como no caso de operadores e engenheiros, por exemplo) e promove a institucionalização da ação reflexiva. Isso aumenta o desenvolvimento da aprendizagem como uma atividade contínua na organização. Da mesma forma, empoderar os funcionários em relação à decisão sobre como farão para atingir metas e prazos de realização dos estudos da empresa mostra-se uma boa estratégia para promover a aprendizagem de competências como criatividade, inovação e cooperação entre funcionários.

Outro tema a se considerar na reflexão sobre relações de poder e aprendizagem é o acesso às oportunidades de aprendizagem. Pesquisa realizada em países europeus de língua alemã constatou que a posição do empregado na estrutura organizacional pode fazer crescer ou diminuir as chances de ele participar de determinadas atividades de aprendizagem (CHISHOLM; SPANNRING; MITTERHOFER, 2007). Nesse sentido, alguns tipos de funcionários são privilegiados no que diz respeito à participação em capacitações oferecidas pela organização, como é o caso dos que realizam funções estratégicas para os negócios, os que obtêm as melhores performances e produzem os melhores resultados para a organização. O estudo enfatiza que essa forma de conduzir a questão da aprendizagem está na contramão da moderna teoria da administração que enxerga a organização como um sistema e que apregoa que o desenvolvimento de competências, que passa por processos de aprendizagem, é necessário a todos quantos façam parte do sistema, sem distinção.

Elkjaer (2007) realizou estudo em que examinou o processo de reestruturação de uma empresa familiar para operar seus negócios em nível global. Nessa pesquisa há relatos de mudanças nas rotinas da empresa, especialmente as que dizem respeito à automação e à implantação de sistemas de gestão, que são compreendidas por funcionários como ações que

diminuem o poder de participação deles no trabalho resultando, segundo eles, em diminuição das oportunidades de aprendizagem.

Para finalizar este capítulo, é importante lembrar ao leitor que esses conceitos que foram tomados para desconstruir o fenômeno serão, a partir de agora, mantidos em suspenso, conforme orienta Denzin (2001), para serem retomados na última etapa da aplicação do método interacionista – a contextualização.

#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: APLICANDO O MÉTODO INTERACIONISTA NO ESTUDO DE PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Na literatura sobre pesquisa qualitativa em organizações no Brasil não é difícil encontrar menção à preocupação com o rigor científico e com a fragilidade metodológico-epistemológica dos trabalhos que têm sido realizados. Godoi e Balsini (2010) atestam isso em sua análise bibliométrica da pesquisa qualitativa em estudos organizacionais brasileiros. As autoras chegam à conclusão de que existe uma fragilidade nesse campo dado o caráter, até certo ponto, amorfo com que a metodologia é apresentada em muitas dessas pesquisas. Por outro lado, elas chamam a atenção para o fato de que não se deve confundir essa fragilidade com a flexibilidade que é característica da metodologia qualitativa.

Na pesquisa qualitativa podem-se utilizar diferentes possibilidades para se investigar a pergunta de pesquisa e isso não necessariamente significa ausência de rigor metodológico. A fragilidade do rigor metodológico só se justifica se os métodos não foram adequadamente utilizados e precisamente descritos na pesquisa (DIEFENBACK, 2008).

Nesse sentido, os tópicos a seguir têm a finalidade de esclarecer de que forma o método interacionista interpretativo foi aplicado nesta pesquisa, bem como justificar as escolhas inerentes a esse processo.

##### **4.1. Formulação da pergunta de pesquisa**

As cinco perspectivas que foram abordadas acerca das intenções do pesquisador ao aplicar essa abordagem levam a algumas considerações que justificam a proposta de utilização do interacionismo interpretativo como método para o desenvolvimento do trabalho de campo realizado visando responder ao problema de pesquisa orientador da investigação.

Já foi mencionado que na Europa a economia solidária surgiu como forma de manifestação contra as condições de trabalho degradantes a que as pessoas eram submetidas nas indústrias do século XIX. Viu-se também que no Brasil sua origem está ligada ao processo de exclusão social e desemprego estrutural que se instalaram no País em consequência da crise econômica mundial dos anos de 1980. Viu-se ainda que essas situações motivaram pessoas a se organizarem em torno de alternativas para subsistência diante da escassez de empregos, o

que incluiu a economia solidária. Associado a isso, o Brasil desenvolveu uma estrutura organizativa da economia solidária que abrange várias instâncias – os empreendimentos solidários, as entidades de apoio e fomento, os fóruns de discussão e os diferentes níveis de governo, além de políticas e programas específicos.

Percebe-se, então, que a economia solidária está circunscrita nas interações problemáticas entre indivíduos que culminaram em transformação – da economia, do modo de vida etc. A abrangência é tal que, como fenômeno, a economia solidária é tratada institucionalmente pelo poder público por meio de programas específicos. Sabe-se que o tema também é alvo de ações de estudos universitários, organizações não governamentais e da sociedade civil. Pensando nessas ações, importa que elas sejam conduzidas de forma o mais próxima possível do jeito de ser e das necessidades das pessoas a quem se destinam. Para isso, é necessário examinar profundamente aspectos da vida de quem vive a economia solidária a fim de que, a partir desse conhecimento, sejam criadas e conduzidas ações que “falem” a essas pessoas.

Os processos de aprendizagem podem ser considerados como elementos primordiais a serem compreendidos no contexto de vida das pessoas para atuarem na economia solidária. Mais especificamente, aqueles que dizem respeito à aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica, que são os elementos de base dessa outra economia. São também elementos fundamentais que devem ser considerados ao se estabelecerem ações de apoio a essas iniciativas quando se pensa na efetividade delas e na sustentabilidade desse tipo de economia.

Esse panorama, visto à luz dos pressupostos metodológicos que foram apresentados no tópico anterior e também do arcabouço teórico em que este estudo se fundamenta, possibilita acreditar que o interacionismo interpretativo – como método – seja capaz de oferecer contribuições para o estudo da aprendizagem de empreendedores no contexto da economia solidária ao procurar responder à **questão central** que orienta o estudo, definida anteriormente: *como se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica de empreendedores da economia solidária pertencentes a uma associação de artesãos para atuarem nessa outra economia?*

Para responder a essa pergunta estabeleceu-se como **objetivo geral** *identificar, descrever e analisar como se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos participantes*. Como **objetivos**



**específicos**, *identificar quem são os sujeitos de aprendizagem da economia solidária (como são definidos e onde se localizam), por que eles aprendem (que motivos os levam a aprender), o que aprendem (quais conteúdos eles aprendem e quais são os desfechos disso), como aprendem (quais são as ações-chave dos processos de aprendizagem)*. Os objetivos específicos são inspirados em Engeström (2001), para quem qualquer teoria da aprendizagem deve responder pelo menos a essas quatro questões centrais.

#### **4.2. Desconstrução das concepções prévias do fenômeno**

Para apresentar de que forma o fenômeno tem sido tratado na literatura – o que Denzin (2001) chama de “desconstrução” –, foram utilizadas as ideias fundamentais da teoria da aprendizagem social, articuladas com o interacionismo interpretativo e com o contexto do estudo. Deu-se atenção especial aos resultados advindos das pesquisas no campo da teoria da aprendizagem social realizadas por Elkjaer e colaboradores. Acredita-se que um olhar crítico sobre os estudos dessa pesquisadora, ao examinar a AO como um fenômeno coletivo e que envolve relações de poder, propicie suficientemente a desconstrução das concepções prévias acerca do fenômeno. Essa etapa de aplicação do processo interacionista está no item 3.2 deste estudo.

#### **4.3. Captura do fenômeno**

A aprendizagem de empreendedores da economia solidária para atuarem nessa outra economia é o **fenômeno** em estudo. Estabeleceram-se como recorte os processos de aprendizagem dos princípios da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica que fundamentam a economia solidária, conforme preconiza o Ministério do Trabalho e Emprego (SIES, 2007).

O **campo** escolhido para a realização do estudo é a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema-SP (AAAPD). No momento em que se realiza esta pesquisa a entidade conta com 47 integrantes. O grupo expõe e comercializa seus produtos semanalmente (de quarta a sábado) na Praça Castelo Branco, na região central do município. A Feira de Artesanato (Figura 5), como é conhecida, acontece desde 2006.

A escolha do campo foi motivada, principalmente, por três fatores. Considerou-se o fato de que a AAAPD é assistida pela Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários (IPEPS) da Prefeitura de Diadema, nos termos da Política de Economia Popular e Solidária do município (Lei complementar nº 301/2009), tratando-se, pois, de uma entidade que está reconhecidamente inserida no contexto da economia solidária. Outro fator é que pesquisar aprendizagem junto a uma associação de artesãos representa a oportunidade de adentrar num campo que hoje é pouco explorado no âmbito dos estudos de aprendizagem em organizações. O terceiro fator diz respeito ao acesso ao campo. Os primeiros contatos com a presidente da AAAPD, em 2012, foram positivos e confirmaram a viabilidade da pesquisa.



Figura 5: Feira de Artesanato de Diadema-SP  
Fonte: Foto tirada pela autora em maio de 2012.

O método interacionista é essencialmente biográfico. Ele retrata as experiências de vida das pessoas, especialmente as epifanias. Está baseado no conhecimento subjetivo proveniente das experiências individuais e no intersubjetivo que tem origem nas experiências compartilhadas com outras pessoas (DENZIN, 1989).

A fim de aplicar os passos apontados por Denzin (2001) para a captura do fenômeno, foram realizadas oito **entrevistas**, das quais sete com artesãs e uma com a AAAPD. Essa quantidade resultou das orientações de Diefenbach (2008) para quem a preocupação está em estabelecer tantas interações quantas forem necessárias até que o pesquisador sinta que o tema esgotou-se. Uma forma de perceber esse ponto é quando os dados começam a se tornar repetitivos e não agregam mais novidades. Não há fórmulas que determinem quantas

entrevistas ou quantos dados um pesquisador qualitativo deve buscar; ele precisará perceber por si mesmo esse limite.

A **seleção dos participantes** foi feita intencionalmente (VERGARA; CALDAS, 2007) e teve como foco os propósitos e interesses da pesquisa. Nesse sentido, estabeleceu-se como critério que a pessoa a ser entrevistada fosse participante da AAAPD e da feira de artesanato por pelo menos três anos, o que a colocaria numa condição de pessoa com mais experiência de vida no contexto estudado. Para “descobrir” as pessoas que atendiam ao critério, a pesquisadora contou com a ajuda da artesã Janete, que atuou como presidente da Associação por dois anos e conhece cada um dos participantes da feira. Coincidentemente, não há homens que se enquadram no critério, por isso as entrevistas foram realizadas apenas com mulheres artesãs. Janete contou que até algum tempo atrás havia mais homens artesãos, mas que os mais antigos acabaram deixando a Associação. Hoje os poucos que existem são participantes recentes e não se encaixam no critério estabelecido para seleção dos entrevistados.

Janete apresentou paulatinamente as artesãs à pesquisadora. A cada entrevista finalizada, outra pessoa era escolhida e apresentada. Essa estratégia foi interessante porque permitiu aproveitar melhor o tempo destinado à pesquisa de campo e também porque ajudou a criar um clima de confiança entre cada entrevistado e a pesquisadora ao ser apresentada pessoalmente por Janete. Sabe-se que criar uma aproximação com o entrevistado que gere confiança e que o faça se sentir confortável para a interação é importante para que ele expresse livremente seus sentimentos e experiências (KVALE, 1996).

O **local de realização das entrevistas** foi a feira de artesanato. Elas foram feitas pela pesquisadora, durante cinco sábados não consecutivos, nas próprias barracas das artesãs. Cada entrevista gerou aproximadamente 60 minutos de gravação, mas algumas levaram um pouco mais que isso. Vez por outra a entrevista precisava ser interrompida para que a artesã atendesse a algum cliente. Todo o possível foi feito para que cada artesã pudesse participar da pesquisa sem prejudicar o andamento de seu trabalho, até mesmo no momento da entrevista. Todo o processo transcorreu em clima de receptividade positiva e boa-vontade por parte das entrevistadas.

O **roteiro de entrevista** semiestruturado foi o instrumento utilizado pela pesquisadora. Um primeiro roteiro para entrevista com os artesãos foi preparado e aplicado a título de pré-teste. O ponto de partida da entrevista era a infância do participante. Essa primeira versão do

roteiro foi apreciada pela banca de qualificação do projeto de pesquisa que recomendou que o ponto de partida fosse deslocado para as primeiras experiências de trabalho do entrevistado. A partir dessa recomendação e considerando que Denzin (1989) é claro ao afirmar que as histórias pessoais podem ser temáticas, focadas apenas num tópico da vida dos participantes, o roteiro foi modificado. O instrumento final pode ser conhecido no Apêndice A desse estudo.

Foi criado também um roteiro semiestruturado para entrevista com a Associação que pode ser conhecido no Apêndice B. Ele foi organizado ao redor de alguns dos seguintes objetivos principais: (1) caracterizar a AAAPD; (2) identificar se e como ela participa dos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos associados; (3) identificar as dificuldades encontradas no desenrolar de suas atividades que possam de alguma forma interferir nos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos associados; e (4) identificar na história da AAAPD e na forma como ela conduz suas atividades como a entidade vive e manifesta a solidariedade. Janete, a artesã que ocupou o cargo de presidente da Associação de 2011 a 2013 foi quem concedeu a entrevista e contou a história da entidade.

Por questões éticas, cada participante da pesquisa leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que pode ser conhecido no Apêndice C. Depois de assinado, também pela pesquisadora, uma via foi deixada com a respondente e a outra foi mantida com a pesquisadora.

Para gravação das entrevistas utilizou-se o gravador do aparelho celular. Posteriormente, a pesquisadora fez a transcrição dos materiais utilizando o aplicativo *On line Transcribe*.

Esses materiais originaram as histórias de vida que estão contidas no item de interpretação deste estudo em consecução às orientações metodológicas de Denzin (2001). Utilizou-se a *descrição densa*, que, conforme já mencionado e detalhado em capítulo anterior, é um tipo de texto que identifica o contexto da ação, que descreve as intenções e significados das ações no ponto de vista dos participantes da pesquisa, que traça a evolução e o desenvolvimento dos acontecimentos e que pode ser interpretado.

É oportuno aqui ressaltar que o fato de ter realizado pessoalmente as transcrições é percebido pela pesquisadora como algo que oportunizou fidelidade aos conteúdos gravados e intimidade com eles. Além disso, remeteu a lembranças de elementos da comunicação não-

verbal. Tudo isso foi muito importante para a construção dos textos das histórias de vida, ao estilo de descrição densa.

Nas histórias de vida, as identidades dos participantes foram preservadas – esse é um pressuposto da pesquisa interacionista. Em função disso, a pesquisadora deu às entrevistadas os primeiros nomes das tias maternas e paternas que ocuparam papel mais marcante em sua própria história de vida, especialmente na infância. Algumas já são falecidas, outras ainda vivem. Fica nesta pesquisa de doutorado o registro dessa homenagem. O Quadro 8 oferece uma breve caracterização das participantes da pesquisa.

### Quadro 8

#### Breve caracterização das participantes da pesquisa

Entidade de economia solidária	Ano de fundação	Quantidade de associados em 2013	Empreendimento de economia solidária	Local do empreendimento
Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema (AAAPD)	2006	47	Feira de artesanato de Diadema	Praça Castelo Branco
Artesãs Nome (fictício)	Idade	Estado civil	Tipo de Artesanato	Tempo na Associação
Celina	55	Casada	Peças em patchwork para usos diversos	4 anos
Maria das Graças	61	Separada	Peças em MDF para decoração e organização de quarto de bebê	3 anos
Denise	40	Casada	Pulseiras e outros acessórios em macramê	6 anos
Nair	70	Casada	Chinelos em tecido, bolsas de calça jeans e algumas peças em crochê	7 anos
Janete	46	Solteira	Telhas artesanais com motivos africanos, incluindo relógios e arandelas	7 anos
Célia	52	Casada	Quadros pintados a óleo	7 anos
Loíse	64	Casada	Chinelos personalizados e telas protetoras para jarras de água e suco	7 anos

Fonte: elaborado pela autora com base nas histórias de vida.

#### **4.4. Bracketing**

Para a realização do *bracketing*, foram utilizadas as histórias obtidas em torno do fenômeno em estudo em busca das diferentes maneiras como ele se manifesta na vida das participantes. Cada história representou uma diferente leitura do fenômeno. Tais leituras foram comparadas e combinadas com o intuito de obter a representação pormenorizada de como o fenômeno é vivido. Identificaram-se convergências e distanciamentos entre as experiências e, assim, foram definidos os elementos e estruturas essenciais do fenômeno.

O *bracketing* levou especialmente à construção de duas definições conceituais sobre o fenômeno com base nas características recorrentes identificadas. Uma delas se relaciona à descoberta de cinco instâncias por onde passam os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica. A outra se refere a relação entre a Associação e o poder público local quanto aos processos de aprendizagem desses elementos de base da economia solidária.

#### **4.5. Construção**

Na fase da construção buscou-se tornar visível ao leitor como os elementos do fenômeno em estudo afetam e estão relacionados entre si para formar uma totalidade coerente. O arcabouço teórico ainda foi mantido em suspenso. O fenômeno foi construído mas não discutido à luz de qualquer teoria. Somente na etapa seguinte – a contextualização – a teoria foi retomada para orientar as discussões em torno do fenômeno construído.

Para orientar a reflexão em torno da construção do fenômeno optou-se por identificar e descrever como as experiências de interação imbricadas nas cinco instâncias de aprendizagem – que emergiram do *bracketing* – afetam e estão relacionadas aos objetivos específicos deste estudo de forma a conduzir à compreensão do fenômeno.

#### **4.6. Contextualização**

Na contextualização, o fenômeno construído na fase anterior foi retomado e examinou-se como ele se comporta diante do mundo social mais amplo. Os elementos do fenômeno foram colocados diante da teoria que, até então, foi deixada em suspenso e verificou-se se e

como as experiências vividas pelas artesãs provocam alterações nesses conceitos. Procurou-se interpretar como os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos artesãos da Associação se articulam com os significados que esses elementos de base da economia solidária possuem no contexto amplo do mundo social onde essa “outra economia” está inserida. Em outras palavras, refletiu-se sobre como os conteúdos que os artesãos aprendem, as ações-chave dos processos de aprendizagem, as razões que os levam a aprender e como vivem e manifestam o que aprendem estão relacionados aos significados que a literatura atribui aos elementos de base da economia solidária.

A teoria da aprendizagem social, conceitos do campo da economia solidária e pressupostos da abordagem interacionista, conforme já delimitados neste estudo, foram utilizados para dar suporte às reflexões.

## **5. ADENTRANDO OS MICROUNIVERSOS DA INTERAÇÃO EM BUSCA DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DA COOPERAÇÃO, DA AUTOGESTÃO, DA SOLIDARIEDADE E DA AÇÃO ECONÔMICA**

Este capítulo do estudo se inicia pela apresentação da história da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema. Tal relato é especialmente importante para que o leitor conheça a origem e a trajetória da entidade, como ela funciona, como a gestão tem sido feita ao longo do tempo, quais são os pontos fortes e fraquezas dela, quais são os principais conflitos que tem enfrentado e os desafios a serem ainda encarados. O leitor encontrará nessa história vários pontos que se conectam às histórias das artesãs entrevistadas e que são úteis para dar sentido a elas.

Em seguida se encontram as histórias de vida das sete artesãs que fizeram parte deste trabalho. Conforme já mencionado, essas histórias têm como ponto de partida a inserção da entrevistada no mundo do trabalho. Cada história se desenrola procurando mostrar as experiências de trabalho da pessoa, como o artesanato entrou na vida dela e como se tornou uma artesã que atua na economia solidária. Foi nessa ordem que as participantes fizeram seu relato e a partir daí a pesquisadora construiu as descrições densas.

O leitor perceberá que é no transcorrer desses momentos que se encontra a maior parte das epifanias vividas pelas participantes do estudo. Vai perceber também que em um dado momento a história de cada entrevistada passa a se desenrolar no contexto do trabalho como artesã, que expõe na feira de artesanato de Diadema e que participa da Associação. É especialmente nessa fase das histórias que se concentra a maior parte das narrativas que revelam as percepções das participantes sobre os elementos circunscritos na pergunta de pesquisa e nos objetivos do estudo.

### **5.1. A história da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema**

Quem conta a história da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema é Janete. De 2006 a 2010 exerceu a função de coordenadora da feira de artesanato e no ano seguinte assumiu a presidência da entidade, que ocupou até abril de 2013. Deixou o cargo por iniciativa própria, em razão de desentendimentos com o novo governo que assumiu a gestão do município em 2013. Janete conhece e viveu – ainda vive – a história da Associação como poucos ali naquele grupo.



Tudo começou em 2006 quando a Prefeitura de Diadema convocou os artesãos do município para juntos organizarem uma feira de artesanato na Praça Lauro Michels. Cerca de seis artesãos atenderam ao chamado e foram encaminhados para fazer registro na Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO), que é uma autarquia vinculada à Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. Uma vez registrado, cada artesão recebeu sua carteirinha de identificação de profissional de artesanato que permite que ele exponha em feiras e outros espaços.

Como parte desse mesmo projeto da prefeitura criou-se a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema (AAAPD). Mesmo com poucos integrantes – cerca de meia dúzia – o grupo estabeleceu uma rotina de reuniões com a finalidade de tratar dos assuntos da feira. Elas aconteciam nas casas dos próprios artesãos e eram lideradas por um coordenador nomeado pela prefeitura para implantar e acompanhar o projeto de criação da Associação e realização da feira de artesanato – mais tarde o acompanhamento da Associação pela prefeitura ficou a cargo da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários (IPEPS).

A entidade só passou a ter diretoria própria após ser registrada formalmente, o que só aconteceu em 2008. Aí sim, convocou-se eleição para presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, conselho fiscal etc. Todo o processo aconteceu sob orientação da prefeitura.

Durante esses primeiros anos as barracas utilizadas pelos artesãos na feira de artesanato eram emprestadas à Associação pela prefeitura. No entanto, Janete conta que em 2008 – ano de eleições - a Justiça Eleitoral vetou esse empréstimo. Por essa razão a prefeitura negociou com duas organizações de economia solidária, que ainda hoje existem na cidade, a doação de novas barracas para a Associação. Janete sente que foi nesse momento que a entidade começou a existir de fato; quando passou a ser dona das próprias barracas. Ela considera que foi isso que possibilitou ao grupo caminhar com as próprias pernas, embora até hoje ainda precise do apoio da prefeitura para transportar e armazenar as 47 barracas que os artesãos utilizam na feira.

Janete conta como acontece a adesão de novos artesãos à Associação. Para ingressar e ter direito a expor na feira, o artesão deve ele mesmo produzir as peças - elas não podem ter sido adquiridas por meio de qualquer tipo de comercialização. Para cada segmento de artesanato pode haver no máximo dois expositores na feira, como forma de evitar repetitividade e concorrência interna. O candidato também deve comprometer-se em acatar o

regimento interno da Associação que é o documento que orienta quanto o comportamento dos associados relativamente a questões como pagamento das mensalidades, cumprimento de horários, manutenção dos acessórios da feira e regras de convivência com os colegas. Janete conta que economia solidária e aspectos técnicos do trabalho do artesão não são temas abordados no regimento interno.

Outra exigência é que o candidato produza uma peça diante dos olhos de pessoas da diretoria da Associação e também da prefeitura. Para isso, o interessado preenche um cadastro na Associação ou na prefeitura e aguarda ser chamado para participar da demonstração. Costuma-se marcar uma data uma vez por ano para a seleção de novos artesãos. Já aconteceu também de, em alguns casos, a demonstração ser feita na casa do artesão. Aí a diretoria agenda uma visita e vai até lá para ver de perto a fabricação da peça.

Janete conta que a participação do pessoal da prefeitura nesse processo é apenas para acompanhar o trabalho da Associação; para ser participante e manter o bom relacionamento. Não depende deles a aprovação de um novo associado. Essa decisão é exclusiva da diretoria. Essa forma de seleção é praticada pela Associação até os dias de hoje.

Atualmente a Associação conta com 47 associados. A maior parte é composta por mulheres, mas também há homens. Há pessoas que têm na feira sua única fonte de renda. Há os aposentados que encontram lá uma forma de complementar a aposentadoria. Há os que, além da feira, exercem outros tipos de atividade e complementam o salário com as vendas de artesanato. Por fim, há pessoas que não dependem dali para viver mas que veem a feira como uma forma de cuidar da saúde mental; uma terapia. No entanto, a predominância é de pessoas que possuem outra fonte de renda e utilizam a venda de artesanato como forma de complementação.

Janete conta que é difícil viver somente do artesanato. O que se arrecada, em geral, é muito pouco. Por essa razão, a Associação não vê problemas quando algum associado resolve participar eventualmente de outras feiras, mesmo que elas não sejam de economia solidária. Mas essas iniciativas são individuais. Cada um busca seus próprios meios se desejar expor também em outros eventos. Ela acha que seria egoísmo da Associação restringir a possibilidade dos artesãos participarem de outros eventos se isso significa um aumento de renda para eles e suas famílias.

Desde o primeiro momento em que convocou os artesãos de Diadema a se organizarem em associação, o modelo definido pela prefeitura foi o da economia solidária. Naquela época o tema era completamente desconhecido pelos artesãos. A prefeitura organizou vários encontros de capacitação que tinham como objetivo promover a compreensão do que é e como funciona a economia solidária.

Ela também ofereceu outros cursos; o de vendas, por exemplo, foi muito útil para os artesãos aprenderem a precificar seus produtos e a se relacionarem com os clientes. Esses encontros foram realizados nas instalações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no bairro Piraporinha. É lá também que a Associação passou a realizar suas reuniões.

Em 2010 a Associação passou a fazer parte do rol de entidades atendidas pela incubadora pública da prefeitura de Diadema. Como parte do trabalho de formação a incubadora organizava visitas e levava os artesãos de Diadema para conhecer associações de economia solidária de outros municípios as quais também promoviam feiras de artesanato, como por exemplo a de Mauá, Santo André, Ribeirão Pires e Osasco. Não só visitavam esse pessoal, como também recebiam as visitas deles. O objetivo era aprender pela troca de experiências. Janete conta que os associados gostavam muito desses encontros e aprendiam bastante com os colegas de outros municípios. Eles achavam interessante também visitar feiras que não eram de economia solidária. Aí aproveitavam para conversar com aquelas pessoas e tentar mostrar a elas que trabalhar em associação, dialogando coletivamente, é uma forma de conquistar bem mais coisas do que é possível quando se vive isolado, num “mundinho” próprio, querendo só pra si.

Desde que foi organizada formalmente, a diretoria da Associação convoca os associados para reuniões periódicas. Por muito tempo elas foram realizadas mensalmente; hoje em dia são bimestrais. O local continua sendo as instalações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Já houve tempo em que a participação dos associados nas reuniões era mínima, mas atualmente a maioria deles participa, desde que elas aconteçam num horário favorável para aqueles que, além de atuarem como artesãos, realizam outras atividades de trabalho.

Na pauta das reuniões da Associação sempre estiveram assuntos como a prestação de contas relativa aos gastos e arrecadações do período, informações sobre acontecimentos em geral de interesse dos artesãos e novidades que a prefeitura costuma levar para o grupo. A maioria das decisões tomadas pelo ocorre por meio da participação dos associados na forma

de opiniões, ideias e votação. Não há conflitos significativos no processo de tomada de decisão. Um dos princípios que seguem em suas decisões é que elas beneficiem a todos, ou à maior parte, e que não haja privilégios. As pessoas sabem que o que a maioria decidir é o que será feito e aceitam isso tranquilamente.

Janete se recorda apenas de um caso em que um conflito sério se instalou na reunião da Associação. O marido de uma associada pediu a palavra e disse coisas que foram interpretadas pelos presentes como um desrespeito à presidente – a que presidia a Associação antes de Janete. O ocorrido foi colocado em discussão em outra reunião e todos os associados presentes decidiram pelo desligamento da associada em função do desacato do marido. Este foi o único desligamento que aconteceu na história da Associação. Janete conta que o homem chegou a abrir um processo contra a Associação mas não recebeu ganho de causa.

A única fonte de arrecadação da entidade é a mensalidade no valor de trinta e cinco reais que cada associado paga. É com essa verba que a entidade custeia coisas como reparos nas barracas, telefone, transporte da diretoria para as reuniões, transporte de associados para eventos onde representam a Associação etc. O que se arrecada com as vendas dos artesanatos pertence exclusivamente a cada artesão.

Não existe distribuição igualitária da renda da feira. Janete sabe que dividir a renda é um dos princípios da economia solidária, porém não é assim que funciona na Associação. Essa questão é bastante individualizada. Janete justifica este posicionamento da entidade argumentando que todos já pagam uma mensalidade e que a produção dos artesanos não é coletiva, ou seja, cada um produz o seu artesanato. Não se trata de um grupo que faz o mesmo trabalho em conjunto. Cada artesão administra seus próprios custos de produção, descobre fornecedores, realiza as compras de matérias-primas e insumos que necessita. Às vezes acontece de algum artesão conseguir doação de grande quantidade de material, como por exemplo retalhos de tecidos, para a Associação. Então a diretoria providencia a retirada e transporte do material e distribui a doação dentre os artesãos que utilizam o tipo de material doado. Fora isso, a entidade não faz nenhum tipo de parceria relativa a obtenção de recursos para a produção dos artesanos. Por essas razões, a Associação considera justo que cada artesão mantenha somente para si aquilo que arrecadou com a vendas de seus produtos.

Em 2011 foi eleita presidente da Associação. Com base na experiência que desenvolveu ocupando esse cargo ela considera que administrar a entidade é uma tarefa complicada. Tem que “correr atrás”, participar de reuniões, buscar parceiros que contribuam

para a Associação, buscar participação, cuidar do relacionamento com a prefeitura e também do relacionamento interno entre os associados. É necessário manter tudo bem organizado e em pleno funcionamento e também zelar pelas boas condições das barracas e pelo cumprimento dos horários e demais condições combinadas. Janete considera que sempre foi muito “cricri” em relação à organização da feira porque acredita que isso influencia no resultado das vendas. Ela pensa, principalmente, nas pessoas que dependem exclusivamente daquela renda para viver e era em nome delas que sempre lutou.

No entanto a complexidade do trabalho da presidente não está propriamente na organização em si, mas no fato de ter que “ficar no pé” das pessoas, de não ser reconhecida pelo trabalho e de haver pessoas que só enxergam o lado ruim das exigências que ela fazia. Por outro lado, esse tipo de dificuldade nunca impediu Janete de exercer uma gestão pautada na preocupação em fazer o melhor para o grupo. Ela entende que a presidente da Associação tem que ter como ideal o bem estar de todos. Mesmo quando cuida de assuntos que envolvam um só associado tem que pensar no sujeito como parte integrante do grupo. Como exemplo disso, Janete conta o caso de um artesão que não estava conseguindo bons resultados em suas vendas e que foi orientado a mudar de produto.

As contas da Associação também devem ser motivo de atenção. É necessário fazer o dinheiro “multiplicar”. Para isso, Janete sempre procurou ser econômica nos gastos da entidade e manter uma reserva para cobrir gastos emergenciais.

Além dessas questões a presidente também tem que estar sempre atenta à articulação de outros espaços onde a Associação possa expor. O apoio da incubadora pública como articuladora dessas oportunidades é muito importante.

Janete conta que todas essas coisas ela aprendeu a fazer com a prática do dia a dia da Associação, perguntando para outras pessoas e também compartilhando e discutindo ideias com o pessoal da incubadora pública. Assim aprendeu a fazer tanto as tarefas administrativas, por exemplo, a contabilidade e o envio de convocação dos associados para as reuniões, bem como as de relacionamento, do tipo estimular os associados a participar e a estar mais junto da Associação.

Ela só se lembra de ter feito um único curso oferecido pela prefeitura. Era um curso de autogestão [em vez de dizer autogestão ela se confunde e fala “alta gestão”], que abrangia temas como cálculo de venda, relacionamento com o cliente, relacionamento com a

Associação e com os associados e outras coisas necessárias para fazer a autogestão da entidade. Mas ela entende que não foi um curso completo; foi só uma introdução.

Janete se lamenta da falta de cooperação de uma parte dos associados que não compartilham totalmente dos ideais da Associação; não têm os mesmos objetivos e interesses. Uns pensam em crescer e outros são acomodados, acham que o que existe já está bom demais. Uns ajudam mais os colegas, enquanto outros só pensam em si. Existem aqueles que participam de todo tipo de evento em que a Associação se fará presente, enquanto outros só participam dos eventos em que terão retorno financeiro – não se interessam por ocasiões em que o benefício será a troca de experiência. Quanto a essa última questão, ela acha uma pena que eles não percebam que o que se aprende pela troca de experiência é mais valioso do que o dinheiro.

Esse tipo de posicionamento é compreendido por Janete como algo contrário aos princípios da economia solidária. Para atuar nesse tipo de economia a pessoa não pode ser egoísta, interesseira ou mesquinha. Tem que ter espírito solidário, tem que compartilhar. Ela conta, como exemplo da falta desses princípios, o caso dos artesãos que não compartilham informação quando descobrem um fornecedor melhor de algum tipo de material que sabem que outros colegas também utilizam. Omitem a informação. Guardam apenas para si.

Janete acredita que sempre que se percebe que algo dessa natureza está acontecendo é importante conversar com o associado e levá-lo a compreender a necessidade de compartilhar, de se colocar no lugar do colega, de formar com todos os artesãos uma só unidade. Ela acha que é a única coisa que a Associação pode fazer para lidar com essa situação, já que não dispõe de documento que oriente os associados em relação ao espírito da economia solidária. Como presidente, ela chegou a conversar com o pessoal da incubadora pública sobre a criação desse documento. A ideia era criá-lo e oferecer um curso sobre o assunto. Para associados novos seria a primeira oportunidade de aprender sobre economia solidária; para os mais antigos seria a chance de se reciclarem. Porém, nada disso foi possível porque era época de campanha eleitoral – 2012 – e o pessoal da incubadora estava assoberbado com atividades relacionadas a isso.

Seria bom se a ideia tivesse sido concretizada, mas Janete acredita que há outras formas por meio das quais as pessoas podem aprender princípios da economia solidária. Essas formas são a experiência que se adquire pela participação, a conversa e o trabalho em conjunto. Ela tem visto isso acontecer na feira de Diadema. O fato de nos últimos tempos os

próprios artesãos terem que montar e desmontar as barracas da feira – antes isso era feito pelo pessoal da prefeitura – tem levado os artesãos a aprender a se unir, a conhecer uns aos outros e a colaborar uns com os outros na medida em que se ajudam mutuamente para realizar a tarefa.

Mesmo os participantes mais novos, que nunca receberam nenhum tipo de capacitação em economia solidária, são capazes de aprender esses princípios pela convivência com os outros. Janete conta que atualmente apenas uma pequena parte dos associados já passou por algum tipo de capacitação em economia solidária. Uns 10% apenas. Dá para contar nos dedos. A grande maioria não conhece o assunto. Alguns princípios elas acabam praticando sem saber que são da economia solidária, simplesmente porque querem expor na feira e precisam aceitar as regras do jogo. Elas observam o que os mais antigos fazem e procuram repetir aquele comportamento. Por outro lado, Janete considera que os artesãos que já passaram por uma capacitação mais formal nos princípios da economia solidária têm um relacionamento melhor entre si; se entendem com mais facilidade, são mais abertos e não são individualistas. Mas ela acredita que tudo isso são coisas que as pessoas podem aprender se estiverem dispostas e tiverem meios.

O resultado das urnas das eleições de 2012 para o poder executivo municipal representou um divisor de águas na história recente da Associação. A gestão do município ficou a cargo de outro partido político. A chegada da nova equipe de governo, que tomou posse em 2013, acarretou muitas mudanças na feira e no relacionamento da Associação com a prefeitura. Ela observa que os novos governantes não têm tomado decisões baseadas no bem estar geral dos associados. Os interesses deles predominam sobre os da Associação. Janete cita o caso de quando a prefeitura informou à Associação que a feira começaria a funcionar de quarta a domingo, em vez de apenas sexta e sábado. A diretoria informou isso aos associados. A decisão foi da prefeitura e a justificativa foi a de que eles pretendem transformar Diadema numa cidade turística e por isso a feira de artesanato precisa funcionar mais dias como forma de atrair pessoas.

Janete conta que quando a prefeitura decidiu pela ampliação dos dias de funcionamento da feira, por não conhecer o novo governo, Janete, na condição de presidente, sentiu que não havia condições para a Associação negar-se à imposição da prefeitura. Ainda assim, conseguiu negociar com eles a retirada da quarta-feira alegando que os artesãos

precisavam desse dia para produzir as peças, afinal eles não são como camelôs que compram os produtos prontos e fazem apenas a revenda.

A feira passou a funcionar de quinta a domingo. Janete e os artesãos mais antigos na feira sabiam que domingo não é um bom dia para expor visto que não há movimento de pessoas na Praça Castelo Branco, pois ela fica no centro comercial da cidade. Quando as lojas não abrem, não há gente circulando pela praça. A prefeitura e a Associação combinaram um período de 100 dias para testar o novo esquema. Ao final desse período, a prefeitura achou melhor suspender o domingo, como a Associação já previa, mas, para surpresa dos artesãos, retornou com a quarta-feira.

Outra mudança introduzida pela prefeitura que não agradou a maioria dos artesãos diz respeito à montagem e desmontagem das barracas. Antes, quando a feira funcionava apenas na sexta e sábado, era a própria prefeitura quem montava e desmontava as barracas. Agora, com o funcionamento de quarta a sábado, os próprios artesãos precisam montar e desmontar tudo. A prefeitura apenas transporta as barracas. Isso dificultou para vários artesãos, especialmente as mulheres na terceira idade que não têm condições físicas para fazer serviço “de homem”. A solução encontrada por eles passou a ser um ajudar o outro a montar as barracas até que tudo esteja no lugar.

Janete acredita que a Associação não tem o que fazer em relação a isso porque é a prefeitura quem armazena e transporta as barracas. A Associação não dispõe dessa estrutura logística. Isso acaba criando uma relação de dependência que faz com que tenha que acatar certas decisões que a prefeitura toma.

E por falar em relação de dependência outro fator que mantém a Associação atrelada à prefeitura é o fato de precisar que ela convide, autorize ou negocie a participação da entidade em eventos promovidos em Diadema e outros municípios da região. Um exemplo é a exposição que aconteceu no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, em 2012, em que a participação da Associação foi negociada entre a prefeitura de Diadema e de São Bernardo.

Janete considera que mesmo tendo se submetido à mudança feita pela prefeitura quanto aos dias de realização da feira, a Associação tem sofrido boicotes em relação à sua participação em alguns eventos promovidos pelo governo na cidade. Ela cita, como exemplo, as comemorações do dia dos trabalhadores e a festa junina da Praça da Moça para os quais a



Associação não foi convidada para expor. Dessa forma, o único evento que conta com a participação da Associação é a feira de artesanato. Eventualmente recebem convite para expor em algum shopping.

Recentemente um shopping de São Bernardo do Campo convidou associações de artesãos das cidades da região do ABC para expor em um quiosque, de acordo com uma escala de revezamento. Cada grupo expôs por trinta dias. Janete conta que convites como esse só são possíveis por conta da participação da Associação nos encontros com outros grupos. Aí um acaba recomendando o outro para organizadores de eventos.

Na percepção de Janete, a nova gestão não sabe o que é economia solidária, porque não considera que o artesão tem que produzir o que vende. Não considera que artesão não é igual camelô. Ela acha que os artesãos da Associação têm sido tratados e cobrados como camelôs pelo novo governo.

Para Janete, a Associação não recebe do novo governo o mesmo apoio que o anterior lhe conferia. Ela chega a citar o caso de dez barracas que o governo anterior conseguiu para a Associação no âmbito do Programa Fome Zero e que o atual governo não repassou para ela. A Associação desconhece o que foi feito dessas barracas.

Outra manifestação da falta de apoio na percepção de Janete acontece também em relação aos novos associados. Ela conta que o governo anterior sempre oferecia reciclagens sobre economia solidária – havia parceria com uma universidade do ABC para isso – e que esses momentos também eram oportunidades para os novos associados, que em geral não conheciam o tema, desenvolverem esse conhecimento. O novo governo nunca proporcionou essa formação, por isso muitos associados que se juntaram à Associação recentemente não sabem o que é economia solidária, nem o significado de participar de uma associação. Ela acredita que isso facilita que sejam enganados e iludidos pelo atual governo.

Janete acredita que a prefeitura tem que “correr atrás” dos interesses da Associação e isso não tem acontecido a partir do novo governo. O governo anterior tinha a incubadora pública que era sempre quem interagira e apoiava a Associação. Sempre tinha alguém da incubadora junto com a Associação. Chegavam a participar juntos das reuniões de Fórum de Economia Solidária do ABC. Eram companheiros. Não faziam promessas e procuravam ajudar.

Na nova gestão a incubadora não funciona como antes. A relação é mais formal. Antes a Associação tinha acesso livre à incubadora, agora as conversas com o novo pessoal acontece somente quando eles convocam a Associação ou vice-versa para discutirem assuntos de interesse comum. Além disso, fazem muitas promessas que não cumprem.

Comparando os momentos vividos, Janete chega à conclusão de que a relação da Associação com o governo anterior era estabelecido com base em parceria. Já com o novo governo a relação é de dependência.

Janete, como presidente da Associação, passou a se desentender com o pessoal da prefeitura. Não aceitava as imposições – que ela chama de “ordens” – nem a interferência que o atual governo passou a exercer sobre a feira e sobre questões envolvendo os associados. Também não estava satisfeita com a falta de apoio de forma geral.

Tudo isso levou Janete a tomar a decisão de renunciar à presidência da Associação em abril de 2013, acreditando que ela e o novo governo não têm o mesmo ideal para a entidade. Mas ela não se lamenta. Diz que aprendeu muito durante o período em que esteve à frente da Associação.

Atualmente quem ocupa o cargo de presidente interinamente é a pessoa que era secretária da entidade e a eleição de nova diretoria só será realizada em 2014. Isso é o que orienta o estatuto.

## **5.2. Histórias de vida**

### **5.2.1. A história de Celina**

*“[...] ah, eu sempre vivi a economia solidária, só que com outro nome, não com esse nome, sem nome nenhum...”*

Celina é uma artesã que produz peças em *patchwork*: camisetas, panos de prato, bolsas de vários tamanhos e utilidades, organizadores (porta-treco) e outros itens que ela inventa ou que as clientes sugerem. Ela tem muito orgulho das suas peças e diz ter uma clientela bastante grande; muitas são fixas e conhecem seu trabalho há anos.

Celina é mineira de 55 anos, filha de pai alfaiate e mãe “do lar”. Ambos são falecidos. Além de realizar o trabalho doméstico, a mãe também era artesã e fazia todo tipo de artesanato.

Celina lembra, especialmente, de flores, objetos em madeira, costura, pintura em tecido de saco [saco do tipo “pano de chão”], peças em argila e da técnica que ela usava para tingir tecido a partir de uma mistura feita com açaí. A menina chegou a aprender essa técnica com a mãe. Era uma forma de driblar a falta de corantes para tecido naquela época.

Sobre o trabalho do pai, Celina conta que o alfaiate trabalhava em sua própria oficina, onde fazia todo tipo de costura para os outros e para os próprios filhos, chegando a inovar nos modelos e ser um tanto ousado para a época. Ele também ensinava essa habilidade para as filhas dos fazendeiros da região. As moças vinham da roça para a cidade especialmente para aprender a costurar com seu pai e, dessa forma, tornarem-se mais prendadas para o casamento.

As habilidades manuais são uma característica da família de Celina, transmitida de pais para filhos. Ela tem dezesseis irmãos, dos quais sete mulheres e nove homens – um já falecido. Celina conta que entre as irmãs todas se referem à casa da infância como “A Casa das Sete Mulheres”, tomando emprestado o título da minissérie produzida e transmitida pela Rede Globo em 2003.

Os irmãos de Celina vivem nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Uma das irmãs vive nos Estados Unidos e outra em Portugal. Apenas um deles não trabalha com artesanato. Os outros são todos artesãos e artesãs.

Celina tem boas lembranças de sua infância e adolescência com a família. Levou uma vida de muita fartura, não de dinheiro, mas de coisas como comida, brincadeiras e amor dos pais que ensinavam e prezavam a união, a educação, a cooperação e a solidariedade. Eles faziam questão que os filhos vivessem esses valores tanto na família quanto na relação com o próximo e isso deixa Celina muito orgulhosa dos pais que teve e da forma como foi criada. Ela mostra brilho nos olhos e alegria no tom de voz ao falar de sua infância e da adolescência e conta com orgulho sua história e seus planos para o futuro.

As experiências de trabalho de Celina começaram ainda na infância. Ela costumava produzir e vender artesanato na escola e nos circos que se apresentavam na cidade. Fazia flores, bordado, fita para cabelo, pulseiras, chinelo de papelão, cinto de papel de cigarro e outras peças que aprendia com a mãe e com a avó. Vendia tudo. Uma parte do dinheiro que ganhava ela empregava na compra de material para produzir artesanato, especialmente linhas que, naquele tempo, eram muito caras; outra parte juntava para comprar vacas, inspirada no desejo de se tornar igual ao padrinho fazendeiro e no espírito empreendedor que ela diz

acompanhá-la ao longo de toda a sua vida. Chegou a comprar duas. O que restava era distribuído entre a família para atender as necessidades diversas.

Outras experiências de trabalho que Celina viveu ainda na infância estão relacionadas às atividades da mãe. Vez por outra a mãe era convidada a cuidar dos preparativos e dos quitutes para casamentos que aconteciam na cidade. Quando isso acontecia, botava todos os filhos para trabalhar no evento. Faziam de tudo, desde as lembrancinhas até os doces. Ao final a mãe repartia entre os filhos uma quantia da renda.

Celina e os irmãos também ajudavam a mãe na confecção de bonés [antigamente eram chamados de casquetes] para militares da Marinha. Ela conta com orgulho que sua mãe era a única mulher, na época, que confeccionava manualmente cada uma dessas peças do uniforme da Marinha. Foi um período em que a renda da família aumentou.

Aos treze anos Celina saiu da companhia dos pais, em Minas, para passar uma temporada na casa de uma das irmãs em Volta Redonda (RJ). A irmã, que era casada e já tinha um filho bem pequeno, acabara de ter seu segundo bebê e precisava de ajuda para cuidar das crianças. Nesse momento, Celina precisou interromper os estudos na escola pública que frequentava. Conseguiu concluir a sexta série. A ideia inicial era a de que continuasse a estudar em Volta Redonda, mas isso acabou não acontecendo, segundo ela, porque não correu atrás.

Essa escolha interrompeu o percurso na direção do sonho que nutria naquela época, que era o de ser professora. Ela conta que entre dez e onze anos de idade chegou a ensinar adultos no Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL. Celina acredita que essa experiência como professora tem a ver com o fato ter sido uma das melhores alunas daquela escola na sua cidade. Ela conta que ainda hoje suas sobrinhas recorrem a ela pedindo ajuda quando têm algum trabalho de escola difícil de fazer.

Depois de um tempo morando com a irmã e ajudando na criação dos sobrinhos, Celina foi passar uma temporada na casa do irmão, em São Paulo, a seu convite. Nessa época a família para quem o irmão trabalhava como motorista precisava de uma funcionária para fazer os serviços domésticos. Era uma família de franceses. Celina aceitou ser levada pelo irmão para que a “madame” a conhecesse. Mesmo tendo declarado que não sabia fazer nada, nem mesmo colocar a mesa, foi admitida para trabalhar na casa da família rica. A madame prometeu ensinar tudo a ela.

A oportunidade de realizar um trabalho com o qual pudesse ganhar dinheiro para ajudar a família foi o que fez Celina aceitar o emprego. Nessa época seu pai já era avançado em idade e estava bastante deprimido pela morte inesperada de um dos filhos. A saúde ficou progressivamente debilitada e as coisas para a família se tornaram cada vez mais difíceis. Então, ela resolveu ficar em São Paulo. Vendeu suas duas vacas. Trabalhou na casa da madame por treze anos e sempre enviava dinheiro para a família.

Esse trabalho na casa da família rica também rendeu à Celina conhecimentos que ela pôde utilizar na vida adulta, muitos anos depois. Aprendeu a cozinhar bem e a lidar com a etiqueta à mesa. Num dado momento de sua vida chegou a ganhar algum dinheiro extra realizando jantares para pessoas que conhecia, assim como sua mãe fazia quando Celina era menina.

Mesmo trabalhando em São Paulo, Celina não deixou de se dedicar ao artesanato. Ela ensinava a cunhada a fazer panos de pratos e também colares, que juntas vendiam nas casas das amigas.

Celina conheceu o marido na casa em que trabalhava. Nessa época, ele era motorista de uma família de parentes da madame. Cinco anos depois de se conhecerem eles se casaram e dessa união nasceu o único filho do casal (hoje com trinta anos de idade, solteiro, sem filhos, faz faculdade de mecatrônica e mora com os pais). No oitavo mês de gravidez, Celina deixou o trabalho para ter o bebê. A essa altura o casal morava em Embu das Artes. Após o nascimento do filho, ela não voltou mais a trabalhar na casa da madame. Preferiu dedicar-se à criança. Além disso, a família estava retornando à França. Ela chegou a ser convidada para acompanhá-los, mas recusou o convite.

Depois desse episódio, o casal decidiu mudar-se para Diadema. Quando o bebê completou seis meses de vida, Celina passou a entediá-la com a dedicação à vida doméstica e arrumou um novo emprego numa fábrica de alto-falantes para carros, sem que o marido soubesse – ele não queria que ela voltasse a trabalhar fora. Apenas a sogra sabia e apoiou a decisão de Celina. O filho foi para a escola e a sogra ajudava como podia. Quando o marido descobriu, Celina já estava trabalhando há 15 dias. O fato, porém, não gerou atrito entre o casal. O marido entendeu que a esposa não desejava ficar sem trabalhar.

Celina permaneceu por seis anos montando alto-falantes na fábrica. A habilidade manual para lidar com peças pequenas era seu principal diferencial. Entretanto, depois de um

tempo, a cola usada na montagem dos alto-falantes começou a prejudicar sua saúde, o que acabou fazendo com ela deixasse o emprego. Decidiu ficar mais um tempo em casa para cuidar do filho, que a essa altura estava com quase sete anos e já não podia mais ficar por tempo integral na escola. Nesse período, Celina dedicou-se exclusivamente à produção e venda de artesanato.

Pouco tempo depois, aconteceu de ser montada uma joalheria ao lado da boutique onde trabalhava o marido de Celina, na Vila Nova Conceição, em São Paulo. Por intermédio de contatos do marido, Celina foi convidada a prestar serviço na festa de inauguração da joalheria e acabou sendo contratada como funcionária. Sua curiosidade a levou a aprender a fazer de tudo na loja, de pacotes a polimento de joias e montagem de vitrines. O conhecimento do artesanato permitiu que Celina acompanhasse de perto o trabalho de desenho das peças feito por uma conceituada *designer* daquela época.

Num dado momento, o marido de Celina deixou de trabalhar na boutique e também foi contratado pela joalheria. Marido e esposa passaram, então, a trabalhar no mesmo estabelecimento. Quando o filho completou oito anos, novamente Celina se viu impelida a deixar o emprego para cuidar do filho, por conta de questões relativas à escola. Ao relatar ao proprietário que deixaria a joalheria para ficar com o filho, o patrão sugeriu que ela matriculasse o menino numa escola que havia nas redondezas da loja e que o levasse para o trabalho enquanto não fosse a hora dele estar na escola. Dessa forma, Celina e o marido levavam o filho para a joalheria de manhã e à tarde ele ia para a escola.

Todos os dias, enquanto estava na joalheria o menino realizava as tarefas escolares e depois disso Celina e o marido permitiam que ele realizasse pequenas tarefas na loja. O filho gostava de ajudar a lixar joias na oficina. Também aprendeu a fazer serviço de banco. O patrão remunerava a criança por esses serviços.

A família viveu essa rotina até o menino completar treze anos, quando ele decidiu que queria voltar a estudar em Diadema e também trabalhar lá. Celina e o marido não se opuseram e assim foi feito. O tempo se passou e quando Celina completou dez anos de trabalho na joalheria, aconteceu o fim do casamento do patrão, o que provocou mudanças em seus negócios. Celina deveria, então, ser transferida para a loja de Alphaville, tendo em vista que aquela, da Vila Nova Conceição, seria fechada. Por considerar a localização muito distante, ela preferiu pedir demissão.

Nessa ocasião, um dos clientes da joalheria - um advogado - que sempre era atendido por Celina, ao saber da situação, a convidou para trabalhar em seu escritório. Lá havia uma vaga disponível para recepcionista. Apesar de considerar a atividade muito diferente do que estava acostumada, Celina aceitou o convite. Sua tarefa principal no escritório de advocacia era atender ao telefone. Ela não gostou dessa experiência. Achava o serviço muito monótono. Estava acostumada com uma rotina de trabalho mais agitada. Foi quando se ofereceu para ajudar as estagiárias do escritório em pequenas rotinas administrativas, como tirar cópias de processos, operar o fax, fazer serviço de banco etc.

O tempo passou, Celina aprendeu todo o serviço administrativo do escritório de advocacia, as estagiárias se formaram e foram cuidar da própria carreira e hoje ela é o único apoio administrativo dos advogados do escritório. Faz tanto o serviço interno quanto o de rua; resolve questões de banco, fórum etc.

Já se passaram dezesseis anos e é nesse escritório de assessoria jurídica que Celina trabalha até hoje, conciliando com sua atividade de artesã. Não é difícil para ela encontrar tempo para bordar suas peças mesmo durante o expediente administrativo. Além disso, seu trabalho permite ter contato com muitas pessoas em muitos locais por onde passa. Tais pessoas acabam se tornando suas clientes de artesanato, gerando uma renda bastante satisfatória. Essa é uma das razões pelas quais Celina decidiu manter-se nesse emprego por tanto tempo.

Até o trajeto de ida e volta para o escritório tornou-se espaço de promoção do trabalho de artesanato para Celina. É comum que pessoas que tomam ônibus diariamente, nos mesmos horários, para o mesmo local, acabem se conhecendo. Nesse contexto, Celina tinha também clientes de artesanato no ônibus que usava todos os dias e era durante as viagens que recebia e entregava encomendas. Quando ela entregava as peças dentro do ônibus, pessoas próximas acabavam se interessando e novas encomendas eram feitas. Foi numa das viagens de ida para o escritório que Celina conheceu Janete, uma artesã que expunha na feira de artesanato de Diadema e que mais tarde tornar-se-ia presidente da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema.

Celina estava entregando algumas das encomendas para clientes no ônibus e a beleza e a qualidade das peças chamaram a atenção de Janete que, imediatamente, perguntou se ela gostaria de expor na feira de artesanato de Diadema e ofereceu-se para apresentá-la à então presidente da Associação. Esta, por sua vez, gostou do trabalho artesanal de Celina e a

convidou para participar da Associação e da feira. Ela aceitou o convite e lá expõe, regularmente, desde 2010.

Celina é frequentadora assídua das reuniões da Associação e das atividades que ela realiza. Para ela, a vida em comunidade, o visar o bem do outro, o partilhar o que foi aprendido no seio familiar e vivido desde a infância são características naturais de sua vida. A partir da participação na Associação passou a considerar que esse modo de vida recebe o nome de “economia solidária”. Ela acha que foi criada e sempre viveu a economia solidária, mesmo sem conhecer essa expressão. Acredita que continua praticando, agora de forma mais sistematizada, por meio da participação na Associação. Um de seus momentos preferidos é quando reúne as artesãs novatas, ali mesmo na feira, para ensinar a elas técnicas que conhece e pratica bem.

Até o final de 2014 Celina deverá ser aposentada. A proximidade da aposentadoria é outro motivo para manter o trabalho no escritório. Ela quer ter uma renda fixa. Acha que isso é justo por ter trabalhado a vida inteira. Além disso, o fato de seu marido não mais trabalhar e ela ser atualmente a principal provedora da família faz com que se preocupe em ter uma renda fixa.

Celina passou por dois momentos difíceis em relação à saúde do marido. Por volta de 2007 ele teve câncer, foi operado, recebeu tratamento, mas a doença e os transtornos e inseguranças dela decorrentes o deixaram bastante deprimido. Após superar as dificuldades iniciais da doença e tendo retornado ao trabalho, certo dia, ao dirigir-se para lá, sofreu uma queda enquanto caminhava na rua e quebrou a clavícula. Precisou ser operado, permaneceu internado e, novamente, ficou deprimido. A partir daí não mais retornou ao emprego. Entrou com pedido de aposentadoria e aguarda parecer da Previdência Social.

A partir desses episódios tão próximos um do outro, Celina viu-se sozinha na obrigação de obter renda para a família. Isso, porém, não a intimidou. Ela decidiu investir ainda mais no artesanato. Transferiu para o marido os cuidados com a casa e ainda pediu que ele a ajudasse em algumas etapas da confecção das peças em *patchwork*. Ele compra tecidos, materiais de costura e bordado, corta, combina cores, entrega as peças prontas e também ajuda diretamente na feira, montando e desmontando a barraca e atendendo a clientela.

Celina tem planos para o futuro depois da aposentadoria. Quer continuar trabalhando com artesanato, mas de forma ainda mais especializada. Quer realizar o sonho de ter sua



própria confecção de roupas artesanais desenhadas por ela e trabalhadas em *patchwork*. Pretende que seu empreendimento seja de economia solidária e que oportunize trabalho para um grupo de mulheres. Para isso, está estudando para completar o ensino médio. Diz com orgulho que é a melhor aluna da classe, apesar de ser a mais velha. Pretende fazer faculdade de moda. Ela conta com o incentivo do filho e do marido para realizar seu sonho. Em casa, já existe até um espaço reservado para, num futuro próximo, montar o seu ateliê.

### 5.2.2. A história de Maria das Graças

*“Porque você sabe, andar atrás de político é a pior coisa. E pra gente ter uma coisa assim tem que ir atrás de quem? Deles. Tem outro jeito? Não tem.”.*

Maria das Graças é uma artesã cearense de 61 anos que mora em Diadema há 30 anos. É separada do marido e mora com dois filhos solteiros. Um deles é *designer* e o outro publicitário. Das três filhas casadas, duas são advogadas e uma é artesã como a mãe. Maria das Graças pinta peças em MDF para decorar quartos de bebês.

A primeira experiência de trabalho de Maria das Graças foi como costureira. Aos 10 anos de idade, quando ainda morava em Fortaleza, ingressou na arte da costura sem que ninguém a ensinasse, por pura necessidade de subsistência. O método que desenvolveu para si mesma consistia em desmanchar uma peça pronta e refazê-la. Assim foi aprendendo não só a costurar como a cortar novas peças de roupas. Trabalhou como costureira em sua própria casa, fazendo roupa sob medida que as pessoas encomendavam. Ela nunca fez qualquer curso de costura em todos os muitos anos em que trabalhou como costureira.

Por volta dos 30 anos de idade, Maria das Graças decidiu deixar Fortaleza e vir para São Paulo tentar melhores condições de vida. O filho já tinha vindo. A família fixou residência em Diadema. Maria das Graças conseguiu emprego numa empresa de transportes. Ela realizava atividades administrativas que envolviam emissão de notas fiscais e liberação de caminhões. A patroa foi quem ensinou os procedimentos para Maria das Graças. Esse foi seu primeiro trabalho em São Paulo, arranjado por um sobrinho que trabalhava lá. Permaneceu na transportadora por cerca de um ano e meio. Saiu porque a empresa fechou.

Em Diadema, Maria das Graças teve a oportunidade também de trabalhar como costureira para algumas empresas. Foi o período em que ela mais desenvolveu suas habilidades nessa profissão. Quando ainda morava no Ceará ela não levava esse trabalho tão a sério. Aqui em São Paulo tornou-se uma profissional. Conseguiu trabalho como costureira numa empresa que produzia roupas para apresentadores de uma emissora de TV. Permaneceu por quatro meses trabalhando para essa empresa, mas preferiu deixar porque tinha que sair de madrugada de casa para o trabalho e não gostava dessa rotina.

Nessa época, Maria das Graças desejou fazer um curso profissionalizante para formação de costureiras. Queria ter um certificado. Procurou o SENAI, porém não foi aceita, porque na prática já possuía registro profissional como costureira classe A. Eles disseram para ela que fazer o curso seria perda de tempo, porque ela já sabia fazer tudo o que ali seria ensinado. A menos que o interesse dela fosse pelo diploma. Diante disso, Maria das Graças desistiu de fazer o curso.

Mesmo sem fazer qualquer tipo de curso na área da costura, a prática fez com que Maria das Graças aperfeiçoasse seu trabalho com o passar do tempo. Isso a conduziu ao seu próximo emprego. Viu uma placa na frente de uma loja de noivas informando que estavam precisando de costureiras e se apresentou. Foi contratada. Lá ela confeccionava roupas para pajens e damas de honra. Trabalhou nessa loja por cerca de quatro anos. Saiu de lá porque estava insatisfeita com a empresa. Ela foi registrada em carteira e recebia salário como auxiliar de costura, mas na prática trabalhava como costureira. Como a empresa não quis regularizar a situação, preferiu sair. Então abriu o próprio negócio. Uma oficina de costura para ela e para a filha, que também é costureira.

A experiência de Maria das Graças como dona da própria oficina foi extremamente desgastante para ela e para a filha. Elas trabalhavam com costura em grandes quantidades para empresas, colégios e lojas. Viviam como escravas do próprio trabalho. Era muito difícil encontrar boas costureiras para contratar. Dessa forma, Maria das Graças e a filha trabalhavam dia e noite, quase sem descanso, para dar conta de tanta costura.

O excesso de trabalho, as longas horas que passava sobre a máquina de costura e a pressão relativa aos prazos de entrega renderam a Maria das Graças um grave problema de pressão arterial. Foi quando uma das filhas advogadas, preocupada com a saúde da mãe, praticamente, obrigou-a a parar de trabalhar com costura.

Antes mesmo de desenvolver o problema de saúde, Maria das Graças já estava farta de trabalhar como costureira. Foi nesse momento que o artesanato entrou na sua vida. Ela começou a navegar na Internet a procura de alguma atividade que pudesse realizar para viver. ‘Mexendo’ na Internet ela descobriu informações sobre artesanato e ficou interessada. A filha, que já havia feito um curso de pintura, comprou algumas peças de decoração em MDF e começou a pintá-las. Foi ela também quem ensinou a mãe a pintar as peças. Ambas trabalharam juntas com esse tipo de artesanato. Assim viveram por algum tempo, até que a moça preferiu ter um emprego. Maria das Graças tomou a frente das atividades de pintura artesanal e já faz um tempo que a filha apenas a auxilia quando ela se encontra muito atarefada com as encomendas. Ela se especializou em peças de decoração para quarto de bebê. Faz todo tipo de objeto: abajur, cesto, porta-fraldas, enfeites, organizadores de vários tipos, puxa-saco e tudo o mais que o cliente pedir. Quando o cliente pede um objeto que ela não tenha no estoque, providencia a compra e faz sob encomenda. A ideia é não deixar o cliente sem o que ele precisa.

O artesanato é a única fonte de renda de Maria das Graças, desde que deixou de costurar. Ela vendeu todo o maquinário e atualmente só costura se for para um amigo muito próximo que faça questão de seu trabalho. Ainda assim, faz somente para não perder o amigo. Um vestido de festa aqui e outro ali, em raras ocasiões. Mas não deixou de gostar da arte da costura. Apenas cansou-se dela.

Quando começou a trabalhar com artesanato, Maria das Graças vendia as peças na sua própria casa – ainda hoje vende. A divulgação era feita na base do boca a boca. As vendas eram baixas e ela achava que se pudesse expor as peças teria boas chances de vender mais. Novamente, a artesã encontrou na Internet uma aliada. Procurando lá por dicas que a ajudassem no intento de promover seu trabalho, encontrou na página da Prefeitura de Diadema referência à Associação de Artesãos e Artistas Plásticos e à feira de artesanato. Embora seja moradora antiga de Diadema, não tinha visto a feira acontecendo. Soube de sua existência somente pelo *site* da prefeitura.

Rapidamente, Maria das Graças foi em busca de mais informações. Queria expor seus trabalhos na feira. Na Prefeitura de Diadema foi recebida por pessoas que indicaram o que deveria fazer. Ela preencheu um cadastro e foi orientada a entregá-lo para alguém da Associação diretamente na feira de artesanato. Assim fez. Na feira, foi recebida por Janete, a presidente da Associação. Sentiu-se muito bem recebida por ela e por outras artesãs que

conheceu logo nesse primeiro contato. Janete cuidou dos encaminhamentos seguintes para que Maria das Graças passasse pelo processo de seleção de praxe. Todo artesão que quisesse entrar para a Associação e expor na feira deveria ter cadastro na SUTACO – Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades<sup>1</sup>. Além disso, deveria confeccionar uma peça na presença de um representante da prefeitura. Com Maria das Graças não foi diferente. Ela passou por esses trâmites, de forma bastante rápida, e tendo sido aprovada começou a expor seus produtos. A carteirinha da SUTACO permite, ainda, que ela exponha em outras feiras e eventos dentro e fora de Diadema, aumentando ainda mais o leque de possibilidades de promoção de suas peças.

Maria das Graças pertence à Associação de Artesãos e frequenta as reuniões. Até conhecer de perto a Associação ela nunca havia ouvido falar em economia solidária. Seu primeiro contato com essa expressão foi ao navegar pelo *site* da Prefeitura de Diadema. Lá viu que a Associação e a feira estavam ligadas à economia solidária. Mesmo sem saber do que se tratava, decidiu ir em frente. Achou que não podia ser algo ruim, pois havia muitos elogios à feira publicados no *site*, até de pessoas que nem eram de Diadema. Além do mais, o que importava para ela era poder expor suas peças num local fixo e essa feira poderia proporcionar isso. Essa também foi a razão pela qual tornou-se associada.

Faz três anos que Maria das Graças associou-se e começou a expor seu artesanato na feira. Para ela a economia solidária é ser solidário com os colegas da feira; é ter união no grupo para que ele cresça; é promover a reunião dos associados para que juntos reivindiquem ou adquiram coisas necessárias para o trabalho na feira; é não haver encrencas no grupo. Ela não sabe se essa noção é certa ou errada, mas é assim que entende o que é economia solidária. Não recebeu nenhuma orientação formal sobre esse assunto. Isso que sabe aprendeu com o passar do tempo, na convivência com as outras pessoas da Associação.

Para ser uma artesã, Maria das Graças precisou aprender várias coisas. A primeira delas foi dar qualidade às suas peças, ou seja, pintá-las bem para que ficassem bonitas e bem

---

<sup>1</sup> “A SUTACO é uma autarquia vinculada à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) com a responsabilidade de oferecer oportunidades de geração de renda aos artesãos e promover o desenvolvimento local de modo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável. A autarquia também resgata as formas tradicionais de expressão do povo paulista, o “saber fazer” de pessoas e comunidades das mais diversas características, e acompanha as tendências atuais da produção artesanal”. (Disponível em <http://www.emploi.sp.gov.br/SUTACO>, acessado em 09/10/13).

feitas, assim como fazia quando costurava. Para ela, as peças têm que causar boa impressão nas pessoas, se não elas não se vendem. Os objetos que produz são para Maria das Graças o seu currículo. Por isso precisam ter qualidade e beleza. É disso que ela vive hoje.

Além daquilo que aprendeu com a filha sobre pintura em MDF, Maria das Graças precisou aprender muito mais das técnicas para se tornar a artesã que é hoje. Aprendeu sozinha, movida pela necessidade e pela força de vontade. De certa forma, ela repetiu a experiência que teve com a costura, quando ainda era menina, que também aprendeu de forma autodidata.

Maria das Graças acredita que ainda tem muito o que aprender sobre artesanato. Ela acha que não sabe tudo, que sempre há o que ser aprendido, que sempre tem alguém fazendo algo diferente e que desperta a sua curiosidade por aprender. Além disso, ela percebe que as coisas mudam e que todo dia são criados novos jeitos de fazer as coisas. A Internet tem sido sua grande fonte de pesquisa e também sua professora. A artesã busca na rede todo tipo de informação sobre artesanato e sobre outros assuntos que precisa saber. Suas principais pesquisas envolvem novas técnicas de pintura, novos modelos de peças, novas ideias e novos fornecedores. Ela conta com orgulho que não compra materiais na Rua 25 de Março, como muita gente faz. Pela Internet, descobriu excelentes fornecedores no interior do estado de São Paulo e prefere ir buscar lá os materiais que utiliza em suas peças, porque têm mais qualidade. Para ela a Internet é a professora de todo mundo, pois tudo o que se quer saber existe lá. É só procurar.

Por outro lado, nem sempre o que Maria das Graças aprende na Internet em relação às técnicas que pode usar são aproveitadas por ela. Não porque não queira ou ache que estão além de sua capacidade. Por mais que ela sinta vontade de fazer e se sinta apta a isso, muitas coisas não são viáveis porque encareceriam as peças e ela não conseguiria nem comprar o material necessário, nem vendê-las com facilidade. Em outras palavras, onde ela está, ali naquela feira de Diadema, não há público para peças mais sofisticadas e mais caras. Talvez isso mudasse se a Associação fosse expor também em outros espaços. O fato é que hoje, expondo somente na feira de Diadema, ela não tem mercado nem capital de giro suficiente para investir. Por enquanto fica apenas sonhando com essa possibilidade e achando que um dia chegará lá, sem, porém, saber exatamente quando e de que maneira.

Quando veio para São Paulo, Maria das Graças precisou aprender a controlar seus ganhos e despesas. Quando ainda morava no Ceará não se preocupava com isso. Percebeu que

a vida de lá e a daqui são muito diferentes e teve que adaptar-se. Aprendeu que aqui tudo custa. Tudo tem preço. Tudo precisa ser pago. Não tem outro jeito senão “colocar na ponta do lápis”. Do contrário não dá certo.

Maria das Graças se considera uma pessoa controlada em relação aos aspectos contábeis do seu negócio. Ela não costuma “dar passos maiores que a perna”. Aprendeu com o trabalho de costureira a botar preço no que produz de forma a considerar despesas com materiais, mão de obra e margem de lucro. Aplica a mesma lógica em relação ao artesanato. Sabe o que dá para investir com o que sobra dessa conta. Mas lamenta que o volume de venda não seja lá essas coisas. Ainda assim, procura não fazer dívidas. Ela não gosta de “ficar pendurada”. Para isso, sabe controlar sua conta bancária.

Para conduzir seu negócio de artesanato, Maria das Graças também teve que aprender a lidar com as novas formas de pagamento que existem hoje em dia. Ela sabe que as pessoas não costumam mais carregar dinheiro, por isso há algum tempo resolveu aderir à máquina de cartão de débito e crédito. Tudo isso para não perder as vendas. Para ela, a vida moderna obriga as pessoas a usarem uma série de coisas que no passado não eram imprescindíveis, como conta no banco, cartões e por aí vai.

Apesar de sua característica autodidata e de ter facilidade para lidar com a tecnologia, haja vista sua intimidade com a Internet, quando a artesã precisa de ajuda para entender e aplicar algo que não conhece e tem dificuldade em descobrir sozinha, recorre aos filhos que sempre a auxiliam nesse aprendizado.

A Associação também influencia nas escolhas que Maria das Graças faz em relação às estratégias de negócio. Ela sempre dá dicas de como confeccionar uma peça para que ela seja melhor vendida, de outros locais – além da feira – onde ela pode expor determinado tipo de peça para que venda mais facilmente e também dicas de lojas para as quais ela pode oferecer seus produtos. Esse é um tipo de apoio que a artesã reconhece que recebe da Associação de maneira informal, pelo relacionamento no dia a dia, não na forma de cursos ou outros momentos formais. Aliás, nesses quase dois anos em que faz parte da Associação não fez nenhum curso oferecido por ela. Até sabe que já houve alguns no passado, mas desde que entrou nunca apareceu nenhum. Mas ela não fala isso em tom de reclamação. Seus planos são os de continuar aprendendo pela Internet que vê como uma fonte inesgotável de novidades em artesanato que ela pode e quer aprender para fazer suas vendas crescerem.

Maria das Graças pretende também continuar a expor seus trabalhos na feira e, para isso, continuará na Associação. Para ela, a primeira coisa que uma pessoa precisa saber para atuar em economia solidária é como se comportar na Associação. Aprender a ter um bom comportamento lá. Ser educado, tolerar todas as companheiras e ajudá-las a montarem suas barracas na feira, já que a prefeitura só transporta do local de guarda para a praça, mas não monta. Cada um “tem que se virar” para montar e é inaceitável ver que o outro precisa de ajuda e não ajudar. Para Maria das Graças, já que é “solidário”, tem que ser solidário com todo mundo ali na feira. E esse espírito ela diz que aprendeu desde o berço. Foi criada assim. É incapaz de ver alguém precisando de ajuda e não se oferecer para ajudar. Também criou os filhos assim. Ensinou que eles não devem ficar esperando que alguém lhes peça ajuda, mas devem oferecer caso percebam que uma pessoa precisa.

A artesã considera que quando uma pessoa não tem o espírito da solidariedade ela pode ou não aprender a tê-lo. Para aprender só tem uma forma: a convivência com outra que tenha esse espírito.

Maria das Graças acha que participar da Associação ajuda a aprender sobre economia solidária. Ela crê que aprende com as pessoas que são mais antigas no grupo, que sempre compartilham ideias em relação às suas peças. Aprende também com o pessoal da prefeitura que sempre passa pela feira e também compartilha ideias sobre as peças e sobre outros locais para exposição. Sobre essas pessoas faz questão de dizer que a prefeitura e a Associação são duas coisas separadas. Para ela, a prefeitura não tem nada a ver com a “companhia solidária” [a artesã se confunde e usa a palavra ‘companhia’ em vez de ‘economia’]. A prefeitura só transporta e guarda as barracas, mas a Associação é dos associados e não da prefeitura. É a Associação que promove a união que dá força para aqueles que precisam e que não têm aposentaria, não têm emprego, não têm nada.

Maria das Graças acha que ainda tem muito o que aprender sobre economia solidária. Aliás, ela diz que tem que aprender “tudo”. Por enquanto a artesã identifica que vive a economia solidária quando ajuda o colega de feira nas suas necessidades, quando compartilha suas ideias para melhorar o artesanato do colega e quando presta informação às pessoas que desejam ingressar na feira, mas não sabem como fazer isso. A artesã não vê dificuldades em praticar a economia solidária dessa forma. Já fez tanta coisa na vida que hoje nada para ela é difícil. Ela crê que faz tudo da “companhia solidária” [troca as palavras pela segunda vez], que é necessário fazer para participar da feira de artesanato. Se existe algo que ela não faça é

por desconhecimento, e as pessoas que comandam a feira deveriam alertá-la e orientá-la a esse respeito.

Maria das Graças valoriza muito o trabalho das pessoas que fazem parte da diretoria da Associação, mas observa que existem colegas que não fazem isso. Ela acredita que ao se disporem a trabalhar na coordenação das atividades da entidade, participar de reuniões internas e externas e articular o que precisa ser articulado para o bem de todos do grupo, tudo isso sem receber salário, esses dirigentes oferecem uma grande demonstração de “companhia solidária” [troca as palavras pela terceira vez]. Eles deixam as próprias barracas ali na feira para fazer a pior coisa que existe, que é andar atrás de político – prefeito e vereador – para conseguir coisas para a Associação. Ela explica que a Associação precisa dos políticos para autorizar o uso do espaço público, providenciar o transporte e armazenamento das barracas e autorizar a participação do grupo em outras feiras e exposições. Toda essa articulação quem faz é a diretoria da Associação (sem receber salário por isso). Maria das Graças se mostra indignada porque acredita que os artesãos têm direito de usar o espaço público, mas têm que pedir autorização. Ela acha que o auxílio que a prefeitura presta a eles é insuficiente. A prefeitura deveria oferecer barracas novas, gente para montá-las e desmontá-las e também deveria providenciar mais locais para eles exporem. Ela cita como exemplo uma recente articulação feita entre a Associação e o um shopping de São Bernardo do Campo que permitiu que os artesãos expusessem seus produtos num quiosque durante o período de trinta dias. Ela entende que os artesãos pagam mensalidades para a Associação e que, por isso, deveriam ser melhor atendidos em suas necessidades de espaço, oportunidades para expor e infraestrutura.

Assim Maria das Graças vai vivendo do artesanato, mas confessa que às vezes precisa da ajuda financeira dos filhos. Pretende continuar com essa atividade. Não quer voltar a costurar de jeito nenhum.

### **A história de Denise**

*“Ah, bem, é que eu vejo que as coisas não estão acontecendo bem do jeito que é para ser. É como se a gente não tivesse mais autonomia como artesões”.*

Denise tem 40 anos, é casada, tem uma filha de seis anos, nasceu em São Paulo, reside em Diadema há trinta e cinco anos e mora com o marido e a filha na casa dos pais. A mãe



sofre de Alzheimer e Denise ajuda a cuidar dela. É a única mulher dentre os quatro filhos que a mãe e o pai tiveram. Tem dois irmãos mais velhos e um mais novo que ela.

A mãe de Denise trabalhou como faxineira e diarista por muitos anos. Também fez serviço de costureira por um tempo para complementar a renda da família. O pai, que hoje está aposentado, trabalhou como marceneiro. O desejo da mãe era que Denise fosse professora e para isso fazia questão que ela se dedicasse exclusivamente aos estudos. Ela cursou magistério (atual curso de formação de professores do ensino médio).

Após a conclusão do ensino médio, a mãe de Denise queria que ela estudasse pedagogia. A moça, porém, ao tomar ciência dos preços das mensalidades do curso em algumas instituições e adicionar a eles despesas com condução e livros, percebeu que o custo da faculdade seria muito alto para a família. Apesar do desejo de obter a graduação, ela não achava justo que a mãe continuasse pagando seus estudos. Estava cansada de vê-la se exaurindo de tanto trabalhar. Era grata pela mãe ter se esforçado para oferecer-lhe a chance de formar-se professora, mas não queria continuar a dar esse tipo de despesa à custa de mais sacrifício para a mãe.

Nesse momento, Denise decidiu sair em busca de trabalho. Com o próprio salário pretendia custear a faculdade. No entanto, conseguir o primeiro emprego mostrou-se uma tarefa difícil. Nenhum lugar lhe abriu as portas pelo fato de ela não ter experiência. Não conseguiu emprego como professora. Também não teve chance em nenhum outro ramo. Nas empresas e no comércio diziam que além da falta de experiência ela não tinha curso profissionalizante.

Denise buscou por emprego durante dois anos e meio, sem sucesso. Durante esse tempo, sem estudar e sem emprego fixo, ela ajudava a mãe que, além das faxinas, fazia bico de costureira para uma fábrica de produtos para higiene pessoal e cuidados com a beleza. Ela costurava em casa as toucas de banho e as capas de cabeleireiro que a empresa vendia para o comércio varejista. Denise auxiliava a mãe colocando elásticos nas toucas.

Cansada de ver a filha procurar emprego durante tanto tempo e receber ‘não’ como resposta, a mãe sugeriu que ela se dedicasse à costura. Conversou com o dono da fábrica e ele aceitou que Denise também produzisse as toucas de banho e capas de cabeleireiro. A mãe encarregou-se de ensinar-lhe esse tipo de costura. Mas esse trabalho não deixava a moça feliz.

Ela não gostava de costurar. Só de pensar em ligar a máquina de costura, já ficava desanimada. Mas teve que aprender e costurar as toucas e capas mesmo sem gostar.

Certo dia Denise recebeu uma proposta para costurar bolsas promocionais de viagem para uma grande operadora de turismo. Embora tenha achado a proposta atrativa, ela não sabia costurar bolsas. Na época, não tinha dinheiro para pagar um curso, nem quis pedir à mãe. Foi quando se lembrou de uma amiga cuja mãe sabia costurar bolsas. Tratou de procurar a senhora e pediu que ela a ensinasse. Com ela aprendeu a fazer as primeiras bolsas. Com o tempo Denise precisou aprender mais. Outras empresas de turismo também a procuravam com pedidos de outros tipos de bolsa (pochetes, *nécessaires* etc). Se ela não soubesse fazer o modelo solicitado, corria atrás de quem soubesse e quisesse ensiná-la.

Nessa época, também chegou a aprender com outras pessoas a costurar roupas, mas achou complicado e preferiu manter-se apenas com a produção das bolsas.

Denise trabalhou com confecção de bolsas promocionais por dez anos. Montou uma oficina em sua própria casa e convidou algumas vizinhas para trabalhar com ela. Demanda não faltava. Por outro lado, tornou-se difícil dar conta dos pedidos em razão de problemas com a mão de obra. A oficina de Denise era um empreendimento informal. Para ela, o fato de não oferecer registro em carteira profissional acabou desmotivando as costureiras que passaram a não mais demonstrar compromisso com o trabalho. Nem horários, nem metas de produção eram cumpridos, o que deixava Denise muito angustiada em razão dos prazos de entrega que havia assumido com os clientes. Cada pedido significava a produção de 500 a 1.000 peças. Ela definitivamente precisava da equipe para dar conta do trabalho.

Outro incômodo sentido por ela deve-se ao fato de que não foi correspondida na expectativa que nutria em relação ao empenho das costureiras no trabalho. Acontece que elas eram suas vizinhas, pessoas que Denise conhecia, com quem mantinha certo grau de convivência. Ela achava que esse relacionamento deveria levar as costureiras a terem maior consideração pelo trabalho, mas não foi o que aconteceu. Na prática elas se mostraram relapsas e descomprometidas.

Ao perceber que a situação com as costureiras não melhorava, Denise mudou a forma de remuneração delas esperando algum tipo de reação positiva. Em vez de pagar por semana, passou a pagar por peça produzida. Achou que essa nova ordem faria com que elas se interessassem mais pelo trabalho uma vez que quanto mais trabalhassem maior seria a

remuneração e vice-versa. Mas nem isso adiantou e Denise se viu tendo que trabalhar sozinha, madrugadas a fio, para dar conta dos prazos de entrega dos pedidos. Ao ver o sacrifício da filha, a mãe chegou a deixar de trabalhar com as faxinas e passou a ajudá-la.

Embora Denise achasse que a tarefa era sacrificante para a mãe, as duas mantiveram a oficina funcionando. Num dado momento, a mãe começou a ter problemas com a visão. Relutou em ir ao médico. Quando decidiu passar em consulta foi diagnosticada com diabetes. O problema na visão já era em decorrência da doença. Denise se emociona e chora ao lembrar-se desse momento. Cansada de trabalhar tanto, com dificuldade para conseguir costureiras comprometidas e precisando cuidar da mãe diabética, Denise parou com a produção em massa das bolsas. No entanto, não se desfez da oficina e aceitava alguns pedidos de vez em quando, sempre auxiliada pela mãe.

Denise teve muito trabalho para cuidar da mãe. Ela não era uma paciente disciplinada. Não fazia adequadamente a dieta prescrita, não tomava os medicamentos como deveria e, passados três anos do diagnóstico, precisou começar a tomar insulina, o que também não fazia em conformidade com as recomendações médicas. Aos 55 anos de idade a mãe de Denise se dizia muito velha para fazer tratamento. Ela achava que ia morrer e por isso não se tratava como deveria. Foi quando Denise desafiou a mãe a se tratar e a manter-se de pé. Ela chamou a atenção da mãe para o fato de que a avó materna, aos setenta anos e vivendo no interior da Paraíba, ainda gozava de ótima saúde. Tinha disposição até para ajudar as pessoas a construir suas casas de pau-a-pique para morar. Como, então, seria possível que a mãe, obviamente mais nova que a avó, se sentisse assim tão velha? Além disso, argumentou com a mãe que ela havia prometido levá-la à Paraíba e que ainda não tinha feito isso. Portanto, não poderia morrer ainda. Essa foi a forma como Denise convenceu a mãe a se dedicar mais ao tratamento.

Certo dia, assistindo à TV, Denise tomou conhecimento de que o Senai estava oferecendo alguns cursos gratuitamente. Lá foi Denise aproveitar a oportunidade. Aprendeu mecânica industrial, modelagem e vitrinismo. Ela viu aí a possibilidade de especializar-se e talvez conseguir o emprego que tanto buscou ao terminar o ensino médio.

Nessa mesma época, o Senai estava montando uma turma para formar costureiras para trabalhar para uma grande marca de roupas e acessórios masculinos que possui lojas em vários estados do Brasil. Essas costureiras deveriam ser capacitadas para fazer ajustes e reformas em roupas ao estilo e qualidade próprios da marca. Denise foi convidada a fazer o curso. Aceitou o convite, mas, intimamente, achou que não tinha chances de ser contratada por falta de

experiência comprovada em carteira, assim como já havia acontecido tantas vezes antes na sua vida. Ainda assim Denise não desperdiçou o convite. Achava que seria uma boa oportunidade de ampliar os conhecimentos de corte e costura, uma vez que a proposta de tal curso abrangia também reforma e ajuste de roupas. Esses conhecimentos poderiam ser aproveitados na própria oficina, caso a marca não a contratasse. E foi esse o argumento que apresentou à mãe que, inicialmente, não se sentiu muito confortável com a decisão da filha. Ela queria que a moça continuasse a trabalhar na própria oficina.

Mas, ao contrário do que imaginava, Denise foi aprovada e convidada a trabalhar na fábrica da marca. Isso a deixou feliz e triste ao mesmo tempo: feliz por ter conseguido o tão esperado emprego, mas triste porque a fábrica ficava na Serra da Cantareira, muito longe de Diadema. No entanto, a representante da marca explicou a ela que o tempo que as costureiras passariam na fábrica seria curto, apenas enquanto durasse o prazo de experiência. Em seguida, as que tivessem aprendido o trabalho seriam redirecionadas para as novas lojas que a marca abriria no Shopping Interlagos, na Avenida Paulista e na Rua Oscar Freire.

Denise passou três anos trabalhando na loja da marca no Shopping Interlagos. Certo dia foi informada que aquela unidade seria fechada e que ela seria remanejada de volta para a fábrica na Serra da Cantareira. Denise não gostou da notícia. Voltar para a Serra significaria ficar muito longe da mãe, o que dificultaria o retorno rápido para casa na hipótese de ela necessitar ser socorrida devido à diabetes e suas intercorrências. Então ela pediu para ser demitida.

De volta à sua oficina, Denise começou a trabalhar como buteira. “Buteira” é o nome que se dá à costureira que faz ajuste e reforma de roupas. Sua clientela era constituída pelos próprios vizinhos e outras pessoas conhecidas. Um problema, porém, passou a fazer parte da vida de Denise como buteira: a falta de pagamento. Era um tal de “depois eu pago”, “depois eu pego”, que tornou o trabalho da moça algo que não compensava financeiramente. A mãe dela, por sua vez, se irritava com a situação. Achava melhor a época em que faziam bolsas. Era muito trabalho, mas pelo menos elas recebiam pagamento. Então, sugeriu à filha que trabalhasse com outra coisa na oficina ou voltasse a trabalhar fora.

Nessa ocasião, uma amiga que trabalhava como costureira para uma loja de roupas masculinas, semelhante àquela onde Denise já havia trabalhado, comentou que estavam contratando mais costureiras. Denise fez o teste, foi aprovada e naquela mesma semana começou a trabalhar. Lá permaneceu por doze anos. Num dado momento desse período

pioraram os sintomas de bursite e tendinite que havia desenvolvido há algum tempo e que ela acreditava ser consequência do trabalho como costureira. Nesse momento, Denise teve vontade de arranjar outro tipo de trabalho, mas permaneceu na loja. Iniciou o tratamento das doenças, mas acabou tendo que se afastar e manter-se pelo INSS. Ficou um tempo assim. A loja não poderia demiti-la enquanto estivesse de licença.

Certo dia uma amiga que queria comprar um presente diferente para dar a outra pessoa viu na casa de Denise um tapete de macramê e perguntou onde ela havia comprado. Na verdade o tapete não tinha sido comprado, mas feito pela própria Denise há vários anos como trabalho escolar nas aulas de artes plásticas. A professora incentivava a que os alunos aprendessem a fazer trabalhos diferentes. Não gostava de mesmices como pintura em tecido, crochê, desenho etc. Queria trabalhos mais diversificados.

Na busca por algo diferente que atendesse às expectativas da professora, Denise descobriu o macramê. Ela aprendeu a técnica sozinha, pesquisando em livros e revistas que consultava numa biblioteca pública. Achou difícil aprender aquilo, mas com persistência, paciência e muita concentração conseguiu seu objetivo.

O interesse da amiga pelo tapete de macramê que Denise havia feito na adolescência fez com que ela “tirasse do fundo do baú” seus conhecimentos sobre a técnica e passasse a fazer e vender as peças para ganhar dinheiro. Da confecção de tapetes de macramê, passou a barrados para panos de prato, bolsas, cintos, colares e pulseiras que também aprendeu a fazer por esforço próprio. Chegou a procurar por cursos de macramê na cidade, mas não encontrou. Então voltou aos livros e revistas de acervos públicos e a partir deles aprendeu a confeccionar essas outras peças. No começo, levava as linhas para a biblioteca e lá mesmo ia praticando os pontos. Mais tarde passaram a permitir o empréstimo dos livros e então ela começou a levá-los para casa. Denise chegava a tirar cópia de algumas páginas para manter consigo e não esquecer como se fazia um ou outro ponto de macramê.

Foi assim que o artesanato começou a ganhar espaço na vida de Denise. As amigas viam as peças, compravam, encomendavam e divulgavam o trabalho da artesã. Das vendas boca a boca, por sugestão de uma das amigas, passou a expor numa feira de artesanato em Moema aos domingos. Levava para vender todo tipo de artesanato em macramê que produzia. No entanto, outros artesãos passaram a se incomodar com a diversidade dos produtos que Denise vendia porque achavam que concorria com eles, tirando-lhes a clientela. Em razão disso, os organizadores da feira solicitaram que Denise optasse por uma só linha de produtos,

que poderia ser bijuterias ou bolsas. Ela optou pelas bolsas. Já havia outros artesãos vendendo bijuterias e ela não queria se ocupar com o problema da concorrência. Além das bolsas, vendia também cintos e cachecóis.

A participação na feira de Moema acabou não dando certo. Quando restringiu sua linha de produtos, Denise passou a sentir forte queda nas vendas. Tinha dia que não vendia nada. Antes da mudança, as peças que mais vendia eram as bijuterias. Além disso, Denise ainda tinha que arcar com o pagamento de uma taxa que era cobrada de todos os expositores. Dessa forma, preferiu procurar outra feira para expor. Queria um espaço onde tivesse liberdade para expor todo tipo de trabalho em macramê. Não queria ficar limitada a uma única linha de produtos como na feira de Moema.

Denise começou a se informar sobre a existência de outras feiras de artesanato. Por intermédio de uma amiga soube da feira de Diadema. Procurou conhecer mas não gostou do local onde ela era realizada. Achava muito deserto, sem movimento de pessoas. Preferiu aguardar uma possível mudança de local. Isso acabou acontecendo algum tempo depois, porém Denise também não gostou da nova localização da feira. Somente quando foi transferida para a Praça Castelo Branco, onde funciona até hoje, que Denise se interessou por participar.

Decidida, ela procurou alguém da organização para se informar sobre como fazer para participar como artesã na feira. Descobriu que o evento era organizado pela Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema. Foi orientada a participar de uma reunião da entidade, num dia específico que era destinado a conhecer de perto o trabalho dos artesãos interessados em passar a expor na feira de artesanato. Ela deveria levar algumas peças prontas e também uma peça parcialmente acabada para ser terminada lá na reunião, diante dos olhos da diretoria da Associação. Sugeriram que ela levasse uma bolsa para ser finalizada lá já que se tratava de uma peça com maior grau de complexidade, o que permitiria a Denise demonstrar sua habilidade de forma substancial e aumentaria as chances de ser aprovada.

Assim fez a artesã e passou no teste com aprovação total da presidente da Associação que, por sua vez, interessou-se pela técnica do macramê e pediu a Denise que a ensinasse. Denise passou a expor na feira de artesanato de Diadema já a partir do sábado seguinte. Desde então lá se vão seis anos em que a ela expõe seus trabalhos nesse evento.

Embora Denise tenha achado fácil entrar para o grupo, no começo sentiu certa dificuldade prática em razão de não haver barracas em quantidade suficiente para todos os expositores. Ela acabou tendo que dividir espaço nas barracas de outros artesãos. Cada dia ficava com um colega, porém percebia que nem todos se sentiam confortáveis em dividir seu espaço com ela. Apenas Loíse, uma artesã que produz chinelos personalizados, aceitou receber, de boa-vontade, Denise em sua barraca. Ficaram juntas no mesmo espaço por um mês e depois disso conseguiu uma barraca só para ela. Aconteceu que naquele momento a Associação de Artesãos recebeu barracas novas, doadas por uma cooperativa da cidade. Então foi possível que Denise passasse a usar uma barraca só para si.

A vivência de Denise na feira de artesanato de Diadema e a interação com os clientes levaram a artesã a ampliar a variedade de produtos que expõe, principalmente em relação às pulseiras e colares de macramê. As pessoas começaram a manifestar interesse por peças com motivos de times de futebol, por exemplo. Essa demanda levou Denise a desenhar e produzir os novos modelos. Primeiro ela pesquisou sobre os times. Na época não sabia nada sobre eles. Descobriu suas cores, características e então começaram a surgir ideias de estampas para as pulseiras de macramê que ela desenhava e depois confeccionava.

Criar e produzir as novas peças não foi uma tarefa fácil. Ela precisou testar novos pontos que permitissem criar os desenhos. Cada peça que produzia mostrava para os irmãos corintianos, palmeirenses e são-paulinos. Queria saber deles se as pulseiras realmente representavam os times e se despertariam o interesse de outros torcedores. Às vezes eles sugeriam algumas mudanças no traçado dos desenhos e ela fazia as modificações. Dessa forma, passou a atender à demanda dos clientes fãs de futebol.

Outro incentivo que levou Denise a aprender novos modelos veio de alguém que certo dia disse que quem mais desenvolve a técnica do macramê são os peruanos. Lá foi ela de volta aos livros para saber do que se tratava. Encantou-se pelos trabalhos, mas achou complicadíssimo aprender aquilo, especialmente porque os livros apenas mostravam as peças, mas não ensinavam como fazer. Porém, não desanimou: se empenhou em copiar os modelos e tentar fazê-los. Aprendeu na marra. Denise sonha em um dia viajar ao Peru para ver os peruanos fazerem as peças ao vivo.

A vivência da artesã também mostrou que os clientes estão sempre à procura de novidades. Hoje em dia ela busca na Internet os modelos diferentes que podem agradar a clientela. Ainda assim, Denise sente que em São Paulo o artesanato não é tão valorizado. As

pessoas não se dispõem a pagar pelo trabalho do artesão. Dificilmente ela fatura mais que um salário mínimo por mês com a venda das peças.

Depois que finalizou o tratamento para a tendinite e a bursite, Denise deveria retornar ao trabalho na loja de moda masculina. No entanto pediu para ser demitida. A mãe havia desenvolvido Alzheimer, a diabetes também havia piorado e agora deveria fazer sessões de hemodiálise regularmente. Nesse contexto da vida da família, Denise não viu outra alternativa senão manter-se exclusivamente como artesã, uma vez que esse trabalho rende um montante que ajuda um pouco nas despesas da casa e ainda permite que ela cuide da mãe doente. Além da renda com o artesanato, Denise vive do salário do marido que é metalúrgico. O casal tem uma filha.

Quando entrou para a Associação de Artesãos e passou a expor em Diadema, Denise não sabia o que é economia solidária. Seu interesse pela feira se dava unicamente por ser um espaço onde poderia expor todo tipo de peça em macramê que produzisse. Ela entende que “esse negócio” de economia solidária foi implantado pelo novo prefeito que assumiu o governo em 2013. Até então não tinha economia solidária, mas o prefeito resolveu mudar algumas coisas e implantar “isso”.

Para Denise, economia solidária é quando a pessoa precisa de uma renda extra, mostra seu trabalho de artesanato e a prefeitura cede um espaço para ela trabalhar. Ela considera que economia solidária é algo a parte da Associação. A Associação é formada pelos artesãos e artistas plásticos. Já economia solidária é específica de artesanato. Abrange também o pessoal que vende planta, faz massagem, vende comida orgânica etc. A economia solidária é mais ampla pois abrange também outros segmentos para além do artesanato.

Sobre solidariedade, Denise a define como o ato de a pessoa doar-se com amor em prol do benefício da coletividade. Não é o caso de quando alguém sabe que um indivíduo precisa de ajuda e vai lá ajudá-lo. É mais que isso. É produzir algo que beneficie um grupo, como por exemplo o trabalho que ela mesma faz com o pessoal da igreja da sua comunidade que prepara multimistura para crianças desnutridas. Em resumo, solidariedade não é fazer algo para ajudar a uma única pessoa, mas a várias ao mesmo tempo.

A artesã considera que atualmente não tem havido solidariedade entre os participantes de Associação. O atual governo tem ambições de tornar a feira de Diadema um evento grandioso, envolvendo não só os artesãos, nem a economia solidária, mas também outros tipos



de expositores. Nesse intuito, promoveu a abertura do espaço para camelôs. Ele também determinou que a feira, que tradicionalmente acontece às sextas e sábados, passe a ser realizada de segunda a domingo e aquele que não puder cumprir esse expediente passa a correr o risco de ser obrigado a ceder seu espaço para um camelô que queira trabalhar.

Denise sente que a partir dessa decisão o individualismo passou a se manifestar fortemente no interior da Associação. Não existe mais a união de antes. É cada um por si. Estão todos preocupados com a ameaça da perda de seu lugar para um camelô.

Denise procura estar presente às reuniões da Associação o máximo que pode. Ela quer participar das decisões sobre a feira, como sempre fez, mas sente que as coisas mudaram com o novo governo. Ela enxerga que a opinião dos associados não recebe mais a consideração de antes. A Associação perdeu a liberdade. Agora o que vale é o que a prefeitura quer. É como se a prefeitura tivesse passado a mandar na Associação e os artesãos tivessem perdido a autonomia. Ela percebe que os colegas estão contrariados com isso porque suas opiniões não têm mais o mesmo peso de antes.

Para Denise, o empoderamento da prefeitura sobre as regras da feira de artesanato, antes comandada pela Associação, não se deve exclusivamente à mudança de governo, mas também ao mau posicionamento da diretoria da Associação frente às interferências quando elas começaram a acontecer. Naquela ocasião a diretoria preferiu não bater de frente e deixar as mudanças acontecerem. Achou que o não enfrentamento direto seria melhor para manter o diálogo e negociar com a prefeitura modificações que atendessem às necessidades dos artesãos. Denise acha que a diretoria acabou se perdendo na estratégia adotada. Hoje uma nova diretoria comanda a Associação, entretanto Denise acredita que está difícil conter as interferências da prefeitura e não vislumbra a possibilidade de mudança nesse cenário.

Embora a prefeitura tenha tomado para si o comando da feira de artesanato, Denise não percebe melhorias concretas no evento. Nem a divulgação melhorou. Há alguns meses, a diretoria da Associação chegou a convidar um certo jornalista para fazer uma matéria sobre a feira. Ele esteve no local, tirou fotografias, entrevistou pessoas, mas a repercussão junto à Prefeitura foi negativa. O secretário do prefeito, que é conhecido entre os artesãos pelo apelido de “careca”, não gostou da matéria e determinou que nenhum artesão poderia mais conceder entrevista sem que antes ele soubesse o assunto e a finalidade da matéria. Além de considerar a medida absurda, Denise acredita que ela gerou um impasse, pois a Associação fica esperando

a prefeitura tomar medidas de melhoria, as medidas não são tomadas e ainda querem impedir os artesãos de lutar pelo que precisam.

Diante desse panorama, artesãos mais antigos começaram a deixar a Associação, ao mesmo tempo em que novos artistas se juntaram a ela. Denise observa que os novatos estão meio perdidos. Não sabem o que lhes é permitido fazer ou falar. Nas reuniões da Associação eles se mantêm calados. Não abrem a boca. Mas, durante a feira conversam sobre como as coisas poderiam ser. Quando isso acontece Denise tenta convencê-los de que o espaço onde eles devem colocar suas ideias e opiniões é na reunião da Associação. É lá o fórum legítimo para discussão das questões de interesse daquele grupo do qual eles agora fazem parte. Ela acredita que a presença de pessoas da prefeitura nas reuniões da Associação faz com que os novatos se sintam intimidados e por isso não se manifestem.

O sentimento de Denise é o de que do jeito que as coisas estão sendo conduzidas a prefeitura está distante da grandiosidade almejada para aquela feira. Ao contrário disso, eles estão, de fato, encolhendo. Ela se sente como se trabalhando numa loja, só que sem carteira assinada.

Apesar das experiências que Denise tem vivido mais recentemente na feira de artesanato, ela se considera uma pessoa solidária e participativa e afirma ter aprendido isso com a mãe. Ela acredita que é possível que as pessoas aprendam a exercer a solidariedade não só pela convivência com outros que já a praticam, mas também pelo engajamento pessoal nas iniciativas de solidariedade somado ao compromisso verdadeiro com as causas que defendem. Apesar de serem capazes de aprender a serem solidárias, ela acha que as pessoas têm dificuldade em se engajar e se comprometer por medo do que lhes possa acontecer e pela descrença de que as ações vão render frutos. Aliás, é por isso que elas também não aprendem a participar, embora a participação seja algo que possa ser aprendido.

Quando leva essa perspectiva para o plano da Associação de Artesãos, Denise acha que lá passou a ser um espaço onde é difícil aprender essas coisas, principalmente envolvendo os novatos, pois no momento o engajamento, a participação, a convivência estreita e a presença dos participantes estão deficientes.

## A história de Nair

*“[...] Ah, me sinto bem. Eu falo: ‘Ah, eu que ensinei fulana’. Então, é muito bom, muito bom. É muito bom a gente passar para frente, não é? É muito bom a gente ser solidária.”*

Nair é filha de um casal natural do interior de São Paulo que se mudou para Diadema em 1929. Nessa época a cidade ainda era chamada Vila Conceição e era distrito de São Bernardo do Campo. Em Diadema o casal teve oito filhos – seis homens e duas mulheres – dos quais Nair é a caçula. Atualmente ela tem 70 anos. Sempre viveu em Diadema, onde se casou e criou os três filhos que tem com o marido – dois rapazes e uma moça. Os filhos já lhe deram cinco netos e ela aguarda com entusiasmo pelo nascimento do primeiro bisneto. O marido é motorista aposentado da prefeitura da cidade e vive com ela.

Nair nunca precisou trabalhar fora de casa. Seus pais eram muito bem de vida. O pai era dono de uma olaria em Diadema. Ela casou aos 18 anos e foi cuidar da própria casa. Teve os três filhos e dedicou-se em tempo integral a criação deles e aos cuidados com a casa e o marido.

Por volta dos 40 anos de idade, Nair decidiu aprender a costurar. Fez curso de corte e costura numa das mais conceituadas escolas de São Paulo, que existe até hoje. Aprendeu a modelar e costurar moletons e roupas em geral. Gostava de costurar e se orgulha de ter o certificado que recebeu ao concluir o curso. A primeira peça de roupa que fez, já na condição de costureira formada, foi um vestido de piquê para a neta que acabara de nascer. Nair guarda esse vestido até hoje.

Ela fez roupas para toda a família e começou também a costurar para fora. Trabalhou por bastante tempo como costureira, fazendo roupas sob medida que as pessoas encomendavam. Essa foi sua primeira experiência de trabalho para além das atividades domésticas. Concomitantemente, ela ainda zelava pelas necessidades da família cuidando dos netos quando era solicitada.

Com um pouco mais de 50 anos, já não precisando mais se dedicar tanto nem aos filhos nem aos netos, Nair passou a sentir o desejo de realizar outro tipo de atividade com que se distraísse e que servisse como uma espécie de terapia que a ajudasse a se livrar do tédio que passou a sentir nessa fase de sua vida. Foi nesse momento que o artesanato entrou em cena.

Como já sabia costurar, ela se interessou por aprender a fazer chinelos em tecido. Achava esse tipo de chinelos muito bonitos.

Nair se matriculou num curso de fabricação desses chinelos com uma professora particular que foi recomendada pelos amigos. Apaixonou-se pela experiência desde o primeiro momento. Ela sempre teve facilidade para aprender as coisas e acredita que essa característica também não lhe faltou na hora de aprender a fazer os chinelos em tecido, costurados a máquina e colados. Aprendeu vários modelos: abertos e fechados. Fazer essas peças tornou-se o seu *hobby*, sua atividade favorita.

Ela confeccionava os chinelos, vendia todos com facilidade e ganhava bem com as vendas. Suas clientes eram as amigas e outras pessoas que a procuravam por terem conhecido o trabalho por intermédio de alguém. Além disso, ela deixava amostras em salões de beleza e pegava as encomendas. As amigas sugeriram essa estratégia tendo em conta que muitas madames frequentavam os salões de beleza e poderiam se interessar por chinelos tão bonitos e bem feitos.

Depois dos chinelos, Nair tomou gosto pelo artesanato e quis aprender a fazer outras coisas. Aprendeu a fazer flores, tricô, bolsas e outros tipos de trabalho. De fato ela queria aprender um pouco de cada coisa. Fez muitos cursos. Sempre que sabia de algum que chamasse sua atenção ela se inscrevia.

Mas os recursos de aprendizagem de Nair não se resumiam aos cursos presenciais que fazia. Ela também descobriu coisas pela televisão. Assistindo a um programa de TV aprendeu a fazer bolsas utilizando calças jeans. Até hoje é um tipo de peça que Nair vende muito bem em sua barraca na feira de artesanato. Seu talento para fazer bolsas não para por aí. Quando vê uma bolsa de tecido sendo usada por alguém, trata de desenhar o modelo numa folha de papel e reproduz a peça utilizando suas habilidades de costureira. Em seguida, o modelo já fica à disposição para venda.

Outras coisas que Nair faz para vender são boinas e sapatilhas de tricô. Mas esse é um tipo de produto que ela só vende no inverno. Então, produz no verão e quando chega o inverno já tem uma boa quantidade de peças para oferecer à clientela. Esse modelo de tricô ela aprendeu parte fazendo cursos e parte por conta própria. Como método, costumava desmanchar uma peça para ver como ela era feita e em seguida refazia tudo.

Desde 2006 Nair expõe na feira de artesanato de Diadema. Começou por influência de amigas que achavam seus chinelos muito bonitos. Na época ela e o marido conheciam a pessoa que organizava a feira, que era composta por poucas barracas – cerca de quinze – e funcionava na Praça Lauro Michels. Ela conversou com essa pessoa e rapidamente montou uma banca para vender os chinelos. As vendas foram um sucesso! Aos poucos a feira foi crescendo, aumentando o número de barracas, até que foi montada a Associação de Artesãos da qual Nair faz parte desde a fundação. Ela é frequentadora assídua das reuniões do grupo, expõe regularmente nos dias de feira e também nos eventos para os quais a Associação é convidada, como aconteceu recentemente num shopping de São Bernardo do Campo.

Desde que começou a expor na feira de artesanato, Nair precisou diminuir o tempo que dedicava à confecção de roupas sob medida. Como havia assumido o compromisso com a venda de chinelos, precisava aumentar a produção dessas peças. Hoje em dia ela ainda atende alguns pedidos de roupas, mas não como antigamente.

Participar da Associação de Artesãos também rendeu para Nair, há alguns anos, oportunidade de fazer um curso de aperfeiçoamento em vendas. O curso foi organizado pela prefeitura e disponibilizado aos associados. Foi aí que Nair aprimorou seus conhecimentos sobre como precificar as peças que produzia e também como atender adequadamente ao cliente. Ela gostou muito do curso e acredita que foi bastante útil para o seu dia a dia como artesã. Além disso, gostou de ter conhecido o professor. Ele era muito “gente fina”.

Outros aspectos relativos a contabilidade do negócio e procedimentos bancários, Nair aprendeu com a vida mesmo, nos seus “muitos anos de praia”, sempre com a consciência de que é necessário fazer as coisas para ganhar e não para perder.

Nair não acredita que ainda tenha muito o que aprender para tocar seu negócio. Afinal, já tem “setentinha”. Hoje em dia ela volta sua atenção para ensinar as técnicas que sabe, quando alguém pede. Nesses casos, costuma convidar a pessoa para passar uma tarde com ela em casa, tomar chá, conversar e aprender. Ela se sente orgulhosa quando vê que a pessoa passou a expor na feira alguma peça que ela tenha ensinado a fazer. Nair considera que o ato de ensinar o próximo é uma forma de praticar solidariedade.

Outra forma de ser solidário é ajudando o próximo. Nesse sentido, Nair se considera uma pessoa solidária desde a infância. Acha que é um traço do seu jeito de ser. Até hoje, não consegue ver uma senhorinha precisando atravessar a rua que logo se oferece para ajudar.

Ela se lembra que o pai também era uma pessoa solidária. Era comum vê-lo ajudando pessoas. Na olaria o pai nunca se recusava a dar pousada aos viajantes que pedissem. Lá ele mantinha umas casinhas de tijolos onde essas pessoas dormiam quando precisavam. Nair também reconhece a solidariedade na união entre os membros de sua família desde a infância até os dias de hoje. A família sempre foi muito unida.

A artesã não perde uma reunião sequer da Associação. Faz questão de participar para ouvir pessoalmente os diversos assuntos que são tratados lá. Ela não se contenta em apenas ficar sabendo pelos outros. Quer ouvir da presidente, da tesoureira e da secretária os dados da prestação de contas, da arrecadação, dos gastos etc. Como aposentada, ela paga mensalidade de vinte reais para a Associação – o valor integral para quem não é aposentado é de trinta e cinco reais. Em geral esses recursos são utilizados na compra e manutenção de barracas ou quando a Associação participa de um evento externo, como, por exemplo, a permanência em quiosques de shoppings. Esse tipo de evento demanda gastos com materiais de papelaria, embalagens de presente e outros acessórios que a Associação compra. Ao término do evento a entidade fica com 10% do lucro dos artesãos como forma de repor a verba investida. De resto, tudo o que cada artesão arrecada com a venda de seus produtos, seja na feira ou nos eventos externos, fica para si.

Nas reuniões também são discutidos outros assuntos como novos locais de exposição, a conduta dos expositores etc. Apesar de ser uma participante interessada e assídua, nas reuniões Nair prefere ouvir a falar. Ela acredita que outras pessoas apresentam opiniões e têm ideias melhores do que as dela. Mesmo preferindo manter-se mais na condição de ouvinte, Nair não costuma sair das reuniões com a sensação de que poderia ter dito algo e não o fez. Ela sabe que se quiser manifestar sua opinião basta levantar a mão para receber a palavra.

Antes de participar da Associação, Nair não sabia o que é economia solidária. Ela tem ouvido bastante o pessoal do novo governo falar sobre isso. Eles participam das reuniões e falam tanto sobre isso que ela chega a se sentir confusa, “embananada”. É muita informação. É tanta economia solidária que eles dizem que acontece lá dentro da prefeitura, tantas coisas que eles fazem no dia a dia, que Nair sente que a informação “vai entrando” e “vai saindo” de sua mente. Ela acha que isso acontece porque a economia solidária é um assunto que não interessa muito. Como o tema interessa mais à prefeitura, não a ela, esquece tudo com facilidade.

Nair considera que economia solidária é ajudar ao próximo. É participar de uma entidade, ver o que ela precisa e o que não precisa, mesmo que seja fora do âmbito da feira, como por exemplo, ensinar o que se sabe para uma pessoa que quer aprender, visitar um orfanato etc. É assim que ela pratica a economia solidária na sua vida.

Nair acredita que participando das reuniões da Associação as pessoas podem aprender a ser solidárias. Isso acontece à medida que elas conversam, perguntam coisas e vão adquirindo conhecimento. Basta querer participar. Não adianta não ir nas reuniões e depois ficar perguntando para um ou para outro o que aconteceu lá. Também não adianta ficar debatendo os assuntos fora da reunião. Nair observa que hoje existem pessoas que não têm frequentado as reuniões como deveriam e que, por isso, debates têm acontecido fora da reunião. Ela acha que isso não é adequado.

A artesã tem observado com atenção as mudanças que têm acontecido na feira de artesanato desde quando o novo governo assumiu a prefeitura de Diadema no início de 2013. Uma delas foi mudar o nome da feira de “Feira dos Artistas Plásticos de Diadema” para “Feira de Artesãos de Economia Solidária de Diadema”. Foi o novo prefeito que colocou esse nome de “economia solidária”.

Ela se sente feliz em ver que o prefeito já está realizando parte daquilo que prometeu aos artesãos no período da campanha eleitoral. Está revitalizando a praça por meio da reforma dos jardins e promovendo shows a cada quinze dias para atrair o público para a feira. Nair acredita que essas medidas beneficiam o evento e espera que o novo governante também cumpra a promessa de construir quiosques para os artesãos em substituição às barracas que utilizam. Ela está feliz que um novo partido tenha assumido a gestão da cidade – um partido menos “mandão” – e que com apenas seis meses de governo já tenha promovido um “rapa” na prefeitura, colocando gente mais competente para trabalhar. Ela vê com bons olhos o fato de que hoje nas reuniões da Associação sempre há alguém da incubadora pública. O “careca” é um deles. Eles arrecadam verbas para a entidade que são utilizadas, por exemplo, para fazer reparos nas barracas dos artesãos.

Nair acredita que essas coisas representam apenas uma pequena melhoria na situação da feira de artesanato, mas que as coisas vão melhorar ainda mais quando conseguirem implantar todos os projetos que prometeram. No entanto, o simples fato de a feira continuar existindo já traz satisfação na percepção de Nair. Acontece que “picuinhas” políticas feitas pelo governo anterior davam a entender que se não houvesse reeleição, o novo prefeito

acabaria com a feira de artesanato. Esses rumores foram dissolvidos quando o candidato visitou os artesãos e prometeu não dar fim ao evento.

Apesar das ações de revitalização da praça, da troca do nome da feira e da participação da prefeitura nas reuniões da Associação, Nair considera que a entidade é independente da prefeitura, afinal ela tem as próprias barracas e caminha com as próprias pernas. Depende da prefeitura apenas para o transporte das barracas, mas não da mão de obra, pois são os próprios artesãos que montam e desmontam tudo. Além disso, eles não têm que dar satisfação de seus atos para a prefeitura. Quando precisam de algo fazem um memorando para o secretário do prefeito, marcam um horário e vão conversar com ele. Daí ele vê se consegue ajudar. Nair considera que ele é muito bom!

Nair não depende financeiramente do que obtém com a venda do artesanato. A aposentadoria do marido somada ao rendimento que o casal recebe pelo aluguel de algumas casas que possuem são suficientes para eles. Ela considera o envolvimento com o artesanato e com a feira uma terapia. Não quer ser como outras pessoas de setenta anos que só ficam sentadas na frente da televisão, frequentam consultórios médicos todo mês e tomam muitos remédios. Ao contrário, Nair tem pavor de médicos. Prefere manter-se ativa com seu artesanato e para isso recebe total incentivo dos filhos. Ela acha que é muito bom passar umas horas ali na feira.

### **A história de Janete**

*“Porque aqui se falar muito leva punição. O pessoal tem medo da reação da diretoria, o que pode ocorrer com eles. Só que não tem que ter medo porque se no estatuto está aquilo, é aquilo e pronto.”*

Janete tem 46 anos e nasceu em São Paulo. O pai trabalhava como metalúrgico. A mãe era dona de casa, mas houve um tempo em que tinha um bar. O casal teve quatro filhas. Janete é uma delas. Ao longo da infância a família morou em várias cidades: São Paulo, São Bernardo do Campo, Diadema e Mogi das Cruzes. Moravam onde o pai conseguia trabalho. Hoje Janete mora em Diadema. O pai já é falecido e durante muitos anos viveu separado da mãe e das filhas.



Janete estudou até concluir o ensino médio – naquele tempo era chamado “colegial”. Por volta dos vinte anos de idade chegou a iniciar um curso de arquitetura na Faculdade Pan Americana, mas teve que abandonar por causa de problemas familiares – ela não menciona que problemas eram esses – e nunca mais voltou. Mas não foram apenas essas situações que a mantiveram longe da faculdade. Ela não teve vontade de retornar por falta de disposição. Já trabalhava fora nessa época e nunca conseguia chegar pontualmente para as aulas.

Janete começou a trabalhar aos 14 anos de idade. Fez vários tipos de atividades ao longo da vida. Trabalhou em restaurante *fast food*, entregou folhetos no farol, trabalhou numa loja de roupas, numa fábrica de borracha e numa oficina mecânica. Nesta última começou como recepcionista, depois passou a auxiliar de escritório e chegou a secretária. Também trabalhou como governanta de uma família. As mudanças de emprego às vezes eram causadas por ser demitida, mas a maioria delas era porque enjoava do trabalho. Todas as suas oportunidades de emprego foram conquistadas por indicação de pessoas que conhecia. Um tempo depois de ter trabalhado como governanta, o ex-patrão abriu um escritório de arquitetura e convidou Janete para trabalhar lá, e desde então tem trabalhado como assistente de *design*.

Janete começou a fazer artesanato quando foi morar sozinha na Barra Funda e queria decorar sua casa, por volta dos 24 anos de idade. Certo dia entrou numa loja de artesanato e achou um absurdo o preço que cobravam pelas peças. Resolveu experimentar fazer ela mesma algumas coisas que via em programas de TV. Começou a fazer velas e caixas decoradas com a técnica da decupagem. No começo fazia só para si e para as pessoas da família que viam as peças na casa dela, achavam bonito e pediam que ela fizesse.

Algum tempo se passou até o dia em que a mãe de Janete sofreu um acidente, quebrou o fêmur e passou a ter dificuldade para se locomover. Nessa época a senhora, que já era viúva, morava com o sobrinho num sobrado. Surgiu a necessidade de ela passar a morar em um local onde não houvesse escadas, já que não poderia mais subir e descer em função do problema no fêmur. As três irmãs de Janete já eram casadas e também moravam em casas com escadas, logo a mãe não poderia morar com nenhuma delas. Diante disso, Janete decidiu voltar a morar com a mãe. Mas como também havia escadas na casa onde morava em São Paulo, a família optou por comprar um apartamento no térreo e mudar para lá.

Janete continuou trabalhando fora e fazendo seus artesanatos para uso pessoal até que um dia soube por uma amiga, que morava no mesmo bloco de apartamentos, que a Prefeitura

de Diadema estava fazendo cadastro de artesãos da cidade para montar uma feira. A amiga, que também estava interessada em participar, já havia obtido as informações necessárias sobre o processo. Elas deveriam ir até a prefeitura e levar as peças que produziam para mostrar. Janete levou as caixas de madeira decoradas com decupagem e também os relógios que fazia na época. A amiga levou peças em crochê. Ao final, somente Janete foi aceita para expor na feira, pois já havia outras pessoas selecionadas para trabalhar com crochê.

Durante o primeiro ano, a feira de artesanato acontecia na Praça Lauro Michels. Janete conta que quase não vendia nada. O movimento lá era muito fraco, mas ela acha que valeu como conhecimento. A partir do segundo ano a feira mudou para a Praça Castelo Branco e aí as vendas melhoraram. Como a feira acontecia nos finais de semana, Janete manteve seu trabalho fora. Ela resolveu permanecer com as duas atividades porque gostava do artesanato e também porque achava que seria bom ter um complemento de renda. Mas confessa que é mais por gostar do que por dinheiro. Ela acha que participar da feira é uma terapia.

Hoje em dia, Janete trabalha de segunda a sexta no escritório de arquitetura e aos sábados na feira de artesanato. Mudou sua linha de produtos. Houve uma época em que havia muita gente trabalhando com madeira, então a artesã decidiu produzir telhas decoradas com figuras africanas utilizando, também, a técnica de decupagem. As telhas que trazem figuras de orixás são mais procuradas. Janete escolheu os temas africanos para decorar suas peças porque acha que eles são bonitos e quase não há quem trabalhe com eles em Diadema. As figuras de orixás foram sugeridas pela irmã.

A linha de produtos que Janete produz a partir das telhas inclui ornamentos de parede, relógios e arandelas. As arandelas ela faz sob encomenda, pois não é um tipo de peça que todo mundo gosta. Janete conta que aprendeu a fazer esse artesanato com ajuda dos programas de TV a que assiste. Ela mesma instala os mecanismos dos relógios e a parte elétrica das arandelas. Teve que aprender “tarefas de homem” após a separação dos pais. Quando alguma coisa em casa apresentava defeito e precisava ser reparada ou trocada, um tio ia lá fazer o serviço e chamava as meninas para ensinar a elas. A mãe também sabia fazer algumas coisas e ensinava para as filhas. Mais tarde, quando foi morar sozinha Janete teve que aprender ainda mais coisas para fazer a manutenção da casa. Ela achava que os homens que faziam esse tipo de serviço cobravam muito caro, então resolveu aproveitar o fato de ser “curiosa” e aprendeu “na raça”. Hoje esses conhecimentos também são úteis na hora de fazer o artesanato, e quando quer aprender algum modelo diferente de artesanato pesquisa na Internet. Como concilia o

trabalho de artesã com o de assistente de *design*, Janete produz as peças à noite, depois do trabalho, e aos domingos.

Janete conheceu a economia solidária quando começou a participar da Associação. Frequentava as reuniões do grupo sempre que podia e fazia os cursos que a prefeitura oferecia. Para Janete, a economia solidária é dividir as coisas com as pessoas; é não querer as coisas só para si, como fazem alguns artesãos da Associação que aprendem algo de diferente e não querem ensinar ao próximo. É dividir o conhecimento com o próximo. É prestar mais atenção e ajudar o colega não necessariamente com dinheiro, porque existem muitas formas de ajudar. Às vezes ajudar é simplesmente oferecer uma palavra amiga. Outras vezes é fazer como Janete que, de vez em quando, compra revistas de artesanato e oferece de presente para as colegas da feira para que elas possam se inspirar e melhorar seus trabalhos.

Esse espírito de solidariedade Janete conta que tem desde a infância. Ela nunca foi uma criança egoísta, que queria um brinquedo só para si. Sempre compartilhava seus pertences. Janete se lembra dos ensinamentos da mãe a esse respeito. Ela ensinava às filhas que, por exemplo, se fossem comer alguma coisa e não quisessem compartilhar com outras crianças, então deveriam comer dentro de casa; do contrário, deveriam dividir com as demais. Como Janete sempre estava mais interessada em brincar, ela preferia dividir com os colegas. Dessa forma, a artesã considera que aprendeu a ser solidária com a mãe, no dia a dia.

Janete considera que sempre foi uma pessoa participativa na Associação. Opinava sobre as questões da entidade e nem sempre o que dizia ou fazia era bem aceito no meio. Ela conta, por exemplo, o caso de quando a entidade resolveu produzir uma camiseta para os associados e contratou o serviço de uma artesã do grupo. A camiseta sairia a vinte e cinco reais para cada artesão. Janete não concordou com isso. Ela achava que como artesã tinha condições de fazer a própria camiseta seguindo o padrão estabelecido e não precisaria pagar para ninguém fazer para ela. Decidiu comprar os materiais e fazer ela mesma a sua camiseta. Não gastou mais que dez reais. Por causa disso e por achar que ela teria feito a cabeça de outros associados para agirem da mesma forma, a diretoria da Associação queria expulsá-la. Isso só não aconteceu porque uma pessoa da incubadora pública que atuava como espécie de conselheiro da entidade conseguiu convencer a diretoria do contrário. Então, Janete recebeu sua primeira advertência na Associação.

Outras polêmicas aconteceram nas reuniões da entidade. As pessoas que faziam parte da diretoria naquela época recebiam salário. Janete descobriu que por lei elas não poderiam

receber. Além disso ela sempre discordava das contas das Associação. Achava que a diretoria praticava gastos absurdos. Essas discordâncias apresentadas veementemente nas reuniões levaram Janete a receber a segunda advertência. Aos risos, a artesã conta que tudo era motivo para ela levar advertências. Bastava ser contra algo que a diretoria tivesse feito e pronto, lá vinha uma advertência. Ela se lembra que sua mãe sempre a censurou por ser “bocuda”. Desde pequena ela é assim. Quando não concorda com algo, diz não e ponto final.

Com o passar do tempo, a diretoria da Associação viu que Janete “não tinha jeito” e deixou a artesã em paz. Então, em vez de implicar com ela, convidaram Janete para ser coordenadora das barracas da feira. Ela aceitou o convite e realizou essa tarefa por algum tempo. Como coordenadora, acompanhava o serviço de montagem das barracas pelo pessoal da prefeitura, dizia quantas barracas seriam necessárias naquele dia, cuidava para não haver espaços vazios entre as barracas. Procurava zelar pela aparência das barracas na feira, para que tudo parecesse bonito e organizado. Ninguém a ensinou a fazer esse tipo de trabalho. Aprendeu sozinha.

Certo dia, por razões que Janete até hoje desconhece, foi afastada do cargo. Outras pessoas assumiram, mas não deram conta do serviço. Então, a diretoria decidiu chamar Janete novamente. Lá foi ela reassumir as tarefas de coordenação. Algum tempo depois, tornou-se presidente da Associação. Ocorreu que a então presidente começou a se afastar da feira. Janete não sabe se isso aconteceu por problemas pessoais ou por cansaço mesmo. O que sabe é que a presidente havia batalhado muito pela Associação por um longo período. Até que um dia ela quis sair e indicou Janete para ser a nova presidente. Janete acabou sendo a única candidata ao cargo. Ela conta que ninguém queria ocupar a posição. Era necessário que alguém aceitasse e então ela aceitou. No dia da eleição disse aos associados que estava aceitando o cargo, mas que precisava da ajuda de todos. Na prática, essa ajuda foi demonstrada apenas por umas quatro ou cinco pessoas, diz Janete.

A artesã aprendeu a ser presidente da Associação “na raça”. Sempre foi determinada. Dizia para o pessoal que ali ela era uma coisa e que fora era outra. Ali tinha que ser determinada na questão da organização, da punição, se não virava bagunça. Dizia que ali as pessoas não podiam ir só quando queriam, mas que deveriam ter respeito e compromisso não só com a Associação mas com os clientes da feira também. Não era certo que um cliente procurasse por um produto e não conseguisse comprar porque o artesão havia faltado à feira.

Como presidente, Janete também era exigente em relação ao cumprimento de horários, à arrumação do espaço de exposição e a questões estéticas das barracas. Queria que as pessoas olhassem para a feira e tivessem uma boa impressão, achassem que tudo estava bonito. Ela conta que esse nível de exigência também foi algo que aprendeu na infância, na vida doméstica. A mãe não admitia que a família fosse dormir sem antes lavar toda a louça do jantar. Mesmo quando faltava água e não dava para lavar, tudo tinha que estar organizado na pia. Prato com prato, colher com colher e por aí vai. Mesmo adulta, Janete continua sendo uma pessoa organizada. Embora ela admita alguma desordem no seu quarto – um sapato ou uma roupa fora do lugar – seu guarda-roupas é organizado. Mas na sala e na cozinha tudo tem que estar impecável.

O jeito organizado de Janete a ajudou a realizar seu trabalho na feira e também como assistente de *design*. Os arquitetos com quem trabalha costumam dizer que ela organiza as coisas num apartamento cuja decoração está sendo finalizada, por exemplo, muito melhor do que muita gente que fez faculdade. Ela acredita que o que aprendeu com a mãe na organização da própria casa, somado ao conhecimento que adquiriu com os arquitetos, com coisas de organização que ela também aprendia em programas de TV e em revistas e o que aprendeu com a prática do dia a dia compõem o senso de organização que ela possui e que é útil tanto para seu trabalho no escritório de arquitetura quanto para administrar a Associação.

Algumas atividades relativas às funções de presidente Janete aprendeu consultando os papéis da Associação. Quando saiu do cargo, a antiga presidente esteve na casa dela e deixou algumas caixas que continham todo tipo de documento relativo à entidade. Foi examinando esses materiais que a nova presidente tomou conhecimento, por exemplo, que a entidade tinha que pagar à prefeitura pelo uso do solo, que precisava fazer imposto de renda etc. Nos papéis havia também alguns memorandos que indicavam a quem solicitar serviços na prefeitura. Os funcionários da prefeitura que faziam a montagem das barracas também serviram de fonte de informação para Janete aprender a quem procurar na prefeitura quando precisava resolver questões da Associação.

Uma das primeiras medidas adotadas por Janete como presidente foi cortar gastos. Parou de pagar salário para a diretoria, já que por lei isso não era correto, e instituiu conta mensal para gastos com telefone. Com medidas como essas conseguiu fazer com que sobrasse dinheiro para investir na feira comprando acessórios de que precisavam. Janete conta que na gestão anterior nunca sobrava dinheiro para investir. Às vezes a Associação também ajudava

algum artesão que estivesse passando por dificuldade financeira em casa. Outra conquista foi organizar uma festa de confraternização entre os artesãos, os meninos que montavam as barracas e o pessoal da prefeitura no final do ano.

O tema da economia solidária também recebia atenção de Janete. Ela sempre falava algo sobre isso nas reuniões e conta que alguns aceitavam e outros não.

Janete permaneceu como presidente da Associação por dois anos e diz ter aprendido muito com isso. Aprendeu que a participação das pessoas que formam a entidade é importante para que as coisas aconteçam e que isso não se conquista com base em ameaça, mas pela conversa e convencimento. Aprendeu com os acertos e erros que cometeu.

Atualmente, Janete não é mais presidente da Associação e está avaliando se continuará ou não como associada. Está insatisfeita com o rumo que a entidade tomou depois que os novos governantes do município tomaram posse, em 2013. A nova diretoria tem usufruído de privilégios que antes não existiam. Não existem mais condições iguais para todos. O estatuto da Associação tem sido ignorado. Tudo é motivo de ameaça e punição. As pessoas têm se mantido caladas nas reuniões por medo da reação da diretoria.

Comparando sua gestão com a da atual diretoria, Janete considera que não há mais a liberdade de expressão de antes. Ela é uma das poucas pessoas que se manifesta nas reuniões e acredita que ultimamente tem sofrido punições por se mostrar contrária à diretoria. Como Janete tem outro trabalho e só tem disponibilidade para estar na feira aos sábados, ela pagava uma colega associada para montar e vender seu artesanato durante a semana. Todos os dias, depois de sair do trabalho, passava na feira para fechar a barraca. Recentemente a diretoria a proibiu de continuar com esse procedimento.

Outra punição sofrida nas últimas semanas foi a mudança de lugar de sua barraca na feira. Janete explica que manter a barraca no mesmo local na praça é importante do ponto de vista das vendas. O cliente se acostuma com a localização das barracas e vai direto no local que deseja. A diretoria mudou a barraca de Janete de lugar depois de uma reunião em que ela falou coisas que não queriam ouvir, diz a artesã. São pequenas punições que passaram a acontecer e que não estão previstas no estatuto.

Janete está cansada de tudo isso. Não está mais disposta a lutar sozinha. Talvez não continue a expor em 2014.

## A história de Célia

*“[...]A gente tem que ir atrás das coisas também. Não esperar tudo ‘de mão beijada’; tem gente que fica esperando as coisas acontecerem. Não é assim, tem que participar.”.*

Penápolis, no interior do estado de São Paulo, é a cidade natal de Célia. Ela tem 52 anos e é casada há cerca de 30 anos com um analista de sistemas, que é funcionário da Prefeitura de Diadema. O casal tem uma filha que é publicitária e que também já é casada. Aos risos ela conta que deseja netos, mas que a filha não está muito interessada nesse assunto no momento.

Célia é uma artesã que produz quadros. É pintora. Somente ela trabalha com esse tipo de arte na feira de Diadema. Até os 17 anos ela viveu em Penápolis. O pai trabalhava como administrador da fazenda de uma tia de Célia. A mãe era dona de casa. O casal teve onze filhos. A família morava na fazenda e todos os irmãos (homens) de Célia trabalhavam na roça. Num dado momento, os pais decidiram que a família deveria mudar-se para a cidade, para que os filhos pudessem ter melhores condições de estudar. Mas o pai continuou a trabalhar na fazenda. Célia tinha 11 anos quando isso aconteceu.

Morando na cidade, Célia estudou até completar o ensino médio – naquela época era chamado de “colegial”. Fez curso técnico em administração. No entanto, chegado o momento de fazer faculdade, ela percebeu que não havia em Penápolis nenhum curso de graduação que a interessasse. Célia conta que naquela época havia em Penápolis exclusivamente cursos que formavam professores. Mas ela queria mesmo era fazer faculdade de administração e para isso deveria mudar-se para uma cidade onde o curso fosse oferecido.

Nessa época, uma das irmãs de Célia morava com o marido em São Paulo. Célia foi morar com eles. Antes mesmo de deixar a cidade natal, já tinha emprego esperando por ela em São Bernardo do Campo-SP, numa fábrica de mortadela que existe até hoje e cuja marca é bastante conhecida no mercado. Ela tinha 17 anos quando isso aconteceu.

Este foi o primeiro contato de Célia com o mundo do trabalho. Na fábrica ela realizava tarefas administrativas, no escritório da empresa, o que condizia com sua formação técnica em administração. Trabalhou lá por seis anos. Num dado momento desse período foi promovida a encarregada do departamento pessoal. Começou nesse setor em substituição à

encarregada anterior que saiu de licença para ter bebê, mas que acabou não voltando ao trabalho. Diante disso, Célia passou a ocupar o cargo definitivamente.

Célia lamenta o fato de que após ter se mudado para São Paulo acabou não realizando o sonho de fazer faculdade. Dedicou-se ao trabalho, conheceu um rapaz e casou-se com ele e passou a morar em Diadema. O marido nunca quis que ela trabalhasse fora, então, após o nascimento da filha do casal Célia pediu demissão do emprego na fábrica e tornou-se dona de casa – vez por outra, enquanto conta sua história, a artesã toca no assunto da faculdade de administração que queria ter cursado e não o fez. Ela cita impedimentos de ordem prática, como medo de sair à noite por causa da violência na cidade, e também problemas pessoais a respeito dos quais não entra em detalhes.

Mas a vida de Célia como dona de casa acabou aproximando a artesã do trabalho de pintura que hoje realiza. Ela sempre foi uma pessoa muito ativa e as tarefas da casa e os cuidados com a filha não davam conta de suprir suas necessidades de fazer coisas. No seu anseio por ocupar o tempo com outro tipo de atividade, Célia lembrou-se dos tempos de criança em que gostava de pintar. A menina vivia improvisando quadros em pequenos pedaços de madeira usando tinta guache; ela se inspirava em peças que via em revistas. Naquela época o pai não tinha condições de pagar um curso de pintura, nem mesmo havia dinheiro para bancar os materiais necessários. Os quadrinhos que Célia pintava quando criança iam todos para as paredes da casa da família. Ela conta que sempre gostou de quadros. Quando se casou, começou a decorar sua casa pelas paredes. A casa nem estava completamente mobiliada quando Célia comprou os primeiros quadros em Embu das Artes-SP. Achou caro e pagou em três prestações. Ela dá risada quando conta que não tinha nem sofá em casa, mas quadro já tinha. Era sua paixão.

Essas duas situações de vida inspiraram Célia a voltar a pintar. Mas dessa vez queria aprender as técnicas. Coincidentemente, uma sobrinha comentou com ela que havia se matriculado para fazer um curso de pintura e perguntou à tia se ela também não gostaria de fazer. Imediatamente Célia aceitou o convite. Lá foram ela e a sobrinha fazer o curso de pintura em 1995. De lá para cá esta artesã-pintora nunca parou de pintar.

Depois de fazer alguns cursos de pintura e começar a trabalhar com essa arte, Célia começou a perceber que a cada curso que fazia aprendia técnicas diferentes, mas os professores não davam muita liberdade para os alunos desenvolverem estilo próprio. Às vezes um professor, por não concordar com uma técnica que ela havia aprendido em outro curso,



dizia que o trabalho de Célia estava errado e que ela deveria refazer. Isso começou a deixá-la frustrada. Queria desenvolver sua própria identidade como pintora. Então decidiu começar a pintar sozinha e assumiu o próprio estilo. A artesã também pensou em fazer faculdade de artes plásticas, mas avaliando melhor achou que é um mercado muito difícil de entrar e abandonou a ideia.

Mesmo exercendo um estilo próprio, Célia não deixou de fazer cursos de pintura. Descobriu que a Prefeitura de São Bernardo do Campo oferecia esses cursos gratuitamente apenas para moradores da cidade. Um pouco constrangida, ela conta que não pensou duas vezes, mentiu sobre o endereço e se inscreveu. Afinal, era de graça e ela precisava fazer lá porque em Diadema não havia muitas opções desse tipo de curso. Todos os que havia feito até então eram pagos.

Célia gostou muito dos cursos oferecidos pela Prefeitura de São Bernardo e achou muito bom ter esse tipo de incentivo do poder público para a população. Em Diadema não havia esse tipo de coisa até então. Ela só lamenta que devido à grande quantidade de alunos os professores não tinham condições de dar muita atenção individualmente. Então se limitavam a ensinar técnicas básicas de pintura. No caso de Célia, que já havia ultrapassado o nível básico, eles sempre diziam que ela estava ótima e não se preocupavam em ensinar a ela técnicas mais sofisticadas.

De tanto ouvir os professores dizendo que ela já estava ótima na pintura, Célia e outras amigas que se encontravam na mesma situação passaram a se interessar por arranjar uma forma de vender as peças. Elas procuraram a primeira-dama de São Bernardo, que atuava com esse tipo de iniciativa de formação profissional e artística naquela época, em busca de auxílio para montar um local de exposição. Então o grupo criou uma feira de artesanato que passou a acontecer na praça do Paço Municipal.

Célia conta que a feira funcionou com grande sucesso durante muito tempo no Paço, porém quando houve troca de prefeito o novo governo acabou com tudo. Ela lamenta que essa questão política tenha interferido no evento e conta que, ainda assim, um grupo de artesãos continuou a vender nos setores da prefeitura. Expunham em balcões que os próprios funcionários montavam na intenção de ajudar o grupo. Célia e outros artesãos permaneceram dessa forma por alguns anos.

Certo tempo depois, o grupo decidiu abrir a Casa do Artesão, no bairro Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo. Célia expôs seus quadros lá por mais um período. Houve um momento, porém, em que ela foi impedida de continuar a expor com o grupo pelo fato de ser moradora de Diadema e não de São Bernardo. Eles a chamaram para conversar e informaram que ela deveria deixar a Casa do Artesão. Célia ficou extremamente chateada com a decisão daquelas pessoas, uma vez que batalhou junto com elas para implantar todas as iniciativas envolvendo o grupo que até então haviam acontecido. Mas, resolveu deixar para lá e tocar a vida.

Em seguida, Célia soube por uma amiga que estava havendo uma feira de artesanato na Praça Lauro Michels, em Diadema. Não pensou duas vezes: colocou seus quadros no carro e seguiu para lá a fim de mostrar seu trabalho para os organizadores e verificar a possibilidade de juntar-se àquele grupo. Célia conta que naquela época o evento estava começando e ainda não havia muitos artesãos. Ela mostrou os quadros e imediatamente foi convidada a participar. Naquele mesmo dia tornou-se expositora da feira de artesanato de Diadema. Já expôs os trabalhos e chegou até a vender. Foi um sucesso!

A essa altura da vida, além de produzir a própria arte, Célia dava aulas de pintura. Ela convidou suas alunas para exporem com ela na feira. Foi uma experiência muito bacana e as vendas eram muito boas. Por outro lado, os colegas artesãos não faziam o mesmo sucesso que Célia. A praça onde a feira estava instalada não favorecia as vendas para eles. Foi quando o grupo conseguiu junto à Prefeitura de Diadema a transferência do evento para a Praça Castelo Branco, onde até hoje é realizada.

Célia conta que quando a feira passou a ser realizada no novo local, as vendas eram muito boas, havia muitos artistas que, como ela, expunham quadros. Porém, ela percebia que uma boa parte deles criou uma expectativa irrealista de vender muito e ganhar muito dinheiro. Só que vida de artesão não é assim, diz ela. O artista sempre tem o intuito de vender, mas nem sempre consegue com facilidade. Então ela viu os outros pintores se retirando gradativamente da feira de artesanato até que restou apenas ela lidando com esse tipo de artesanato.

Quando Célia começou a expor na feira de artesanato de Diadema entrou também para a Associação de Artesãos recém-criada. Já se passaram sete anos. Ela se lembra de ter feito vários cursos oferecidos pela entidade e cita como exemplos o de vendas e o de relacionamento pessoal. Alguns deles foram ministrados pelo pessoal do Sebrae. Foi num

deles que aprendeu a precificar suas peças, somando tudo o que gastou para produzir e multiplicando por três. Mas confessa que não segue essa regra rigorosamente.

Outras coisas importantes para tocar o negócio, Célia aprendeu sozinha. Por exemplo, ao perceber que havia um público que gostava de telas com pinturas abstratas, tratou de comprar revistas que ensinassem essa técnica. Aprendeu também pesquisando sobre esse tipo de pintura na Internet. Às vezes ela também se inspirava em alguma tela que via na exposição de Embu das Artes e procurava replicá-la parcialmente, sempre adicionando algo de sua própria arte.

A artesã não se lembra exatamente se fez algum curso sobre economia solidária, mas conta que no começo a economia solidária não fazia parte da Associação. O tema é comentado mais recentemente. No início não se falava nisso. Foi a partir do governo do Partido dos Trabalhadores que a Associação passou a ser de economia solidária e continua, mesmo com a mudança de partido político no comando da cidade desde início de 2013.

A economia solidária é algo que Célia entende como um modo de ser que implica em ser solidário com todos os artesãos. Por sua vez, ser solidário é não ir para a feira de artesanato para vender somente o “seu” produto, mas ajudar o pessoal, dar dicas, ajudar num todo a montar a feira que é deles. É também ser solidário com as outras pessoas. Célia revela que possui o sonho de exercer a solidariedade montando uma escola onde ela possa dar aulas de pintura gratuitamente para pessoas que não podem comprar os materiais, mas que têm vontade de aprender. Ela entende que nem sempre as pessoas têm acesso a essa arte porque os suprimentos são muito caros. Enquanto isso não acontece, Célia dá aulas particulares para pessoas que podem pagar. Ela vive disso, além das vendas na feira de artesanato e da renda do marido. A artesã se coloca também à disposição para ser professora voluntária em algum curso gratuito, mas até o momento não recebeu nenhum convite para participar desse tipo de iniciativa.

Célia acredita que já sabe o suficiente sobre economia solidária e que aplica esses ideais no dia a dia, especialmente na Associação, ao se colocar à disposição para ajudar no que for necessário, mesmo nas questões que são de responsabilidade da coordenação. Ela faz questão de deixar isso claro nas reuniões da entidade e tenta disseminar essa ideia entre os demais participantes. Para ela, não há razão para a não cooperação se a Associação é de todos, não só da diretoria.

Célia se considera uma artesã bastante participativa nas reuniões da Associação. Ela procura não faltar, sempre manifesta sua opinião e faz questão que as pessoas comentem caso achem que suas ideias estão equivocadas. Ela conta que existem pessoas que vão à reunião mas ficam o tempo todo quietas. Não se manifestam. Depois, saem de lá e ficam comentando. Mas isso é errado, diz a artesã. É na reunião que as pessoas têm que se manifestar.

Célia não só participa como também quer saber de tudo o que diz respeito à feira e à entidade. Ela explica que nas reuniões todo tipo de assunto é conversado: conflitos pessoais, fofocas, conversas paralelas etc. Mas ela acha que viver com o ser humano é assim, cada um tem um problema. A artesã percebe que um dos problemas que mais têm sido discutidos no momento é a falta de cooperação entre os artesãos para que um ajude o outro a montar e desmontar as barracas da feira, uma vez que a prefeitura não mais presta esse serviço.

Esse espírito de solidariedade e cooperação que envolve a economia solidária, Célia entende que pode ser aprendido pelas pessoas. O ser humano tem tudo para se elevar e aprender. Mas as pessoas não são iguais. Algumas aprendem com convivência ali na feira, outras simplesmente vão lá, expõem os produtos, vendem e vão embora. Não interagem muito. Tem gente ali que Célia praticamente não conhece. Vê apenas nas reuniões da Associação. Ela acredita que talvez isso aconteça porque as pessoas sejam fechadas ou tímidas. Percebe que entre os artesãos que convivem mais de perto é mais fácil aprender a exercer a solidariedade e a cooperação. Mas acha que todo mundo tem que melhorar, fazer sempre o melhor e todos têm condições para isso.

Da mesma forma, as pessoas podem aprender a ser participativas. Basta querer e “correr atrás”. Quem quer receber tudo “de mão beijada” e fica esperando as coisas acontecerem não aprende a ser participativo. Tem que ir nas reuniões, se expor, perguntar, falar, questionar, se manifestar diante do que não concorda sem ter medo. Célia faz isso. Ela conta que já chegou a ser odiada por algumas pessoas na Associação quando começou a questionar gastos que considerava exagerados. Mas nunca se abalou por isso. Sempre se senta na primeira fila, fala, pergunta e participa.

### 5.2.7. A história de Loíse

*“Não pode poupar o esforço de colaborar, pois assim você aprende e você recebe também”.*

Loíse tem 64 anos de idade e é natural de Governador Valadares-MG, uma cidade que, segundo conta, há quarenta e seis anos não oferecia nenhuma oportunidade de futuro para os jovens. Aos 19 anos de idade ela havia estudado somente até a quarta série primária – hoje ensino fundamental – não porque não quisesse ir adiante, mas porque era até onde havia ensino público na cidade. Numa família de treze filhos, o pai não tinha condições de pagar para que nenhum deles estudasse em escola particular. No entanto, uma tia da moça, que morava em Santos-SP, convidou a sobrinha para morar com ela, continuar os estudos e trabalhar. Com a permissão dos pais, em 1969, Loíse deixou a cidade natal e foi morar com a tia em Santos movida pelo desejo de buscar um futuro melhor.

Em Santos, Loíse fez curso de admissão que possibilitou a ela concluir mais rapidamente o ensino fundamental. Aos 21 anos concluiu a oitava série. Nesse período conheceu um rapaz com quem começou a namorar. Quando estava com 22 anos eles se casaram. Antes disso e após Loíse terminar a oitava série, seu futuro sogro conseguiu para ela uma oportunidade de fazer um curso de atendente de enfermagem na Santa Casa de Santos. Era um curso teórico-prático. Ao longo de seis meses Loíse teve aulas teóricas e práticas oferecidas no próprio hospital. Nesse período suas atividades eram restritas a ajudar as enfermeiras nas tarefas que não envolviam contato direto com os pacientes. Ela conta que naquela época o regime era esse. Primeiro o aluno passava seis meses fazendo esse tipo de atividade, em seguida passava a ajudar as enfermeiras mais experientes a cuidar dos pacientes. Essas profissionais eram responsáveis por supervisionar o trabalho dos aprendizes. Essa segunda fase durava até um ano e meio. Somente após passar pelas duas etapas o atendente era considerado apto a cuidar sozinho dos pacientes. Aí recebia o certificado de conclusão do curso.

Após concluir o curso, Loíse continuou a trabalhar na própria Santa Casa de Santos. Esse foi seu primeiro emprego. Ao todo esteve lá por quatro anos. Deixou o hospital porque seu marido havia conseguido emprego de programador de computador em São Paulo e o casal mudou-se para a capital paulista.

Na nova cidade, Loíse foi trabalhar em outro hospital. Dessa vez ela não gostou da experiência. Estava acostumada com os rigorosos procedimentos de trabalho na Santa Casa envolvendo assepsia, esterilização e outros cuidados necessários ao ambiente hospitalar, tudo muito certinho e condizente com o que havia aprendido no curso de atendente de enfermagem. No novo hospital deparou-se com uma série de procedimentos que sabia que não eram corretos. Ela conta que tudo lá era “meio bagunçado”, às vezes tinha que atender o paciente sem usar luvas e outras coisas assim. Isso a incomodou bastante, mas não a ponto de pedir demissão. No entanto trabalhou lá somente por seis meses.

A essa altura Loíse e o marido já tinham uma filha e estava muito difícil para ela conciliar a vida doméstica, com os cuidados com a filha e o trabalho no hospital que exigia expediente nos finais de semana e feriados, como é normal nesse tipo de instituição. O marido estudava e uma irmã que estava morando com ela também estudava. Loíse passou a sentir o desejo de mudar de área e arrumar um emprego em que tivesse que trabalhar menos horas por dia em expediente de segunda a sexta. Mas ela não sofria nenhuma pressão em casa para que isso acontecesse. Foi um desejo pessoal. Com o objetivo de se preparar para essa mudança, Loíse fez um curso rápido para aprender rotinas de escritório. Precisou também aprender datilografia. Alugou uma máquina de escrever e aprendeu sozinha em casa.

Feito isso, prestou concurso para trabalhar no Banco União Comercial. Foi aprovada mas não pôde entrar porque eles não empregavam mulheres casadas. Pouco tempo depois prestou concurso em outro banco, o Banco América do Sul. Dessa vez não disse que era casada e apresentou sua documentação de solteira. O banco a admitiu e ela começou a trabalhar. Loíse conta que naquela época as coisas eram assim: mulher casada não tinha muitas oportunidades de emprego. Nesse banco, trabalhou por cinco anos. Era responsável pela emissão de extratos de fundo de garantia. Ao longo desse período, ela engravidou de seu segundo filho. Foi quando o banco descobriu que ela era casada. Ela não foi demitida e conta que nessa fase eles já aceitavam mulheres casadas no quadro de funcionários.

Algum tempo depois surgiram rumores de que o banco estaria falindo. Isso se confirmou quando instituíram um programa de demissão voluntária. Loíse, que agora já tinha dois filhos pequenos e morava em Diadema, precisava pegar três conduções para chegar ao banco que ficava na Avenida São João – em São Paulo –, decidiu aderir. Ficou quatro anos sem trabalhar fora, dedicando-se exclusivamente à vida doméstica. Ela conta que o menino deu muito trabalho quando era recém-nascido. Trocava o dia pela noite. Os pais achavam que

havia algum problema com ele. Mas uma investigação médica revelou que não havia nada de errado com o garoto. Loíse concluiu, então, que ela, como mãe, estava “botando muita manha nele”.

Quando o menino completou 4 anos de idade, Loíse já não suportava mais ficar sem trabalhar fora. Arrumou emprego de vendedora num quiosque de foto e revelação num supermercado bem perto de sua casa. Lá ela vendia máquinas fotográficas, filmes e serviços de revelação de fotografia. Entrou para trabalhar nisso sem saber nada a respeito, mas patrões deram um treinamento. Trabalhava de segunda a sábado. Ficou doze anos trabalhando nessa empresa. Quando ganhou status de funcionária experiente, era direcionada para passar temporadas trabalhando nos quiosques recém-inaugurados da rede ou naqueles que apresentavam resultados baixos e que precisavam ser reorganizados. Assim, ia mudando de quiosque para quiosque, mas sempre retornava à unidade de origem.

No décimo segundo ano de trabalho na empresa de foto e revelação, o dono do negócio faleceu e a filha dele decidiu fechar os quiosques e ficar apenas com a unidade de Itaquera – em São Paulo. Loíse achou que a distância entre sua residência e o trabalho seria muito grande. Além disso, a filha de 16 anos havia engravidado e precisaria da ajuda dela para cuidar do bebê. Então decidiu sair do trabalho. Mas dentre esses dois acontecimentos, o que mais pesou para a decisão de Loíse foi o fechamento do quiosque onde trabalhava em Diadema. Seria muito complicado ir para Itaquera. Não fosse isso, ela acredita que teria condições de trabalhar e ajudar a filha concomitantemente. Ela não se arrepende dessa decisão, pois um ou dois anos depois até esse último quiosque foi fechado e a empresa acabou.

Loíse ajudou a cuidar do neto até completar três anos. A filha casou por vontade própria, mas o casamento durou apenas um ano e meio. Enquanto Loíse cuidava da criança, a filha estudava e trabalhava. Mas depois de três anos, novamente surgiu o desejo de voltar a trabalhar fora. Dessa vez pensou em retomar a carreira de atendente de enfermagem. Conversou com o marido e ele apoiou sua ideia. Além disso, a irmã que morava com ela poderia ajudar a cuidar da criança. Os horários da família conciliavam.

Loíse conseguiu um trabalho como atendente de enfermagem numa clínica para idosos localizada no bairro São Judas, em São Paulo – bem próximo de Diadema. Lá ela cuidava deles, dava remédio, banho etc. No entanto, ao final de um ano de trabalho, a proprietária chamou os funcionários e informou que em breve fecharia a empresa. Enquanto isso, Loíse começou a pensar no que faria após o fechamento da clínica. Uma amiga sugeriu

que ela montasse algo com o que pudesse trabalhar em casa já que havia tanto espaço lá. Uma creche. Loíse gostou da ideia e logo procurou informar-se sobre as adaptações que a casa deveria sofrer para acolher as crianças. A dona da clínica de idosos deu todas as orientações necessárias. A ideia era começar a funcionar informalmente – sem registro na prefeitura – e se o negócio desse certo o registro seria feito no nome da irmã de Loíse que é pedagoga. Ela e o marido fizeram pessoalmente as adaptações necessárias e Loíse abriu o próprio negócio.

As crianças que passaram a frequentar a creche eram moradoras do próprio bairro. Filhos dos vizinhos que saíam para trabalhar e deixavam lá as crianças. Loíse chegou a ter quinze crianças de 0 a 5 anos de idade na creche. Duas pessoas a ajudavam a cuidar delas: uma mulher que trabalhava como empregada doméstica na casa havia três anos e a filha adotiva de Loíse que tinha 15 anos na época.

Embora o público alvo da creche fosse de até 5 anos de idade, às vezes Loíse aceitava crianças um pouco mais velhas que eram irmãs e irmãos dos pequenos. Era comum também ela ficar com crianças para pernoitar quando a mãe queria ir para a balada. Logo começaram a aparecer crianças com problemas físicos ou mentais. Ela não conseguia recusar nenhuma dessas crianças, nem as mais velhas, nem as de pernoite, nem as deficientes. Tinha o “coração mole”. No entanto, isso começou a trazer algumas dificuldades. Além da falta de tempo para si mesma, o aumento do número de crianças demandou a contratação de mais funcionárias e era muito difícil conseguir boas profissionais para trabalhar. As pessoas não seguiam os procedimentos que Loíse estipulou para os cuidados com as crianças e isso a deixava extremamente irritada. Ao longo do tempo, os problemas com as funcionárias a levaram a decidir acabar com a creche. Reuniu as mães e avisou que fecharia a creche e que elas deveriam procurar outros lugares onde deixar os filhos. Mas enquanto elas não arrumassem ficaria com as crianças. Não deixaria ninguém na mão assim, de uma hora para outra.

Outro acontecimento que colaborou para o fechamento da creche envolveu a filha adotiva de Loíse. A mãe biológica da menina foi empregada doméstica dela muitos anos atrás. Veio de Governador Valadares para trabalhar e trouxe a filha que era bebê. A mulher já era conhecida da família há muitos anos. Trabalhou na casa por algum tempo, até que precisou voltar para Minas Gerais – problemas envolvendo sua relação com o pai da criança a fizeram voltar – e deixou a criança para ser criada por Loíse. Nenhum documento de adoção ou guarda foi providenciado durante todos os anos subsequentes. No entanto, a menina foi criada como filha de Loíse.



Quando a creche foi aberta, a menina passou a ajudar na lida diária. Ela acordava cedo, frequentava a escola e ao retornar trabalhava com Loíse e as demais funcionárias na creche. Não recebia salário. Loíse considerava que, por ser filha, a garota não precisaria receber remuneração. Todas as suas necessidades eram supridas e ela recebia, vez por outra, uma quantia que Loíse dava para que comprasse o que desejasse.

Certo dia Loíse recebeu uma ligação do Conselho Tutelar de Governador Valadares informando que haviam recebido uma denúncia relativa à menina. O caso foi transferido para o Conselho Tutelar de Diadema que em contato com Loíse informou que se tratava de uma denúncia de maus-tratos. Ao investigar com a mãe biológica e com a menina – em certo momento isso resultou em discussões fervorosas –, ela descobriu que a própria garota a havia denunciado, alegando que era explorada por trabalhar na creche sem receber salário. O problema foi esclarecido diante do Juiz da Vara da Infância e Adolescência que não constatou maus-tratos, aconselhou a família e recomendou fazer o registro de adoção da menina.

Loíse ficou muito constrangida com toda a situação. A presença do Conselho Tutelar na sua casa e os vizinhos sabendo do ocorrido a deixaram muito chateada, afinal ela cuidava de crianças. Então foi entregando as crianças para as mães até que fechou a creche depois de mais de cinco anos de funcionamento.

Depois disso ela ficou pouco mais de um ano sem trabalhar. Usou esse tempo para fazer viagens a Governador Valadares a fim de prestar assistência à família em algumas questões. Mas depois disso, novamente, começou a pensar no que fazer em termos de trabalho. Decidiu fazer cursos de artesanato. Fez alguns cursos gratuitos oferecidos pela Prefeitura de Diadema. Aprendeu a produzir papel reciclado e trabalhou com isso durante dois anos em um projeto que acontecia dentro da prefeitura naquela época. Também aprendeu a fazer velas artesanais na Casa de Vela Santa Rita, no bairro da Liberdade, em São Paulo. Esse curso não era gratuito. Mas o curso que sonhava fazer foi o de pintura em gesso. Ela estudou essa técnica na Casa Bete Lobo, em Diadema – Loíse brinca ao dizer que o pessoal se refere a esse lugar como “a casa das mulheres que apanham do marido”.

Na época em que Loíse trabalhava no projeto de produção de papel reciclado, a prefeitura iniciou a organização da feira de artesanato na Praça Lauro Michels, em 2006. Ela tornou-se expositora na feira. Depois de providenciar o registro de artesã junto à SUTACO – para obter a carteirinha precisou fazer uma peça de artesanato na frente deles – começou a

expor velas artesanais e peças decorativas em gesso. Loíse conta que foi uma das primeiras artesãs a compor a feira. Naquele momento nem a Associação de Artesãos existia.

Logo ela passou a perceber que as velas e as peças em gesso com as quais trabalhava eram objetos muito frágeis e que quebravam facilmente. Também eram pesados, volumosos e difíceis de transportar. Invariavelmente ela dependia do marido para levar e buscar os produtos de carro na feira. Passou a querer trabalhar com algo que não trouxesse essa dependência. Um produto que ela pudesse colocar numa sacola e se locomover de táxi ou ônibus – ela não dirige. Ela passou a se dedicar a aprender a fazer outras peças de artesanato até chegar aos produtos que hoje expõe.

A artesã substituiu as velas e peças em gesso por vasilhinhos de flores. Em seguida, fez um curso de chinelos personalizados com miçangas na Casa Bete Lobo e começou a expor também esses produtos. Além disso, começou a fazer paninhos decorados com miçangas que são usados sobre jarras de água ou suco para proteger o líquido de insetos e adicionou à exposição. Esses ela aprendeu a fazer a partir de um que viu. Não foi necessário fazer curso.

Um tempo depois, viu na televisão a propaganda de uma máquina de fazer cortes em chinelos para aplicação decorativa de pedrinhas de *strass*. Interessou-se muito pela possibilidade de produzir esse novo modelo de chinelo e vender na feira. O filho dela, ao ver a máquina na TV, identificou que tratava-se do mesmo tipo de equipamento utilizado por borracheiros para fazer cortes em pneus e permitir maior aderência ao chão. Então Loíse foi conversar com um amigo borracheiro que lhe mostrou a máquina e a ensinou a usar. Ela comprou uma máquina simples de fazer os cortes manualmente e começou a usar. Não gostou da qualidade do corte. Decidiu visitar uma loja que produzisse e vendesse os chinelos tal qual viu na TV. Lá conheceu o equipamento, experimentou e acabou comprando. Aí, sim, conseguiu começar a produção com a qualidade que queria dar às peças. Ela conta que até ficar boa no manuseio da máquina estragou muito chinelo e muito *strass*.

Hoje os chinelos com *strass* são o carro-chefe das vendas de Loíse. Ela expõe na feira de artesanato de Diadema e também em outros locais onde tem oportunidade. Fornece como brindes para buffets e outros eventos. Apesar de ter um bom movimento, ela conta que não dá para sobreviver somente do artesanato. Depende da renda do marido, que não é muita, e da própria aposentadoria. Mesmo com o sucesso que seus chinelos fazem hoje, a artesã não descarta a possibilidade de aprender a fazer coisas novas e passar a trabalhar com elas.

Para tocar seu negócio do ponto de vista administrativo, uma das coisas que aprendeu num curso de vendas que fez, oferecido aos artesãos da Associação pela prefeitura, foi a colocar preço nas peças. Mas ela confessa que não segue essa regra à risca. Calcula mais pelo poder aquisitivo do público. Na feira de Diadema, por exemplo, coloca um preço mais baixo nos chinelos, se não as pessoas não compram. Quando vai para um shopping ou outro local onde as pessoas têm mais poder de compra, aumenta o preço, chegando às vezes a cobrar 50% a mais que na feira.

Loíse participa da Associação desde a fundação. Conta que já tinha ouvido falar e fazia ideia do que é economia solidária antes de juntar-se ao grupo. Para ela, economia solidária é colaborar com alguém. Ela acredita que pratica esse conceito ao não criar problemas para a Associação e colaborar no que for necessário. Ela cita como exemplo a experiência recente de exposição num quiosque num shopping de São Bernardo em que colaborou com a Associação transportando materiais. Ela pediu à filha, que realizou essa tarefa.

A artesã considera que desde pequena sempre foi uma pessoa que colabora com os outros. Para ela, não se devem poupar esforços para colaborar, pois quem colabora aprende e também recebe. Então, ela pratica a economia solidária no dia a dia ajudando o colega que precisa dela. Esse é o seu dever.

Ela também considera que pratica a economia solidária quando compartilha seus conhecimentos com outras pessoas, sejam eles artesãos da feira ou pessoas comuns que se interessam por aprender algo que ela saiba. Certo dia, por exemplo, uma senhora e sua filha visitavam a barraca dela e a senhora gostou muito dos paninhos de cobrir jarras que a artesã faz. Disse que queria aprender. A filha revelou que a mãe estava passando por um momento de depressão terrível pela morte de um filho e perguntou se Loíse estaria disposta a ensiná-la. Seria bom para ela ocupar-se com a atividade. A artesã prontamente aceitou a proposta, considerando estar fazendo o bem para aquela senhora e ao fazer o bem para o outro fazê-lo a si mesma. É assim que entende a solidariedade.

Loíse percebe que a Associação tenta incentivar o espírito de colaboração entre os artesãos, mas muitos não conseguem praticar. E não é por falta de se falar do assunto. O fato é que as pessoas são egoístas. Quando alguém fala muito sobre colaboração é tida como uma pessoa que “fala demais”. Por outro lado, é possível aprender a ser solidário e a ser

colaborativo. Isso se aprende praticando e também errando – “levando na cabeça”. Quando a se erra e é corrigido também se aprende, diz a artesã.

Loíse se considera uma participante ativa nas reuniões da Associação. Ouve, fala, dá ideia e manifesta sua opinião. Mas nunca fez parte da diretoria. Atualmente ela analisa que a participação de vários colegas na Associação deixa a desejar. Há pessoas que falam muito na reunião e não praticam o que falam. Acredita que essas pessoas poderiam aprender a ter uma participação mais produtiva se quisessem. Basta olhar para as pessoas da diretoria, por exemplo, que não recebem salário para trabalhar na Associação – ela cita que houve um tempo em que eles até recebiam um valor irrisório, mas que hoje não recebem nada – mas estão lá, lidando com “as dores de cabeça”. Mas essas pessoas não enxergam assim. Acham que só porque pagam uma mensalidade não precisam fazer mais nada.

No momento, Loíse vê também outros tipos de dificuldade acontecendo no âmbito da feira de artesanato. Depois que o novo governo assumiu o comando da cidade, em 2013, a prefeitura deixou de montar as barracas da feira, não quis mais armazená-las e ampliou a quantidade de dias semanais que o evento tem que acontecer. Ela tem percebido também que a Associação deixou de ser convidada para participar de muitos eventos que a prefeitura promove na cidade. A artesã explica que para participar dos eventos é necessário que a prefeitura convide. Eles até poderiam requisitar a participação, mas isso depende da diretoria. Às vezes a diretoria não fica sabendo que algum evento será realizado. Quando vê, a coisa já está acontecendo e a Associação ficou de fora.

Loíse conta que para resolver a questão do espaço para armazenagem das barracas ela precisou conversar com uma vereadora que mora no bairro dela e que foi quem articulou para que os materiais continuassem sendo guardados pela prefeitura. Mas continua sem ninguém para fazer a montagem. Cada artesão tem se virado como pode para montar. Essa tarefa não é fácil para muitas artesãs que são mulheres mais velhas. Seria necessário que a prefeitura fornecesse uns quatro ou cinco homens para fazer o serviço. Para ela, a Associação não tem como contratar pessoas para fazer isso. A arrecadação não suporta essa despesa, nem os artesãos poderiam pagar por ela. Cada associado já tem que arcar com uma taxa de cinco reais por dia para remunerar uma pessoa que faz a segurança das barracas durante a noite nos dias de feira.

Sobre a ampliação dos dias de funcionamento, ela explica que é muito difícil cumprir a determinação visto que o artesão precisa ter um tempo para produzir o artesanato. Não dá para expor todos os dias como quer a prefeitura.

Outras coisas têm acontecido que preocupam a artesã. Recentemente a prefeitura autorizou que camelôs exponham produtos na feira de artesanato. Ela considera que esse tipo de coisa também afeta o ideal da Associação porque as pessoas, especialmente as que não conhecem a feira, passam a ver artesãos ocupando o mesmo espaço que camelôs e não entendem o que é isso. Dessa forma, o evento passa a impressão de que economia solidária e camelô são a mesma coisa, o que acaba enfraquecendo a Associação. Os camelôs deveriam ocupar exclusivamente os espaços destinados a eles na cidade; um deles é a Praça Lauro Michels e o outro é o camelódromo – um prédio no centro de Diadema. Ela considera que a Praça Castelo Branco é espaço da Associação para realização da feira somente com os artesãos associados. Inclusive a entidade paga pelo uso desse solo.

Embora essa questão incomode Loíse e outros artesãos, ela conta que o assunto tem sido discutido vagamente na reunião da Associação. Já se falou em marcar uma reunião para conversar diretamente com o prefeito. Acredita-se que ele, pessoalmente, não saiba exatamente tudo o que está acontecendo e que tem prejudicado a Associação. Mas a ideia foi tratada superficialmente. Ainda não pararam para discuti-la por falta de tempo.

### **5.3. Bracketing: confrontando o fenômeno em seus próprios termos**

Utilizar múltiplas histórias em torno de um mesmo fenômeno, como foi feito aqui, permite ao pesquisador fazer comparações e contrastar as diferentes maneiras em que ele se manifesta na vida das pessoas (DENZIN, 2001). É possível verificar convergências e distanciamentos entre as experiências e, assim, definir os elementos e as estruturas essenciais do fenômeno para, então, analisá-los. Sauerbronn e Ayrosa (2008, p. 33) utilizam uma analogia para explicar esse mecanismo.

Como um fotógrafo que, não tendo certeza sobre qual a melhor regulagem de sua câmera para a obtenção de uma foto, estabiliza o aparelho e faz diversas fotos do mesmo objeto ou cenário. Cada foto, contudo, é tirada com uma configuração diferente da máquina, o que resultará em diversas leituras diferentes daquele objeto ou cenário. Ao comparar os resultados obtidos, o fotógrafo encontra a foto que melhor reproduza o cenário real, e pode até combinar várias fotos para obter os contrastes reais da imagem. Esta figura serve para definir o *bracketing*, ou

*epoché*, como define Husserl, o momento em que o pesquisador coloca o fenômeno sob séria inspeção.

Trazendo a analogia para o contexto do presente estudo, pode-se dizer que a pesquisadora é a fotógrafa e que cada história representa uma diferente foto do objeto em questão. Que objeto é esse que se procura captar por meio de cada foto (história)? Os processos de aprendizagem da *cooperação*, da *autogestão*, da *solidariedade* e da *ação econômica* vistos a partir das experiências de vida dos artesãos da Associação.

De que forma o objeto pode ser reconhecido nas fotos (histórias)? Primeiro, é necessário saber o que se procura. O Quadro 9 mostra isso.

Quadro 9

Elementos que compõem a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a ação econômica

Cooperação	Autogestão	Solidariedade	Ação econômica
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de interesses e objetivos comuns</li> <li>✓ União de esforços e capacidades</li> <li>✓ Propriedade parcial ou total de bens</li> <li>✓ Partilha dos resultados</li> <li>✓ Responsabilidade solidária diante das dificuldades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Exercício de práticas participativas de autogestão:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• nos processos de trabalho</li> <li>• nas definições estratégicas</li> <li>• nas definições cotidianas</li> <li>• na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesse</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Preocupação permanente com:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• a justa distribuição dos resultados</li> <li>• a melhoria das condições de vida dos participantes</li> </ul> </li> <li>✓ Comprometimento com:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• o meio ambiente saudável</li> <li>• a comunidade</li> <li>• movimentos emancipatórios</li> <li>• o bem estar dos trabalhadores</li> <li>• o bem estar dos consumidores</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• produção</li> <li>• prestação de serviços</li> <li>• beneficiamento</li> <li>• crédito</li> <li>• comercialização</li> <li>• consumo</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora com base em SIES (2007)

No entanto, apenas saber o que se procura não é suficiente. É necessário apreciar o objeto no cenário em que se encontra. Que cenários são esses? Aqueles que estão capturados na própria foto (história), nos detalhes, nas nuances, nas emoções que elas revelam, nos fatos marcantes, em tudo o que elas narram. Cada foto (história) expressa um cenário no qual o objeto é apresentado à sua própria maneira.

Como este estudo lida com isso? Exatamente como sugere a analogia: encontrando as diferentes leituras do objeto, comparando e combinando esses resultados a fim de obter uma representação pormenorizada de como ele é vivido.

O trecho a seguir apresenta esse conteúdo e está organizado em torno de frases-chave (Quadro 10) que representam elementos das histórias narradas. Todas as participantes, à sua própria maneira, relataram experiências relativas a esses tópicos.

#### Quadro 10

*Bracketing*: Frases-chave que representam os elementos que compõem as histórias de vida dos participantes da pesquisa

- ✓ A origem familiar
- ✓ Rumo à cidade de Diadema
- ✓ As experiências de trabalho antes do artesanato
- ✓ Enfrentando percalços na trajetória de trabalho
- ✓ De funcionária à dona do próprio negócio
- ✓ O encontro com o artesanato como trabalho
- ✓ A aprendizagem do artesanato
- ✓ Entrando para a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema
- ✓ Para mim economia solidária é ...
- ✓ É assim que eu aprendo, vivo e manifesto a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a ação econômica

Fonte: Elaborado pela autora com base nas histórias de vida.

### 5.3.1. A origem familiar

Com exceção de um caso, todas as artesãs são de berço pobre, porém nenhuma relatou ausência de atendimento às necessidades básicas. Quase todas são de famílias com muitos filhos e com pais que permaneceram juntos até o final da vida. Uma parte delas deixou a casa dos pais somente quando se casou. Outras saíram para trabalhar e/ou estudar. A maioria é casada – vive com o marido – e tem filhos. Algumas têm netos. Uma já tem um bisneto.

[...] minha mãe trabalhava como faxineira. [...] Às vezes também fazia trabalho de diarista. Aparecia algum serviço de faxina ela ia lá, limpava, só para ajudar tanto nos meus estudos quanto dos meus irmãos. [...] meu pai era marceneiro. [...] hoje ele já se aposentou. (DENISE)

[...] Meu pai tinha treze filhos e não tinha condições para nada [...]. (LOÍSE)

[...] eu nasci no dia 02/04/55 em Senhora do Porto, Minas Gerais. [...] A minha adolescência foi muito boa. Assim, a gente... a minha infância. A gente não tinha assim, dinheiro, sabe? Mas assim, a minha mãe, meu pai, então na minha casa, minha vó, então tinha muita fartura, sabe? Não é esse negócios de "ai, eu passei fome". Mentira. Então tinha, sabe, muita fartura. [...] tinha treze pra quatorze anos (idade com que deixou a casa dos pais). Foi assim, a minha irmã teve um bebê, né,

aí eu vim ajudar ela, porque ela já tinha um outro bebê, mas eu vim pro Rio de Janeiro. (CELINA)

Eu vim pra cá pra estudar, tirei o colegial lá e vim pra cá pra estudar e trabalhar. (CÉLIA)

Meus pais eram de Amparo e de Socorro. Meus pais vieram para Diadema em 29 [1929]. [...] Nós somos em oito irmãos. Seis homens e duas mulheres. [...] (quando solteira) não trabalhava não. Meu pai era muito bem de vida. Meu pai tinha olaria. (NAIR)

### 5.3.2. Rumo à cidade de Diadema

A maioria das artesãs é de fora de Diadema, de diferentes estados do País que convergem no sentido de não terem oferecido o suficiente daquilo que gostariam de conquistar em termos de formação educacional e trabalho. Então, elas mesmas tomaram a decisão de sair da cidade natal quando atingiram idade suficiente para isso ou foram enviadas pelos pais sob a guarda de algum parente. Não necessariamente conquistaram todos os ideais que as levaram a sair da cidade de origem. Algumas viveram algum tempo na capital paulista e acabaram indo morar em Diadema por questão de trabalho dos pais ou delas mesmas.

Nasci aqui mesmo em São Paulo, no bairro da Saúde. [...] Durante a minha infância eu já morei aqui em Diadema, morei no Taboão, depois meu pai mudou para Mogi das Cruzes, passei um bom tempo lá, e depois retornei para São Paulo de novo. (JANETE)

Quando eu vim eles (os pais) estavam vivos ainda. É porque é assim, cidade do interior não tinha faculdade pra mim. No interior sempre é aquela faculdade assim, de formar pra professor, né? Agora não, já lá evoluiu bastante. Então eu vim pra cá pra fazer administração. Eu fiz um curso técnico de administração. E eu vim pra cá pra fazer. No fim comecei a trabalhar, eu já vim com emprego arrumado aqui, aí comecei a trabalhar, ia fazer faculdade, não fiz, no fim casei e não fiz faculdade. (CÉLIA)

Eu nasci em São Paulo, na verdade. Aí minha mãe resolveu mudar pra cá pra Diadema. Já vai fazer 35 anos que eu vim. Eu ia completar cinco anos quando eu vim morar aqui. Vai fazer 35 anos que eu moro em Diadema. (DENISE)

Vim de Fortaleza pra Diadema pra trabalhar. Meu filho já tinha vindo. Veio antes pra preparar as coisas. (MARIA DAS GRAÇAS)

Eu sou de Minas Gerais. De Governador Valadares. Eu vim pra cá em 1969. Porque onde eu morava não tinha nada que eu queria, não tinha futuro nenhum, não via futuro nenhum pra mim. [...] Aí resolvi ir para São Paulo, para Santos (morar) com a minha tia. Ela me ofereceu essa possibilidade. "Você vem, você vai estudar, você vai trabalhar, você vai fazer o seu futuro". Os meus pais deixaram, deixaram, né, e eu vim para cá e lá com ela eu comecei a fazer curso de admissão, e com 19 anos comecei a fazer a quinta série, sexta série, até a oitava série. Tinha 21 anos quando terminei a oitava série. (LOÍSE)

Sou de Diadema mesmo. Nasci aqui. (NAIR)



Aí o meu irmão aqui de São Paulo falou, "ah vamos passear em São Paulo...", né? Aí eu vim. Chegando aqui, eu é... onde ele trabalhava precisava de uma pessoa. Ele trabalhava numa casa, ele era motorista. Aí eu fui lá, né? A madame me conheceu e tudo... "Ah eu vou ficar com ela pra trabalhar comigo". Eu falei assim "não sei fazer nada, não sei nem colocar mesa". Não sabia nem o que que era, né? Aí ela pegou e falou assim "Ah eu te ensino" não sei o quê... Lá eu fiquei, Trabalhei treze anos. Conheci meu marido lá, casei e aqui em São Paulo eu fiquei (risos). (CELINA)

### 5.3.3. As experiências de trabalho antes do artesanato

As artesãs são mulheres que começaram a trabalhar em variados estágios da vida. Algumas quando crianças, outras na adolescência, outras após concluir o ensino médio ou depois de casadas. Não há um modelo que prevaleça. As que começaram a trabalhar ainda na infância e na adolescência o fizeram para ajudar na obtenção de renda para auxiliar a família. As que iniciaram após o ensino médio devem isso ao desejo dos pais, ou de algum outro familiar, de que se dedicassem exclusivamente aos estudos até essa fase.

Eu comecei a trabalhar tarde, porque minha mãe queria que eu estudasse, fizesse um curso e tal. (DENISE)

Na minha primeira experiência de trabalho eu trabalhei na área de enfermagem [...] me arrumaram esse emprego, e disseram que eu iria fazer o curso junto. Só que você vai aprender primeiro antes de fazer tudo o que tem que fazer. Então o curso na época era de seis meses só. Então eu aprendi tudo durante seis meses e depois eu comecei a trabalhar. [...] No hospital. Na Santa Casa de Santos [...] Foi o meu primeiro emprego, com quase 20 anos [...]. (LOÍSE)

Tinha uma irmã minha né? ela morava aqui, meu cunhado trabalhava, então eu já vim com emprego já arrumado, pra morar com a minha irmã. [...] Então era no frigorífico Marba. Foi meu primeiro emprego. (CÉLIA)

[...] eu costuro desde pequena. Uns 10 anos eu comecei a mexer [...]. (MARIA DAS GRAÇAS)

Até se tornarem artesãs a maior parte dessas mulheres teve as mais variadas experiências de trabalho, nos mais diversos segmentos: serviços domésticos, escola, creche, banco, escritório, costura, enfermagem, vendas, fábrica, *fast food* e distribuição de propaganda na rua. Em alguns casos, quando saíam de um emprego ingressavam em outro para fazer algo completamente diferente do anterior. As que mantiveram um padrão de atividade até se tornarem artesãs são aquelas cuja primeira experiência de trabalho foi como costureira.

Na minha primeira experiência de trabalho eu trabalhei na área de enfermagem. [...] eu tentei em outro banco, acho que Banco América do Sul ou algo assim, e passei. [...] eles me admitiram e eu comecei a trabalhar [...] Aí eu achei um trabalho na FotÓtica, de vendedora. (LOÍSE)

Trabalhei no McDonald's, já entreguei folheto no farol, já trabalhei numa loja de roupa, já trabalhei numa fábrica de borracha, numa oficina mecânica. [...] Trabalhei

como recepcionista, depois passei para auxiliar de escritório, na administração, até cheguei no ponto de ser secretária. [...] eu trabalhava como governanta de um casal [...]. [...] Hoje eu sou assistente de design de interiores. (JANETE)

#### 5.3.4. Enfrentando percalços na trajetória de trabalho

Em alguns casos, a condição de não ter experiência anterior de trabalho com carteira assinada e o fato de ser mulher casada impediram a obtenção de oportunidades de emprego.

O meu primeiro emprego... Teve uma época que eu fiquei praticamente dois anos e meio procurando emprego, não consegui nada, ninguém abria as portas pra mim. Todo mundo falava pra mim: "Você não tem experiência em nada, você não tem curso profissionalizante". [...] foi difícil porque quando você não tem experiência ninguém te contrata, né? Aí foi difícil poder arranjar o primeiro emprego. (DENISE)

Aí eu prestei concurso num banco, na época Banco União Comercial. Eu não podia trabalhar nesse banco porque eu era casada, pois eles não aceitavam, perdi essa oportunidade e continuei tentando. Rapidinho eu tentei em outro banco, acho que Banco América do Sul ou algo assim, e passei. Só que eu não falei que era casada. Como a minha documentação era de solteira, eles me admitiram e eu comecei a trabalhar. Na época a lei era assim: mulher casada não podia arrumar bastantes empregos. (LOÍSE)

Algumas dessas mulheres já tiveram a experiência de ter que deixar o trabalho para dar prioridade a questões familiares: casaram e o marido não queria que trabalhassem; tiveram filho; a mãe ficou doente, por exemplo. Em geral, as interrupções foram temporárias e resolvidas as questões elas procuravam uma nova atividade. A maioria se considera pessoa ativa que se entendia após um período de dedicação exclusiva aos serviços domésticos.

[...] porque o horário do hospital com o horário meu que eu tinha em casa, marido, filhos e tudo, eu tinha que trabalhar sábado, domingo, feriado, tudo, tudo, tudo. Eu achava que era muita coisa. Então eu queria arranjar um trabalho que fosse menos horas, tipo de segunda a sexta. [...] Eu fiquei quatro anos sem trabalhar, cuidando do meu segundo filho. Ele me deu muito trabalho no comecinho, depois que nasceu, ele trocava o dia pela noite, então eu achava que era um problema dele, então fiquei procurando médico, psicólogo, fazendo tratamento para ver o que ele tinha, depois descobriu-se que ele não tinha nada, acho que era eu que estava botando manha nele. Aí eu também não estava me sentindo muito bem porque eu já estava achando que tinha que fazer alguma coisa, o trabalho já estava me fazendo falta. Aí ele [filho] já estava com quatro aninhos, então eu precisava voltar a trabalhar. Aí eu fui procurar de novo trabalho. [...] (tempos depois) tinha uma filha com 16 anos, ela engravidou. Então eu resolvi também parar (de trabalhar fora), mesmo porque ela (filha) precisava de uma ajuda minha, de ajudar a tomar conta do neném, aquela coisa toda. Então eu resolvi parar. [...] Simplesmente eu parei de trabalhar. Aí na minha vida familiar, cuidei dele (netinho) um tempinho, e quando ele estava com uns três anos, eu precisava parar um pouquinho do neto, eu comecei a querer voltar a trabalhar de novo. [...] Aí o que eu iria fazer? Como eu gostava da minha área de enfermagem, pensei: "Agora já posso voltar, já cumpri bastante minha missão aqui e tal". Aí eu conversei com o meu marido e ele falou: "Ah, você que sabe". Aí eu voltei a trabalhar, em uma clínica de idosos. Nessa clínica de idosos eu fiquei um ano trabalhando. (LOÍSE)

[...] eu tive que largar serviço e tudo. Quando eu voltei para a empresa, eu pedi para ser mandada embora porque minha mãe começou a ter problema de Alzheimer. E devido à diabete também o rim dela parou e ela está fazendo hemodiálise. Tanto é que daqui a pouco tenho que buscar ela lá no hospital - eu estava ligando para o meu irmão para ele ir lá buscar. Aí eu não tenho como estar trabalhando fora. Então o artesanato em certo ponto me ajudou. O que eu vou ganhando eu faço, vou ganhando um salário mínimo, mas ajuda em alguma coisa em casa e eu posso cuidar da minha mãe, né? (DENISE)

Foi meu primeiro emprego. Eu comecei no escritório e depois eu passei a ser encarregada do departamento pessoal. Porque a moça saiu pra ter neném, aí eu era bem empenhada no serviço, aí passaram eu pra encarregada, né? E a moça nem voltou mais. [...] Então, nessa época eu saí porque meu marido não queria que eu trabalhasse. Nunca quis, né? (CÉLIA)

Com exceção dos momentos em que precisavam priorizar a família e deixar o trabalho, a maior parte das entrevistadas teve experiência de fases longas na mesma empresa. Às vezes os períodos eram interrompidos também por questões do próprio negócio que levavam essas mulheres a serem demitidas ou a pedirem demissão.

E aí depois houve um negócio, algo assim de o banco estar falindo e informaram que iriam demitir bastante gente. E perguntaram: "quem quer ser demitido?" Como na época o banco era na Avenida São João e eu já tinha comprado uma casa aqui em Diadema, e não tinha metrô, não tinha nada e tinha que pegar três conduções para ir trabalhar, tinha filho pequeno - aliás, não, na época não tinha filho pequeno -, tinha a minha filha que era pequenininha, eu resolvi pedir para ser mandada embora. [...] (tempos depois) Também teve uma demissão voluntária na FotÓtica. O dono morreu, não sei o que estava acontecendo lá, estava acabando, estava falindo a coisa. Eles iriam tirar o meu trabalho daqui e o único a funcionar seria em Itaquera. Itaquera já funcionava o metrô, e o tempo que eu fiquei trabalhando aqui, achei que a distância era muito grande para mim. (LOÍSE)

Fiquei trabalhando durante três anos, o período que a loja ficou no Shopping Interlagos. Depois eles resolveram fechar a loja no Shopping Interlagos, e eles falaram: "Olha, a gente vai remanejar o pessoal que trabalhava aqui, e você vai ser enviada de novo para a Serra". Aí eu falei: "Ah, muito longe". Eu tinha que sair às cinco horas para chegar lá para trabalhar às sete horas. [...] Aí eu peguei e falei: "Olha, eu prefiro ser mandada embora porque para mim fica muito longe". [...] Não, vou preferir largar". (DENISE)

[...] houve a separação né? o meu patrão e ela (a esposa) iam se separar. Aí ele (o patrão) falou "ah, vai ficar uma loja lá em Alphaville". [...] Aí como eles iam separar e tudo, aí eu falei, "ah, seu Jamil, lá pra Alphaville eu não vou que é muito longe, né?" [...] Eu falei assim, "vou sair porque vai fechar e eu não vou trabalhar em Alphaville que é muito longe e tenho filho pequeno". (CELINA)

[...] saí porque eles não queriam me registrar como costureira. Era registrada como auxiliar mas trabalhava como costureira. (MARIA DAS GRAÇAS)

### **5.3.5. De funcionária à dona do próprio negócio**

Depois de passar por algumas – ou várias – experiências de trabalho como as que foram citadas, algumas das entrevistadas decidiram abrir o próprio negócio (oficina de

costura, creche e escola de pintura). Todos, porém, eram informais. Na maior parte dos casos comandar os empreendimentos resultou em desgaste físico e mental, a ponto de fazer com que descontinuassem as atividades.

Aí veio uma amiga minha em casa e falou: "você está procurando emprego para quê? Com essa casa deste tamanho que você tem por que você não inventa alguma coisa para você trabalhar?" Eu falei: "O quê, por exemplo?". Ela falou: "Sei lá, uma escolinha, uma creche, sei lá o quê". Aí eu comecei a tratar com a minha patroa na clínica. [...] Pedi para ela me orientar a como fazer isso. Aí ela me orientou. [...] Quando eu vi, já eram quatro anos ou mais (que estava com a creche). Quando eu vi, já estava sem tempo para mim. [...] Eu tive que contratar mais gente e eu não achava gente para me ajudar. Achava uma pessoa, ela começava a trabalhar e em três dias percebia que ela não servia, que não era o meu jeito. Não era porque eu sou chata, mas elas falavam: "Você é muito chata porque não é assim". Eu dizia: "Não é assim, é assim". Por exemplo: eu falava assim: "As crianças têm que sair do banho (porque o meu banheiro é muito grande) com sapato e meia tudo trocadinho". E muitas vezes não acontecia isso. Eu chegava e via criança enrolada na toalha sendo levada para ser trocada no quarto. Aí resolvi acabar. "Vou parar com isso, não vou pegar mais ninguém". Aí avisei para as mães, fiz uma reunião e avisei que eu iria parar por causa que eu não achava ninguém; o único motivo era esse. (LOÍSE)

Eu fiquei dez anos trabalhando só com bolsa em casa. Montei uma oficina de costura, chamei algumas outras vizinhas mas não deu muito certo. Porque quando você monta uma oficina de costura e tem como registrar a carteira, especificar o horário de trabalho, as pessoas não pegam pra valer, cada uma quer trabalhar do jeito que quer. [...] Aí chegou uma época que eu desisti e pensei: "Vou ver se acho alguma coisa mais fácil". [...] elas não pegavam firme. Porque quando você pega um serviço, eles querem que você faça o mais rápido possível. E eu combinava com eles: "Ó, em uma semana eu entrego tantas peças". Eram quinhentas bolsas, mil bolsas dependendo do tamanho. E eu falava para elas: "Olha, eu preciso que vocês trabalhem certo período para produzir". Aí sempre tinha "Ah, eu preciso levar meu filho na escola", "Eu tenho roupa pra lavar", "Aí eu fiquei lavando roupa em minha casa, acabei fazendo outras coisas e perdi a hora"... Aí eu falei: "Poxa, as pessoas não pegam pra valer". Mas eu pensava assim: "Acho que eu não ofereço o registro, então o pessoal vem quando quer". Aí eu comecei a pagar não por semana, como eu pagava antigamente, mas comecei a pagar por produção. Até então eu pensava: "Por ser uma pessoa conhecida, então ela vai se empenhar para trabalhar". Mas eu vi que a pessoa não se empenhava, e aí pensei "Vou pagar agora por peça, o pessoal fez e aí eu pago tanto por peça". Só que mesmo assim não adiantou. Aí eu falei: "Vou ver se acho alguma coisa mais fácil". Porque minha mãe viu que eu fiquei angustiada de ver tantas bolsas que eu tinha prometido. Porque as minhas bolsas saíam da minha casa e não iam direto para a fábrica, elas iam direto para as empresas de turismo. Uma vez eu quase perdi, que era da Stella Barros, ela tinha encomendado umas bolsas, umas pochetes, eu me empenhei em fazer, dei o prazo e no fim tive que varar a noite, madrugada adentro trabalhando porque não tinha outras pessoas para me auxiliar. E minha mãe largou o serviço para me ajudar. Aí eu falei: "Não. Eu vou parar com isso. (DENISE)

E aí a gente... eu já... eu cansei. Eu cansei porque já fazia muitos anos que eu era de costura. Costureiro vira um escravo do trabalho. No feitio eu também costurava pra empresas, aquela Leroy 'Esmerim', Merlin, uma coisa assim... Pros 'colégio' de... particular. Aí vinha aqueles 'pacotão' de roupa e... costureira boa mesmo a gente não encontrava. A gente tinha que ralar, eu e ela (a filha), dia e noite... A gente não tinha descanso. Aí eu acabei arrumando um problema de pressão de tanto, de viver trabalhando em cima da máquina. Aí, a minha filha que é advogada que mora aqui disse: "você vai parar agora". (MARIA DAS GRAÇAS)

### 5.3.6. O encontro com o artesanato como trabalho

Vários são os caminhos que levaram as entrevistadas a incluírem o artesanato em suas vidas. Na maioria das situações relatadas, elas o veem como uma fonte de renda ou de complemento de renda. Às vezes, o interesse está mais relacionado ao efeito terapêutico que ele proporciona do que à questão financeira.

Observa-se que nos casos das que já estavam vivendo um processo de desgaste com o próprio negócio, o surgimento de novas dificuldades pessoais ou familiares representou a “gota d’água” que as conduziu ao artesanato como atividade rentável.

Às vezes fazia bolsas muito grandes e a minha máquina é reta. Então fazia muita força nos braços para virar as bolsas. E nessa comecei a ter problemas de tendinite e bursite. [...] "Sabe de uma coisa? Acho que eu vou ver se eu acho outra coisa pra fazer". Aí uma amiga minha me falou: "[...] eu queria achar alguma coisa diferente para dar de presente" [...] Aí ela viu o tapete (na casa de Denise) e perguntou: "Onde foi que você comprou?". "Não, esse tapete foi eu que fiz". "Ah, faz um tapete daquele de crochê". "Não, não é crochê, é macramê". "Ah, faz sim". "É, mas faz tanto tempo que eu não pego, eu nem lembro mais direito". Aí eu fui tentando fazer. Aí uma pessoa via e dizia "Ah, me faz um colar", "Ah, me faz uma bolsa, me faz um cinto". E nessa eu fui fazendo. Aí uma amiga minha me falou: "Olha, tem uma feira de artesanato, você não gostaria de ir?" [...] Era em Moema. [...] Aí eu comecei a fazer a feira. (DENISE) [...] Aí eu não tenho como estar trabalhando fora. Então o artesanato em certo ponto me ajudou. O que eu vou ganhando com o que eu faço, vou ganhando um salário mínimo, mas ajuda em alguma coisa em casa e eu posso cuidar da minha mãe (tem Alzheimer), né? (DENISE)

Eu vendo... na Internet. Cheguei a mexer no computador e ver como é que era essa coisa de artesanato, aí, quer saber... vou inventar alguma coisa porque parada eu não posso ficar, sem trabalhar. Costurar não dá mais. [...] Essa aqui é minha atividade principal. Pra mim assim, tem que ter a ajuda dos meus filhos. Porque pra viver só disso não dá não. [...] É minha atividade agora, graças a Deus. Porque se eu sair dessa eu só tenho outra que é costura, que eu não quero mais. (MARIA DAS GRAÇAS)

Fiquei mais ou menos um ano sem trabalhar (depois que fechou a creche). Eu tenho uma família lá em Minas, estava dando uma assistência, aquele negócio todo, eu estava precisando estar indo lá dar essa assistência toda. Aí, eu pensei: “o que é que eu vou fazer?”. Aí eu comecei a fazer as minhas coisinhas assim, o artesanato. [...] Foi aí sim que eu comecei a fazer artesanato. [...] Não, não dá pra viver (só do artesanato). Não dá. O ganho é pouco. Ele é o meu trabalho, mas não é o suficiente para viver. [...] Eu sou aposentada também. (LOÍSE)

Em apenas uma das histórias há relato de que o artesanato acompanhou a vida da entrevistada desde a infância: foi ensinado pela mãe e executado no sentido de obter renda para a família.

E eu sempre fazia artesanato, sempre levava pra escola pra vender, sabe? (quando criança). Fazia. Levava pra escola e vendia. Ganhava (dinheiro). Tinha na minha cidade, era muito pequena, aí tinha aquele circo, sabe, aquele circo, aquelas touradas, aqueles circos pequenos... A gente vendia. Eu vendia florzinha, né? Tudo

no circo. [...] Com o dinheiro eu sempre comprava linha, que era muito caro, né? E eu juntava meu dinheiro pra comprar uma vaca (gargalhada). Era o meu sonho. Eu comprei duas (risos). [...] porque o meu padrinho era fazendeiro e eu queria ter bastante vaca igual ele. Aí eu comprei. Comprei duas (gargalhada). Comprei, é... (CELINA)

Há casos de pessoas que mantêm emprego com carteira assinada em empreendimento privado paralelamente ao trabalho como artesã.

Quando comecei a fazer o artesanato continuei com meu outro trabalho, na oficina mecânica. [...] (o artesanato) é uma coisa que eu gosto de fazer e um complemento de renda. É mais gostar do que complemento. Eu falo que isso aí é uma terapia pra mim. (JANETE)

A vida toda eu fiz as duas coisas (emprego e artesanato), porque pra mim lá (o atual emprego) é bom porque todo mundo do fórum é meu cliente. Todo mundo que é cliente dele (do patrão advogado) é meu cliente. Os amigos, todo mundo compra coisa de mim. Então pra mim lá é bom por isso. [...] agora eu continuo lá por causa da aposentadoria. Está muito próximo. [...] E aí, porque aí se eu me aposentar, eu penso assim. Eu vou ter... Se eu não ganhar, tipo assim, eu vou ter uma renda fixa, né? Que eu já trabalhei a vida inteira, então eu acho que eu vou esperar mais um pouco. (CELINA)

As demais motivações que levaram as entrevistadas a se tornarem artesãs são: a) o tédio que passaram a sentir quando os filhos já estavam criados e a descoberta do artesanato como algo capaz de preencher-lhes o vazio; e b) a necessidade de realizar uma atividade de trabalho na própria casa, uma vez que o marido não queria que trabalhasse fora.

[...] Depois dos 50. Aí que eu me atirei em artesanato. [...] Sei lá, para distrair a cabeça. Como é que fala? É uma... terapia. [...] Os filhos criados, os netos eram cuidados pelas noras e eu ajudava pouco. "Ah, não, não tenho nada que fazer não. Vou procurar o que fazer". (NAIR)

[...] ele (marido) não queria que eu trabalhasse, né? Aí eu tive a minha filha e então fiquei dona de casa. Só que assim eu era muito ativa né? e aí então comecei a fazer um monte de curso. [...] quando eu parei de trabalhar eu falei, "ah eu preciso fazer alguma coisa, né?" E aí também quando eu casei eu falei: "vou decorar a minha casa". Aí primeira coisa, quadros. Eu não tinha nem móveis e queria quadro. E aí eu falei assim, "meu Deus", e naquela época era caro, né? Aí fui em Embu na galeria, comprei quadro em prestação, em 3 vezes. Ainda tenho até hoje. Comprei. Não tinha nem sofá mas os quadros tinha na minha casa. Eu era apaixonada. Ai eu falei: "sabe de uma coisa? eu acho que eu vou fazer". E eu não sabia de escola, nem nada. Aí minha sobrinha falou: "eu vou fazer pintura, você não quer entrar também?" Aí eu falei: "é pra ontem, né?". Ai fui, comecei em 95 (1995) e não parei até hoje. (CÉLIA)

### 5.3.7. A aprendizagem do artesanato

Como é possível observar, o artesanato entrou na vida das entrevistadas por diversos caminhos. As histórias revelam isso e também as estratégias mais utilizadas para aprender a arte.

a) *As artesãs são autodidatas.* Nesses casos aprendem desmanchando peças prontas e observando as partes, lendo sobre a técnica em revistas especializadas, pesquisando na web ou assistindo a programas de televisão. A Internet também é bastante popular entre elas como fonte de pesquisa de técnicas, ideias, modelos e até mesmo para a busca de fornecedores dos materiais que utilizam na confecção dos produtos.

[...] Uso demais a Internet, entendeu? A Internet é o professor de muita gente, de todo mundo, o que é que não tem? Até uma palavra certa que você quer saber, um nome certo. Ah eu quero o nome do fulano de tal, eu vou lá ver na Internet pra saber qual é o certo, qual é o errado. Pra poder colocar o certo. Até isso. [...] Porque tem cada... você vê cada coisa artesã que você vê na Internet, você fica babando pra fazer aquilo [...]. (MARIA DAS GRAÇAS)

Ah, a gente aprendeu também em um curso de bolsas pela televisão. Não passa aqueles cursos? Então, eu aprendi pela televisão. [...] (a primeira bolsa que fez) foi uma de calça. Ela é muito interessante, não é? De calça jeans. Pela televisão também. Ensinava como cortar, como desmanchar a calça, como forrar, como pôr zíper também. [...] É, depois do chinelo. Tudo o que aparecia a gente fazia, um pouquinho de cada coisa, a gente foi aprendendo. A gente comprava uma peça, desmanchava e fazia outra, não é? Era assim que a gente aprendia. (NAIR)

Na época, quando eu aprendi (o macramê), foi através da biblioteca da escola, em atividade de educação artística. Da escola de 1º grau. A professora falou assim: "Eu quero que todo mundo faça uma atividade de artesanato. Só que eu não quero coisa repetida; eu não quero só crochê, ou só pintura em tecido, procurem coisa diferente. Vai na biblioteca, passeie em feira de artesanato". Aí eu fui na biblioteca e por um acaso eu vi um macramê. Aí eu falei: "Que negócio é esse?". Foi num livro. Foi um livro até da época de macramê chinês. Aí eu falei assim: "Deixa eu ver como é que é". Aí eu falei assim: "Ah, isso aqui está muito complicado, vou ver se tem outro livro em versão brasileira". Aí por um acaso tinha um livro de turismo que tinha renda de filé e tinha o macramê. (DENISE)

Eu pesquiso gravuras de abstrato da Internet e tento replicar elas nas minhas telas mudando alguma coisa. (CÉLIA)

O artesanato (começou) foi quando eu morava na Água Funda. Nessa época eu morava sozinha. Aí eu tinha um quintal que era enorme e tinha um quartinho no fundo. Eu sempre gostei desse negócio de artesanato e tudo, e uma vez eu perguntei em uma loja quanto custava um relógio. Era um preço que eu achei um absurdo. Como eu assistia muito programa de televisão também, eu falei "eu vou tentar". E nessa de tentar eu comecei, mas fazia para mim. (JANETE)

b) *As artesãs fazem cursos de artesanato.* A preferência é por cursos gratuitos oferecidos por órgãos públicos ou entidades beneficentes. Em alguns casos, elas pagam para fazer aqueles que lhes interessam.

[...] Eu morava na Piraporinha e meu negócio era São Bernardo. Ia pra lá. E então eu começava a fazer os cursos lá, né? Mentia o endereço, né? Fazer o quê, né? Porque não podia, mas eu tinha que fazer isso porque eu queria ir. Era de graça. [...] Foi muito legal os cursos da prefeitura que eu fiz lá. Então lá tinha um incentivo. Aqui eu nunca soube de nada aqui. Então era tudo pra lá. Então eu comecei a fazer os cursos. Mas mesmo eu pintando sozinha quando aparecia um curso lá de graça eu ia. Mas eu comecei como particular. Depois que eu fiquei sabendo dos cursos que tinha, tem vários cursos, vários tipos de artesanato. Mas o que me identificou foi a pintura mesmo. (CÉLIA)

A Prefeitura deu uns cursos assim de papel reciclado, eu fui fazer uns cursos. Eu fui aprender a fazer umas peças de artesanato, na Casa Bete Lobo. Você já ouviu falar na Casa Bete Lobo, em Diadema? A gente brinca da casa das mulheres que apanham dos maridos. Lá eles ensinam bastante coisa para as mulheres. Então vi que ensinava de graça e fui lá aprender. (LOÍSE)

Pois é. Aí eu comecei a fazer chinelo. Eu entrei num curso de chinelo, paguei o curso, entrei, e comecei a fazer. Aí eu vendia para uma amiga, para outra, uma amiga, para outra. E depois me atirei nessa feira. (NAIR)

c) *As artesãs são ensinadas por alguém da família.* Existem casos em que a artesã foi ensinada por alguém da família, especialmente, a mãe, a irmã ou a filha.

Aí minha filha começou a comprar peça (de MDF) e começou a pintar. Ela começou a fazer porque já tinha curso de pintura mesmo. Começou a fazer, aí nisso eu aprendi com ela mesmo. Hoje nós estamos nessa. Nós 'faz' qualquer tipo de peça. [...] É. Isso. Ela fez curso de pintura e aí ela trabalhou muito tempo junto comigo fazendo, aí agora ela só me dá força, porque como eu já aprendi, aí quando eu preciso dela que tem muita coisa sufocada, não dá pra 'mim' fazer só, eu dou um toque, ela vem. Porque ela também trabalha. Aí ela vem, me ajuda e estamos segurando nisso. (MARIA DAS GRAÇAS)

E minha mãe era do lar. [...] Mas ela era uma artesã também, né? Fazia,, trabalhava em casa mas fazia muito artesanato. Era essas coisas... [...] Ela fazia flores, é... costura... tudo essas coisas. Meu pai era alfaiate. Aprendi a costurar com a minha mãe e com o meu pai. Com a família inteira. [...] Aprendi com a minha mãe, bordado com a minha avó, né? e... mas agora o patchwork assim mais... assim... esse aqui é o básico, né? Aquele bem mais avançado eu aprendo com a minha irmã que mora no Rio. Ela que dá aula, e tudo. Eu vou lá e aprendo com ela. (CELINA)

d) *As artesãs ensinam técnicas umas às outras.* Na maioria dos casos as histórias retratam que é comum entre as artesãs o compartilhamento de conhecimento sobre técnicas de artesanato. Elas costumam fazer isso durante a realização da feira, aproveitando o momento de estarem juntas no mesmo local.

Aqui semana passada eu ensinei bastante, sabe? A gente senta aqui... porque eu sei fazer MUITA coisa de artesanato. Mas é artesanato... Assim, tipo aproveitar o jornal... as meninas fizeram um vaso superbonito. Uma outra menina que tem aí... Ah, eu só sei fazer caixinha. Eu falei, traz bastante papel, revista... Enquanto a gente está expondo eu ensino, ensino, ensino muito, ensino a decorar vaso... ih... tudo eu ensino pras meninas aí... (CELINA)

Qualquer um que quiser aprender o chinelo, eu ensino. Outras pessoas de fora também. Dependendo da pessoa... Ainda hoje estava falando com uma amiga minha. Chegou uma senhora aqui, estava com problema de depressão, e a filha perguntou:



"Você não ensina para ela? Ela está precisando fazer alguma coisa". "... eu não quero fazer chinelo, eu quero fazer isso aqui. E me encantei com isso aqui". Aí eu disse: "Vem aqui, que eu ensino a senhora". "Então, o que a minha mãe tem que trazer?". Eu falei: "Nada. Vem a sua mãe que eu trago tudo, ela faz um paninho". Né? Se é para sarar o mal que ela está... Aí vem a menina e diz: "Ah, você me ensina?" Não, não, também não é assim. Se é uma pessoa que merece e precisa fazer, uma senhora, né, tinha perdido um filho. A filha queria que ela fizesse o chinelinho. "Ó, mãe, faz o chinelinho, a senhora gosta". "Nossa, eu gostei foi disso". Ela veio na feirinha, aprendeu, até hoje ela faz para as amigas todas, dá de presente. Faz bem para ela, como faz bem para mim também. Isso me faz um bem enorme. (LOÍSE)

Eu ensino. Às vezes, "ah, me ensina". Eu falo: "Então tá, vai passar o dia na minha casa que eu ensino". Aí elas vão. A gente toma um chá, bate um papo, passa uma tarde. A gente ensina. Depois eu vejo ela fazendo e me sinto bem. Eu falo: "Ah, eu que ensinei fulana". Então, é muito bom, muito bom. (NAIR)

e) *As artesãs alternam entre as estratégias a, b, c, e d.* Todas já experimentaram uma combinação das estratégias acima citadas, a depender da fase da vida e do que gostariam de aprender.

### 5.3.8. Entrando para a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema

Os relatos também revelam que as artesãs ingressaram na Associação de várias maneiras. Algumas começaram a expor na feira de artesanato antes mesmo de a entidade ser organizada formalmente. Em todos os casos, a existência da feira de artesanato é o elemento que primeiro é notado e que chama a atenção das artesãs. Num segundo momento, a Associação entra em cena como algo inerente à feira e da qual elas precisam fazer parte se quiserem participar do evento. Todas as entrevistadas contam que passaram por algum tipo de processo de “aprovação” para serem admitidas como expositoras.

Eu trabalhava em um projeto da prefeitura de papel reciclado, ficamos lá dois anos para aprender a fazer papel reciclado lá. Reciclar papel dentro da prefeitura. Era um projeto da economia solidária; aliás, não é economia solidária não. Ah, sei lá como chama o projeto lá. Então trabalhamos lá durante três anos nesse projeto, fazendo papel, criamos todas as peças lá dentro da prefeitura de produzir papel, maquinário tudo, peças que nós podíamos fazer nós fizemos. Aí surgiram na prefeitura as feiras. Então a gente ia fazer feira, e eu já tinha o gesso e fui vender o gesso. E era naquela praça, a Lauro Michels. Desde 2006. A gente fez o registro lá na SUTACO e você vem com a carteirinha. Você vem com a carteirinha de que você fez lá o produto. Eu fui uma das primeiras a entrar (para a feira). Não tinha diretoria. A prefeitura vinha, montava e você trabalhava, entendeu? Depois foi criando a diretoria, a associação. (LOÍSE)

Eu não sabia que tinha montado a associação aqui (em Diadema), né? E aí uma amiga me falou: "[...] você viu a feira que está tendo em Diadema?". Eu falei assim: "Não". Aqui nunca teve nada, né? Falava: "Parece que aqui não tem artista, não tem artesão para fazer nada aqui". Aí ela pegou e falou: "Não, tem uma feira de artesanato". Aí eu comecei a olhar, ver como é que era... Só que a feira não era aqui,

era lá na Praça Lauro Michels. Aí eu falei: "Nossa, aqui é tão deserto, acho que vou esperar mais um pouco para ver se muda de lugar, porque aqui é muito deserto". Aí mudou depois ali para a avenida, perto do shopping play arte ficaram um tempo lá e depois veio para cá. Quando vieram para cá eu me associei. [...] Eu perguntei pro rapaz que tinha aqui na época, o Laércio, como fazia para entrar na feira. [...] Ele pesquisava o que os artesãos faziam e indicava para a reunião que tinha. [...] Então, o Laércio me indicou para ir na reunião. Porque tinha uma reunião aqui no centro empresarial para fazer um teste. [...] reunião da associação. Tinha um dia específico que era só para ver novos artesões, fazer um teste. A gente tinha que estar trazendo uma peça pronta e uma peça para fazer. E ele até já tinha visto as minhas peças e me falou: "De preferência você traz as bolsas, porque as bolsas são mais complicadas. Aí com certeza você entra". Aí eu pensei: "Será que vai ser fácil eu entrar? Vou arriscar". Aí eu fiz a reunião. A feira aqui era só de sábado, e eu fiz a reunião na quarta e fiz o teste. De cara a presidente gostou e falou que estava interessada em aprender o macramê. Ela falou: "Você vai entrar e depois vai me ensinar a fazer". Ela fazia bijuteria, só que ela queria colocar a bijuteria também e macramê, mas ela não conseguia fazer. Aí ela falou: "Você vai me ensinar". Eu disse: "Está bom". Aí ela falou: "Você começa sábado, próximo sábado". Aí eu falei: "Nossa, que fácil! Se eu soubesse tinha vindo antes". (DENISE)

Tem três anos que eu entrei pra Associação. Ah, eu conheci sabe como? Indo trabalhar. Eu conheci a Janete no ônibus. Tem um ônibus que a gente vai trabalhar e sempre você conhece todo mundo, né? Todo mundo no mesmo horário... É. Aí tudo bem. Aí quando eu conheci uma menina, aí ela viu um trabalho meu. Uma camiseta. Aí falou: "você faz uma camiseta de joaninha?". "Faço". E a gente se encontrava no ônibus. Aí dei telefone e tudo. Levei a camiseta pra entregar... Isso. E aí ela viu... "Ah eu queria uma camiseta de joaninha...". "Eu tenho uma irmã que adora joaninha, faz a camiseta que eu vou dar de presente". Aí eu fiz e ia entregar a camiseta pra essa moça no ônibus. A gente se encontrou. Aí conversa vai, conversa vem, aí eu tirei a camiseta e levei pra ela. Aí eu tinha levado também uma mochila pra ela ver. Que eu faço mochila. Aí levei a camiseta, levei a mochila e levei uma bolsa. Que ela não sabia, né? Aí todo mundo está lá. Todo mundo conversando no ônibus. Eu e ela conversando, mostrando. Aí tinha uma moça em pé. Umás três. E uma era a Janete. Aí a Janete falou: "Nossa! Que trabalho bonito! Quem que faz?" Eu falei: "EU". Aí ela falou assim: "Mas... por que que você não expõe na feira?" Aí eu falei: "ah, porque eu já fui em feira, mas... já expus na feira da... da Praça da Sé, né?" Sempre eu ia no domingo, quando dava eu ia. Não era uma coisa fixa. Eu ia lá expunha geralmente Natal esses negócios. Aí ela falou: "Nossa... em Diadema tem uma feira de artesanato. Por que que a senhora não participa lá?" Aí eu falei: "ah, mas como que eu faço?". Ela falou: "vai lá". É... aí era no final do ano. Ela falou assim: "Deixa em janeiro... vou te dar o telefone. Você me procura que eu vou te levar pra lá". Aí eu vim. Mas ela (Janete) não era ainda presidente da Associação... Não. Aí ela trouxe um trabalho meu. Aí ela trouxe e mostrou pra presidente que naquela época era a... agora eu esqueci o nome dela. Aí eu vim, aí a presidente... gostou, sabe? Aí a Janete falou com a presidente e aí a presidente falou: "Nossa! Adorei! Pode começar". Aí eu peguei e comecei na feira. (CELINA)

[...] Aí o pessoal chegava em casa e falava: "Nossa, que bonito (o artesanato)! Onde você comprou?". [...] era só vela. Vela e caixa. Aí eu fazia para mim, fazia para minhas irmãs todas. Aí eu vim para Diadema, morar em Diadema de novo... Com a minha mãe dessa vez. Minha mãe sofreu um acidente e não mais poderia subir escada, e a casa dela tinha escada, e a casa em que eu morava em São Paulo também tinha escada. [...] E como ela quebrou o fêmur não podia subir escada de jeito nenhum. Aí foi que nós optamos de comprar um apartamento no térreo (em Diadema) por causa dela. [...] Aí foi quando uma colega minha do meu bloco falou que iria começar uma inscrição aqui em Diadema. Eu fui junto com ela, levei o que eu sabia fazer na época, e aí gostaram... Eu trabalhava com caixa de madeira e relógio. Decupagem, decupagem. Aí eles gostaram e foi quando tudo começou. Foi aqui em Diadema mesmo. [...] Eu tive que ir na prefeitura na época fazer uma demonstração. Só fiz a demonstração. (JANETE)

[...] E, não sei, alguém falou lá (na Casa do Artesão de São Bernardo) que eu era de Diadema. Me chamaram, fiquei muito triste e tudo. Porque tudo aquilo de São Bernardo a gente que fundou. Então me tiraram. Todo mundo de lá. Só eu que era daqui. Então me tiraram. Eu falei tudo bem. Aí eu conheci aqui em Diadema. Eu fiquei sabendo que estavam montando uma feira aqui também. Uma amiga minha que mora perto da minha casa falou: “Olha, está tendo uma feira que ali perto do Extra. Ali era outra praça. Está tendo uma feira lá. Vai lá”. Ah, minha filha, peguei meu carro, pus os meus quadros e vim correndo. Aí na época era a Vanderléia a coordenadora da feira, aí ela falou assim: “Já pode ficar aqui”. Eu falei: “Já, mas...”. Ela falou: “Pode ficar aqui”. Não tinha quase nada, estava começando, né? Ah, minha filha, já fiquei com os meus quadros, já vendi no primeiro dia, foi um sucesso! [...] Estou desde o começo e eu adoro vir pra cá. (CÉLIA)

Primeiro eu vi que tinha essa Associação... Eu não vim... eu não vim perguntar ninguém aqui. Aqui na feira. Eu não vim procurar alguém aqui, as pessoas que 'administra' aqui eu não vim procurar aqui. Eu fui direto no site da prefeitura e vi que tinha, então, que era outras pessoas que governavam, né, que agora o partido é outro. Era do outro partido. Aí eu vi, eles falaram que tinha que assistir uma reunião, em tal lugar, lá na sede da prefeitura. Então eu fui. Chegou lá tinha um rapaz lá. Ele me atendeu muito bem. Já mandou eu fazer um cadastro. Depois, esse cadastro que ele mandou eu fazer ele já me entregou em mãos e disse: “Vai e entrega na Castelo Branco, procura uma pessoa da Associação pra ser entregue e fala assim”... Lá ele já mandou escrito tudo pra me encaixarem aqui. [...] Eu não sabia que tinha essa Associação aqui. Eu achei não porque eu visse aqui. Eu achei porque eu vi na Internet, no site da prefeitura e vi que tinha. [...] Cheguei aqui e fui muito bem recebida pelas meninas. Justamente essa Janete. Que eu entrei aqui era ela que mandava, que comandava. Através dela ela me colocou aqui rapidinho. Não demorou muito tempo. [...] Eu passei pela seleção. Ela disse: “Ah, você vai ficar aguardando um tempo”. Só que... foi muito rápido. Ela agilizou pra mim. Foi muito rápido. Fui na prefeitura, levei a peça. Eu junto com a minha filha. Ela fez até a carteirinha da SUTACO também. Que ela pode, no meu cadastro 'está' nós duas. (MARIA DAS GRAÇAS)

Pois é, pois é. É a influência das amigas. Elas diziam assim: "Puxa, por que é que você não põe uma banquinha, né? Olha, esses chinelos tão lindos, tão lindos, iam sair bem na feira". A gente tinha uns amigos que formaram essa... associação. Ah, eu até esqueci o nome dele... Era artesão também. Ele começou a expor lá na Praça Lauro Michels. Tinha poucas barracas, acho que eram quinze barracas. Depois foi ampliando, ampliando, aí estamos hoje numa associação. [...] A gente passava e via as barraquinhas e ia lá se informar. Então se inscrevia, aí foi chamada. Ele mesmo fazia a ficha. Esse meu amigo. O Cristiano. Ele chamou. E ninguém tinha chinelo... Nossa! Foi um sucesso! (NAIR)

### 5.3.9. Para mim economia solidária é...

Expor na feira de artesanato implica em tornar-se membro da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema que é uma entidade de economia solidária. Nos trechos a seguir as artesãs explicam o que é economia solidária para elas. Percebe-se que o conceito está relacionado com ideias tais como:

a) colaborar com alguém (na maioria das vezes esse ‘alguém’ é o colega artesão, mas pode ser também um ‘outro’, o ‘próximo’;

- b) uma oportunidade de trabalho (proporcionada pela prefeitura que não se resume somente ao artesanato, mas pode envolver outras atividades);
- c) trabalhar em comunidade;
- d) não ser egoísta e compartilhar coisas materiais e não materiais (por exemplo, conhecimento);
- e) visar o bem da coletividade (o grupo de artesãos da feira);
- f) prestar mais atenção no outro (ouvir mais o colega e ajudar);
- g) manter o grupo unido e coeso em torno do mesmo objetivo.

Economia solidária... Para mim, economia solidária é você colaborar com alguém. Aqui, eu possivelmente colaboro. Eu não crio problemas para a associação, no que eu puder ajudar eu ajudo, o que eu puder fazer eu faço, eu e minha família, entendeu? (LOÍSE)

[...]As pessoas falavam assim: "Olha, aqui nós somos uma associação. Então você vai depender de você. Você vai agora fazer a ficha e dizer o segmento que irá trabalhar". Eu falei assim: "Olha, eu quero fazer o macramê. Vocês vão especificar o que eu vou fazer ou eu posso fazer tudo em macramê?". Aí eles falaram: "Tudo em macramê. Igual a quem faz crochê, que só faz crochê. O que você puder fazer em macramê você faz". E nessa eu me associei. Então na época até então não tinha essa de economia solidária. Foi mudar agora este ano. O novo prefeito resolveu mudar algumas coisas e implantar esse negócio de economia solidária. [...] Para mim seria o seguinte: como se uma pessoa precisasse de uma renda extra e a pessoa mostrar o que faz no artesanato e a prefeitura cedeu espaço para você trabalhar. Mas aí não é só específico artesanato. Economia solidária tem de tudo um pouco, né? Igual ao pessoal da massagem, tem a moça que vende planta. A economia solidária eu considerei como se fosse uma coisa a parte da associação. Porque a associação era nós artesões e artistas plásticos. Agora economia solidária – como é que eu posso falar? – ampliou um pouco mais os horizontes. [...] Colocou outras atividades na feira. Igual a essa moça que vende planta, tem o pessoal da massagem – apesar de que eles já estavam aqui. Às vezes vem pessoal que vende comida orgânica... (DENISE)

Eu acho que sempre, que eu já... sei lá... eu acho que sempre já quis mexer com esses negócios, assim, de economia solidária, né? Eu sempre achava assim. Não... deixa eu ver... (silêncio para pensar). Como que eu te falo? Eu acho que desde que... sei lá... acho que desde a minha casa. Não era solidária, mas eu acho que era mais ou menos isso, né não? Porque a minha mãe sempre... Assim em casa acho a gente já fazia isso, mas era com outro nome, não sei. [...] Já dividia... já compartilhava, já visava o bem de todo mundo. [...] É porque agora mudou o nome, né? (gargalhada). [...] Só com outro nome, né? Agora, né?... Agora virou... eu penso assim, né, que a gente sempre trabalhou em comunidade, né, mas em família. Assim, minhas tias, sabe? Todo mundo sempre trabalhou assim na minha casa. Todo mundo. Eu acho que é isso, né? É isso aí. (CELINA)

Ai. Agora você (pesquisadora) me pegou. (Economia solidária) é você dividir as coisas com as pessoas. Não querer só pra você. Que nem, tem muita gente aqui que aprende uma coisa e não quer ensinar pro próximo. Quer ficar só pra ele. Não. Temos que dividir nosso ensinamento. É assim, prestar mais atenção, ouvir mais o colega. Ah, tem tanta forma de ajudar. Nem sempre é ajuda financeira. É uma palavra amiga. Por exemplo, às vezes eu vejo revista de artesanato, eu compro pra

uma, compro pra outra, pra elas tentarem modificar os trabalhos delas. Pra mim é isso. (JANETE)

Economia solidária... Eu acho assim: como nós somos uma associação, a gente também tem que ser solidário com todos os artesões. A gente não vem na feira para vender só o "meu" produto. Então a gente procura ajudar o pessoal, a gente dá dica, a gente ajuda num todo a montar a nossa feira, ser solidário. A gente procura ser solidário com as pessoas. (CÉLIA)

Olha, deixa eu ver como é que eu posso te falar. É... Eu acho que é assim, um tipo de, todo mundo, vamos supor, você... aqui, minha amiga, então, tem que ser solidário com ela, com outro, com outro, todo mundo se reunir, ser unido, né, porque a união faz a força. Então, se reunir. Qualquer coisa que a gente quer aqui precisa todo mundo se reunir, ter reunião pra ter que adquirir pra cá, pra própria Diadema. Então ser todo mundo de bem um com o outro, sem viver com brigas por questão que se não, depois ele não vai virar mais nada. É assim que eu entendo. (MARIA DAS GRAÇAS)

Você sabe que esse supervisor novo que entrou aí com o novo prefeito, ele fala tanto em economia solidária. É a gente ajudar o próximo? [...] Ajudar o próximo, participar de todas as... Como assim... Ter uma entidade e a gente participar, ver o que precisa e o que não precisa, não é assim economia solidária? Acho que é isso, não é? Ele (o pessoal da prefeitura) sempre falou tanto lá, é tanta coisa (risos). O Luis e esse outro careca aí (ambos da prefeitura). Nossa! Ele fala tanto que a gente fica até embananada, não fica? Muita economia solidária que ele fala que acontece lá dentro na prefeitura, coisas que eles fazem no dia a dia. Aí a gente vai falando, vai entrando, vai saindo... Porque a gente fala: "Isso aí não interessa muito". Não é verdade? Uma coisa que é tão dele. Agora quando faz parte da gente a gente presta mais atenção. (NAIR)

### **5.3.10. É assim que eu aprendo, vivo e manifesto a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a ação econômica**

Nessa etapa do *bracketing* as histórias das participantes são examinadas em busca de se identificarem as experiências de interação que revelam as conexões com o fenômeno em estudo, de forma direta ou indireta.

Essas questões foram olhadas ao longo de toda a história das artesãs, mesmo antes de elas passarem a fazer parte da Associação.

#### **❖ Cooperação**

A busca pelo elemento “cooperação” nas histórias das artesãs esteve focada nas narrativas que remetem a situações de interação que se conectam à existência ou não de interesses e objetivos comuns, à união dos esforços e capacidades, à propriedade coletiva parcial ou total de bens, à partilha dos resultados e à responsabilidade solidária diante das dificuldades.

Há narrativas que revelam a cooperação como algo que pode ser aprendido e vivenciado desde a infância, como valor e prática familiares adquiridos na interação com os pais e outros parentes em situações do cotidiano.

[...] a minha mãe e meu pai ensinavam pra gente muita coisa, sabe? A gente era muito unido. Tinha amor, sabe, de pai, de mãe. Então eu não posso falar que eu tive uma infância e uma adolescência assim é... complicada porque eu não tive. Acontecia só coisa boa. Ah, ensinava assim, a gente respeitar um outro né, assim, a união que a gente já tinha, entre os irmãos, todo mundo. [...] Às vezes a minha mãe pegava, sabe aquelas festas de casamento? Tipo assim ó... nós temos uma festa de casamento. Aí a minha mãe fazia desde o docinho até a lembrança. Naquela época. Então, nós, todo mundo fazia junto. Sabe? E ela dividia, dava dinheiro, sabe, a gente dividia. [...] a gente sempre trabalhou em comunidade, né, mas em família. Assim, minhas tias, sabe? Todo mundo sempre trabalhou assim na minha casa. Todo mundo. (CELINA)

[...] Nem estudava. Lá em Governador Valadares não tinha campo para nada. [...] (estudou) até a quarta série lá. Da quarta em diante não porque tudo era pago e eu não tinha condições de pagar. Meu pai tinha treze filhos e não tinha condições para nada, condições financeiras para estudar. Aí resolvi ir para São Paulo, para Santos... [...] (morar) com a minha tia. Ela me ofereceu essa possibilidade. "Você vem, você vai estudar, você vai trabalhar, você vai fazer o seu futuro". Os meus pais deixaram, deixaram, né, e eu vim para cá e lá com ela eu comecei a fazer curso de admissão, e com 19 anos comecei a fazer a quinta série, sexta série, até a oitava série. Tinha 21 anos quando terminei a oitava série. (LOÍSE)

Aprendi (a cooperação) com a minha mãe, em casa mesmo. Acho que desde criança. Eu nunca fui aquela criança egoísta, que queria aquele brinquedo só pra mim. Eu sempre dividia as minhas coisas. Eu não sei. Pelo fato da minha mãe ensinar nós que se estivesse comendo alguma coisa e não quisesse dividir nós tínhamos que comer dentro de casa. Porque se saísse pra fora tinha que dividir com todo mundo. E como eu queria brincar então eu preferia dividir. (JANETE)

Esse espírito de coisa eu já tenho acho que do berço. Eu não sei ver você sozinha ali fazendo uma coisa e eu fazer de conta que nem estou vendo. A não ser que não queira a minha ajuda. Mas eu pergunto: "quer ajuda?" "Não, não, obrigada". Não. Não tem como o que. Mas meu direito é ir lá perguntar: "você quer ajuda?" Eu fui criada assim. Todo mundo na minha casa e eu criei meus filhos desse jeito. Se eles 'chegar' e 'ver' você precisando eles não 'vai' esperar que você 'fala': "pô, dá uma força aqui". Porque depois você pode até dizer assim: "pô, o cara viu eu fazendo as coisas, pesado, ele estava do lado e nem se ofereceu pra... dá uma força aqui". Não. Meus filhos são diferentes. Chegou, tá vendo? Tá. Não precisa você pedir. Eles 'faz'. Eu criei eles assim. (MARIA DAS GRAÇAS)

A cooperação é algo percebido como uma característica pessoal; uma qualidade que é natural e espontânea; um atributo que o sujeito tem mas não sabe explicar a origem e que é manifestado em diferentes momentos e situações da vida.

Não, acho que é de mim mesmo, é da minha pessoa mesmo. Ah, eu não posso ver uma senhorinha atravessando a rua. Aí eu falo assim: "Ai, espera aí que nós vamos junto". Não é assim? (NAIR)

Por exemplo, a gente teve um evento agora no shopping MetrÓpole. Precisou de ajuda para trazer mercadoria, e minha filha foi para trazer as mercadorias, entendeu? [...] Sempre tive (o espírito da cooperação). [...] desde pequena. Você tem que colaborar, né? Não pode poupar o esforço de colaborar pois assim você aprende e você recebe também. (LOÍSE)

Aí eu fiquei com essa escolinha durante dois anos. Eu estava muito bem. Com quinze crianças. Do bairro. Tudo vizinho. (Os pais) deixavam lá de manhã, davam umas coisinhas para comer durante o dia e pegavam no final da tarde. [...] (A idade das crianças era) de zero a cinco. Aí sempre tinha aquele que vinha assim: "Olha, esse tem oito [anos]. Dá para você ficar por isso, por isso, por aquilo?". Você, sabe, né, a gente tem o coração mole e vai ficando, né? O irmãozinho vem... O outro não pode ficar na rua. Aí ficaram mais ou menos uns cinco mais adultos, mais velhos. [...] (Quando decidiu fechar a creche) Aí avisei para as mães, fiz uma reunião e avisei que eu iria parar (fechar a creche) por causa que eu não achava ninguém; o único motivo era esse. Inclusive comecei a parar. Para você ter uma ideia, de umas 14-15 crianças já estava mais ou menos com 8 crianças. Eu dizia: "Enquanto vocês não arranjam ninguém ou local para essas crianças eu vou ficando, não vou deixar ninguém não". (LOÍSE)

Porque é assim: eu vivo aqui na feira, vivo de dar aula, esse é como eu vivo. Tem o meu marido, mas isso aqui me ajuda bastante. Mas o meu sonho eu falo. Porque assim: as pessoas gostam, mas não têm dinheiro, não têm acesso. A pintura é uma arte cara, né? Tudo é caro, o material é muito caro. O material é caro, depois para pagar a aula é complicado. Então o meu sonho seria este: dar aula de graça para o pessoal. Que nem o pessoal fala: ser voluntária. (CÉLIA)

A cooperação é algo que as artesãs entendem que pode ser aprendido na interação com quem já tem esse espírito; um colega de trabalho, por exemplo. Mas não basta apenas conviver, é necessário “querer aprender”.

Se não tiver esse espírito (de cooperação) é meio difícil de aprender, pode ser até que 'aprende', né? Mas... Com o outro. Com o outro que você tem a ideia. Com o outro. Você tem... Você... Eu que tenho que seguir seu espírito e chegar pra outra e: “Ô, não vamos fazer assim, vamos ajudar, meu”. Nós... Nós somos aqui uma família. Nós temos que ajudar os outros. Nós somos uma família. (MARIA DAS GRAÇAS)

Tem que querer aprender (a cooperação) e aprender com outros. [...] eu acho que conversando, tendo conhecimento, né? (NAIR)

Por outro lado, vivenciar a cooperação depende da boa-vontade entre pessoas. Ela pode existir ou não na interação com o colega artesão no andamento cotidiano da feira de artesanato.

[...] Só que no início (nas primeiras vezes que expôs na feira) era difícil porque no começo não tinha barraca para todo mundo, e aí tinha que dividir barraca. Aí eu fiquei naquela, né? Um dia ficava com um, um dia ficava com outra, nem todos os artesões gostavam de dividir barraca, né? A única que me aceitou mais foi a Loíse, que faz aqueles chinelinhos. Eu comecei a dividir barraca com ela, até surgir uma barraca só para mim. (DENISE)

[...] na época a presidente começou a se afastar da feira. Aí tudo o que acontecia o pessoal me procurava. Acho que pelo fato dela estar cansada já. Desde o começo. Porque ela batalhou muito por essa Associação aqui. Não sei se tinha motivo pessoal dela, só sei que ela foi se afastando, se afastando, e aí ela falou que a pessoa ideal pra ser presidente era eu. Aí ninguém queria ser também. Mas alguém tem que ser. Aí eu aceitei. Mas no dia da minha eleição eu falei pro pessoal: “Gente, eu trabalho, eu quero a ajuda de todos”. Só que uns quatro, cinco ajudavam. (JANETE)

Experiências anteriores de trabalho também colocam o sujeito em contato com a cooperação.

Era um trabalho de vendedora. Tinha um quiosque, você ficava nesse quiosque. Em vários supermercados, lojas, tem esse quiosque. Eu ficava nesse quiosque vendendo máquinas fotográficas, filmes, revelando fotografias. [...] Fiquei doze anos no mesmo quiosque. Não, no mesmo quiosque não. Mudava de um para outro, como eu fiquei um tempo lá, então eles disseram: "Vai para aquele que está começando, você vai levantar aquele lá; vai para aquele que você tem mais experiência lá, depois que erguer aquele lá você volta para cá". (LOÍSE)

As entrevistadas consideram que as reuniões da Associação são espaços nos quais as pessoas podem aprender a cooperação, mas isso não significa que resultará necessariamente em prática.

Na Associação os associados são incentivados a ter esse tipo de pensamento, [...] mas não são. São muito egoístas. Ouvem sempre, mas a pessoa que está falando é tida como quem fala demais, entendeu? [...] É difícil aprender, mas dá para aprender. Praticando, né? Praticando. Levando na cabeça também porque errando tem que ser corrigido também. (LOÍSE)

A cooperação não se aprende, nem se conquista, num ambiente de opressão.

Que nem: eu errei e aprendi (sendo presidente da Associação). Eu acho que – como uma associada falou – eu mais acertei do que errei. Eu vejo hoje a Associação... Eu tenho outra visão dela agora, assim para melhor. Que nem, muitas vezes obrigava as pessoas a participar da reunião, fazia chantagem. Não. Assim "Gente, tem que ir, é importante, mas se não for também você não tem direito a participar de um evento fora". Mas para conquistar essas pessoas não precisa estar ameaçando. Com conversa você acaba convencendo. (JANETE)

Há também outras formas que levam à aprendizagem da cooperação no âmbito da Associação.

Olha, primeiro do que tudo a pessoa tem que aprender a se comportar dentro da Associação. A ter um bom comportamento na Associação. Ser educado na Associação. Tem que tolerar todas as suas companheiras. Você me ajuda a montar minha barraca. Eu ajudo ela a montar a dela. Todo mundo... porque se não, não é eu chegar aqui e está todo mundo montando e eu cheguei atrasada e ninguém me ajudar. Ou eu chegar e não ajudar ninguém. Isso aí já é o começo. E tudo isso aqui é a gente que faz sozinho. Pra montar é a gente que monta. A prefeitura não monta. Só leva. Então tem que começar por aí pra se entrosar bem com a Associação. Porque se é solidário então tem que ser solidário com todo mundo. Você me ajuda, eu te ajudo, já ajuda outra pessoa, aí começa. Aí tem... (MARIA DAS GRAÇAS)

Existem relatos de decisões do poder público – prefeitura – que exercem influências sobre as experiências de cooperação no grupo de artesãos.

Agora não estou vendo tanta (cooperação), está uma coisa meio individualista, depois dessa mudança que o prefeito colocou. Antigamente a feira era uma coisa mais unida, mas o prefeito cedeu espaços para os camelôs montarem barracas. Então às vezes fica uma coisa meio... Igual a presidente da Associação falou assim: "Se a gente não segurar aqui o espaço de nossa barraca, o prefeito vai colocar camelô".



Então ficou uma coisa meio individualista porque a gente tem que cada um correr atrás do seu. Antigamente a gente era mais unido, né? Não tinha essa de "ah, fulano não veio hoje, então ela vai perder a sua barraca". Se a gente começar a faltar agora, a gente tem que sair da associação para ceder espaço para outros. (DENISE)

Para guardar as barracas para a gente na prefeitura teve que falar com uma vereadora aí, conhecida minha e que mora no meu bairro. Perguntamos a ela no que ela poderia nos ajudar. Ela foi, falou, conversou com o vereador sei lá quem e o cara falou: "Não, não, a partir do tal dia a gente vai guardar". Quer dizer, a gente vai ter sempre que ir lá. Agora a gente precisa de alguém para montar e desmontar. Pelo menos quatro homens, três para montar e desmontar. A gente não é tão fortezinha assim para ficar toda semana. (LOÍSE)

### ❖ Autogestão

Neste quesito procurou-se identificar as narrativas que estivessem conectadas ao exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesse.

O trecho a seguir é um exemplo de situação vivida na família envolvendo a ideia da autogestão, especialmente no que diz respeito às estratégias adotadas e à coordenação de ações visando o interesse dos participantes.

Aí eu estava assistindo televisão na época, e passou o SENAI. Eles ofereceram um curso na época, falando que ia conseguir mecânico industrial, costura. Eu nunca tinha feito curso de costura, eu aprendi com ela, né? [...] Aí eu fui no SENAI e fiz curso lá. Fiz curso de mecânica industrial, de modelagem, de vitrinismo. Aí eu falei: "Quem sabe agora eu consigo emprego..." Aí minha mãe falou assim: "E a oficina, e as máquinas?". "Não, mãe, de repente eu trago serviço para cá". [...] No SENAI eu fui convidada a fazer um curso que era para a Vila Romana, de ajuste e reforma de roupa. Eles estavam querendo contratar costureiras, mas queriam que as costureiras aprendessem do jeito deles. Aí eu pensei: "De repente ajuste e reforma de roupa eu posso levar para a oficina, né? [...] Aí esse curso foi totalmente de graça, pela Vila Romana. A Vila Romana que bancou o curso. Aí eu fiz o curso, passei e eles me convidaram para trabalhar. [...] Eu fui na intenção... Eu pensei: "Puxa, se eu for parar dentro da fábrica, o pouco que aprendi no SENAI poderia ampliar um pouco mais, aprender outros macetes que tem das roupas". [...] Eu falei assim: "Vou pra lá aprender". Ela (mãe) falou: "Você tem certeza? Você não está querendo abandonar a oficina, não quer mais trabalhar comigo?" Eu falei: "Não, mãe, quero ir lá aprender mais para trazer pra cá e a gente trabalha em casa". Só que de ficar para aprender eu acabei sendo contratada para trabalhar. Fiquei trabalhando durante três anos [...]. (DENISE)

A Associação promove a autogestão identificando e oferecendo aos artesãos ideias para melhorar o negócio.

É... assim... que tipo de apoio. Que eu me lembre. O tipo de apoio que eles (Associação) dão pra gente é assim... é você fazer mais, fazer mais coisa bonita, é, vamos supor assim, é o mesmo que você chegar pra mim e dizer: "Ó, se você fizer essa peça de tal jeito ela vai ser mais bem vendida. Ela vai vender bem. Você vai vender bem. Se você apresentar em algum lugar essa peça que é muito bonita você

vai vender bem. Você ir pra uma loja apresentar, você vai vender bem. Então, esse é um tipo de apoio [...]. (MARIA DAS GRAÇAS)

Os artesãos também oferecem contribuição participando com ideias, opiniões e sugestões nas reuniões da Associação. Mas há relatos em que a participação dos associados é algo que deixa a desejar ou que não é incentivada pela própria entidade.

Vou (às reuniões da Associação), até hoje, não falto, só falto se preciso mesmo. Vou nas reuniões, dou minhas opiniões, pois é importante. Porque tem muita gente que vai à reunião, que fica quieto, não fala nada, não pergunta nada. Então eu vou, o que eu acho que está certo eu falo, o que está errado eu falo. Se eu estou errado, eu falo para as pessoas me corrigirem. Então, eu sou muito participante nas coisas, quero saber muito, e não falto nas reuniões. (CÉLIA)

Frequento (as reuniões da Associação). Di-rei-ti-nho, assim na... Agora, terça-feira mesmo vai ter uma reunião, né? Eu frequento a reunião, tudo, sabe... Assim... tudo que tem eu frequento direitinho. A gente paga uma mensalidade, né? Também. Eu... sabe, sempre ajudo. O que eu posso ajudar eu ajudo. [...]aprendi bastante com a Associação. Como que é, como que funciona, né, assim, fiquei mais por dentro das coisas. Agora eu aprendi muito, muito, muito com a Associação. Assim, sobre a economia solidária, né? (CELINA)

Vou (nas reuniões), escuto, faço. Falo, dou a minha opinião, dou sugestão, dou ideia. Tem gente que ouve, ouve, fala, fala e não faz nada do que tem que ser feito. [...] não praticam, não ouvem o que foi falado lá. Poderiam aprender. Por exemplo, elas achando que estão contribuindo com um valor mensal, basta. O pessoal tem que fazer. Tanto é que a diretoria até hoje – teve um tempo que foi remunerada por um valorzinho irrisório – e hoje que eu sei não é remunerada com nada. Então a presidente não ganha nada para fazer o que ela faz. A encarregada também não, para ter dor de cabeça. Por quê? São todos adultos, né? (LOÍSE)

Aí teve muitos artesões mais velhos que saíram; agora tem muitos artesões novos, e esses novos ainda estão meio perdidos porque chegaram agora. Então eles não sabem o que podem estar fazendo, o que a gente pode estar falando. Igual na reunião fica uma coisa meio individualista porque eles não falam, não abrem a boca. Aí quando chegam na feira falam: "Ah, puxa, podia ter isso, podia ter aquilo". Aí eu falei: "Gente, mas a associação dá esse espaço para a pessoa dizer o que precisa, porque às vezes a minha ideia é diferente da sua, mas se a gente unir as nossa forças de repente a gente pode modificar alguma coisa na feira. O detalhe eu vejo diferente de você, você aperfeiçoar a minha ideia. Então eu acho que na reunião a gente tem que abrir a boca e falar". "Ah, bem, é que eu vejo que as coisas não estão acontecendo bem do jeito que é para ser". É como se a gente não tivesse mais autonomia como artesões. (DENISE)

Muitas amigas (artesãs), ao invés de elas discutirem lá (na reunião da Associação), discutem aqui (na feira de artesanato). Não é assim que tem que ser; tem que discutir lá nas reuniões, e não entre nós. Tudo tem que ter um debate lá. (NAIR)

[...] a associação aqui agora tomou outro rumo. Assim: nem tudo você pode. [...] por mudança da diretoria mesmo. [...] aqui se falar muito leva punição. O pessoal tem medo da reação da diretoria, o que pode ocorrer com eles. Só que não tem que ter medo porque se no estatuto está aquilo, é aquilo e pronto. [...] Pelo menos na minha época eu dava oportunidade para as pessoas perguntarem o que quisessem na reunião. Falar o que quisessem, mesmo eu não gostando. Mas era um direito que elas tinham. E isso não acontece mais agora. Muda você de lugar (como punição). É importante (o local da barraca na praça) porque assim: tem pessoas aqui que se apegaram àquele lugar, e tem pessoas também que o cliente vai direto naquela barraca, é como se fosse uma loja. [...] É tipo assim: se eu falo demais na reunião – falo demais não, falo algo que eu penso... Eu nem lembro quando foi uma reunião

em que eu não concordei com algumas coisas que eram faladas lá, e aí pegaram no outro dia e me mudaram aqui para cima. E sempre tem uma desculpa: "Ah, é que aqui é o pessoal só de quinta e sexta, só de sexta". Não foi isso. É porque elas não gostaram do que eu falei. Então as pessoas têm medo, sabe? (JANETE)

Assim como acontece no caso da cooperação, o poder público interfere na autogestão da Associação pelas decisões que toma de forma não participativa.

No ano passado, como a gente te falou da outra vez, a gente teve apoio da prefeitura, ela montava e desmontava as barracas pra a gente, a gente era convidado em alguns eventos dela, que ela promovia. E hoje a gente percebe que não está, porque eles impuseram um horário para a gente e a gente disse: "O artesão não pode trabalhar de segunda a sábado". A gente tem que produzir, é o que a gente faz e vende. A gente não compra nada pra vender, só a matéria-prima. Então eles acham que a gente tem que trabalhar de segunda a sábado. Então a gente está vendo que não tem a colaboração. (LOÍSE)

[...] Então, a prefeitura colocou tudo aí (referindo-se aos camelôs que a prefeitura inseriu na feira de artesanato). Quer dizer que incentivo eles tiveram e a gente, nada. Sim, porque para o público em geral tudo é camelô. Tem gente que não conhece essa feira, então vem aqui e vê camelô e artesanato e não entende o que é isso. A maioria não entende. Economia solidária e camelô viram tudo a mesma coisa. Isso aqui é nosso. Esse solo foi cedido pela prefeitura. Aqui, a Praça. Teria que ser nossa praça. (LOÍSE)

[...] Inclusive a gente não é nem convidado pros eventos nem nada. Por quê? Teve um evento aqui na Praça da Moça e a gente não foi convidado. Tinha barraquinha de artesanato. Então tinha que ter a Associação, né? Também. É a prefeitura que organiza todos os eventos. Se a diretoria não ficou sabendo a gente também não ficou sabendo pra ir lá (na prefeitura) pedir. (LOÍSE)

[...] É, porque eles (prefeitura) querem que a gente... Como é que eu vou dizer assim?... Assuma o compromisso com a prefeitura de ter que estar ali trabalhando de segunda a segunda. Mas como o artesão vai trabalhar de segunda a segunda? Porque igual a mim, eu não tenho pessoas para fazer as minhas peças, eu que produzo. Eu tenho que comprar a linha, material, e material – igual a esse material e essa linha – não é daqui do Brasil, é do Peru. Eu consegui uma loja que vende essa linha, eu vou lá na 25 (Rua 25 de Março) comprar a linha para poder produzir as peças. Então, como é que o artesão vai trabalhar de segunda a segunda se não tem como comprar o material, não tem outras pessoas para auxiliar a fazer? Aí eu falei: "Bom, eu vou tentar trabalhar do jeito que eu posso, que é de sexta e sábado, mas do jeito que o prefeito quer não tem como". Aí ele falou: "Então vou ceder o espaço de vocês para outros que querem trabalhar", que é o pessoal que trabalha como camelô. (DENISE)

[...] na medida do possível sempre participo (das reuniões da Associação) Olha, é sempre para ver se vai ter alguma mudança na feira, auxiliar nas decisões. Mas agora, até então, está uma coisa mais... Como é que eu vou dizer? A gente dá a nossa opinião, mas o que pesa mais é a prefeitura. É como se fosse a prefeitura mandando na gente; a gente não é mais como se fosse uma associação livre, que a gente faz as nossas peças e vem vender. Agora a gente tem que vir se não a gente perde o nosso espaço. Antigamente era uma coisa mais solta, vamos dizer assim. [...] O pessoal é assim (os artesãos nas reuniões da Associação): eles dão a sua opinião, mas fica meio contrariado porque a nossa decisão não está tendo um pulso tão forte como era antigamente. [...] antigamente a gente dava a nossa opinião no que precisava mudar na feira. E agora não está sendo tão... Como é que eu vou dizer? ... É como se a gente fosse às vezes ignorado, né? Porque igual muita gente ia consertar as barracas, aí a prefeitura disse: "Não, pode deixar que a gente vai consertar". Só que nessas a gente está ficando para depois porque por enquanto ela está dando mais prioridade para os camelôs. (DENISE)

Ah, intimida (a presença de pessoas da prefeitura nas reuniões da Associação). Porque uma pessoa abre a boca... "Gente, você concorda comigo ou não?". Aí a pessoa olha para um lado, olha para o outro, como quem diz "Se eu abrir a boca, será que ele (o representante da prefeitura) vai querer..." Será porque ele vai falar assim: "Ah, eu fiz feiras em outros lugares, eu ajudei outros lugares a montar feiras e aqui eu sei que a feira pode aumentar, né? A feira não ser não só uma feira de artesanato, economia solidária, mas uma coisa grandiosa". Era isso que ele falava (nas reuniões), mas essa "grandiosa", em vez de crescer a gente está encolhendo. Porque ele está colocando regras, horários. Gente, a gente está parecendo uma loja aqui agora, só que a desvantagem é que a gente não tem registro em carteira. (DENISE)

Há quem perceba que a interferência da prefeitura sobre a feira de artesanato é algo inevitável.

Porque você sabe, andar atrás de político é a pior coisa. E pra gente ter uma coisa assim tem que ir atrás de quem? Deles. Tem outro jeito? Não tem. Porque isso aqui a gente depende deles, né? As barracas a gente depende deles. O pedaço aqui da... O espaço é da prefeitura. E se a gente quer mais alguma coisa tem que ir atrás com eles. Porque se não for com eles quem é que vai ajudar? E é lá que eles vão ajudar. Não tem outro jeito. Tem que ir atrás deles. (MARIA DAS GRAÇAS)

#### ❖ **Solidariedade**

A busca pelo elemento "solidariedade" nas histórias teve como foco identificar a existência de situações que se conectassem à preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes, o comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores.

A solidariedade se manifesta na família quando, ao se buscarem soluções para as dificuldades, existe preocupação em gerar alternativas que visem o bem estar de todos os membros.

[...] ela engravidou (filha adolescente). Então eu resolvi também parar (de trabalhar), mesmo porque ela precisava de uma ajuda minha, de ajudar a tomar conta do neném (para ela estudar e trabalhar), aquela coisa toda. Então eu resolvi parar. [...] cuidei dele (netinho) um tempinho, e quando ele estava com uns três anos, eu precisava parar um pouquinho do neto, eu comecei a querer voltar a trabalhar de novo. Aí o que eu iria fazer? Como eu gostava da minha área de enfermagem, pensei: "Agora já posso voltar, já cumpri bastante minha missão aqui e tal". Aí eu conversei com o meu marido e ele falou: "Ah, você que sabe". Aí eu voltei a trabalhar, em uma clínica de idosos. (LOÍSE)

Porque minha mãe viu que eu fiquei angustiada de ver tantas bolsas que eu tinha prometido. Porque as minhas bolsas saíam da minha casa e não iam direto para a fábrica, elas iam direto para as empresas de turismo. Uma vez eu quase perdi, que era da Stella Barros, ela tinha encomendado umas bolsas, umas pochetes, eu me empenhei em fazer, dei o prazo e no fim tive que varar a noite, madrugada adentro trabalhando porque não tinha outras pessoas para me auxiliar. E minha mãe largou

o serviço para me ajudar. Aí eu falei: "Não. Eu vou parar com isso porque acho sacrificado para ela". (DENISE)

Ela também é aprendida pelo exemplo familiar.

Na verdade, aprendi (solidariedade) com a minha mãe. Porque minha mãe, mesmo nas dificuldades, ela... Às vezes tinha uma coisa que ela não usava em casa e ela falava: "Eu não preciso disso, eu não estou usando. Estou vendo que a vizinha está precisando. Então não custa nada eu passar para a vizinha". (DENISE)

A solidariedade é vista como algo que pode ser aprendido na participação cotidiana em iniciativas solidárias. Quando a pessoa está aberta a desenvolver uma experiência pessoal com o tema, ela aprende a ser solidária e a partir daí novas ações de solidariedade tendem a ser praticadas.

Olha, eu acho que a pessoa... Não é tanto aprender, é viver. Porque a gente vê uma coisa na televisão. Igual aquele negócio do Didi... Esqueci o nome... Ah, é Criança Esperança. Muita gente fala: "Eu não acredito nisso, eu não vou doar o meu dinheiro porque eu não sei se o dinheiro vai mesmo para as crianças". Então, da mesma forma é a solidariedade: as pessoas ficam meio que... "Ah, eu preciso ver para crer". Mas as pessoas não vão atrás para ver. Então acho que a pessoa precisava mais ir atrás para conviver. Não só com colegas, mas eu acho de uma forma específica assim, um pouco maior. Se as pessoas estão sabendo que na igreja está tendo ajuda para tirar os indigentes da rua, agora nessa época de frio, as pessoas vão dizer: "Ah, eu não vou me envolver com isso, falar com aquele andarilho ali. Eu não conheço ele, não sei o que ele pode fazer comigo". Mas eu acho que as pessoas estão muito fechadas, elas não querem se envolver, porque acham que não vale a pena, o dinheiro que às vezes é investido não vai realmente para aquela pessoa. Então eu acho que as pessoas precisavam se abrir e estreitar a convivência. Mesmo que seja... "Ah, não tenho certeza o que acontece ali". Mas vai lá pra ver. Eu não posso dizer: "Eu não gosto de brócolis se eu não como. Eu tenho que ir lá provar". (DENISE)

No meu dia a dia eu sou uma pessoa muito solidária mesmo. Gosto muito de ajudar os outros. Se o pessoal precisa... O meu sonho, o meu sonho é eu abrir uma escola (de pintura), ter dinheiro para abrir uma escola e dar aula de graça, você entendeu? Porque muita gente... Que nem eu: eu dou aula particular, mas muita gente não vai porque não tem material, não tem como pagar. Então o meu sonho é isso. Nossa! Seria assim maravilhoso! (CÉLIA)

[...] eu acho que o ano que vem eu já me aposento. Mas quero continuar com o artesanato. [...] vou fazer faculdade de moda. Tudo assim nessa... tudo nesse ramo do artesanato... Vestido. Ter uma confecção minha. Assim eu quero fazer tipo... vestido... esses negócios... tudo no ramo de patchwork assim, sabe? Criar minhas saias... aí eu quero eu mesma criar a minha peça. Minhas roupas, minhas coisa. Vou criar uma confecção de economia solidária. Isso. Sempre assim, ter um grupo de mulheres, assim... sabe? Pra poder fazer assim... sei lá... trabalhar junto, né? (CELINA)

A solidariedade é exercida quando se está preocupado em ajudar o outro independentemente de quem ele seja.

Olha, como artesã, por exemplo, (exerce a solidariedade) ajudando o colega. Sempre ajudando o colega. Não é a minha obrigação, não é o meu dever, não é porque é o

fulano tal ou o ciclano tal que eu não vou fazer. Precisou de mim eu estou ali. (LOÍSE)

[...] tinha uma colega minha que eu vinha aqui de quarta, quinta, sexta e sábado. Eu montava minha barraca na quarta lá embaixo, deixava ela montadinha lá embaixo. Aí minha colega vendia para mim, e quando eu saía à noite do serviço, eu passava aqui, só fechava a minha barraca e no outro dia ela só abria. Então ela só tinha o trabalho de vender. Mas aí eu contribuía com ela na questão da segurança, na mensalidade, não era de graça não. (JANETE)

A solidariedade é como se fosse a pessoa se doar com amor. Não é uma pessoa só assim... "Ah, fulano está precisando de uma ajuda, vou lá ajudar". Não. Você pode auxiliar onde você mora, de uma certa forma, com alguma coisa, com alguma atividade. Igual tem pessoas aqui que nem eu também auxiliam na igreja a cuidar do pessoal que faz a multimistura para as crianças que estão desnutridas. Se eu não posso dar o meu artesanato para eles venderem, eu deixo uma atividade específica. Eu estou auxiliando não só uma pessoa, mas várias. (DENISE)

Revela-se que a solidariedade pode ser aprendida nas reuniões da Associação, porém esse mecanismo está enfraquecido.

Frequentando mais as reuniões. Tem muitos que nem frequentam e depois ficam perguntando o que aconteceu, o que não aconteceu. Então, ela, frequentando as reuniões, perguntando aqui, perguntando ali, ela entra na jogada. (NAIR)

Olha, hoje acho que fuge um pouco. Porque tem muitos associados, mas muitos não vão na reunião. Porque acha que a reunião não resolve nada, a coisa fica na mesma. Essa é a falha que o ser humano tem, falar assim: "Ah, eu não vou na reunião porque não vai resolver nada, não tem nada, para que eu vou? Chego aqui, elas falam 'o pessoal da prefeitura vem aqui, falam assim, assim, assado e tem que seguir'". Então elas acham que não precisam vir na reunião. Tanto que na reunião a gente podia modificar tanta coisa, tentar melhorar o nosso lado. Mas por falha do ser humano de achar que não há necessidade de ir, não precisa, não vai fazer diferença nenhuma, essa participação fica meio deficiente. (DENISE)

Existe a percepção de que a solidariedade tem sido enfraquecida pela falta de pulso firme da Associação diante de interferências da prefeitura.

É porque antigamente era outra presidenta, né? De uma certa forma ela falou assim: "Vamos aceitando o que ele quer para ver se a gente consegue o que a gente precisa para modificar a feira, as nossas necessidades". Mas nessa ela não se empenhou, achou que a gente não precisava se unir assim para todo mundo ir lá, quem sabe fazer uma pressão maior, né. E ela falou assim: "Não, pode deixar que a gente vai levando, vai empurrando até ver aonde ele vai para depois a gente... ver se a gente consegue se manter nas nossas necessidades". Mas nessa acho que se perdeu um pouco. E aí mudou a presidente, e a presidente agora está tentando, mas está meio difícil porque ficou até então... o jeito, ou melhor assim dizendo as regras que a outra colocou. "A regra da feira é essa, então a gente vai seguir essas regras", né? Apesar de que as regras aqui da feira estão todas modificadas. [...], agora está meio difícil (reverter a interferência da prefeitura) porque muitos artesões da época que eu comecei já saíram. Elas até falaram: "Não, a gente tem que se unir todo mundo e ir lá bater de frente com o prefeito". Apesar de que não era tanto o prefeito, era outro senhor que estava... era aquele que eu até brinquei, "o careca". E ele... tanto é que ele não quer que a gente nem dê entrevistas. Ele falou: "Se der entrevista eu tenho que saber para que que você vai dar". Eu falei: "Nossa, uma simples entrevista a gente não pode nem dar?" (DENISE)

Mas também existe a percepção da solidariedade como algo de valor que a diretoria da Associação pratica e que os demais associados devem apoiar.

Quem trabalha aqui é solidário, não ganha pra ser. Não existe um encarregado aqui tem um salário. Não tem. Ele está trabalhando porque... tem que dar graças a Deus que ele vai procurar tudo pra você. Então você tem é que por ele lá em cima, porque ele não está ganhando nada por isso. Vai assistir reunião, vai conversar com o prefeito, vai conversar com isso, com aquilo e é sem ter salário. O salário dele é igual ao seu que está aqui com a sua barraca. Vamos supor, a presidenta, uma tesoureira, tudo aquelas pessoas que é quem dirige aqui a feira. Nós só 'coloca' as barracas. Então tem que todo mundo ser feliz e dar graças a Deus de ter aquela pessoa, apoiar, porque é ela que vai atrás. Já imaginou eu ter que deixar minha barraca aqui e ter que ir pra uma reunião na prefeitura e conversar com prefeito, conversar com vereador, pra uma coisa pra colocar aqui na feira... né? Pra arrumar um caminhão pra levar as coisas, pra arrumar alguém pra ajudar a montar as barracas... essa pessoa que faz tudo isso, então, todo mundo da feira devia agradecer muito e respeitar muito. Porque ela não tem obrigação nenhuma de estar correndo atrás. (MARIA DAS GRAÇAS)

Na instância do poder público existe quem acredite na preocupação do novo governo em melhorar as condições de vida dos participantes da feira de artesanato.

Na incubadora, o Luis é muito gente fina. Esse outro que entrou também, ah, esqueci o nome... o “careca”. Ele é o coordenador geral. É gente fina também. Eles prometeram bastante projetos. E tomara que ele (novo prefeito) cumpra, né? Porque a gente pensou que ele ia desfazer da feira, né? Ao contrário, ele veio, passou de barraca em barraca e prometeu que nós iríamos continuar e nós estamos aqui. (NAIR)

#### ❖ Ação econômica

A dissecação desse elemento esteve focada na localização de narrativas que demonstrassem agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

As narrativas que se encontram nos trechos “a aprendizagem do artesanato” e “o encontro com o artesanato como trabalho”, ambos já abordados, denotam os esforços, recursos e conhecimentos empreendidos pelas entrevistadas para a produção. Dessa forma, elas não serão aqui repetidas. No entanto, é pertinente complementar a abordagem da ação econômica com os elementos a seguir.

Existem relatos de participação da família em esforços para viabilizar o negócio.

[...] eu tenho minha conta direitinho no banco, eu sei como que é tudo de banco, tudo isso... eu tenho uma filha, alguma coisa que eu não sei a minha filha sabe, tem

o meu filho que quando chega também, ele faz tudo, eu passo na mão dele, ele faz orçamento das coisas e isso eu não faço nada de errado porque eu sei que ficar... vamos supor, 'pendurado' em lugar nenhum. Não! Eu faço de acordo com a minha passada. (MARIA DAS GRAÇAS)

Chegou uma pessoa aqui e perguntou: "Você não faz pulseiras de times?". Eu pensei: "Que pulseira de times, eu nunca parei para pensar em fazer pulseiras de times". Aí eu fui ver as cores dos times, não entendia nada de futebol, não sabia nada de time. Aí eu falei: "Deixa eu ver as cores dos times primeiro, como é São Paulo, Corinthians". Aí comecei a procurar linha para fazer. Aí eu fazia os desenhos e ficava pensando como poderia ser. E fica perguntando para os meus irmãos: "O que é que você acha? Você acha que esse desenho dessa pulseira está boa para esse time?" Lá em casa tinha um são-paulino, um palmeirense e um corintiano. O corintiano achava linda a pulseira dele, mas falava ruim do são-paulino, e eu ficava naquela guerra. "Gente, eu preciso de uma definição. Eu quero fazer pra vender, não quero fazer pra vocês. Então me digam: 'está legal assim?'" Aí eles falavam: "Ah, modifica assim, modifica assado, tenta mudar o trançado...". E nessa fui modificando. (DENISE)

[...] (aprendeu artesanato) com a minha mãe, bordado com a minha avó, né?... e... mas agora o patchwork assim mais... assim... esse aqui é o básico, né? Aquele bem mais avançado eu aprendo com a minha irmã que mora no Rio. Ela que dá aula, e tudo. Eu vou lá e aprendo com ela. (CELINA)

[...] (depois do câncer do marido) eu tive que trabalhar mais, né, pegar mais firme no artesanato que é pra gente poder superar tudo, né? Porque ele (marido) ficou afastado, depois não consegui a aposentadoria definitiva ainda, não trabalha, então é eu, eu, eu. E ele me ajuda. Ele ajuda eu a cortar, ajuda a montar, ajuda a combinar cores e ajuda eu vender aqui também, né? Ele vai atrás da linha, ele compra tecido, ele entrega o artesanato e me ajuda muito em casa. Porque ele não está trabalhando, né? Ele está esperando a aposentadoria. Mas aí ele me ajuda em casa. (CELINA)

Aí depois eu mudei (de tipo de artesanato) porque tinha muita gente fazendo madeira. Aí minha irmã me deu a ideia de fazer... aí eu comecei a fazer telha também. Aí eu mudei de madeira pra telha. Aí fazia figuras africanas. Aí que a minha irmã me deu ideia de eu colocar orixás nas telhas. E foi aí que acrescentou mais ainda. [...] A arandela uma colega minha que falou assim: "Aí, ficaria bonito colocar uma lâmpada aqui atrás". Aí eu peguei e fiz uma pra mim, aí a minha irmã gostou só que aí é uma coisa que nem todo mundo gosta. Eu faço mais por encomenda. (JANETE)

Quando a minha mãe separou do meu pai nós fomos obrigadas a aprender as coisas. Aí a minha mãe sempre ensinava ou se não meu tio vinha ia fazer e chamava nós. E dizia assim: "Olha pra vocês aprenderem". Assim tipo trocar uma lâmpada, trocar uma torneira, negócio de luz também. (JANETE)

Observa-se que dependendo da situação, o próprio indivíduo aprende coisas e toma decisões para viabilizar seu negócio a partir de percepções que adquiriu com a prática cotidiana de participação como expositor na feira como, por exemplo, desconforto com o peso dos produtos, dificuldade de locomoção, percepção de que o cliente demanda novidades continuamente, necessidade de proporcionar facilidades ao clientes como forma de viabilizar a venda e outras.

Aí quando eu vi que trabalhar com material que quebrava ficava difícil para mim – d por causa do transporte, né? –, eu fui procurando uma coisa que não quebrava, uma coisa que eu podia trazer sem a ajuda de ninguém. Porque eu não dirijo, né? Eu tenho carro mas não dirijo, dependendo do meu marido para trazer e buscar as coisas.



Então, alguma coisa que eu pudesse me virar, pegar um táxi e ir embora. Então, uma coisa que não fosse pesada, que não quebrasse, que não fosse muito volumosa. Aí comecei a fazer... vasinho de flor, que era pouquinho coisa. Com o tempo, como eu aprendi a fazer chinelo, eu fui fazer esse chinelinho ali, né? Eu aprendi na Casa Bete Lobo. Poderia colocar em uma sacola, pegar um ônibus ou um táxi e ir embora para casa. (LOÍSE)

Na verdade eu vou testando o ponto, modificando uma coisa, modificando outra. Eu faço o desenho primeiro no papel de como poderia ser o colar ou a pulseira e aí eu começo a fazer. Igual aquelas pulseiras de times, eu aprendi por um acaso assim. Chegou uma pessoa aqui e perguntou: "Você não faz pulseiras de times?". Eu pensei: "Que pulseira de times, eu nunca parei para pensar em fazer pulseiras de times". Aí eu fui ver as cores dos times, não entendia nada de futebol, não sabia nada de time. Aí eu falei: "Deixa eu ver as cores dos times primeiro, como é São Paulo, Corinthians". Aí comecei a procurar linha para fazer. Aí eu fazia os desenhos e ficava pensando como poderia ser. E fica perguntando para os meus irmãos: "O que é que você acha? Você acha que esse desenho dessa pulseira está boa para esse time? [...] Aí eles falavam: "Ah, modifica assim, modifica assado, tenta mudar o trançado...". E nessa fui modificando. [...] Aí me falaram que quem faz mais peça em macramê são os peruanos. Aí eu falei assim: "Deixa eu ver como é que eles fazem". Aí eu fui procurar livros com artesanato do Peru. Achei muito complicado, muito complicado. Aí eu comecei a olhar como eles faziam e aí eu fui copiando. Fui copiando, tentando modificar o trançado das linhas. [...] Foi na marra. Eu até falei: "No dia que eu puder eu vou viajar pra lá para ver eles fazerem na minha frente". [...] Porque a gente faz o artesanato e se a gente manter sempre as mesmas peças, o pessoal fala: "Ah, não tem nada de diferente". Então a gente tem que estar sempre modificando, né? Aí eu sempre estou xeretando. Agora tem a bendita da internet, aí eu entro na internet e vejo lá, "ah, tem peça diferente". Aí eu vou lá e tento fazer também. E nessa a gente vai empurrando com a barriga... (DENISE)

[...] o ofício do negócio agora é diferente. Antes só pagava (o cliente) e acabou. [...] Não mexia com banco, não mexia com nada, entendeu? Agora é diferente. Você mexe com banco, você mexe com isso... então você tem que levar tudo certo. [...] Tudo isso complica... ter uma máquina (de cartão) pra fazer... por quê? Porque se eu não tiver eu não vendo. As pessoas hoje usam mais é cartão, ninguém usa dinheiro, então, tem muita coisa que pra mim é coisa nova. Quando eu era mais nova existia? existia, muitos já existia. Só que onde eu morava não... não... não estava nem aí pra isso... pessoal me pagou, eu recebia, não tava nem pra isso. Já quando eu cheguei aqui a coisa começou a mudar. (MARIA DAS GRAÇAS)

Quando eu fui morar sozinha também eu me vi necessidade de aprender (a trocar lâmpada, fazer instalação elétrica etc). Pelo fato de morar sozinha e ser mulher os homens acham que tem que cobrar um absurdo e não é bem por aí. Muita coisa eu aprendi na raça. Eu sempre fui curiosa. (JANETE)

Observa-se agregação de conhecimentos a partir de experiências anteriores de trabalho. Há casos de entrevistadas que foram buscar em terceiros o conhecimento necessário para viabilizar o negócio. Por fim, há o compartilhamento de conhecimento entre os colegas artesãos.

Aí eu fui procurar de novo trabalho. Aí eu achei um trabalho na FotÓtica, de vendedora. Tinha um quiosque, você ficava nesse quiosque. Em vários supermercados, lojas, tem esse quiosque. Eu ficava nesse quiosque vendendo máquinas fotográficas, filmes, revelando fotografias. Eles deram um cursinho de vendas para quem iria começar a trabalhar. Era um trabalho aqui em Diadema, pertinho de casa, trabalhava de segunda a sábado. Fiquei doze anos. [...] Eu fiz um curso para pintar gesso, o curso que eu sonhava aprender. Como eu pintava, eu entrei na feirinha pintando gesso. Fiz curso na Casa de Vela Santa Rita, na Liberdade. Dão

curso de tudo lá, curso pago. Eu fiz o curso pago. E comecei a produzir para vender na feira. (LOÍSE)

[...] eu aprendi com uma vizinha, ela fazia as bolsas. Eu falei assim: "Pra mim pagar o curso fica ruim, né?" E a maioria das escolas que ensinava era bolsa normal, não era bolsa de viagem. Aí eu pensei assim: "Vou ver quem é que faz as bolsas". Aí lembrei que a mãe de uma colega minha fazia as bolsas. Aí eu perguntei: "Tem como a senhora me ensinar?" Porque eu não sabia fazer as bolsas. Eu fazia só as costuras das toucas, das capas. Aí ela falou: "Vem, eu te ensino". (DENISE)

Eu precisei aprender pintar as peças primeiramente, ter qualida..., dar qualidade na peça, pra sair uma peça de qualidade, assim como eu costurava, fazia minhas peças de qualidade. Então a mesma coisa eu tive que aprender a pintar bem e ter boa qualidade pra poder minha peça ser bem vista lá no teste antes que eu fui fazer, e o cliente que vem comprar dar qualidade nas peças pra poder ter o que vender, né? Quer dizer, é meu currículo, é meu emprego. Eu vivo disso. É disso que eu vivo. (MARIA DAS GRAÇAS)

Aqui (na feira de artesanato) semana passada eu ensinei bastante, sabe? A gente senta aqui... (no banco da praça) porque eu sei fazer MUITA coisa de artesanato. Mas é artesanato... Assim, tipo aproveitar o jornal... as meninas fizeram um vaso superbonito. Uma outra menina que tem aí... Ah, eu só sei fazer caixinha. Eu falei, traz bastante papel, revista... (CELINA)

### O mesmo acontece na instância da Associação.

Foi assim: ela (a presidente que estava deixando o cargo) jogou a presidência na minha mão e eu tive que aprender mesmo. Olhar os documentos, ver o que era e o que não era, aquele monte de caixa que ela largou lá na minha casa para ver o que tinha e o que não tinha. [...] Eu não sabia que na época pagava o solo daqui. [...] eu não sabia que tinha que fazer a declaração do imposto de renda, eu não sabia como mandar um pedido de solicitação lá para a prefeitura, para o setor de obras, para quem pedir. Tinha alguns papéis que tinha isso registrado, mas pelo fato de eu conhecer também os meninos da montagem (funcionários da prefeitura), ajudou muito. Eu sempre fui amiga deles... E eu falava assim para eles; "Nossa, como será que faz para pedir, por exemplo, uma barraca..." Aí eles respondem: "Ah, procure um engenheiro, procure o Sidney, procura o Pelé". Aí nisso foi... Já esqueci documento, ela tudo assim de boca a boca. Foi assim. (JANETE)

[...] a primeira coisa que eu fiz (como nova presidente da Associação) foi cortar os gastos. Ninguém que pertencia a diretoria tinha salário. O telefone era X (reais) por mês. Se acabassem os créditos, acabaram e tinha que se virar, tinha que colocar do bolso dela (da diretoria). Consegui no final do ano reuni o pessoal, tanto da prefeitura, da montagem, como dos associados para uma festa de final de ano entre nós. Conseguimos comprar para nós mesmos alguns acessórios que estavam faltando. Assim, gastar o dinheiro com nós mesmos. Porque na outra diretoria o dinheiro nunca sobrava para nada para investir na feira. Era um dinheiro nosso, e tinha que investir na feira. A gente ajudava algum associado que estava com alguma dificuldade em casa. (JANETE)

Nessa instância há, ainda, ações de aprendizagem formal como cursos que foram oferecidos pela Associação em parceria com terceiros.

Então, eu vim para cá através da Vanderléia que estava formando uma associação de artesões, que é essa feira agora. A gente fez vários cursos, veio o Sebrae, foi muito legal, a gente teve várias palestras, e aí montamos e estamos até hoje. Foram várias coordenadoras... [...] Teve curso de como vender, tivemos cursos de relacionamento com o pessoal. Acho que teve curso de economia solidária. (CÉLIA)

Nos cursos que nós fizemos nós aprendemos várias etapas. Eu faço assim: eu pego o que for mais caro, como por exemplo uma tela, pego o preço dela e mais ou menos vejo o que eu gastei com tudo e coloco três vezes mais. Eu faço assim. Tem gente que fala: "Olha, você tem que pôr mais coisa, tem a luz, etc". Mas eu não coloco não. [...] Foi em um curso que o Sebrae deu. (CÉLIA)

O poder público também oferece oportunidades de agregação de conhecimentos, de recursos e de melhorias para a comercialização.

A Prefeitura deu uns cursos assim de papel reciclado, eu fui fazer uns cursos. Eu fui aprender a fazer umas peças de artesanato, na Casa Bete Lobo. Você já ouviu falar na Casa Bete Lobo, em Diadema? A gente brinca da casa das mulheres que apanham dos maridos. Lá eles ensinam bastante coisa para as mulheres. Então vi que ensinava de graça e fui lá aprender. (LOÍSE)

A prefeitura deu alguma coisa assim para a gente de como calcular (o preço dos produtos), mas depende de onde você está para calcular, né? Por exemplo aqui em Diadema, se falar em R\$ 65,00 por um chinelo desse, ele não sai daqui (não vende). (LOÍSE)

Ele (o novo prefeito) prometeu bastante coisa pra nós, né? É, esse que assumiu agora. Ah, eu adoro ele. Eu gostei do Partido Verde ganhar em Diadema. Porque o PT já estava muito... muito mandão, né? Você vê agora que estão refazendo nosso jardim da nossa praça, ele prometeu construir quiosque para nós. É, ele prometeu. Prometeu bastante coisa. E agora ele já está trazendo show na praça, uma semana sim, uma semana não. (...) O benefício é que chama mais pessoal, né? Aí vem mais gente de fora. (NAIR)

Temos reuniões com ele (com o coordenador da incubadora pública), ele participa das nossas reuniões. Ele vai. Vai em quase todas as reuniões. E ele – como diz? – arrecada verba para a associação. Para melhoria nas nossas barracas, assim, conserto em nossas barracas. (NAIR)

### 5.3.11. Cinco instâncias de aprendizagem recorrentes nas histórias dos artesãos

Denzin (2001) orienta que o *bracketing* deve levar à construção de uma afirmativa ou definição conceitual sobre o fenômeno com base nas características identificadas. A análise das características recorrentes das narrativas ora apresentadas conduziu ao reconhecimento de **cinco instâncias de aprendizagem** nas quais se localizam as experiências de interação – e também as epifanias – que, de forma direta ou indireta, levam à aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica:

- a) A família (todo e qualquer membro da família);
- b) O indivíduo (diz respeito àquilo que o indivíduo atribui a si mesmo, como característica pessoal, e qualquer outra coisa que ele descobre na relação consigo mesmo);

- c) O outro (que pode ser outro artesão, um amigo, outro grupo de economia solidária, um trabalho fora do âmbito da entidade de economia solidária, uma universidade, um prestador de serviço ou qualquer ‘outro’ que não esteja representado em nenhuma das demais instâncias);
- d) A entidade de economia solidária (no caso deste estudo, a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema vista a partir do artesão);
- e) O poder público local (nesse caso, a prefeitura, o governo anterior, o atual governo, o prefeito, o secretário ou qualquer outra pessoa ou órgão que simbolize essa instituição).

Nessas instâncias acontecem as ações-chave do processo de aprendizagem e o contato das participantes da pesquisa com os conteúdos que aprendem. É nelas também que elas manifestam o que aprendem e constroem a percepção de que ainda há coisas que precisam ser aprendidas. A Figura 6 ilustra as instâncias de aprendizagem.

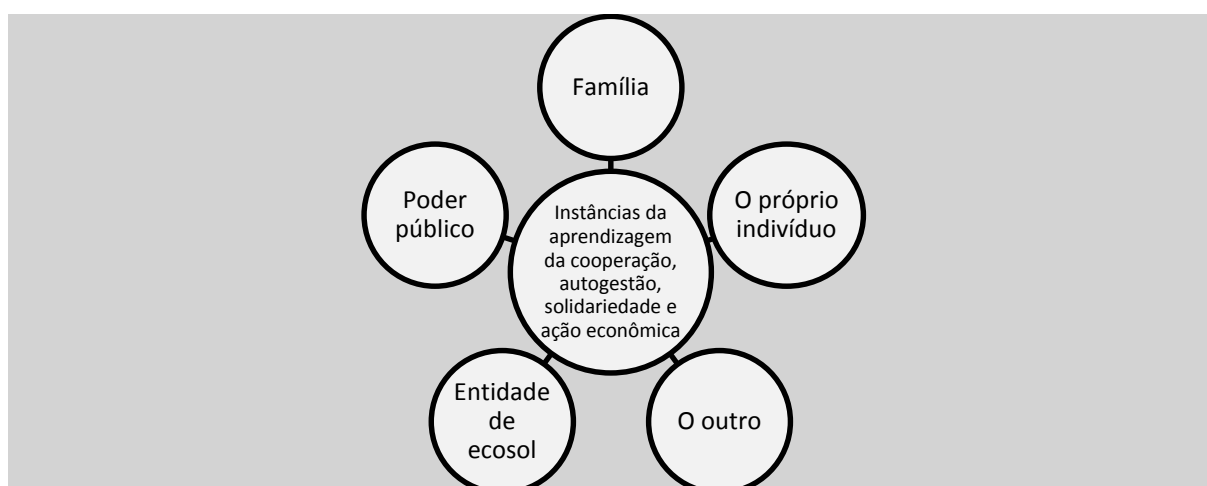


Figura 6: Instâncias de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica na perspectiva das participantes da pesquisa.

Fonte: elaborado pela autora.

Examinados os pormenores do fenômeno nas vidas das participantes da pesquisa que possibilitaram chegar às estruturas mencionadas – que aqui são denominadas “instâncias de aprendizagem” – decidiu-se examiná-los também na história da Associação.

Assume-se que esse procedimento contribui para uma compreensão mais acurada do fenômeno em questão, uma vez que a entidade é representativa da unidade das vozes e das ações dos artesãos. Como instância de aprendizagem, ela também reflete importantes questões

do ambiente em que ocorrem as experiências de interação no contexto da economia solidária, influenciando no processo de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica pelos artesãos.

### **5.3.12. Localizando na história da Associação as experiências de interação que influenciam nos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica**

Nessa etapa do *bracketing* a história da Associação é examinada em busca da voz da entidade acerca das experiências de interação em torno da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica.

A ideia é destacar narrativas que sinalizem: a) como ela descreve sua participação nos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica pelos associados; b) as dificuldades encontradas no desenrolar de suas atividades que possam de algum modo interferir nos processos de aprendizagem desses elementos por parte dos artesãos; e c) a forma como ela conduz suas atividades e como vive e manifesta a solidariedade.

Optou-se por fazer isso respeitando-se o encadeamento dos acontecimentos, o que leva ao destaque de três epifanias extraídas da própria história da Associação:

- I) A criação da feira de artesanato (2006);
- II) A criação da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema (2008); e
- III) A chegada de um novo governo municipal (2013).

#### ***A criação da feira de artesanato***

A formação da Associação foi antecedida pela criação e funcionamento da feira de artesanato, por iniciativa da Prefeitura de Diadema, que também agregou os artesãos, coordenou a articulação deles por meio de reuniões e organizou a feira. Dela também vieram os recursos relativos à cessão do espaço público, às barracas e ao serviço de montagem e desmontagem delas. A prefeitura também orientou os artesãos quanto aos procedimentos burocráticos para a obtenção do registro de artesão junto à SUTACO.

De 2006 a 2008 a feira funcionou dessa forma. Não se tratava, ainda, de uma entidade de economia solidária.

Foi em 2006. [...] a própria prefeitura convocou os artesões do município de Diadema pra... Desde o começo. A iniciativa foi deles. Partiu da prefeitura. [...] Então, nós reunimos quem fazia o artesanato e a prefeitura montava aquelas barracinhas brancas, né, e a gente expunha os nossos trabalhos. E a prefeitura sedia as barracas. Na época acho que não tinha... só tinha coordenador. Não tinha diretoria. (AAAPD)

[...] cada grupo se reuniu, quem mexia com madeira ficava com o grupo de madeira, o grupo de crochê, ou grupo de... ah, de vidro, de biscuit. Aí formou aquele grupo. Aquele grupo cada um tinha uma ideia. Fazia reunião na casa de um, na casa de outro. [...] Uma coisa que eles faziam também é nos registrar na SUTACO como artesãos, né? (AAAPD)

### *A criação da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema*

Em 2008, ano de eleições municipais, surgiram questões com a Justiça Eleitoral envolvendo a feira de artesanato. Para resolver isso e manter a atividade, a prefeitura articulou a formação da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema como uma entidade de economia solidária. Foi ela também quem orientou o processo de eleição da diretoria e negociou a doação de barracas para a recém-criada entidade por duas outras organizações de economia solidária, a Unisol e a Uniforja. É a partir daí que se localizam, na história da Associação, as narrativas que expressam as experiências de interação que se conectam ao fenômeno que é objeto deste estudo.

#### ❖ **Cooperação**

A posse das barracas da feira – não mais o empréstimo pela prefeitura – é significativa para que os artesãos passem a perceber que a entidade é algo concretamente deles.

Aí quando foi em 2008, que formou mesmo a Associação. Foi registrado em cartório, aí teve a convocação pra presidente, pra tesoureiro, pra secretária, pra conselheiros fiscais. [...] A prefeitura sempre deu esse apoio. Sempre ela estava por detrás disso. Aí em 2008 teve uma... eu lembro que teve alguma coisa... da Justiça Eleitoral que queria ocupar a praça. Aí pegaram a barraca da gente. Aí a própria prefeitura entrou em contato com a Unisol e a Uniforja e doou as barracas pra gente. Aí que começou mesmo a Associação. Com as nossas próprias barracas. (AAAPD)

## ❖ Ação econômica

Até a formação da Associação, a economia solidária era algo desconhecido pelos artesãos. A prefeitura ofereceu cursos visando à formação deles nessa forma de economia.

Não sabia de n-a-d-a. Aí passou a ter reuniões no sindicato pra formação. O que que era economia solidária. [...] O pessoal da prefeitura explicava o que é economia solidária... [...] Nós tivemos cursos. Eh, 'nóis tinha' vários cursos. (AAAPD)

Foram oferecidos também outros cursos visando às práticas de comercialização, além de encontros com outras entidades de economia solidária de outros municípios para troca de experiência.

A gente fazia curso de vendas, entendeu, né? Levava 'nóis' pra outros locais, assim, tipo Mauá, Santo André... que lá também tinha economia solidária pra trocar experiência. Ia visitar 'eles'. Trazia eles pra cá... (AAAPD)

A percepção que a entidade desenvolveu é de que a economia solidária é diferente da economia capitalista porque *visa mais o lado do... da convivência, da participação, da ajuda, do próximo* (AAAPD).

## ❖ Solidariedade

Havia participação de representantes da Associação e da Prefeitura de Diadema nas reuniões do Fórum de Economia Solidária.

[...] tem o fórum. Mas aí, na outra gestão tinha um representante da prefeitura que representava a gente também nessas 'reunião'. E sempre ia uma pessoa numa reunião que acontecia uma vez por mês. [...] 'ia' três pessoas da Associação e ia um representante da prefeitura. Eles iam pra São Paulo, São José, Mauá... (AAAPD)

As narrativas remetem à preocupação de que as decisões beneficiem a coletividade.

As decisões têm que beneficiar todo mundo. E geralmente é assim. Mas é difícil. Porque eu penso assim: “aqui ninguém tem que levar 'previlégio' porque aqui todo mundo está no mesmo ideal, na mesma batalha, então tem que ser em geral 'previlégia'”. (AAAPD)

A entidade compreende que faz parte principalmente das responsabilidades da diretoria a preocupação com a melhoria da condição de vida dos associados.

[...] porque tem muita gente aqui que depende daqui pra sobreviver. Então eu (presidente) lutava pela... pela sobrevivência daquela pessoa. Assim, pra ser

montada no dia certo, pra ela não perder venda, pra barraca estar organizada, pra cumprir com o horário... Eu era 'meia' cri-cri com esse lado. Com a questão de organização. E o que mais? Assim, procurasse junto com os parceiros... assim, outros locais, assim, de vendas. É. Como alguma vez que eu pude ver através da incubadora, né?... (AAAPD)

Reconhece também que exercer a solidariedade não é uma tarefa fácil e nem sempre é valorizada pelos associados.

(É difícil) ter que ficar no pé de alguns associados, não ser reconhecida pelo seu trabalho... O que mais? As pessoas só 'enxerga' o lado ruim. O lado bom não 'enxerga'. Você fazer o dinheiro da Associação 'multiplicar'. Assim... Pensar da melhor maneira a economia. Pra futuramente... servir pra alguma emergência. Isso aí o pessoal não reconhecia. Alguns 'reconhecia' e 'dava' parabéns. Que 'era' poucos. (AAAPD)

Mas é uma característica imprescindível para se administrar a Associação.

Ah, a pessoa tem... assim, que correr atrás de um ideal pra Associação... sabe? Correr atrás, querer sempre o melhor... pra todos. Não pensar só em si. Pensar num conjunto da Associação. (AAAPD)

Além disso, a entidade compreende que quem participa da Associação não pode ser egoísta e deve ter espírito de colaboração com o colega.

Não pode ter egoísmo, não pode ser é... uma pessoa interesseira, não pode ser mesquinha. Porque a pessoa... como que eu posso ajudar, por exemplo, a minha colega em troca de interesse? porque o que que eu... um 'exemplo': se eu tô sabendo que tem um local que vende um tal material por que eu não passar pra frente, adiante? não pode servir só pra mim, só eu saber o local de venda. Como ocorre aqui na feira com alguns associados que 'descobre' uma fonte que vende um produto barato e não quer passar pro restante. A pessoa tem que ser compreensiva com o colega... Esse tipo de coisa é contra a economia solidária. Tem que repartir. Quando isso acontece, a Associação não pode fazer muita coisa não. Porque isso é da pessoa. É da pessoa. Eu na minha época chegava na pessoa e conversava. “Ó, não pode ser assim... é assim... assim... assim...” Como você tem interesse em saber onde que se comprou, a pessoa também tem que ter, porque é um conjunto. (AAAPD)

## ❖ Autogestão

Os assuntos de interesse coletivo são discutidos em reuniões periódicas. Esse é o momento em que os artesãos têm a oportunidade de participar com ideias e votos. As decisões são tomadas coletivamente.

Ah, agora (as reuniões) está sendo a cada dois 'mês', né? A diretoria convoca, é... os 47 associados. Aí fala sobre o custo da... a despesa da Associação... Prestação de contas, informação sobre os acontecimentos... Os acontecimentos... o que mais? Sobre alguma novidade que a prefeitura traz pra gente... Aí vai pra... geralmente é pra votação. Todos os associados participam. (AAAPD)



Mas a participação dos associados não exclui a dependência da prefeitura em relação a alguns assuntos.

Por exemplo se nós somos a Associação, o que depender de concerto, entrevista, correr atrás de alguma coisa, a presidente vai junto com a diretoria, no caso. Ela vai procurar. [...] Nós somos dependentes (da prefeitura) na questão de... divulgação. Entendimento com outros municípios, participação de outros eventos. [...] nós achamos que a gente depende deles sim. Depende, né, nesse sentido. (AAPD)

A entidade reconhece que as práticas são participativas, mas que ao nível da diretoria os papéis são diferentes.

É, porque o (papéis) da coordenadora, ela coordena só assim... o horário do pessoal, as barracas, a manutenção, é... É isso. E o da presidente não. É mais correr atrás... é... participar das reuniões, de buscar junto com os parceiros... contribuição pra Associação, participação... Relacionamento com a prefeitura, internamente também... (AAPD)

A experiência mostra que é pela prática e pela interação com outros que se aprende a administrar a Associação.

Conhecimento eu acho que se aprende no dia a dia. [...] eu quando entrei (no cargo de presidente) jogaram. Eu não sabia de nada. Muita coisa eu tive que correr sozinha atrás. Aprender. Como é... fazer... uma contabilidade, como procurar convocar mais o associado é... pra participar mais junto. Dar orientação, né? Conversando com um, conversando com outro. Com o apoio do pessoal da prefeitura. (a prefeitura) dava as 'ideia'. Ah, podia fazer isso... podia fazer aquilo... [...] Curso até participei, assim, mas foi curso de "alta gestão" (autogestão). Mas não foi um curso assim, 'compreto'. Foi só o início. Foi dado pela prefeitura. [...] tinha, é... ai, meu Deus... é... o curso inteiro envolvia tudo. Envolvia cálculo de venda, envolvia relacionamento com o 'cliente', relacionamento com a Associação, relacionamento com os associados... (AAPD)

Faz parte da administração da Associação cuidar da dimensão financeira da atividade. A entidade não promove a divisão da renda obtida com as vendas na feira de artesanato. Cada artesão fica com o que arrecadou, mas cumpre a obrigação de pagar uma mensalidade – R\$35,00 – para a que a Associação tenha condições de arcar com as despesas comuns da entidade.

Ah, cada associado paga uma mensalidade, né? Tem um valor que é de R\$35,00. Desse dinheiro é gasto, é... a prestação de contas, é telefone, condução pra reuniões de quem participa da diretoria. E de algum associado também que venha participar de uma certa reunião. E manutenção, assim, das barracas que o dinheiro é gasto. Em eventos, em festa no final de ano com a gente. [...] Cada um fica com o seu dinheiro (arrecadado com as vendas). Não reparte. [...] Porque já paga a mensalidade. [...] Nessa parte são muito 'individual'. [...] Porque cada um faz um trabalho. Não é um trabalho que é vendido... que todo mundo faz o mesmo trabalho em conjunto. Cada um faz o seu. 'É' diversos trabalhos que tem aqui. (AAPD)

### *A chegada de um novo governo municipal*

Em 2013 uma nova equipe de governo assumiu a gestão de Diadema. O comando passou para as mãos de um partido político diferente daquele que iniciou as atividades da feira de artesanato, que participou da criação da Associação de Artesãos e que acompanhou seu desenvolvimento. A expressão a seguir reflete e resume o ponto de vista da Associação acerca do que passou a ser a relação com o novo governo comparado ao anterior.

Aí mudou completamente. Mudou tudo. [...] A outra gestão era parceria, essa é dependência. [...] essa nova gestão, eles não 'sabe' o que que é economia solidária. Não sabem. (AAAPD)

#### ❖ Autogestão

Uma das primeiras decisões do novo governo considerando a feira de artesanato interfere diretamente na autogestão da Associação.

Não. Não 'é' todas as decisões que são votadas. Tem assuntos que cabe à diretoria decidir. Tipo assim, por exemplo, começar... a feira vai começar na quarta-feira. Como foi o que aconteceu. A prefeitura passou pra diretoria e a diretoria passou pros associados. A prefeitura que decidiu. É. Essa nova gestão. Era sexta e sábado. [...] Aí mudou completamente. Mudou tudo. Bom. Ó ... no começo, como 'nóis' não 'conhecia' essa nova gestão, em poucas palavras, eles queriam impor que era. E nós não 'tivemos' recurso pra falar um não pra eles. Porque... assim ... pelo fato de 'nóis' não ter o espaço pra 'nóis guardar' nossa próprias barracas. E depender deles. [...] Não precisamos deles financeiramente não. Mas, se a gente quiser expor numa praça, ser convidado pra um evento da cidade, né? Eles podem convidar pra gente participar, entendeu? Porque a gente não vai chegar num evento e ... chegar lá montar barraca não. O convite é deles. Que nem, como no Pavilhão Vera Cruz, né? Só pode ir com autorização das duas prefeituras negociando. A de São Bernardo com a de Diadema. Tem que ter ligação entre as duas partes. [...] A prefeitura t-e-m que correr atrás do interesse nosso também. Como tinha um representante. Coisa que essa nova gestão não está fazendo. [...] a incubadora ainda existe, só não está atuando nos mesmos padrões da anterior. (AAAPD)

Nós aceitamos modificar a data (de realização da feira) pra fazer um t-e-s-t-e. Que eles queriam um t-e-s-t-e. Porque a gente sabe, a gente já participa há muitos anos aqui e sabe que, por exemplo, o movimento é sexta e sábado, né? Nos outros dias da semana não tem movimento e inclusive domingo não tem ninguém aqui. E eles quiseram que a gente fizesse de quarta a domingo. Aí eu pedi pra eles que não porque na quarta-feira as pessoas tinham que produzir pra poder trabalhar. Aí foi que aceitou tirar quarta. Mas depois que acabou esse prazo de 100 dias eles colocaram quarta. Tiraram o domingo e colocaram quarta. Eles queriam tornar aqui uma cidade turística. Só que aqui, 'nóis conhece' aqui. (AAAPD)

Nós precisamos de ajuda nesse sentido, entendeu? Que façam alguma coisa pela gente. No caso do transporte, montar e desmontar essas barracas... A limpeza da praça. (AAAPD)

A entidade estranha o fato de não estar sendo convidada para participar dos eventos promovidos pela prefeitura na cidade, mesmo tendo se submetido às interferências dela na autogestão.

É. Como está havendo nessa nova gestão. [...] Que nem... teve... é... feira na... no show aqui no Dia dos Trabalhadores. Nenhum associado foi convidado [...] Teve feira da... festa junina na Praça da Moça. A Associação não foi convidada. (AAAPD)

As interferências da prefeitura sobre a autogestão da Associação, somadas a outras questões, levaram a presidente a deixar o cargo.

Como coordenadora eu fiquei uns 4 anos. Como presidente foi 2 anos. [...] E eu me dava melhor com a outra gestão. 'Nóis era' companheiros mesmo. [...] Mas agora não estou mais como presidente. Eu saí tem uns 3 'mês'. Uma: porque eu fui promovida no meu emprego. E uma: porque também... é... eu me desentendi com o pessoal da prefeitura. Porque eu não aceitava certas 'ordi' deles. Tipo assim... impor. Ou fazer coisas pros associados que eu não achava legal. E teve também uma,, não teve uma compreensão da parte deles em questão de uma... de uma associada em relação a alimentação. [silêncio]. Porque alimentação pra mim é uma coisa muito séria. Eu não tive um apoio deles com uma coisa errada que uma associada fez. Porque eu fiquei, assim, desapontada pela atitude dela e por eles não terem dado nenhum apoio que deveriam ter dado. (AAAPD)

### ❖ Solidariedade

A Associação percebe ausência de conhecimento e preocupação com a viabilização das ações de produção por parte do novo governo.

[...] essa nova gestão, eles não 'sabe' o que que é economia solidária. Não sabem. Você sabe que o artesão tem que produzir pra ele vender. Ele não compra em loja, nos 'atacadão', nem nada. Ele tem que produzir a matéria que ele vende. E nós somos confundidos com os 'camelô' agora. Coisa que antes 'nóis não era'. (AAAPD)

A entidade acredita que uma pequena parcela dos associados que hoje formam a Associação atua conscientemente nos moldes da economia solidária. Os demais não atuam porque não sabem, ou atuam sem saber que o que fazem tem conexão com economia solidária.

É pessoal novo... é... [...] tem os novos também que não 'sabe'. Eles 'participa' da economia solidária sem saber. Eles precisam ficar aqui então eles aceitam o jogo, né? Assim, conversa, contribui com o pouco que tem com outros associados... mas não sabem que isso é economia solidária. Troca experiência, sem saber que aquilo ali faz parte. (AAAPD)

### ❖ Cooperação

Em dado momento, o novo governo decidiu que não mais montaria e desmontaria as barracas da feira de artesanato. Faria apenas o transporte e armazenagem, cabendo aos

próprios artesãos esse trabalho. Embora reclame disso por considerar a tarefa difícil para os artesãos idosos, a Associação reconhece o outro lado da moeda. Essa mudança fez com que os artesãos se aproximassem mais uns dos outros e aprendessem a cooperar. A entidade considera que a cooperação se aprende pela conversa, pela experiência e pela participação.

Essa parte da montagem da barraca é... tudo bem, foi algo cedido pela prefeitura que em certas partes eu gostei, porque uniu mais o grupo. Teve mais união. As pessoas estão se conhecendo melhor. Coisa que não se conhecia, porque o pessoal da prefeitura vinha, montava, a pessoa colocava a mercadoria dela ali e pronto. Hoje em dia não, você é obrigado a pedir: “Fulano, por gentileza, vem aqui me ajudar”. Outra pessoa vê você montando, vai lá te ajudar. Então aí tem um aprendizado. (AAAPD)

A Associação ressalta que conta com a colaboração da prefeitura para transportar e guardar as barracas da feira, mas se preocupa por não saber onde elas são armazenadas.

Pra onde que eles levam 'nóis' não sabe. [...] 'Nóis' mesmo desmonta. 'Nóis monta' e desmontamos. Então, o caminhão da prefeitura pega e leva para o espaço que eles têm lá. Mas o espaço provisório. (AAAPD)

A Associação compreende que os contatos com a prefeitura em torno dos objetivos comuns passaram a ser mais formais.

Com a outra incubadora 'nóis era' bem assim companheiro um do outro. Agora tem assim... tem uma certa barreira. Não temos assim... Só quando eles 'convoca' ou alguém da diretoria convoca pra algo assim... de interesse comum. É mais formal. (AAAPD)

A Associação acredita que o novo governo e a entidade não compartilham dos mesmos ideais.

Assim, de não... como falar... de não querer o mesmo ideal pra Associação. Eles (novo governo) 'pensar' no lado deles e não no nosso lado. Assim, é... tentar, é... enganar, iludir os associados que eu não acho legal. Porque aqui tem pessoas que são idosas... têm pessoas que são mais novas... tem pessoas que 'tá' iniciando... não sabe como é que é uma participação de uma associação... não sabe o quê que é uma economia solidária... Tem pessoas dependentes do que faz, não é? Pra se manter... E a gente tem que pensar no bem estar de todos. Tanto a prefeitura como a diretoria (da Associação). (AAAPD)

Entre os associados também não há compartilhamento de objetivos.

As pessoas que fazem parte da Associação não têm um objetivo comum. Assim... uns 'pensa' em crescer, outros só 'quer' ficar... aprende a fazer aquilo e pra ele ali tá bom demais. Uns já ajuda mais os outros. O outro só pensa só em si. [...] Dependendo do evento, aqui, até eles aceitam (participar), mas evento, assim, do interesse deles, financeiro. Mas de interesse de trocar experiência não. [...] O negócio deles 'são' financeiro. Não é troca de experiência. É troca de experiência você ganha mais que financeiro. (AAAPD)

## ❖ Ação econômica

A Associação coloca sob suspeita a posse de recursos que conseguiu ainda no governo anterior e que o novo governo não disponibilizou para a entidade.

[...] a outra gestão nós ganhamos da... numa reunião que alguns associados 'participou', que a incubadora conseguiu pra gente, dez barracas, no Projeto Fome Zero. Essas dez barracas nunca 'chegou' nas nossas mãos. Nós ganhamos no ano passado, na outra gestão pra essa. Só que essa tomou posse. Não, não sabemos o que fizeram com as n-o-s-s-a-s barracas. As 'barraca é da Associação'. Não recebemos. (AAAPD)

A Associação percebe que a prefeitura não mais participa com a oferta de mecanismos formais de aprendizagem da economia solidária para os novos associados, nem oferece reciclagem para os antigos.

Nós não temos um apoio como 'nós tinha' da outra. A outra sempre estava fazendo reciclagem com a gente sobre economia solidária... Porque tem muitos associados novos agora que não 'sabe' o que que é. (AAAPD)

Também observa que a prefeitura não mais atua no sentido de conseguir novos espaços para a Associação comercializar seus produtos.

Ultimamente é só aqui (na feira de artesanato). Só está tendo aqui. E o shopping que nós somos convidados uma vez por ano, né? O Metrópole. A gente expõe no estande dentro do shopping durante 1 mês. Cada Associação tem direito de expor lá 1 mês. Associação... entidade... não importa qual município. O próprio shopping convidou. Através de uma outra... de uma associada da Associação de São Bernardo que apresentou a gente. Assim que foi essa troca de experiência da economia solidária que nós conhecemos. (AAAPD)

Seguindo, mais uma vez, as orientações de Denzin (2001), estabelece-se aqui outra definição para o fenômeno estudado, baseada na análise da história da Associação.

Os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica no âmbito da Associação são atrelados às iniciativas e estratégias de governo do poder público local, com quem a entidade mantém forte relação de dependência, que, por sua vez, constitui a principal dificuldade na condução de suas atividades e na disseminação, vivência e manifestação coletiva desses princípios de base da economia solidária. A Figura 7 representa essa relação de dependência.

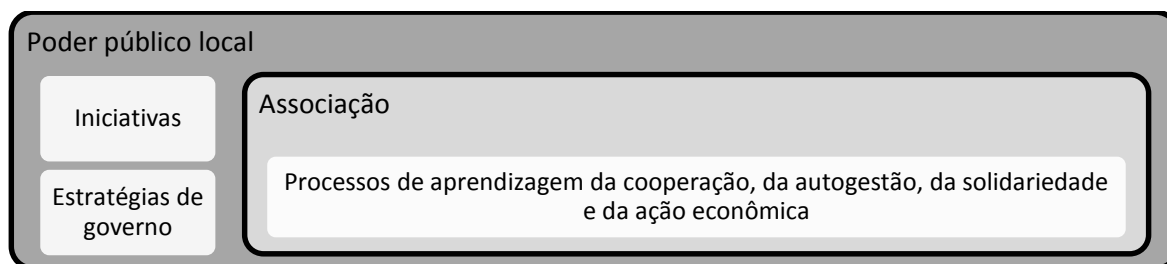


Figura 7: Relação entre a Associação e o poder público local quanto aos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica.

Fonte: elaborado pela autora.

#### 5.4. Construção do fenômeno: juntando as partes e relacionando-as

No trecho a seguir apresenta-se a construção do fenômeno. A função aqui é tornar visível ao leitor como os elementos do fenômeno afetam e estão relacionados entre si para formar um conjunto coerente. O arcabouço teórico ainda é mantido em suspenso e é retomado na etapa da contextualização para orientar as discussões em torno do fenômeno construído.

Os trechos a seguir apresentam como as experiências de interação imbricadas nas cinco instâncias de aprendizagem – que emergiram do *bracketing* – afetam e estão relacionadas aos objetivos específicos deste estudo de forma a conduzir à compreensão do fenômeno. A Figura 8 representa o esquema desenvolvido para pensar a construção do fenômeno.

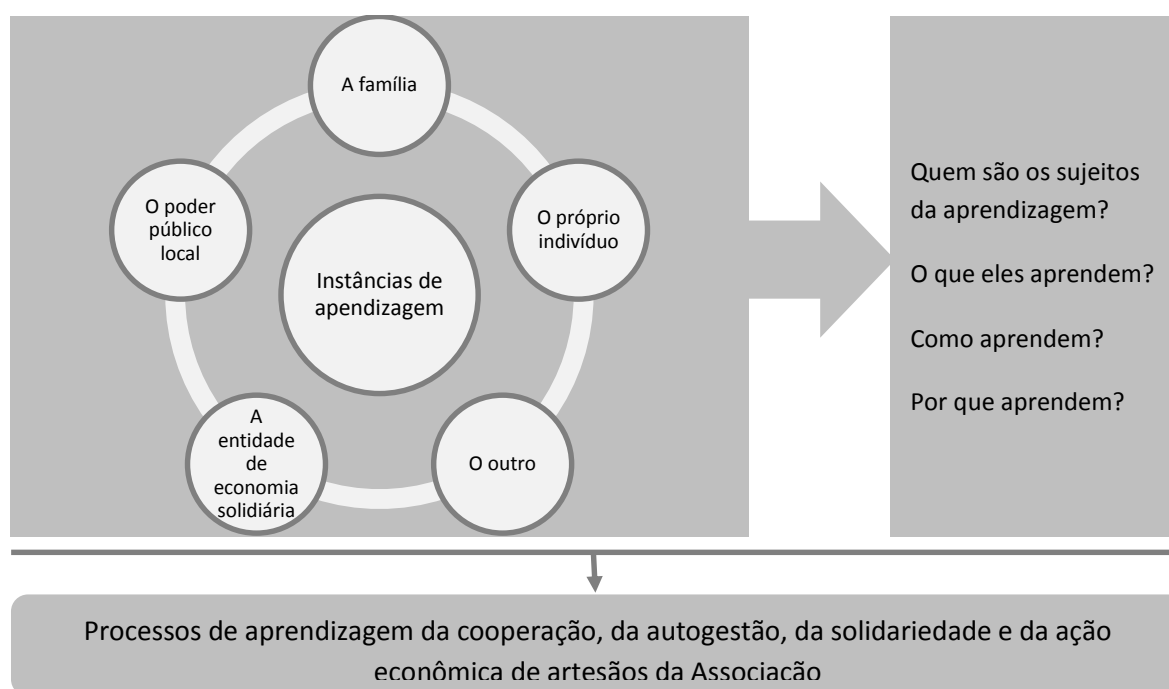


Figura 8: Esquema para a construção do fenômeno.

Fonte: elaborado pela autora.

As artesãs são pessoas que, vindas ou não de outros estados, residem em Diadema há bastante tempo. São mulheres oriundas de famílias de gente trabalhadora – a maioria pobre. Há quem tenha vivido a primeira experiência de trabalho na infância, porém a maioria foi na juventude ou em algum momento a partir do casamento. Elas possuem forte ligação com a família, a ponto de abrirem mão ou reformularem projetos de vida pessoal, definitiva ou temporariamente, para atender a necessidades de filhos, marido, irmãos ou pais. Sempre levaram uma vida de trabalho intenso desempenhando atividades operacionais na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Há quem tenha tido o próprio negócio, porém precisou fechar em razão de desgastes físicos e emocionais provocados por percalços que não conseguiram superar.

O artesanato entrou na vida da maior parte dessas mulheres como nova opção de atividade em momentos de crise: problema de saúde, restrição do marido ao trabalho fora do lar, vazio sentido após a criação dos filhos, decepção com o próprio negócio e vontade de realizar uma atividade para aliviar as tensões do dia a dia. Em apenas um caso o artesanato esteve presente na vida da artesã desde a infância, por herança familiar, e não estava associado a um momento de crise.

Qualquer que tenha sido a porta de entrada do artesanato para a vida dessas mulheres, nenhuma das artesãs vive, ou jamais viveu, exclusivamente daquilo que arrecada com as vendas dele. Há outras fontes de recursos financeiros aos quais as artesãs recorrem: aposentadoria, renda do marido, ajuda dos filhos, aluguéis de imóveis ou salário proveniente de outro trabalho em estabelecimento da iniciativa privada.

Entrar para a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema, uma entidade de economia solidária, não é escolha de nenhuma delas. É condição para que possam expor na feira de artesanato. Participar da feira é o objetivo primário que as leva a se tornarem membros da Associação. Associam-se sem conhecer do que trata a economia solidária. No entanto, já na condição de membros da entidade, participam das reuniões com boa-vontade. Apreciam fazer parte do grupo e conviver com os colegas. Gostam, especialmente, dos momentos que passam juntas na feira. Ali, na Praça Castelo Branco, se divertem enquanto trabalham.

Embora a feira de artesanato de Diadema seja o principal evento de que as artesãs tomem parte, a maioria está atenta a outras oportunidades para expor seus produtos. Isso as leva a participar de outros eventos na Grande São Paulo, sempre que possível, ainda que estes não tenham nenhuma relação com economia solidária. Nesses casos, a participação é independente da Associação que, por sua vez, não faz nenhum tipo de objeção a esse tipo de iniciativa.

Quando decidem pelo artesanato como atividade, uma questão a ser respondida é: que tipo de artesanato fazer? É comum revisitar as aulas de artes da escola, o que se aprendeu na infância e os velhos desejos e gostos arquivados para se chegar a essa resposta. Uma vez que decidem por onde começar, as artesãs fazem cursos para aprender a técnica desejada. A preferência é por cursos gratuitos. Entram em cena os programas de formação oferecidos pelas prefeituras ou por entidades sociais. Quando podem custear as despesas, também fazem cursos pagos. Mas os mecanismos de aprendizagem não se restringem a isso. Existem as artesãs que são autodidatas, as que são ensinadas por pessoas da família, as que aprendem com outros artesãos – participantes da feira ou não – e as que buscam conhecimento na televisão, Internet e revistas especializadas. A maioria alterna o uso desses mecanismos, a depender do que querem aprender e das fontes a que têm acesso.

Quando chegam à Associação e à feira de artesanato, a aprendizagem desse tipo de conteúdo já está, até certo ponto, consolidada e os conhecimentos são testados e aprovados para que possam, então, se juntar ao grupo. Uma vez dentro, o processo de aprendizagem continua e é motivado pela experiência de viver o cotidiano da feira de artesanato, que implica na necessidade de oferecer novidades e peças de qualidade aos clientes. Nesse caso, somam-se aos mecanismos anteriores a interação entre as próprias artesãs, que ensinam técnicas umas às outras. Assim, aprendem a fazer novos produtos ou a melhorar os que já fazem.

A troca interna de conhecimentos é considerada pelas artesãs uma forma de agregar esforços que podem trazer retornos positivos em termos da atratividade da feira, beneficiando todo o grupo (ação econômica). Trata-se também de cooperar em torno de um objetivo comum (cooperação). Além disso, elas consideram que esse tipo de ação é uma forma de praticar a solidariedade para com a colega artesã, fortalecendo-a, para que ela alcance melhores resultados com suas vendas e aumente a chance de melhorar as condições de vida (solidariedade).



A aprendizagem desse tipo de consciência e atitude é fruto das interações que acontecem prioritariamente em duas instâncias de aprendizagem: o outro e a entidade de economia solidária. Mais especificamente, uma artesã aprende que trocar conhecimentos sobre artesanato com as colegas da feira é importante para fortalecer a si mesma e ao grupo (cooperação e ação econômica) e é uma forma de praticar a solidariedade, ao conviver com as artesãs que praticam isso, ao observar essa ação sendo realizada e, somando-se, ao ouvir da liderança da Associação palavras de incentivo ao uso desse mecanismo.

Quando incentiva a troca de conhecimento interno, a Associação entende que pratica a sua responsabilidade em relação à solidariedade, demonstrando preocupação com a melhoria da condição de vida dos associados. Reconhece também que exercer a solidariedade não é uma tarefa fácil e nem sempre é valorizada, mas é uma característica imprescindível para se administrar a Associação.

Para as artesãs, qualquer colega do grupo pode participar e aprender por meio do compartilhamento de conhecimento. Tudo depende do desejo de cada artesã, tanto para aprender quanto para ensinar. Por outro lado, o interesse em ensinar depende da ligação – conquistada na convivência – que se estabelece com quem quer aprender e da percepção, por quem ensina, de que o interesse do outro pela aprendizagem leva em conta o bem do grupo e não apenas razões individuais. Dessa forma, vivenciar a solidariedade e a cooperação depende da boa-vontade entre pessoas. Ela pode existir, ou não, na interação com o colega artesão no andamento cotidiano da feira de artesanato.

Quando as artesãs entram para a Associação, elas não têm conhecimento sobre economia solidária. O termo “economia solidária” as remete ao senso comum que aprenderam com a família do que é ser solidário e praticar a solidariedade. Esse sentido está associado a ajudar o próximo – independentemente de quem ele seja –, oferecer apoio diante das dificuldades do outro e compartilhar coisas, seja no campo material ou não. A solidariedade é compreendida como algo que se manifesta diante da crise, da dificuldade, da situação que está fora do lugar ou do padrão em que deveria estar e que, de alguma forma, prejudica a vida do outro ou do grupo. Nesse sentido comum, quando pensam e falam sobre solidariedade, as artesãs associam esse princípio à ideia de cooperação na dimensão de “colaboração”. Dessa forma, para elas, ser solidário implica em cooperar, em colaborar com o outro e com o grupo, para o bem de todos. As expressões “solidariedade” e “cooperação” muitas vezes são utilizadas como sinônimos.

A família é a instância primária de aprendizagem desse sentido de solidariedade e cooperação. É também o campo no qual se localiza boa parte dos momentos de crise que levam à sua prática. No entanto, a família incita a que isso também seja praticado fora do círculo familiar. Então aparecem também as interações com os “outros” como oportunidades para manifestação da solidariedade e da cooperação. Daí surge o interesse por cooperar em situações de trabalho, em projetos comunitários e outras situações.

A solidariedade e a cooperação, vistas sob essa ótica, são atributos que podem ser aprendidos na participação cotidiana em iniciativas solidárias, seja em que campo for. Quando a pessoa está aberta a desenvolver uma experiência pessoal com o tema, ela aprende a ser solidária e a partir daí novas ações de solidariedade tendem a ser praticadas.

Solidariedade e cooperação são também percebidas como características pessoais; qualidades naturais e espontâneas; atributos que o indivíduo tem mas não sabe explicar a origem e que são manifestados em diferentes momentos e situações da vida. As afirmativas que acompanham essas ideias são do tipo “eu sempre fui solidária, desde criança”, “eu sempre gostei de ajudar os outros”, “eu não sei ver alguém precisando e não ajudar”.

Ao vivenciar o cotidiano da Associação, participar das reuniões do grupo e conviver na feira de artesanato, as artesãs incorporam a ideia de que a solidariedade e a cooperação praticadas entre elas fortalece o grupo e pode trazer retornos positivos para a feira de artesanato como um empreendimento coletivo. As iniciativas de troca de conhecimento interno sobre artesanato vistas como forma de viabilizar a produção coletiva, como já foi mencionado, são um exemplo disso. Por outro lado, embora a Associação seja publicamente reconhecida como uma entidade de economia solidária, nela não existem – e nunca existiram – mecanismos sistematizados de aprendizagem sobre os princípios que a caracterizam como tal.

No início da formação da entidade, os conteúdos relativos a esses temas eram abordados com o grupo pela prefeitura – o governo anterior. Isso acontecia por meio de um ou outro curso ou nas reuniões da Associação que o pessoal do governo costumava acompanhar de perto. Sobre essas ações, porém, as artesãs não conseguem mencionar a variedade dos conteúdos abordados. Em geral se lembram de terem aprendido sobre relacionamento com os clientes e precificação das peças produzidas. Esses conhecimentos passaram a ser praticados desde então e são de grande utilidade para elas no dia a dia do negócio. Mas apenas as artesãs mais antigas vivenciaram essas iniciativas da prefeitura. As

mais novas nunca experimentaram qualquer ação formal nesse sentido. Já faz tempo que são as mais experientes que dão dicas às mais novas sobre essas questões. A Associação não está voltada para mudar isso e espera da prefeitura novas ações tanto para reciclar os conhecimentos das mais antigas sobre economia solidária quanto para preparar a mais novas. A entidade não cogita buscar por si mesma outras fontes de aprendizagem de forma desvinculada da prefeitura.

Outros mecanismos de aprendizagem que já fizeram parte da vida da Associação e eram voltados preferencialmente para as pessoas da diretoria são os fóruns de economia solidária e as visitas técnicas para conhecer outros grupos e suas práticas de autogestão. Essas ações, porém, sempre foram intermediadas pela prefeitura. Com a troca do governo municipal em 2013, elas deixaram de acontecer. Nem a prefeitura, nem a Associação se mobilizam mais em torno desse tipo de ação. A Associação se ressentida da falta de apoio, culpa a prefeitura por isso, mas não tem planos para promover por si mesma qualquer mudança.

Quando o assunto é a autogestão, é possível perceber a aprendizagem que é desenvolvida a partir de situações prévias de trabalho no campo do empreendedorismo familiar. As artesãs que passaram pela experiência de ter o próprio negócio têm em comum a prática de promover a participação de membros da família nas definições relativas aos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações. A “participação” é um elemento com o qual elas têm afinidade e veem valor. É comum que levem esse espírito participativo para o contexto da Associação, manifestando nas reuniões suas ideias e ponderações em torno das questões de interesse comum do grupo de artesãos. Por sua vez, a Associação, por meio da diretoria, participa do cotidiano de cada associado oferecendo a eles ideias para melhorar as vendas, tanto no que diz respeito aos produtos quanto às estratégias.

Há o entendimento de que a participação de todos os associados é importante para a autonomia do grupo – as artesãs utilizam a expressão “andar com as próprias pernas” quando se referem à autonomia. Mas é necessário que o associado saiba participar. Saber participar significa, por exemplo, que ele deve compreender que a reunião é o fórum legítimo de participação dos associados na autogestão da entidade. Um espaço no qual os assuntos de interesse comum são apresentados, discutidos e de onde emanam as decisões do grupo que vão orientar os comportamentos e as ações em favor de todos. As artesãs têm aprendido que

quando essa visão não é levada em conta – e observam que isso acontece em relação aos artesãos mais novos – a autogestão do grupo fica vulnerável.

Embora seja possível analisar alguns motivos para tal situação de vulnerabilidade, as artesãs visualizam apenas um: o tipo de interação que se estabeleceu entre o novo governo municipal – que assumiu em 2013 – e a entidade de economia solidária. A nova gestão tem interferido de várias maneiras na autogestão da Associação; por exemplo, determinou novos dias e horários para funcionamento da feira de artesanato e agregou camelôs como participantes do evento. A Associação, apesar de ter se manifestado contrária às determinações da prefeitura, curvou-se a ela. A prefeitura ameaça a diretoria da entidade de transferir o uso do espaço público para os camelôs caso os artesãos não se disponham a seguir as novas regras. Por sua vez, a diretoria da entidade pressiona e controla os associados para que cumpram as determinações, com medo de perder o espaço para o outro grupo.

As artesãs e a Associação consideram que atualmente a prefeitura e a Associação não estão imbuídos dos mesmos ideais de economia solidária. Muitos artesãos antigos deixaram a entidade em razão disso. Novos artesãos têm se juntado a ela, mas não estão munidos dos princípios da economia solidária. A postura adotada pelos novatos é a de se manterem calados nas reuniões da entidade, segundo as artesãs, porque não querem perder a oportunidade de expor na feira de artesanato. Os esforços das mais antigas para incentivar os mais novos a participarem não têm sido suficientes diante do medo que se instalou entre eles. A entidade acredita que uma pequena parcela dos integrantes da Associação atuam conscientemente nos moldes da economia solidária; os demais não têm essa postura porque não sabem ou atuam sem saber que o que fazem tem conexão com economia solidária.

Ainda no contexto da interação com a prefeitura, o princípio da ação econômica também não tem sido praticado. As artesãs e a Associação reclamam da falta de convites para que a entidade participe de eventos – exposições e festas – promovidos pelo poder público municipal. Eles não compreendem por que isso tem acontecido, já que a entidade cedeu a todas as determinações da prefeitura e interpretam essa postura como falta de apoio.

Administrar a Associação nunca foi fácil. A experiência mostra que é pela prática e pela interação com outros que se aprende a administrar a entidade. Aprender a cuidar da dimensão financeira é um dos grandes desafios. A AAAPD não promove a divisão igualitária da renda obtida com as vendas na feira de artesanato. Cada artesão fica com o que arrecada, mas cumpre a obrigação de pagar uma mensalidade para que a Associação tenha condições

de arcar com as despesas comuns da entidade. Eles acreditam que esse modelo de gestão é justo e não fere os princípios da economia solidária.

Excluindo-se a instância da família e a do próprio indivíduo, o poder público local exerce forte influência sobre os processos de aprendizagem que acontecem nas demais instâncias. Historicamente é ele quem toma a iniciativa, impulsiona e mantém a maior parte dos mecanismos. A própria reunião dos artesãos de Diadema em associação – de economia solidária – foi escolha do governo. Assim sendo, não é incoerente dizer que os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica no âmbito da Associação são, em sua maioria, atrelados às iniciativas e estratégias de governo do poder público local, com quem a entidade mantém forte relação de dependência, que, por sua vez, constitui a principal dificuldade na condução de suas atividades e na disseminação, vivência e manifestação coletiva desses princípios de base da economia solidária.

### **5.5. Contextualização: ajustando para uma perspectiva mais ampla do mundo social aquilo que se aprendeu sobre o fenômeno**

A contextualização constitui a sexta e última etapa de aplicação do método interacionista. A ideia aqui é retomar o fenômeno construído na fase anterior e examinar como ele se comporta diante do mundo social mais amplo. Fazer essa comparação implica em colocar os elementos do fenômeno diante da teoria que, até então, foi deixada em suspenso e verificar se e como as experiências vividas pelas artesãs provocam alterações nesses conceitos.

Como isso é feito neste estudo? Interpretando como os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos artesãos da AAAPD se articulam com os significados que esses elementos de base da economia solidária possuem no contexto amplo do mundo social no qual essa “outra economia” está inserida. Em outras palavras, a ideia é refletir sobre como os conteúdos que os artesãos aprendem, as ações-chave dos processos de aprendizagem, as razões que os levam a aprender e como vivem e manifestam o que aprendem estão relacionados aos significados que a literatura atribui aos elementos de base da economia solidária. A teoria da aprendizagem social, conceitos do campo da economia solidária e pressupostos da abordagem interacionista, conforme já delimitados neste estudo, são utilizados para dar suporte às reflexões.

É importante também deixar claro que as reflexões expressam o posicionamento assumido pela pesquisadora em relação ao fenômeno. O leitor, por sua vez, poderá não só posicionar-se de forma diferente como também produzir reflexões para além daquelas que serão destacadas aqui.

### **O percurso entre a aprendizagem do artesanato e a entrada do artesão para a Associação: um campo minado**

Quando se olha para as vidas das participantes antes de se tornarem artesãs percebe-se que algumas características são convergentes. A maioria é de origem familiar simples porém nenhuma mencionou um passado de extrema pobreza. Grande parte nasceu e foi criada fora de Diadema e para a região da Grande São Paulo se dirigiu movida pelo desejo de conquistar níveis melhores de educação e/ou trabalho do que aqueles que seriam possíveis em suas terras natais. A maioria completou o ensino médio e nenhuma possui grau superior.

Até se tornarem artesãs, a maior parte passou por variadas experiências de trabalho nos segmentos de indústria, comércio e serviços. Em alguns casos, quando saíam de um emprego ingressavam em outro para fazer algo completamente diferente do anterior. Algumas chegaram a trabalhar em negócio próprio por um período de suas vidas. Esses comportamentos mostram que as participantes não se intimidam diante da possibilidade de experimentar o “novo”, aquilo que é diferente do que estão acostumadas. O artesanato aparece como uma escolha desse tipo.

As razões que levaram essas mulheres a aprenderem o artesanato estão centralizadas em torno de três categorias: a) desgaste em relação às condições anteriores de trabalho – seja como funcionária ou dona do próprio negócio – criando o desejo de trabalhar com algo mais “light” e flexível; b) objeção ou restrição relacionada a algum membro da família – em geral, maridos, filhos ou mães – que impede ou dificulta o trabalho fora de casa; e c) necessidade de realizar alguma atividade que preenchesse o vazio existencial ou o tédio que por alguma razão elas passaram a sentir em determinados momentos da vida.

Em apenas uma das histórias o artesanato acompanhou a vida da entrevistada desde a infância e foi ensinado pela mãe e executado no sentido de obter renda para a família. Na maioria dos casos as participantes veem o ofício como uma fonte ou complemento de renda.

Às vezes o interesse está mais relacionado ao efeito terapêutico que ele proporciona do que à questão financeira.

No contexto dos elementos de base da economia solidária, a aprendizagem do artesanato está ligada à ação econômica. Entende-se por ação econômica “a agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo” (SIES, 2007, p. 17). Os mecanismos de aprendizagem variam dos formais aos informais. As artesãs aprendem com a família, com elas mesmas (são autodidatas), com amigos, conhecidos, vizinhos, outros artesãos, cursos pagos, entidades beneficentes e também em cursos gratuitos promovidos, ou não, pelo poder público.

Não é incoerente, portanto, afirmar, pela ótica da teoria da aprendizagem social, que no grupo em estudo o processo de aprendizagem do princípio da ação econômica começa antes mesmo de o artesão se associar à entidade de economia solidária, o que, em outras palavras, significa dizer que esse processo ultrapassa as fronteiras da economia solidária como mundo social. Os mundos sociais interagem uns com os outros de forma intensa, o que torna difícil encontrar e caracterizar suas fronteiras. Além disso, os processos que acontecem neles geram implicações e transversalidades uns nos outros (STRAUSS, 2008).

É compreensível que boa parte do processo de aprendizagem do artesanato seja realizado fora do âmbito da economia solidária como ambiente no qual a atividade é realizada (mundo social). Se o leitor retomar as cinco instâncias de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária (Figura 6) extraídas das histórias de vida das artesãs constatará que essa característica de transcendência está contemplada. Elas expressam a ideia da transversalidade do mundo social, conforme apontado por Strauss (2008). Por outro lado, o percurso entre a aprendizagem do artesanato e a entrada do artesão para a Associação é um caminho minado por paradoxos que impactam os processos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária, sobre os quais é necessário refletir.

#### *Processo seletivo versus inclusão social, ação econômica e cooperação*

No estado de São Paulo, toda pessoa que deseje trabalhar como artesão precisa ser registrado na Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO), uma autarquia do governo estadual que realiza o registro formal do artesão mediante uma

sistemática de demonstração do ofício diante de uma comissão de avaliação. Nessa ocasião o artesanato é avaliado e, se aprovado, o artesão recebe a carteirinha que o identifica como profissional da área (SUTACO, 2014). Independentemente do modo de produção adotado, se de economia solidária ou não, e de onde pretenda expor os trabalhos, esse é o caminho para conseguir o registro que permite ao artesão do estado de São Paulo exercer a profissão.

No âmbito da Associação, porém, esse registro não é suficiente para ser aceito como participante. Existe um processo de seleção próprio da entidade que determina que o “candidato” deve confeccionar uma peça do artesanato que pretende expor na feira diante de uma comissão de avaliação formada por integrantes da diretoria da Associação e representantes da Prefeitura de Diadema. O objetivo é que ele comprove que sabe realizar seu ofício. Além disso, observa-se a qualidade do produto. Também faz parte do processo seletivo analisar se o tipo de produto que o “candidato” deseja expor já não existe na feira. Não se admite que mais de dois expositores trabalhem com o mesmo tipo de produto para que não se estimulem a repetitividade e a concorrência interna. Mediante a avaliação do trabalho do artesão nesses três quesitos – produção, qualidade e concorrência –, a comissão de avaliadores aceita ou rejeita a participação do “candidato” na Associação. Já houve casos de profissionais terem sido rejeitados por já haver dois expositores do mesmo produto na feira.

Não se questiona aqui a necessidade de o artesão ter que demonstrar competência no ofício para poder exercer a profissão, nem o fato de a Associação querer conhecer o trabalho dele antes de admiti-lo no grupo. É compreensível o interesse por conhecer o artesanato que ele consegue produzir e que é fruto dos processos de aprendizagem pelos quais passou antes de chegar à Associação. O que, então, há de paradoxal nesse percurso?

Embora as participantes da pesquisa não tenham, elas mesmas, encontrado dificuldade para ingressar na Associação, o processo seletivo adotado pela entidade e prefeitura é tão excludente quanto aqueles realizados pelas organizações da economia capitalista. Ele coloca o artesão na condição de “candidato” que pode ser aceito ou rejeitado, ganhar ou perder a vaga; não de alguém que deseja se “associar” aos seus iguais para produzir, comercializar, consumir e poupar (SINGER, 2002). Também não utiliza o potencial da ação econômica para promover a inclusão social, que é uma das preocupações do MTE ao considerar e tratar a economia solidária (BRASIL, 2012).

Somado a isso, quando a Associação justifica o uso de um critério de exclusão como forma de evitar a “competição interna”, contrariamente ao que pretende, ela acaba



fortalecendo essa preocupação entre os associados. Por consequência, enfraquece-se o processo de aprendizagem da cooperação, entendida como “existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades” (SIES, 2007, p. 17). Como os artesãos podem aprender a “cooperar”, no sentido apregoado pela economia solidária, se no ambiente há preocupação com competição? “Competição e cooperação são, a rigor, incompatíveis entre si” (SINGER, 2002, p. 18).

### *Processo seletivo versus autogestão*

Ainda sobre o que o processo seletivo pode representar no âmbito dos processos de aprendizagem na Associação, é importante estar atento à participação da prefeitura. Não se pode perder de vista que, como entidade de economia solidária, a Associação precisa praticar a “autogestão” – que é outro princípio de base da economia solidária. No entanto, sabe-se que não existe impedimento a que ela utilize o auxílio das entidades de apoio e fomento (EAF) para construir o conhecimento necessário para isso, já que essa forma de funcionamento é bastante difícil para os empreendimentos de economia solidária (SILVA, 2012). Por outro lado, isso não pode significar “interferência nas decisões” da Associação, por mais que a interação compreendida entre ela e a prefeitura – ou qualquer outro apoiador – seja vista como de parceria; ao contrário, todos os momentos de interação com os parceiros devem conduzir à aprendizagem da autogestão. O processo seletivo estabelecido pela prefeitura nos primórdios de organização da Associação e que ainda hoje é cumprido revela que a entidade ainda não aprendeu a autogestão e não a exerce completamente. Mais adiante, as análises de outras situações vividas pelas artesãs adicionarão mais exemplos a essa constatação.

### *O “velho mundo novo” da economia solidária*

Depois de investir tempo, esforço e, em alguns casos, dinheiro para aprender o artesanato, está na hora de expor e vender os trabalhos. A maior parte das artesãs busca uma nova forma de renda. Esse desejo as leva a procurar oportunidades e espaços que as acolham e onde possam trabalhar com a sua arte. No grupo estudado, percebe-se que esse é o principal interesse que as leva a se juntarem à Associação. Sem isso, não é possível participar da feira de artesanato.

Fazer parte da economia solidária é algo que elas assumem sem saber o que significa e quais são as implicações dessa decisão. A fala de Denise expressa bem e desconexão entre a artesã e a economia solidária:

[...] As pessoas falavam assim: "Olha, aqui nós somos uma associação. Então você vai depender de você. Você vai agora fazer a ficha e dizer o segmento que irá trabalhar". Eu falei assim: "Olha, eu quero fazer o macramê. Vocês vão especificar o que eu vou fazer ou eu posso fazer tudo em macramê?". Aí eles falaram: "Tudo em macramê. Igual a quem faz crochê, que só faz crochê. O que você puder fazer em macramê você faz". E nessa eu me associei. Então na época até então não tinha essa de economia solidária. Foi mudar agora este ano. O novo prefeito resolveu mudar algumas coisas e implantar esse negócio de economia solidária. (DENISE)

Outra fala que expressa distanciamento entre a artesã e a economia solidária é a de Nair, para quem economia solidária é assunto de interesse da prefeitura e não da Associação.

Você sabe que esse supervisor novo que entrou aí com o novo prefeito, ele fala tanto em economia solidária. É a gente ajudar o próximo? [...] Ajudar o próximo, participar de todas as... Como assim... Ter uma entidade e a gente participar, ver o que precisa e o que não precisa, não é assim economia solidária? Acho que é isso, não é? Ele (o pessoal da prefeitura) sempre falou tanto lá, é tanta coisa (risos). O Luis e esse outro careca aí (ambos da prefeitura). Nossa! Ele fala tanto que a gente fica até embananada, não fica? Muita economia solidária que ele fala que acontece lá dentro na prefeitura, coisas que eles fazem no dia a dia. Aí a gente vai falando, vai entrando, vai saindo... Porque a gente fala: "Isso aí não interessa muito". Não é verdade? Uma coisa que é tão dele. Agora quando faz parte da gente a gente presta mais atenção. (NAIR)

Tanto Denise quanto Nair são artesãs com bastante tempo de afiliação à Associação (seis e sete anos, respectivamente) e além de serem participantes assíduas das reuniões da entidade, passaram pelas capacitações em economia solidária oferecidas pela prefeitura (governo anterior) desde o início da criação da Associação. Como podem, então, expressar tamanho distanciamento em relação ao tema da economia solidária?

Acontece que a economia solidária para elas – e para as demais entrevistadas – representa um “velho novo mundo”. Os trechos a seguir associam essa ideia à teoria da aprendizagem social. Para isso, retomam-se as relações de influência entre “atividade”, “ambiente” e “experiência” nas perspectivas de Elkjaer (2003) e Dewey (1936; 1978).

Para Elkjaer (2003) toda atividade humana, seja ela específica, delimitada, intencional ou não, implica em aprendizagem. Toda aprendizagem acontece num ambiente social. Assim, o caráter social da aprendizagem envolve considerar indivíduo e ambiente conjuntamente. O ambiente é gerador de condições que desenvolvem ou embaraçam, estimulam ou inibem a

atividade (DEWEY, 1936). Ambiente é tudo o que influi na atividade para que ela aconteça ou se iniba. Segundo Dewey (1936) o ambiente social é o lugar onde as atividades acontecem. Se a atividade gera aprendizagem, o ambiente social também é lugar de aprendizagem. Elkjaer (2003) concorda com essa ideia e acrescenta que o conteúdo da aprendizagem é específico do contexto (ambiente) em que ela acontece.

Levando-se em conta esses conceitos, é coerente afirmar que as instâncias de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária são ambientes de aprendizagem. Cada ambiente gera ou inibe as condições e os conteúdos necessários para que a aprendizagem desses princípios aconteça. Já se analisou, por exemplo, que as instâncias que compreendem o próprio artesão e a família são altamente geradoras de aprendizagem de um elemento primordial para a ação econômica no grupo de artesãos: o artesanato. De forma semelhante, já se questionou o processo seletivo instituído pela prefeitura nas práticas da Associação como inibidor da aprendizagem da cooperação e da autogestão. No primeiro contato das artesãs com o que, para a maioria, é o “novo mundo” da economia solidária, elas se deparam com uma prática totalmente “velha”.

Na medida em que entram para o “novo mundo”, as artesãs começam a desenvolver experiências em torno dele. Dewey (1978) define a experiência como algo que acontece na interação entre um e outro e que geralmente culmina em algum tipo de modificação para uma das partes. Elkjaer (2004, p. 3) sintetiza o pensamento do autor nas seguintes palavras: “Dewey compreende a experiência como a relação entre o indivíduo e o ambiente e a formação contínua e mútua de ambos. Experiência é, pois, tanto um processo quanto um produto”. Para a autora, experiências resultam do modo como as pessoas vivem e de suas associações com outras pessoas, o que vai depender das próprias características pessoais e de como elas se relacionam com os outros. Somente quando a pessoa é capaz estabelecer a relação entre suas ações, as consequências que elas acarretam e suas experiências do presente, é que a experiência gera aprendizagem.

As histórias das artesãs e da Associação revelam que tanto os conteúdos quanto os mecanismos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária, desenvolvidos nas instâncias (ambientes) que entram em ação a partir da adesão da artesã à Associação, não têm provocado experiências que levam à compreensão e à prática desses elementos tal como concebidos pelo MTE. As experiências que as artesãs desenvolvem a partir de quando entram para a entidade, em sua maioria, pouco levam-nas a construir compreensões da economia

solidária como um “novo mundo”. Não as ascendem a outro nível de conhecimento que permita com que enxerguem que essa outra economia é mais do que a ideia de solidariedade concebida pelo senso comum. Portanto, não se constituem em experiências, segundo a concepção de Dewey (1978), que passam por um processo de reflexão, por meio do qual se transformam em conhecimento e possibilitam a reconstrução da realidade.

Dessa forma, sob a ótica da experiência, percebe-se que as situações encontradas no campo revelam a insuficiência dos processos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária no grupo em estudo, culminando em compreensões e práticas, em grande parte, equivocadas, até mesmo pelas artesãs mais antigas, como Denise e Nair, que não conseguem ascender ao “novo”.

O que é o “novo”? É tudo aquilo que a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a autogestão significam quando colocados no contexto de outro modo de produção. Onde está o equívoco? Está em que elas não apreendem suficientemente esses conceitos. Com o decorrer do tempo o conhecimento sobre as bases da economia solidária permanece tão superficial e limitado como quando elas entraram para a Associação. É dessa fragilidade que surgem também falas do tipo “companhia solidária” (termo usado três vezes por Maria das Graças em vez de “economia solidária”); “Para mim, economia solidária é você colaborar com alguém” (LOÍSE); “No meu dia a dia eu sou uma pessoa muito solidária mesmo. Gosto muito de ajudar os outros” (CÉLIA).

O que se percebe é que os mecanismos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária existentes no contexto do grupo estudado não dão conta de estimular um conhecimento profundo sobre o que esses elementos representam, tanto do ponto de vista ideológico quanto prático. Essa constatação corrobora com Silva (2011), para quem o aspecto da formação é bastante frágil para os EES no Brasil no que diz respeito à construção de conhecimentos e estratégias de funcionamento.

Em razão disso permanecem na mente, no comportamento e na interação das artesãs ideias localizadas no senso comum. Solidariedade e cooperação, para elas, são palavras sinônimas que significam “ajudar o próximo”. Autogestão e ação econômica são termos não utilizados pelo grupo, mas que, pelas histórias, é possível perceber que significam, respectivamente, “andar com as próprias pernas” e “ajudar o colega a melhorar seu artesanato para poder vender mais”.

### **O elefante só fica preso às correntes porque não sabe a força que tem e ninguém fez questão de lhe contar isso**

O processo de domesticação de um elefante envolve mecanismos que fazem com que obedeça ao tratador desde a infância até a idade adulta. Acostumado a obedecer, ele cresce sem saber a força que tem. Permanece onde o tratador o coloca, preso por correntes a uma estaca. Sem conhecer a própria força, não sabe que pode quebrar as correntes, arrancar a estaca e sair correndo dali.

As histórias das artesãs contextualizadas pela história da Associação, com todo o respeito que esses atores merecem – artesãs, Associação e elefante –, permitem uma analogia à triste situação do animal que se submete às correntes do tratador por não conhecer a própria força e não saber como usá-la a seu favor. O poder do tratador sobre o elefante está na falta de conhecimento que este tem da própria capacidade e do que ele pode fazer com ela e nas lembranças que possui do sofrimento que o acometeu toda vez que tentou se revoltar contra as correntes.

No grupo estudado, a insuficiência de conhecimento sobre os elementos de base da economia solidária leva ao desempoderamento das artesãs, da Associação e, num plano mais amplo, da própria economia solidária. Elkjaer (2003a) alerta que quando o ponto focal da aprendizagem é entendido como a participação das pessoas nos mundos sociais intra-se, necessariamente, numa arena de conflitos e poder. Além disso, as possibilidades de aprendizagem são definidas a partir da estrutura social da organização e das relações de poder ali presentes. Por essas razões, a autora defende que se olhe para possíveis interferências das relações de poder sobre os processos de aprendizagem no campo da administração.

As histórias das artesãs e da AAAPD estão repletas de elementos para alimentar essa discussão. A começar pela origem da entidade, percebe-se que a reunião dos artesãos em uma feira de artesanato ocorreu por iniciativa da prefeitura que foi também quem definiu que o grupo trabalharia no modo de produção da economia solidária. A história da Associação deixa claro que o poder público exerceu a liderança de todos os processos que culminaram na existência da entidade. Foi ele também quem providenciou as situações de aprendizagem formal sobre os elementos de base da economia solidária (cursos, participação em fóruns e intercâmbio com outras EES) e ofereceu apoio logístico para a entidade (espaço para

exposição, barracas, montagem, desmontagem e transporte das estruturas). De 2006 a 2012 a Associação teve na prefeitura a figura de uma “mãe” (termo usado por Janete, então presidente da entidade, para definir o tipo de relacionamento que mantinha com o governo anterior). Por outro lado, todo esse “cuidado de mãe” que o poder público dispensou à Associação resultou na formação das correntes que até hoje mantêm o elefante preso, ainda que já tenham se passado sete anos desde os primeiros esforços feitos pela prefeitura para reunir um grupo de artesãos e organizá-los numa feira de artesanato numa das praças de Diadema.

Mesmo que a intenção da prefeitura jamais tenha sido esta – e não se ousa fazer aqui qualquer análise a esse respeito visto que o poder público não foi ouvido na pesquisa –, essa é a realidade que se pode observar no comportamento das artesãs e da Associação. Os poucos mecanismos de aprendizagem desenvolvidos ao longo dos anos não foram suficientes para dar conta de formar artesãos com conhecimentos sólidos dos conteúdos e da ideologia presentes nos conceitos de cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica como elementos de base da economia solidária e do poder que esse conhecimento lhes confere. De fato, outra analogia possível da situação encontrada no campo refere-se à ideia de que “deu-se o peixe, mas não se ensinou a pescar”. Os artesãos, por sua vez, acostumaram-se a receber o peixe. Eles esperam pelo peixe. Não aprenderam a pescar sozinhos. Não tomam a vara de pescar nas próprias mãos e saem convictos de que precisam, podem e devem providenciar eles mesmos o peixe. Estão sempre na dependência de que lhes tragam o peixe. Se não trazem, se aborrecem. São tão dependentes que, mesmo aborrecidos diante da falta ou da dificuldade em obter o peixe, preferem não se manifestar porque têm medo de que nunca mais lhe deem sequer um reles peixinho. Os artesãos da Associação não desenvolveram o “saber como ser competente num ambiente” (ANTONELLO; GODOY, 2011c, p. 36) e por isso vivem e promovem uma economia solidária aquém do que poderia ser.

Em termos práticos, como a analogia apresentada acima se manifesta no âmbito das instâncias de aprendizagem que entram em cena tão logo o artesão se filia à Associação? A pergunta leva novamente à Figura 7 deste estudo que mostra que os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica, no âmbito da Associação, estão confinados às iniciativas e estratégias de governo do poder público local, com quem a entidade mantém forte relação de dependência, que, por sua vez, constitui a principal dificuldade na condução de suas atividades e na disseminação, vivência e manifestação coletiva desses princípios de base da economia solidária.

As histórias de vida mostram que os artesãos estudados nunca exerceram plenamente os princípios da economia solidária, seja no período em que o poder estava nas mãos do governo anterior – aquele que fundou e acompanhou a trajetória da Associação – ou no atual (desde 2013), em que Diadema é comandada por uma nova equipe de gestores públicos de outro partido político.

Hoje a maior parte das participantes desta pesquisa relata muitas dificuldades na interação com o atual governo. Os trechos a seguir expressam alguns desses problemas.

Inserção de camelôs como expositores no mesmo espaço que é ocupado pelos artesãos:

Agora não estou vendo tanta (cooperação), está uma coisa meio individualista, depois dessa mudança que o prefeito colocou. Antigamente a feira era uma coisa mais unida, mas o prefeito cedeu espaços para os camelôs montarem barracas. Então às vezes fica uma coisa meio... Igual a presidente da Associação falou assim: "Se a gente não segurar aqui o espaço de nossa barraca, o prefeito vai colocar camelô". Então ficou uma coisa meio individualista porque a gente tem que cada um correr atrás do seu. Antigamente a gente era mais unido, né? Não tinha essa de "ah, fulano não veio hoje, então ela vai perder a sua barraca". Se a gente começar a faltar agora, a gente tem que sair da associação para ceder espaço para outros. (DENISE)

Transporte, montagem e desmontagem das barracas da feira:

Para guardar as barracas para a gente na prefeitura teve que falar com uma vereadora aí, conhecida minha e que mora no meu bairro. Perguntamos a ela no que ela poderia nos ajudar. Ela foi, falou, conversou com o vereador sei lá quem e o cara falou: "Não, não, a partir do tal dia a gente vai guardar". Quer dizer, a gente vai ter sempre que ir lá. Agora a gente precisa de alguém para montar e desmontar. Pelo menos quatro homens, três para montar e desmontar. A gente não é tão fortezinha assim para ficar toda semana. (LOÍSE)

Ausência de convites para participar de eventos promovidos pela prefeitura:

[...] Inclusive a gente não é nem convidado pros eventos nem nada. Por quê? Teve um evento aqui na Praça da Moça e a gente não foi convidado. Tinha barraquinha de artesanato. Então tinha que ter a Associação, né? Também. É a prefeitura que organiza todos os eventos. Se a diretoria não ficou sabendo a gente também não ficou sabendo pra ir lá (na prefeitura) pedir. (LOÍSE)

Aumento dos dias de realização da feira:

Aí eu falei: "Bom, eu vou tentar trabalhar do jeito que eu posso, que é de sexta e sábado, mas do jeito que o prefeito quer não tem como". Aí ele falou: "Então vou ceder o espaço de vocês para outros que querem trabalhar", que é o pessoal que trabalha como camelô. (DENISE)

### Presença de pessoas da prefeitura nas reuniões da Associação:

Ah, intimidada (a presença de pessoas da prefeitura nas reuniões da Associação). Porque uma pessoa abre a boca... "Gente, você concorda comigo ou não?". Aí a pessoa olha para um lado, olha para o outro, como quem diz "Se eu abrir a boca, será que ele (o representante da prefeitura) vai querer..." Será porque ele vai falar assim: "Ah, eu fiz feiras em outros lugares, eu ajudei outros lugares a montar feiras e aqui eu sei que a feira pode aumentar, né? A feira não ser não só uma feira de artesanato, economia solidária, mas uma coisa grandiosa". Era isso que ele falava (nas reuniões), mas essa "grandiosa", em vez de crescer a gente está encolhendo. Porque ele está colocando regras, horários. Gente, a gente está parecendo uma loja aqui agora, só que a desvantagem é que a gente não tem registro em carteira. (DENISE)

### Sentimento de dependência total da prefeitura:

... O espaço é da prefeitura. E se a gente quer mais alguma coisa tem que ir atrás com eles. Porque se não for com eles quem é que vai ajudar? E é lá que eles vão ajudar. Não tem outro jeito. Tem que ir atrás deles. (MARIA DAS GRAÇAS)

Quando comparadas ao que Elkjaer (2011) aponta acerca das influências do poder sobre os processos de aprendizagem nas organizações a partir dos estudos que ela e colaboradores realizaram, as falas das artesãs indicam resultados semelhantes. O poder da figura tida como superior (a "mãe" citada pela presidente da Associação) de certa forma não permite que os artesãos caminhem sozinhos. Especialmente sob o comando dos gestores que assumiram a prefeitura a partir de 2013, o poder tem sido usado para controlar o comportamento das artesãs na forma de coação, o que leva o indivíduo a participar involuntariamente de uma atividade mais por medo do que possa acontecer com ele do que por reconhecer os benefícios do envolvimento. Isso tem impactado até mesmo nas interações entre as artesãs no interior da Associação. De fato, o poder molda a forma das pessoas se relacionarem umas com as outras ao definir padrões de sociabilidade em qualquer contexto (ELKJAER; SIMPSON, 2006).

Muitas das dificuldades que as artesãs atualmente encontram na interação com o atual governo provavelmente não existiriam, ou teriam seus efeitos minimizados, se tivessem aprendido a administrar a entidade de economia solidária de forma verdadeiramente autogestionada. A autogestão implica em "práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, contribuindo para a emancipação do trabalho ao tornar cada pessoa associada consciente e corresponsável pelos interesses e objetivos, que são assumidos coletivamente" (SILVA, 2011, p. 61).



Assim como mostram os resultados dos estudos de Elkjaer (2003b) a respeito dos benefícios para a aprendizagem quando os funcionários da empresa são convidados a participar das decisões sobre como atingirão as metas organizacionais, praticar a autogestão é o que empodera os empreendedores da economia solidária em relação às decisões e promove a institucionalização da ação reflexiva. Isso faz aumentar o desenvolvimento da aprendizagem como ação contínua, além de fomentar a aprendizagem de competências como criatividade, inovação e cooperação entre funcionários.

Praticar a autogestão pode ser entendido como “pescar o próprio peixe”. Por outro lado, esse princípio da economia solidária não é tão simples de ser aprendido nem praticado. Requer que, além de fazer o próprio trabalho, o artesão realize um esforço adicional para se envolver nos problemas gerais da entidade. A história da Associação, contada por Janete, que exerceu a presidência da entidade por dois anos, mostra que poucos são aqueles artesãos que estão dispostos a oferecer tal esforço. Mas isso não é de se estranhar. Singer (2002, p. 19) alerta que “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”.

Investir no fortalecimento dos mecanismos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária é o caminho para o empoderamento de quem vive esse mundo social. É necessário que faça parte desses mecanismos o exame contínuo de como cada instância de aprendizagem tem contribuído como ambiente favorável ao desenvolvimento do conhecimento dos artesãos sobre esses conteúdos, para que possam empoderar-se deles e exercê-los plenamente. Essa preocupação vai ao encontro dos pressupostos da teoria da aprendizagem social e do interacionismo interpretativo e é também uma contribuição que se pode esperar da aplicação conjunta dessas abordagens para o estudo da AO.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo voltou-se à compreensão de como se desenvolvem os processos de aprendizagem no contexto de uma organização de economia solidária. Ele apresenta um conjunto de reflexões que permitem ampliar o conhecimento sobre aprendizagem em contextos organizacionais diferentes daqueles da economia privada, o que é uma necessidade da agenda de pesquisa de AO no Brasil.

Também cumpre a tarefa de contribuir para preencher a lacuna, identificada por Antonello e Godoy (2011a) quanto à inexistência de um foco investigativo que traga para a arena das discussões em AO um tipo de questionamento que permita analisar “o que” e “como” os ambientes sociais e as formas de participação influenciam nas práticas particulares de atividade e de conhecimento. Em outras palavras, “clarificar como o processo de aprendizagem dos atores organizacionais está imbricado nos ambientes sociais” (ANTONELLO, GODOY, 2011a, p. 588). Ao fazer isso, o estudo contribui para o avanço de uma visão mais ampliada da AO como um processo que é construído socialmente pelas interações entre os indivíduos no ambiente de trabalho (ELKJAER, 2003).

Foram examinados os processos de aprendizagem no contexto da economia solidária a partir dos quatro princípios norteadores definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego: a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a ação econômica (SIES, 2007).

Definiu-se como objetivo geral *identificar, descrever e analisar como se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica de empreendedores da economia solidária pertencentes a uma associação de artesãos para atuarem nessa outra economia.*

A perspectiva de Engeström (2001) inspirou a formulação de quatro objetivos específicos que ajudaram a conduzir o estudo e que foram articulados no sentido de preencher uma outra lacuna apontada por Godoy e Antonello (2011, p. 57) acerca da escassez de estudos brasileiros em AO que investiguem esse fenômeno “como processo, considerando inclusive seus aspectos sociais e políticos”. Assim sendo buscou-se identificar *quem são os sujeitos de aprendizagem da economia solidária (como são definidos e onde se localizam); por que eles aprendem (que motivos os levam a aprender); o que aprendem (quais conteúdos eles aprendem e quais são os desfechos disso); como aprendem (quais são as ações-chave dos processos de aprendizagem).*

O arcabouço teórico selecionado para fundamentar o estudo é composto pelo interacionismo interpretativo (Denzin, 2001) e a teoria da aprendizagem social (Elkjaer, 2003a).

Entende-se aqui que essas duas abordagens são convergentes pois colocam as experiências vividas pelas pessoas no seu cotidiano como pontos de partida para a compreensão dos fenômenos sociais.

O campo de pesquisa foi contextualizado a partir dos conceitos e marcos históricos estabelecidos pela economia solidária e apresentados por Singer (2002), França-Filho (2007), Lechat (2002), Gaiger (2003) e Silva (2011), assim como pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2012). Retomando-se as ideias norteadoras desse movimento, explicita-se, abaixo, o sentido atribuído aos termos cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade no âmbito do estudo aqui apresentado.

Por *cooperação* entende-se a “existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades” (SIES, 2007, p. 17). *Autogestão* significa o “exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesse” (SIES, 2007, p. 17). *Ação econômica* diz respeito à “agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo” (SIES, 2007, p. 17). E *solidariedade*, por sua vez, refere-se à “preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores” (SIES, 2007, p. 17). Os processos de aprendizagem desses aspectos pelos artesãos é que constituem o fenômeno a ser estudado.

Ainda que exista uma estrutura organizativa da economia solidária no Brasil, incluindo não só as EES mas também as entidades de apoio e fomento, em vários níveis, e as políticas públicas que orientam sobre o tema, uma das principais demandas dos empreendedores da economia solidária no País diz respeito à formação. A construção de conhecimento e as estratégias de funcionamento dos EES são os principais itens demandados. O crescimento do movimento da economia solidária no Brasil depende, em grande parte, do aprimoramento da formação (Silva, 2011), e este estudo buscou oferecer contribuição nesse sentido. Para tanto,

pensou-se na formação a partir da reflexão sobre os processos de aprendizagem dos aspectos ou ideias norteadoras que alicerçam a economia solidária.

A organização escolhida para realização da pesquisa foi a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema-SP (AAAPD). Pesquisar aprendizagem junto a uma associação de artesãos representou a oportunidade de adentrar num campo que hoje é pouco explorado no âmbito dos estudos de aprendizagem em organizações. Para a captura do fenômeno foram realizadas oito entrevistas, das quais sete com artesãs e uma com a AAAPD. Todas as participantes estão na Associação há 3 anos ou mais. As conversas foram realizadas durante a exposição da feira de artesanato, na Praça Castelo Branco, em Diadema, durante cinco sábados não sequenciais.

As entrevistas com as artesãs focaram suas histórias de vida, em especial seu percurso profissional, desde as primeiras experiências no mercado de trabalho até os dias de hoje. A entrevista com a Associação voltou-se para quatro pontos fundamentais: a) caracterizar a AAAPD; b) identificar se e como ela participa dos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos associados; c) identificar as dificuldades encontradas no desenrolar de suas atividades que possam de alguma forma interferir nos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos associados; e d) identificar na história da AAAPD e na forma como ela conduz suas atividades como a entidade vive e manifesta a solidariedade.

Os materiais gravados e transcritos originaram as histórias de vida, de descrição densa (apoiadas metodologicamente nas orientações de Denzin, 1989, 2001) e que foram utilizadas para identificar, descrever e analisar os processos de aprendizagem estudados. Procurou-se traçar a evolução e o desenvolvimento dos acontecimentos e descrever as intenções e significados das ações segundo o ponto de vista dos participantes da pesquisa.

A partir das histórias de vida – densamente descritas – a pesquisadora realizou o *bracketing*. Essa etapa consistiu na identificação das diferentes leituras do fenômeno em estudo, comparando e combinando esses resultados a fim de obter uma representação pormenorizada de como ele é vivido. O *bracketing* permitiu identificar dez frases-chave que representam os elementos que compõem as histórias de vida das pesquisadas: 1) a origem familiar; 2) rumo à cidade de Diadema; 3) as experiências de trabalho antes do artesanato; 4) enfrentando percalços na trajetória de trabalho; 5) de funcionária à dona do próprio negócio; 6) o encontro com o artesanato como trabalho; 7) a aprendizagem do artesanato; 8) entrando

para a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema; 9) para mim economia solidária é ...; e 10) é assim que eu aprendo, vivo e manifesto a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a ação econômica. Todas as participantes, à sua própria maneira, relataram experiências relativas a esses tópicos.

A análise das características recorrentes das histórias de vida levou ao reconhecimento de *cinco instâncias de aprendizagem* nas quais se localizam as experiências de interação – e também as epifanias – que, de forma direta ou indireta, conduzem à aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica:

- f) *A família* (todo e qualquer membro da família);
- g) *O indivíduo* (diz respeito àquilo que o indivíduo atribui a si mesmo, como característica pessoal, e qualquer outra coisa que ele descobre na relação consigo mesmo);
- h) *O outro* (que pode ser um outro artesão, um amigo, outro grupo de economia solidária, um trabalho fora do âmbito da entidade de economia solidária, uma universidade, um prestador de serviço ou qualquer ‘outro’ que não esteja representado em nenhuma das demais instâncias);
- i) *A entidade de economia solidária* (no caso deste estudo a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema vista a partir do artesão);
- j) *O poder público local* (nesse caso, a prefeitura, o governo anterior, o atual governo, o prefeito, o secretário ou qualquer outra pessoa ou órgão que simbolize essa instituição).

Nessas instâncias acontecem as ações-chave do processo de aprendizagem e o contato das participantes da pesquisa com os conteúdos que aprendem. É nelas também que as artesãs manifestam o que aprendem e constroem a percepção de que ainda há coisas que precisam ser aprendidas.

A pesquisadora também examinou de forma pormenorizada a história da Associação. Como instância de aprendizagem, ela também reflete importantes questões do ambiente em que acontecem as experiências de interação no contexto da economia solidária, influenciando no processo de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica pelos artesãos.

Três epifanias foram identificadas na história da Associação: 1) a criação da feira de artesanato (2006); 2) a criação da Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema (2008); e 3) a chegada de um novo governo municipal (2013).

A análise da história da entidade a partir dessas epifanias levou à conclusão de *que os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica no âmbito da Associação são atrelados às iniciativas e estratégias de governo do poder público local, com quem a entidade mantém forte relação de dependência, que, por sua vez, constitui a principal dificuldade na condução de suas atividades e na disseminação, vivência e manifestação coletiva desses princípios de base da economia solidária*. As histórias das artesãs corroboram essa definição.

Na fase seguinte – a construção –, a pesquisadora buscou tornar visível ao leitor como os elementos do fenômeno em estudo afetam e estão relacionados entre si para formar um conjunto coerente. Isso foi feito a partir da identificação de como as experiências de interação imbricadas nas cinco instâncias de aprendizagem – que emergiram do *bracketing* – afetam e estão relacionadas com os objetivos específicos deste estudo para delinear os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica.

Observou-se que as artesãs possuem forte ligação com a família. Sempre levaram uma vida de trabalho intenso em diversos segmentos empresariais da economia privada. Algumas tiveram negócios próprios. A Associação é a primeira entidade de economia solidária da qual participam. O artesanato entrou na vida da maior parte das artesãs como nova opção de atividade em momentos de crise, no entanto nenhuma delas vive, ou jamais viveu, exclusivamente daquilo que arrecada com as vendas dele. Não é suficiente financeiramente.

Entrar para a Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema, uma entidade de economia solidária, não foi escolha de nenhuma delas. Foi condição para que pudessem expor na feira de artesanato; elas se associaram sem conhecer do que trata a economia solidária.

Sempre que possível, as artesãs expõem seus produtos em outros eventos na Grande São Paulo, ainda que não tenham nenhuma relação com economia solidária.

Quando chegam à Associação e à feira de artesanato, a aprendizagem do artesanato já está, até certo ponto, consolidada. Elas aprenderam com a família, em cursos gratuitos, em cursos pagos, com vizinhos e outras pessoas conhecidas. Há quem seja autodidata. Esse

conhecimento é testado em um tipo de “processo seletivo” para que a artesã seja aceita como membro da Associação.

Depois que se tornam associadas, as artesãs mantêm-se em um processo de aprendizagem do artesanato. Somam-se aos mecanismos anteriores, a interação entre elas, que ensinam técnicas umas às outras. Assim, aprendem a fazer novos produtos ou a melhorar os que já fazem. Para as mulheres, trocar conhecimentos sobre artesanato com as colegas da feira é importante para fortalecer a si mesmas e ao grupo (cooperação e ação econômica). É também uma forma de praticar a solidariedade para com a colega artesã, fortalecendo-a, para que ela alcance melhores resultados com suas vendas e aumente a chance de melhorar as condições de vida.

Para aprender a se comportar desse modo, as participantes acreditam ser necessário conviver com as artesãs que praticam isso, observar essa ação sendo realizada e, somando-se, ouvir da liderança da Associação palavras de incentivo ao uso desse mecanismo.

Vivenciar esse aspecto da solidariedade e a cooperação depende da boa-vontade entre as artesãs que é conquistada mediante a convivência que se estabelece com quem quer aprender e a percepção, por quem ensina, de que o interesse do outro pela aprendizagem leva em conta o bem do grupo e não apenas razões individuais.

Quando as artesãs entram para a Associação elas não têm conhecimento sobre economia solidária. O termo “economia solidária” as remete ao senso comum que aprenderam com a família de que ser solidário é ajudar o próximo que está vivendo algum tipo de dificuldade, seja material ou não. Para elas, o ser solidário implica em cooperar, em colaborar com o outro e com o grupo, para o bem de todos. As expressões “solidariedade” e “cooperação” muitas vezes são utilizadas como sinônimos.

A solidariedade e a cooperação, vistas sob essa ótica, são atributos que podem ser aprendidos na participação cotidiana em iniciativas solidárias, independentemente de que campo for. São também características pessoais; qualidades naturais e espontâneas; perfis que o indivíduo tem mas não sabe explicar a origem e que são manifestados em diferentes momentos e situações da vida.

Na Associação não existem – e nunca existiram – mecanismos sistematizados de aprendizagem sobre os princípios que envolvem a economia solidária. No início da formação da entidade, os conteúdos relativos a esses temas eram abordados com o grupo pela prefeitura

– o governo anterior – em um ou outro curso ou nas reuniões da Associação. Mas apenas as artesãs mais antigas vivenciaram essas iniciativas e são elas que dão dicas às mais novas sobre essas questões. Apesar de reconhecer isso como uma fragilidade, a Associação não cogita buscar por si mesma outras fontes de aprendizagem de forma desvinculada à prefeitura. Permanece aguardando pelo poder público.

Outros mecanismos de aprendizagem que já fizeram parte da vida da Associação, e que também eram intermediados pela prefeitura, são os fóruns de economia solidária e as visitas técnicas para conhecer outros grupos e suas práticas de autogestão. Com a troca do governo municipal, em 2013, elas deixaram de acontecer. A Associação se lamenta da falta de apoio, culpa a prefeitura por isso, mas não tem planos para promover por si mesma qualquer mudança.

Sobre a autogestão, percebe-se que o sentido da participação é trazido pelas artesãs das experiências que tiveram com o empreendedorismo familiar. Convidar a família para ajudar nas decisões do empreendimento fez com que elas aprendessem a importância de compartilhar ideias relativas aos processos de trabalho, às decisões estratégicas e ao cotidiano do negócio. Esse conhecimento é levado para as reuniões da Associação na forma de participação com ideias e ponderações em torno das questões de interesse comum do grupo.

As artesãs reconhecem as reuniões da entidade como um espaço em que os assuntos de interesse comum são apresentados, discutidos e de onde emanam as decisões do grupo que vão orientar os comportamentos e as ações em favor de todos os participantes. Elas têm aprendido que quando essa visão não é levada em conta – observam que isso acontece em relação aos artesãos mais novos – a autogestão do grupo fica vulnerável.

A nova gestão pública tem interferido de várias maneiras na autogestão da Associação. As artesãs e a entidade consideram que atualmente a prefeitura e a Associação não estão imbuídos dos mesmos ideais de economia solidária. Recentemente, a prefeitura determinou novos dias e horários para funcionamento da feira de artesanato e agregou camelôs como participantes do evento. O novo governo ameaça a diretoria da entidade de transferir o uso do espaço público para os camelôs caso os artesãos não se disponham a seguir as novas regras. Muitos artesãos antigos deixaram a entidade em razão disso. Novos artesãos têm se juntado a ela, mas se mantêm calados por não compreenderem o espírito da economia solidária e por temerem perder a oportunidade de expor na feira.



Finalizada a construção do fenômeno, seguiu-se a contextualização. A pesquisadora examinou como o fenômeno construído se comporta diante do mundo social mais amplo. Os elementos do fenômeno foram colocados diante da teoria que, até então, havia sido deixada em suspenso, e verificou-se “se” e “como” as experiências vividas pelas artesãs provocam alterações nesses conceitos.

Interpretar os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos artesãos da AAAPD, a partir dos significados que esses elementos de base da economia solidária possuem no contexto amplo do mundo social, trouxe à luz algumas constatações preocupantes, dentre as quais destacam-se:

*A porta de entrada para a Associação é representada por um processo seletivo que é tão excludente quanto o de qualquer empresa privada da economia tradicional.*

Observado sob o ponto de vista de algo que possa gerar algum tipo de aprendizagem, o processo seletivo apenas confirma o princípio da competição comum entre candidatos a uma vaga, quando, de fato, poderia se diferenciar disso e ser ele o primeiro mecanismo de aprendizagem da inclusão social que os elementos de base da economia solidária representam.

*Os processos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária no grupo em estudo culminam em compreensões, em grande parte, equivocadas.*

Não as fazem transcender da compreensão da solidariedade no senso comum para o que isso significa no âmbito de outro modo de produção. Com o decorrer do tempo o conhecimento sobre as bases da economia solidária permanece tão superficial e limitado como quando elas entraram para a Associação.

*A insuficiência de conhecimento sobre os elementos de base da economia solidária leva ao desempoderamento das artesãs, da Associação e, num plano mais amplo, da própria economia solidária.*

Os poucos mecanismos de aprendizagem desenvolvidos ao longo dos anos não foram suficientes para dar conta de formar artesãos com conhecimentos sólidos dos conteúdos e da ideologia presentes nos conceitos de cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica, como elementos de base da economia solidária, e do poder que esse conhecimento lhes confere. Em razão disso, a entidade tem permitido que a prefeitura tome o papel de

protagonista na autogestão do grupo e os processos de aprendizagem fiquem confinados a intenções e estratégicas do poder público.

*O poder da “mãe-prefeitura” de certa forma não permite que os artesãos caminhem sozinhos.*

O “cuidado de mãe”, que o poder público dispensou à Associação desde a fundação, em 2006, até 2012, resultou numa “filha” dependente, mimada, com dificuldades para enxergar e para se locomover sozinha. Os artesãos da Associação não desenvolveram o “saber como ser competente num ambiente” (ANTONELLO; GODOY, 2011c, p. 36) e por isso vivem e promovem uma economia solidária aquém do que poderia ser.

Mudar essa situação implica em que a Associação invista no fortalecimento dos mecanismos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária. Ela necessita desenvolver conhecimento sobre a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a ação econômica a fim de exercê-los plenamente e tornar-se verdadeiramente protagonista da sua história e da história da economia solidária no Brasil.

As constatações a que este estudo chegou, talvez, possam resultar em incômodo para as participantes, para a Associação e para o poder público. No entanto, esse tipo de resultado é inerente à veia crítica do interacionismo interpretativo e merece a atenção tanto por parte de quem integra as EES como também das instâncias de apoio e fomento e dos que constroem políticas públicas para lidar com o tema.

Essa percepção abre caminho neste estudo para que se analise **como o interacionismo interpretativo contribuiu como abordagem teórico-metodológica para a compreensão dos processos de aprendizagem no âmbito da economia solidária.**

A despeito de outras possibilidades que o leitor identifique a partir das próprias interpretações – e esse comportamento é o que se espera quando se usa o interacionismo interpretativo como paradigma de pesquisa –, três contribuições serão aqui destacadas.

*A possibilidade de gerar interpretações consistentes como fruto de observações profundas e amplas.*

Ao utilizar o interacionismo interpretativo como paradigma, a pesquisadora pôde conhecer os processos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária a partir da experiência de quem vive esse modo de produção. Por ser biográfico, histórico e focado

nas epifanias, possibilitou identificar esses processos de forma contextualizada ao longo do tempo. Foi possível observar suas raízes e como se desenvolveram até chegar ao que são nos dias de hoje, o que permitiu obter interpretações consistentes. Identificar as cinco instâncias de aprendizagem nas quais se localizam as experiências de interação – e também as epifanias – que, de forma direta ou indireta, conduzem à aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica se tornou possível, neste estudo, porque o fenômeno foi interpretado em profundidade e amplitude.

*A capacidade de produzir interpretações autênticas.*

O interacionismo interpretativo permitiu o contato da pesquisadora com o conteúdo proveniente diretamente do mundo da experiência vivida pelas participantes da pesquisa. Tais experiências foram descritas em detalhes, da forma como acontecem e na perspectiva do entrevistado, o que levou diretamente ao “coração” do fenômeno em estudo e permitiu produzir o tipo de interpretação que Denzin (2001, p. 54) chama de “autêntica”.

*A obrigatoriedade de examinar o fenômeno sob o aspecto do poder.*

Adotar a abordagem interacionista implica necessariamente em interpretar o fenômeno em estudo sob o ponto de vista do poder. Assim sendo, os processos de aprendizagem, tal como foram identificados e analisados neste estudo, consideraram as influências de poder operando no contexto. Já se mencionou o quanto é importante para os avanços dos estudos em AO no Brasil a análise dos processos de aprendizagem sob a ótica das relações de poder. O mesmo acontece em relação ao avanço dos estudos que têm como perspectiva a teoria da aprendizagem social.

Essas três contribuições levam à quarta:

*Descortinam-se, de forma crítica, os aspectos relacionados a quem são os empreendedores da economia solidária, o que eles sabem sobre ela, como aprendem e por que aprendem e como ela é vivida e manifestada por eles.* Esse conhecimento é importante tanto para avaliar quanto para redirecionar as práticas de economia solidária e os programas destinados ao seu apoio e fomento.

Este estudo oferece algumas contribuições para o campo de estudos da AO no Brasil, como já foi mencionado, especialmente no que diz respeito aos processos de aprendizagem em contextos organizacionais diferentes dos tradicionais e ao impacto dos ambientes sociais

nesses processos. Ele também serve como referência para a utilização do interacionismo interpretativo como abordagem teórico-metodológica em estudos no campo da AO. Nenhum estudo com essa característica foi localizado em levantamento nacional e internacional realizado pela pesquisadora ainda na fase de elaboração do projeto de pesquisa.

Em razão de seu ineditismo, o uso do interacionismo interpretativo para estudar fenômenos no campo da AO representa um “mar” de possibilidades investigativas. Para encerrar esta tese de doutorado serão elencadas algumas sugestões baseadas nas inspirações que este estudo despertou na pesquisadora. Pode-se entender que tais inspirações surgiram da postura de reflexividade assumida durante o processo investigativo. Como Bryman (2004), a pesquisadora entende que é fundamental que os cientistas sociais reflitam sobre as implicações de seus métodos, valores, vieses e decisões para o conhecimento que geram. A ideia de reflexividade também está relacionada ao fato de que tal conhecimento é sempre um produto do contexto cultural e político, do tempo e do espaço social onde o estudo foi realizado. No mesmo sentido, Schwandt (2001, p. 224) esclarece que o termo reflexividade “usado no sentido metodológico refere-se ao processo de auto-reflexão crítica dos nossos próprios vieses, predisposições teóricas, preferências, e assim por diante”. Reflexividade no sentido metodológico pode também apontar para o fato de que o investigador é parte do ambiente, do contexto e dos fenômenos sociais que procura compreender. Ela pode ser entendida como um meio de inspecionar criticamente todo o processo da pesquisa, estando aqui associada também à ideia de validade dos relatos obtidos.

Assim, a ação reflexiva da pesquisadora aponta que novos estudos, conduzidos a partir dos interesses abaixo sugeridos, poderão explorar aspectos que não foram descritos e analisados na pesquisa aqui relatada. Tais estudos poderiam ter como foco:

Identificar, descrever e analisar os processos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária em outros grupos de empreendedores dessa outra economia em Diadema e outros municípios da Região do Grande ABC. E ainda, identificar, descrever e analisar os processos de aprendizagem dos elementos de base da economia solidária a partir dos programas formativos de apoio desenvolvidos pelos municípios.

Confrontar esses dois tipos de estudos para perceber e sugerir intervenções a serem realizadas em prol do fortalecimento da economia solidária na região e, dessa forma, cumprir o que Denzin (2001, p. 9) atribui como sendo o papel cívico da pesquisa qualitativa crítica: “transformação cívica”.

## REFERÊNCIAS

- ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. Construindo uma agenda para estudos em aprendizagem organizacional no Brasil. In: ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. (orgs.) **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011a. p. 583-592.
- ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. Aprendizagem organizacional e as raízes de sua polissemia. In: ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. (orgs.) **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011b. p. 31-50.
- BRASIL. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57). Acesso em: 18/10/2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Economia solidária. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 09/10/2012.
- BRASIL. Portaria nº 30, de 20 de março de 2006. Institui o Sistema de Informações em Economia Solidária. SIES. Disponível em [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/SIES\\_Portaria\\_Instituicao.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/SIES_Portaria_Instituicao.pdf). Acesso em: 10/09/2012.
- BRYMAN, A. **Social research methods**. 2<sup>a</sup>. ed. Oxford: University Press, 2004.
- CHISHOLM, L. A.; SPANRING, R.; MITTERHOFER, H. Competence development as workplace learning in German-speaking Europe. **Competence development as workplace learning**, p. 99-120, 2007.
- CLOSS, L. Q.; ANTONELLO, C. S. O uso da história de vida para compreender processos de aprendizagem gerencial. **Revista de Administração do Mackenzie**. v.12, n.4. p. 44-74. jul.-ago.2011.
- COELHO, D. B.; GODOY, A. S. Entre latas, papelões e outros recicláveis: um estudo sobre a aprendizagem em empreendimentos solidários. In: ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. (orgs.) **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 489-516.
- DeFILLIPPI, R.; ORNSTEIN, S. Psychological perspectives underlying theories of organizational learning. In: EASTERBY-SMITH, M., LYLES, M. A. (eds.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Oxford: UK: Blackwell Publishing, 2003. p. 19-37.
- DENZIN, N. K. **Interpretive biography**. Newbury: Sage Publications, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Interpretive interactionism**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000. p. 1-28.
- DEWEY, J. **Democracia e educação**: breve tratado de filosofia de educação. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1936.

\_\_\_\_\_. **Vida e educação**. 10 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

\_\_\_\_\_. **Experiência e educação**. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

DIEFENBACH, T. Are case studies more than sophisticated storytelling? Methodological problems of qualitative empirical research mainly based on semi-structured interviews. Quality and quantity. **Springer Science & Business B. V.** Published on line, 2008.

ELKJAER, B. Social learning theory: learning as participation in social process. In: EASTERBY-SMITH, M., LYLES, M. A. (eds.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Oxford: UK: Blackwell Publishing, 2003a. p. 38-53.

\_\_\_\_\_. Organizational learning: the 'third way'. **Management Learning**. v.35, n.4, p. 419-434, Dec. 2004.

ELKJAER, B. **Organizational learning in an organizational development project**. 2003b. Disponível em [https://pure.au.dk/portal/files/96/Elkjaer\\_2003\\_RWL.pdf](https://pure.au.dk/portal/files/96/Elkjaer_2003_RWL.pdf). Acesso em: 04/02/13.

ELKJAER, B.; SIMPSON, B. **Towards a pragmatic theory of creative practice**. 2006. Disponível em [https://pure.au.dk/portal/files/58/Elkjaer\\_Simpson\\_OS\\_2006.pdf](https://pure.au.dk/portal/files/58/Elkjaer_Simpson_OS_2006.pdf). Acesso em: 04/02/13.

ELKJAER, B. **Organizational learning: positioning selves and creating meaning**. 2007. Disponível em [https://pure.au.dk/portal/files/40/Elkjaer\\_OLKC\\_2007.pdf](https://pure.au.dk/portal/files/40/Elkjaer_OLKC_2007.pdf). Acesso em: 07/02/13.

ELKJAER, B.; HØYRUP, S.; PEDERSEN, K. L. Contemporary Nordic research on workplace learning. **Competence development as workplace learning**, p. 19-42, 2007.

ELKJAER, B.; NIELSEN, L. T. **Exploring waves of relations between professional practice, education and learning**. 2011. Disponível em [https://pure.au.dk/portal/files/41466989/OLKC\\_paper\\_Elkjaer\\_Tingleff\\_2011\\_03\\_28\\_rev\\_u dg.pdf](https://pure.au.dk/portal/files/41466989/OLKC_paper_Elkjaer_Tingleff_2011_03_28_rev_u dg.pdf). Acesso em: 13/02/13.

ENGSTRÖM, Y. Expansive learning at work: toward an activity theoretical reconceptualization. **Journal of Education and Work**, v.14, n.1, p. 133-156, 2001.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

FRANÇA-FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, PUCRS, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan.-jun. 2007.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul.-dez. 2003.

GEPHART, R. **Paradigmas and research methods**. Disponível em [http://division.aonline.org/rm/1999\\_RMD\\_Forum\\_Paradigms\\_and\\_Research\\_Methods.htm](http://division.aonline.org/rm/1999_RMD_Forum_Paradigms_and_Research_Methods.htm) Acesso em: 27/01/13.

GHERARDI, S. Learning as problem-driven or learning in the face of mystery? **Organization Studies**, v.20, n.1, p. 101-124, jan./1999.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. The Sociological Foundations of Organizational Learning. In: DIERKES, M. et al. (org.) **Handbook of Organizational Learning and Knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 35-60.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 89-112.

GODOY, A. S.; ANTONELLO, C. S.; Cartografia da aprendizagem organizacional no Brasil. In: ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. (orgs.) **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 51-77.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 116-146.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. Paradigmatic controversies, contradictions and emerging influences. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000. p. 191-215.

\_\_\_\_\_. Epistemological and methodological bases of naturalistic inquiry. **Educational Communication and Technology**, v.30, n.4, p. 233-252, 1982.

ILLERIS, K. A model for learning in working place. **Journal of Workplace Learning**. v.16, n.7, 2004. p. 431-441.

KVALE, S. **An introduction to qualitative interviewing**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LECHAT, N. M. P. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. In: **II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. Unicamp/Campinas. Palestra proferida em 20/03/2002. Disponível em <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>. Acesso em: 31/08/2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Apresenta Relatório Nacional. Disponível em <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoNacional.asp?Numero=>. Acesso em: 10/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Apresenta O que é o SIES. Disponível em [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/Apresentacao\\_SIES\\_2008.ppt](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/Apresentacao_SIES_2008.ppt). Acesso em: 10/09/2012.

- NICOLINI, D.; MEZNAR, M. The social construction of organizational learning: conceptual and practical issues in the field. **Human Relations**, v. 48, n.7, p. 727-746, jul./1995.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta, Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RIESSMAN, C. K. **Narrative analysis**. In: Narrative, memory & everyday life. University of Huddersfield, Huddersfield, p. 1-7, 2005. Disponível em <http://eprints.hud.ac.uk/4920/>. Acesso em: 07/02/2013.
- SAUERBRONN, J. F. R.; AYROSA, E. A. T. Compreendendo o consumidor através do interacionismo interpretativo. **Revista ADM.MADE**, ano 8, v. 12, n. 1, p. 17-39 – jan.-abr. 2008.
- SCHWANDT, T. A. **Dictionary of qualitative inquiry**. 2 ed. Thousand Oaks: CA, 2001.
- SILVA, R. M. A. Políticas públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Diálogo – Economia Solidária**, Canoas, n.18, p. 53-76, jan.-jun. 2011.
- SIES. Sistema Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília: SENAES/MTE, 2007. Disponível em [www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br) Acesso em: 09/10/2011.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA-SILVA, J.C.; SCHOMMER, P. C. A pesquisa em comunidades de prática: panorama atual e perspectivas futuras. **Organização & Sociedade**, v.15, n.44, p. 105-127, jan.-mar./2008.
- SOUZA-SILVA, J.C.; DAVEL, E. Da ação à colaboração reflexiva em comunidades de prática. **Revista de Administração de Empresas**, v.47, n.3, p. 53-65, jul./set./2007.
- STRAUSS, A. L. **Continual permutations of action**. New York: Aldine de Gruyter, 2008.
- SUTACO. **Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades**. Apresenta Serviços Junte-se a Nós. Disponível em <http://www.sutaco.sp.gov.br/ser-junte-se.html>. Acesso em: 27/02/2014.
- VERGARA, S.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (coords.). **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.



## APÊNDICE A – Roteiro para entrevistas individuais de história de vida

### - ELEMENTOS NORTEADORES DO ROTEIRO:

Pergunta de pesquisa	<i>Como se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica de empreendedores da economia solidária pertencentes a uma associação de artesãos para atuarem nessa outra economia?</i>
Objetivo específico	Identificar: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Quem são os sujeitos de aprendizagem da economia solidária: como são definidos e onde se localizam;</li> <li>✓ Por que eles aprendem: que motivos os levam a aprender;</li> <li>✓ O que aprendem: quais conteúdos aprendem e quais são os desfechos disso (como vivem e manifestam o que aprendem);</li> <li>✓ Como aprendem: quais são as ações-chave dos processos de aprendizagem.</li> </ul>

### - CONCEITOS NORTEADORES DO ROTEIRO:

Cooperação	Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades (SIES, 2007, p.17).
Autogestão	Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesse (SIES, 2007, p.17).
Solidariedade	Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores (SIES, 2007, p.17).
Ação econômica	Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo (SIES, 2007, p.17).

OBJETIVO DESDOBRADO e O QUE SE PRETENDE	PERGUNTA
<p><b>Quem são os sujeitos de aprendizagem?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificar como os participantes são definidos e onde se localizam.</li> <li>✓ Conhecer o entrevistado e sua história de vida a partir das primeiras experiências de trabalho até se tornar um artesão e, posteriormente, um artesão vinculado à AAAPD e à economia solidária.</li> <li>✓ Identificar as epifanias (momentos de transformação) na vida do entrevistado que influenciaram na sua trajetória até se tornar um indivíduo que trabalha com economia solidária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fazer perguntas de identificação geral: nome, idade, estado civil, filhos, escolaridade, origem etc.</li> <li>✓ Quais foram as primeiras experiências de trabalho da sua vida? O que você fazia? Como foi cada experiência pra você?</li> <li>✓ Que outras experiências de trabalho já teve até hoje?</li> </ul>

<p><b>Por que eles aprendem?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificar que motivos os levam a aprender a ser um artesão e a atuar na economia solidária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Como o artesanato entrou na sua vida?</li> <li>✓ Por que você decidiu atuar como artesão?</li> <li>✓ Como a economia solidária entrou na sua vida?</li> <li>✓ Por que você decidiu atuar na economia solidária?</li> <li>✓ Como a Associação de Artesãos entrou na sua história?</li> <li>✓ Você é associado à AAAPD? Por que tomou essa decisão?</li> </ul>
<p><b>O que eles aprendem e como aprendem?</b></p> <p>Identificar que conteúdos o entrevistado aprendeu, continua aprendendo e ainda precisa aprender para exercer a cooperação, a auto-gestão, a solidariedade e a ação econômica.</p> <p>Identificar as ações-chave, ou seja, os mecanismos dos processos de aprendizagem por meio dos quais o entrevistado aprende a cooperação, a auto-gestão, a solidariedade e a ação econômica.</p> <p>Identificar o que ele faz com aquilo que aprende, ou seja, como vive e manifesta a solidariedade.</p>	<p><b>APRENDENDO A SER UM ARTESÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O que você precisou aprender para ser um artesão?</li> <li>✓ Como você aprendeu essas coisas?</li> <li>✓ Você sente que precisa ou quer aprender mais de artesanato? Explique.</li> <li>✓ O que pretende fazer em relação a isso?</li> </ul> <p><b>APRENDENDO A CONDUZIR SEU PRÓPRIO NEGÓCIO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O que precisou aprender para conduzir com seu próprio negócio?</li> <li>✓ Como você aprendeu isso? Alguém ensinou? Fez curso? Aprendeu com quem já fazia? Aprendeu pela prática?</li> <li>✓ Foi útil aprender essas coisas?</li> <li>✓ O que você ainda precisa ou quer aprender para se desenvolver na condução do seu negócio?</li> </ul> <p><b>APRENDENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O que uma pessoa precisa aprender para atuar na economia solidária?</li> <li>✓ Você teve que aprender essas coisas?</li> <li>✓ Como você aprendeu essas coisas?</li> <li>✓ É difícil aprender essas coisas? Explique.</li> <li>✓ Participar da AAAPD te ajuda a aprender a economia solidária? Explique.</li> <li>✓ Você acha que ainda precisa aprender sobre economia solidária? O que?</li> <li>✓ Como você acha que aprenderia isso? Por meio do quê?</li> <li>✓ O que você pretende fazer em relação a isso?</li> <li>✓ Como a economia solidária é colocada em prática na sua vida?</li> <li>✓ É difícil para você colocar as ideias da economia solidária em prática? Explique.</li> <li>✓ Tem alguma ideia da economia solidária que você não pratica? Por que?</li> <li>✓ Se sim, o que é necessário para que você pratique essa ideia?</li> <li>✓ Se sim, isso te incomoda? Explique.</li> <li>✓ Participar da AAAPD te ajuda a colocar em prática os ideais da economia solidária? Explique.</li> </ul>

## APENDICE B – Roteiro para entrevista semi-estruturada com a Associação de Artesãos

### - CONCEITOS NORTEADORES DO ROTEIRO:

Cooperação	Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades (SIES, 2007, p.17).
Autogestão	Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesse (SIES, 2007, p.17).
Solidariedade	Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores (SIES, 2007, p.17).
Ação econômica	Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo (SIES, 2007, p.17).

### - OBJETIVOS DA ENTREVISTA:

- ✓ Caracterizar a AAAPD.
- ✓ Identificar se e como ela participa dos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos associados.
- ✓ Identificar as dificuldades encontradas no desenrolar de suas atividades que possam de alguma forma interferir nos processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica dos associados.
- ✓ Identificar na história da AAAPD e na forma como ele conduz suas atividades como a entidade vive e manifesta a solidariedade.

### PERGUNTAS NORTEADORAS

#### HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO

- ✓ Eu gostaria de conhecer a história da AAAPD desde quando ela nasceu até se tornar o que é hoje.
- ✓ Como a Associação está organizada?
- ✓ Quais atividades a Associação promove?

#### ARTESÃOS, SOLIDARIEDADE, COOPERAÇÃO

- ✓ Como um artesão deve fazer para se tornar um associado?
- ✓ Como você descreve as características dos associados? (verificar interesses e objetivos comuns)
- ✓ Como é a participação deles nas atividades da Associação? (verificar união de esforços e capacidades).
- ✓ No seu ponto de vista, o que não pode faltar numa pessoa que se propõe a atuar na economia solidária? Princípios, valores, modo de operar, etc?
- ✓ Você acredita que o que falta num indivíduo para atuar plenamente na economia solidária ele pode aprender? Como?
- ✓ Eles se encaixam realmente nas características da economia solidária? Explique.
- ✓ Já aconteceu da Associação perceber que um dado artesão não está tão imbuído quanto deveria da ideia da economia solidária? O que é feito diante disso?

#### AUTOGESTÃO

- ✓ Como é o processo de tomada de decisão na Associação?
- ✓ Os associados participam das decisões estratégicas?
- ✓ Como eles se comportam diante das decisões que agradam a uns, mas não agradam a outros?
- ✓ Como a Associação resolve os impasses e conflitos?
- ✓ Quando a Associação toma suas decisões que tipo de elementos ela leva em conta? (verificar preocupação com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores)

- ✓ Como a associação e os associados lidam com a renda que se arrecada pela venda dos artesanatos?
- ✓ A Associação faz algum tipo de acompanhamento disso?
- ✓ Como é administrar a Associação? Que características e conhecimentos são necessários?
- ✓ Existem dificuldades? Quais?
- ✓ Para realizar suas atividades a Associação se relaciona com outras entidades? Como é essa relação? Para quê? Por que? Quais são as dificuldades? (verificar questões de poder)
- ✓ A Associação encontra dificuldades para manter sua emancipação? Explique. (verificar questões de poder)

#### **AÇÃO ECONÔMICA**

- ✓ Que tipo de recursos a Associação entende que são necessários para manter as atividades de produção dos artesãos?
- ✓ A Associação ajuda os artesãos a obterem esses recursos? Como? (ver a questão da aprendizagem)
- ✓ Que tipo de apoio a Associação tem encontrado para obter os recursos necessários para seu funcionamento tanto dentro da própria Associação quanto fora dela?

## APENDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu \_\_\_\_\_,  
concordo em participar do estudo **“Processos de aprendizagem no contexto da economia solidária: um estudo baseado no interacionismo interpretativo”**, que tem por objetivo identificar, descrever e analisar como se desenvolvem os processos de aprendizagem da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da ação econômica de empreendedores da economia solidária pertencentes a uma associação de artesãos para atuarem nessa outra economia.

Fui informado que será utilizada entrevista e que este estudo tem caráter acadêmico e científico, sendo conduzido pela pesquisadora **Edilene de Oliveira Pereira Garcia** do curso de Doutorado em Administração da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Declaro ainda, ter compreendido que não sofrerei nenhum prejuízo de ordem psicológica ou física ao participar dessa pesquisa e que minha identidade como participante será preservada.

Estou ciente de poderei retirar meu consentimento, se assim eu desejar, em qualquer fase da pesquisa, bastando para isso comunicar minha decisão, sem penalização alguma e sem qualquer tipo de prejuízo. Posso também esclarecer dúvidas diretamente com a pesquisadora pelo telefone 99976-2018.

Diadema, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora